



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

CAIO CÉSAR LOURENÇO RIBEIRO

O *EMPOWERMENT* E A TRAJETÓRIA SERINGUEIRA:

A Participação Extrativista e a Governança Ambiental a partir da RESEX Chico Mendes

Brasília – DF
2024

CAIO CÉSAR LOURENÇO RIBEIRO

O *EMPOWERMENT* E A TRAJETÓRIA SERINGUEIRA:

A Participação Extrativista e a Governança Ambiental a partir da RESEX Chico Mendes

Versão original

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília

Orientador: Prof. Dr. Carlos Hiroo Saito

Co-orientadora: Prof.^a Dr.^a Larisa Ho Bech Gaivizzo

Brasília – df

2024

Página Destinada À Catalogação Da Publicação Ficha Elaborada Pelo Sistema De
Geração Automática

RIBEIRO, Caio César Lourenço

Título: O *empowerment* e a trajetória seringueira: a Participação Extrativista e a Governança Ambiental a partir da RESEX Chico Mendes.

Dissertação apresentada ao Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Sustentável.

Aprovada em: 26/03/2024

Banca examinadora

Nome: Prof. Dr. Romero Gomes Pereira da Silva

Instituição: Universidade de Brasília

Julgamento: Aprovado

Nome: Prof. Dr. Valdir Adilson Steinke

Instituição: Universidade de Brasília

Julgamento: Aprovado

Nome: Dra. Ana Karine Pereira

Instituição: Universidade de Brasília (PPGCDS/ UnB)

Julgamento: Aprovado

Nome: Prof. Dr. Carlos Hiroo Saito

Instituição: Universidade de Brasília (PPGCDS/ UnB)

Julgamento: Aprovado

Aos meus pais Marlene e Nésio, que daqui muitos anos eu volte nessa citação e sinta orgulho em ser seu filho.

À Laura Bonvini, parceira de vida e amor verdadeiro.

AGRADECIMENTOS

À Laura Bonvini por seu amor e paciência, sendo a minha maior companheira nesse processo.

Aos meus pais e familiares, pois ainda que eu estude todas as trajetórias, são vocês os responsáveis por me acolher dentro da minha própria. Em vocês, me encontro humano e forte nos momentos mais sensíveis ou de fraqueza. Aos meus colegas de estudo e de jornada, foi um prazer compartilhar virtualmente com vocês neste período, mesmo que em sua maioria durante a pandemia. Juntos, construímos grandes aprendizados e afetos.

Ao meu melhor amigo Joaquim, que veio a falecer na reta final deste trabalho, minhas saudades e gratidão eterna. Aos meus avós Geraldo e Delardina, pelas palavras de carinho, ainda que não soubessem do desânimo que se fazia presente.

Aos colegas do Engajamundo e do Núcleo de Estudos Amazônicos, cujas vivências transparecem nas palavras aqui escritas. Às lideranças do CNS e das organizações parceiras, que demonstram uma coragem pela sobrevivência humana e da natureza, acima de tudo, admiro o seu poder em esperar.

Aos mestres que pacientemente contribuíram para o meu aperfeiçoamento acadêmico, profissional e humano, especialmente aos meus orientadores Carlos e Larisa. Agradeço pelas orientações e pela compreensão nos momentos conturbados, nós sabemos que foram muitos.

Pela luta, pela sobrevivência e por um mundo mais justo.

Por todas as andanças e conexões que ainda estão por vir, eu agradeço.

“A alegria não chega apenas no encontro do achado, mas faz parte do processo da busca. Ensinar e aprender não pode se dar fora da procura, fora da boniteza e da alegria”. (Freire, 1996)

RESUMO

RIBEIRO, Caio César Lourenço. **O *empowerment* e a trajetória seringueira: o caso da Participação Extrativista e da Governança Ambiental a partir da RESEX Chico Mendes.** 2024. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2024.

Esta dissertação trata do *empowerment* de povos e comunidades tradicionais extrativistas por meio de sua participação social em um conjunto de ações envolvidas na consolidação da Reserva Extrativista Chico Mendes (RESEX Chico Mendes), no Acre. Os objetivos da pesquisa foram registrar a trajetória da participação social de extrativistas do Acre e analisar os principais elementos de empoderamento que se relacionam com a participação extrativista e governança ambiental. A metodologia adotada consistiu na identificação e análise de marcos ocorridos nos campos conceitual, social, ambiental e político pela operacionalização do Conselho Nacional de Populações Extrativistas (CNS) e de Reservas Extrativistas; avaliação do empoderamento na trajetória socioambiental dos atores locais e na sua estrutura de governança. Além disso, foram levantados questionamentos acerca da prática avaliativa da participação extrativista. O desenvolvimento da pesquisa foi realizado por meio de extenso levantamento bibliográfico; analisado de forma por meio de Revisão Sistemática de Literatura, notadamente utilizada com o propósito de atrelar os modelos científicos às metodologias participativas voltadas ao empoderamento; e pelo uso de dados secundários das principais organizações e instituições de pesquisa, bem como a análise da política pública em questão. Os resultados indicam a existência de empoderamento técnico, político e epistemológico dessas comunidades, principalmente na análise histórica de marcos associados à sua luta social. Contudo, ao analisar e categorizar esses “sinais de emancipação”, sugerimos que eles podem indicar elementos necessários para discussão sobre a coerência do posicionamento do Estado em relação à governança ambiental e aspectos benéficos para o aprimoramento ecológico da participação social. A conclusão gera elementos para uma discussão sobre a importância da consolidação do posicionamento do governo federal frente ao tema de gestão de recursos naturais, capacitação técnica e epistemológica de comunidades tradicionais e sua integração com mecanismos participativos.

Palavras-chaves: Desenvolvimento Sustentável; Extrativismo; Empoderamento; Governança Ambiental; Participação Social.

ABSTRACT

RIBEIRO, Caio César Lourenço. **Empowerment and the rubber tappers trajectory: the case of Extractivist Participation and Environmental Governance from the Chico Mendes Extractive Reserve.** 2024. Dissertation (Master's in Sustainable Development) – Center for Sustainable Development, University of Brasília, Brasília, 2024.

This dissertation addresses the empowerment of traditional extractive peoples and communities through their social participation in a series of actions involved in the consolidation of the Chico Mendes Extractive Reserve (RESEX Chico Mendes) in Acre. The research objectives were to document the trajectory of social participation of extractivists in Acre state and analyze the main elements of empowerment related to extractive participation and environmental governance. The methodology adopted involved identifying and analyzing milestones that occurred in the conceptual, social, environmental, and political domains due to the operationalization of the National Council of Extractive Populations (CNS) and Extractive Reserves; assessing empowerment in the socio-environmental trajectory of local actors and their governance structure. Additionally, questions were raised about the evaluation practice of extractive participation. The research was conducted through an extensive bibliographical survey, analyzed through a Systematic Literature Review, notably used to link scientific models to participatory methodologies aimed at empowerment, and through the use of secondary data from major organizations and research institutions, as well as the analysis of the public policy in question. The results indicate the existence of technical, political, and epistemological empowerment of these communities, mainly in the historical analysis of milestones associated with their social struggle. However, when analyzing and categorizing these "signs of emancipation," we suggest that they may indicate necessary elements for discussion about the coherence of the State's position in relation to environmental governance and beneficial aspects for the ecological improvement of social participation. The conclusion provides elements for a discussion on the importance of consolidating the federal government's position on the issue of natural resource management, technical, and epistemological training of traditional communities, and their integration with participatory mechanisms.

Keywords: Sustainable Development; Extractivism; Empowerment; Environmental Governance; Social Participation.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALB	Amazônia Legal Brasileira
Amopreab	Associação dos Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes de Assis Brasil
Amopreb	Associação dos Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes de Brasília
Amoprecap	Associação dos Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes de Capixaba
Amopresema	Associação dos Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes de Sena Madureira
Amoprex	Associação dos Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes de Xapuri
ASPF	Análise Socioeconômica de Sistemas Básicos da Produção Familiar Rural no Estado do Acre
ASPROC	Associação de Produtores Rurais de Carauari
BASA	Banco da Amazônia
BDTD	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAF	Cadastro da Agricultura Familiar
CCM	Comitê Chico Mendes
CCRU	Contrato de Concessão Real de Uso
CDB	Convenção sobre Diversidade Biológica
CDS	Centro de Desenvolvimento Sustentável
CEMACT	Conselho Estadual de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia
CF	Código Florestal
CGPP	Conselhos Gestores de Políticas Públicas
CLPI	Consulta Livre, Prévia e Informada
CNA	Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil
CNPCT	Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CNS	Conselho Nacional das Populações Extrativistas

CNUMAD	Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento
COP	Conferências das Partes
COVID-19	Coronavírus 2019
CPR	<i>Common Pool Resources</i>
CTA	Centro de Trabalhadores Amazônicos
DS	Desenvolvimento Sustentável
EPANB	Estratégia e Plano de Ação Nacional sobre a Biodiversidade
FLONA	Floresta Nacional
FPA	Frente Parlamentar da Agropecuária
ICMBIO	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEA	Instituto de Estudos Amazônicos
IEB	Instituto Internacional de Educação do Brasil
IMAC	Instituto de Meio Ambiente do Acre
IN	Instrução Normativa
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPA	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IP	Instituição Participativa
ISA	Instituto Socioambiental
ITERACRE	Instituto de Terras do Acre
LGFP	Lei de Gestão de Florestas Públicas
MAP	Madre de Dios, Acre e Pando
MCM	Memorial Chico Mendes
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar
MDS	Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome
MFCF	Manejo Florestal Comunitário e Familiar

MMA	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
NEAz	Núcleo de Estudos Amazônicos
OCB	Organização das Cooperativas do Brasil
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas
OP	Orçamento Participativo
OS	Organizações Sociais
OSCIP	Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público
Osociobio	Observatório das Economias da Sociobiodiversidade
PAA	Política de Aquisição de Alimentos
PCT	Povos e Comunidades Tradicionais
PGPM-Bio	Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade
PIB	Produto Interno Bruto
PIN	Plano de Integração Nacional
PLANAFE	Plano Nacional de Fortalecimento das Comunidades Extrativistas e Ribeirinhas
PLERH-AC	Plano Estadual de Recursos Hídricos do Acre
PLP	Plano Diretor Participativo
PM	Plano de Manejo
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAPO	Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PNB	Política Nacional da Biodiversidade
PNEA	Política Nacional de Educação Ambiental
PNMA	Política Nacional do Meio Ambiente
PNPCT	Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
PPCDAm	Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal
PPG7	Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais no Brasil

PROBOR	Programa de Incentivo à Produção de Borracha Vegetal
PRODES	Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite
PRONAF	Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais
PT	Partido dos Trabalhadores
RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
RECM	Reserva Extrativista Chico Mendes
RESEX	Reserva Extrativista
Rio 92	Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1992
RSL	Revisão Sistemática de Literatura
SEFE	Secretaria Executiva de Floresta e Extrativismo
SEMA	Secretaria de Estado de Meio Ambiente
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
SUDAM	Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia
SUDHEVEA	Superintendência da Borracha
TI	Terra Indígena
UC	Unidade de Conservação da Natureza
UFAC	Universidade Federal do Acre
UnB	Universidade de Brasília
UNI	União Nacional das Nações Indígenas
WoS	Web of Science
ZEE	Zoneamento Ecológico-Econômico

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1** – Localização continental da RESEX Chico Mendes
- Figura 2** – Recorte territorial da Amazônia Legal
- Figura 3** – Divisão municipal e seringais da RESEX Chico Mendes
- Figura 4** – Cobertura da terra no estado do Acre em 2020
- Figura 5** – Localização das colocações da RESEX Chico Mendes
- Figura 6** - Zonas geopolíticas da RESEX Chico Mendes
- Figura 7** – Estrutura de Gestão da RECM
- Figura 8** – Linha do tempo e marcos do Primeiro Ciclo da Borracha
- Figura 9** – Linha do tempo e marcos do Segundo Ciclo da Borracha
- Figura 10** – Formatos de trabalhos identificados na RSL
- Figura 11** – Estudos considerados aceitos na RSL
- Figura 12** – Cronologia de artigos aceitos na RSL e referentes ao nível da RECM
- Figura 13** – Proporção das metodologias identificadas na literatura aceita na RSL
- Figura 14** – Metodologias e combinações diferentes da análise da RSL
- Figura 15** – Categorias da RSL por níveis

LISTA DE TABELAS

- Tabela 1** – Categorias de Unidades de Conservação
- Tabela 2** – Transformação da Geração da Renda Bruta por linha de exploração na RECM
- Tabela 3** – Quadro de objetivos e metodologias da pesquisa
- Tabela 4** – Operadores utilizados na Revisão Sistemática de Literatura
- Tabela 5** – Questões levantadas na RSL
- Tabela 6** – Seis categorias de enfoques da governança ambiental e representantes na literatura
- Tabela 7** – Cenário de pontuações no Dilema do Prisioneiro
- Tabela 8** – Tempo de residência na RESEX Chico Mendes
- Tabela 9** – Principais avanços institucionais e organizações extrativistas/ou induzida
- Tabela 10** – Atores e papéis no *empowerment* seringueiro no Acre
- Tabela 11** – Papéis das organizações extrativistas de *empowerment*

LISTA DE ANEXOS

Anexo I – Textos recusados na Revisão Sistemática de Literatura

Anexo II – Textos aceitos na Revisão Sistemática de Literatura

Anexo III – Níveis, metodologias e conjuntos temáticos na Revisão Sistemática de Literatura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
Objetivo geral	22
Objetivos específicos	22
A METODOLOGIA	23
Área de estudo e caracterização da gestão	25
A coleta de dados	37
CAPÍTULO 1 – REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	44
O <i>empowerment</i> e sua integração	45
A governança ambiental e extrativista	50
A participação institucionalizada	69
CAPÍTULO 2 – A TRAJETÓRIA E OS MAIS DE CEM ANOS DE SOLIDÃO	79
Primeiro ciclo da borracha	83
Segundo ciclo da borracha	93
O extrativismo como marco socioambiental	98
O Acre é extrativista atualmente?	107
CAPÍTULO 3 – <i>EMPOWERMENT</i> PARA O EXTRATIVISMO	117
A governança, participação e empoderamento no movimento extrativista segundo a Revisão Sistemática de Literatura	117
Ninguém além de nós mesmos – atores e papéis no empowerment	129
CAPÍTULO 4 – CONCLUSÃO	141
ANEXO I	144
ANEXO II	155
ANEXO III	163
Referências	169

INTRODUÇÃO

O presente trabalho se dedica a analisar o desenvolvimento de capacidades e o empoderamento dos seringueiros envolvidos nos processos de consolidação da governança ambiental e da participação extrativista na Reserva Extrativista Chico Mendes (RECM), localizada no estado do Acre. É realizado o resgate da conformação do ofício seringueiro até o ano de 2023 – em uma trajetória que abarca cerca de cento e quarenta anos –. Dando ênfase à trajetória dos seringueiros e extrativistas, buscamos esclarecer as suas conquistas para a justiça social, as contradições das instituições envolvidas, da ciência, e as suas próprias.

O território e tema foram escolhidos devido à participação no “Encontro Chico Mendes: 30 anos” realizado em Xapuri (AC), em 2018. Nessa ocasião, foi possível compreender o papel das ciências humanas no posicionamento perante a realidade de uma estrutura social, dentre vários cenários e contextos. As atividades de extensão pela Universidade de Brasília (UnB) e em debates suscitados pelo Núcleo de Estudos Amazônicos (NEAz), junto às lideranças sociais extrativistas, particularmente da Reserva Extrativista Chico Mendes, foram oportunidades de vivenciar alguns conflitos sociais dos povos amazônicos. A região amazônica tem sido objeto de minha trajetória profissional, um caminho que muitas vezes tem sido compartilhado com essas mesmas lideranças.

As Reservas Extrativistas (RESEX) são resultado da luta seringueira pela preservação da Floresta Amazônica e pelo direito social de acesso à terra, em um processo dinâmico e de mudança social que não se paralisa com a demarcação de seu território (Allegretti, 2002). Elas são um modelo específico de áreas protegidas, com a finalidade de garantir o modo de vida das populações tradicionais que nelas residem e promover o uso sustentável dos recursos naturais, contribuindo assim para a conservação da biodiversidade. Estas Unidades de Conservação da natureza (UCs) são classificadas em dois tipos principais: as de Uso Sustentável e as de Proteção Integral (Brasil, 2002). Principalmente, elas surgem como alternativa para o desafio fundiário de concentração de terra, identificada com a proposta de Desenvolvimento Sustentável (DS), baseada na inclusão de populações locais extrativistas em uma rede de gestão reformulada segundo uma nova política pública (Almeida, 2004; Euler, Silva, Almeida, 2021). A história da governança em torno do extrativismo se confunde com a própria história dos seringueiros do Acre.

As RESEX, como exemplares de UCs de Uso Sustentável, devem possibilitar a utilização dos recursos naturais permitindo que as comunidades locais continuem a desenvolver suas práticas tradicionais de manejo dos recursos, como a coleta de castanhas, a pesca ou a

extração da borracha, ao mesmo tempo em que protegem os ecossistemas locais. Assim, o fortalecimento da capacitação e do empoderamento dos seringueiros dentro deste contexto deve contribuir com a participação ativa da gestão dessas áreas, assegurando seus direitos e interesses segundo a luta política em torno do extrativismo.

É fundamental abordar a questão institucional da participação e sua relação com o empoderamento. Nesse sentido, os instrumentos institucionais impactam a capacidade técnica e organizacional das comunidades extrativistas, ou até prevêm o seu fortalecimento como base para políticas públicas – sendo o caso para diversas das políticas apontadas neste trabalho. Para isso, deve-se considerar a relação entre as ações e as oportunidades com o empoderamento.

A exemplo disso, as diretrizes e estratégicas para o uso sustentável dos ecossistemas locais devem ser estabelecidas pelo Plano de Manejo (PM). No caso de uma área extrativista, esse instrumento legal é um documento técnico que cumpre o principal instrumento de gestão de qualquer UC a partir da publicação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) (Prado, Seixas, 2018) . Para a sua elaboração, atualização e implementação devem ser asseguradas a ampla participação da população residente, e orientadas pelo conhecimento tradicional e científico disponível, bem como por aquele ainda a ser gerado (Brasil, 2002).

O manejo florestal comunitário e familiar (MFCF) é uma categoria que surge em torno da atividade produtiva a partir das populações amazônicas, em meados da década de 90, com a premissa de gerar renda a partir da gestão territorial e governança ambiental por parte de povos e comunidades tradicionais. O MFCF tem se consolidado como alternativa a um modelo de desenvolvimento que prejudica o meio ambiente e a qualidade de vida humana (Miranda, 2019). É a partir da discussão formal e interinstitucional dessa atividade como uma categoria que houve a criação de procedimentos legais que permitem às comunidades e famílias manejar suas florestas conforme a legislação florestal brasileira.

As Instruções Normativas (INs) são esses documentos disciplinares, e a partir de sua criação foi regulamentado o procedimento que impulsionou o aumento da atividade institucionalizada em torno do tema. Um exemplo disso é a criação da Lei de Gestão de Florestas Públicas (LGFP)¹, significando o reconhecimento federal da importância das atividades coletivas das comunidades locais, envolvendo discussões que identificaram que cerca de 60% das florestas públicas de produção estão sob uso das comunidades (Miranda,

¹Lei n.º 11.284 de 2006. Dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11284.htm. Acesso em 29 abr. 2029.

2019). Isso demonstra a importância dos arranjos socioprodutivos², a sua formalização e da capacitação dos sujeitos locais envolvidos nos mesmos, uma vez que, na teoria, são as suas comunidades envolvidas que são responsáveis por definir como será realizado o manejo, através do Plano de Manejo, havendo apoio em etapas somente quando não houver condições comunitárias para a sua plena execução (Euler, Silva, Almeida, 2021; ICMBio, 2019).

Na prática, a dinâmica da institucionalização e da prática do manejo é diferente, e a sua terceirização para outros responsáveis é comum, uma vez que as comunidades estão desprovidas de recursos humanos, de capital financeiro necessário, e inviabilizados por uma logística da Amazônia para coordenação e acompanhamento (Prado, Seixas, 2018). Há dificuldade de estabelecer essa governança e participação: a transformação territorial da região possui um processo particular de ocupação, sendo necessário que políticas públicas considerem as escalas geográficas adequadas aos processos sociais (Becker, 2010).

Para compreender essa situação do ponto de vista da ocupação de seringueiros na Floresta Amazônica, é notável a dificuldade logística de se reunir com os objetivos de participar da gestão de uma RESEX, conciliando com sua rotina produtiva extrativista e sabendo que chefes de família responsáveis podem chegar a estar a cerca de 400 hectares de distância um do outro (Almeida, 2004). Em uma área com diversas famílias, a ocupação pode chegar a extensões na casa dos milhares de hectares de floresta, entrecortada por caminhos e atalhos, o que torna a sua inclusão na rede de governança demasiadamente onerosa sem apoio das instituições envolvidas, dificultando o seguimento burocrático de participação em instrumentos de gestão institucional.

Atualmente, é o Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade (ICMBio) o órgão ambiental que disciplina a temática a partir das INs, responsabilidade que já foi do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). A governança ambiental e a participação extrativista promovida por este órgão se fundamenta em princípios do argumento socioecológico da ação coletiva dessas comunidades – a exemplo da categoria criada em torno do manejo comunitário –. Isso é feito pela criação de espaços deliberativos, descentralizados e representativos, sendo que a participação social nestes espaços é o que potencializa em grande medida esse conjunto de aspectos benéficos, com resultados que dependem de inúmeras variáveis.

² Arranjos socioprodutivos são a forma como os moradores de uma floresta se organizam, com suas regras locais e espacialmente, para executar suas atividades de agricultura, pesca, caça, coleta e de manejo florestal (ICMBio, 2019).

Esses espaços são denominados aqui de Instituições Participativas (IPs), enquanto que faremos alusão aos Conselhos Deliberativos de RESEX, no caso de áreas extrativistas delimitadas. O entendimento que fundamenta a participação social e a criação de IPs se baseia na tentativa em adquirir uma melhor qualidade nos serviços públicos prestados pelo Estado, ao mesmo tempo em que consolida valores democráticos como cidadania, legitimidade, justiça social, desenvolvimento justo e distribuição justa de benefícios em políticas públicas (Almeida, Tatagiba, 2012; Borba, 2011; Cortes, 2011).

O caso seringueiro é emblemático para o estudo, sendo relevante a sua análise para o fortalecimento dos princípios e práticas que regeram as transformações em políticas ambientais e a participação socioecológica, a partir da década de 70. Além de ser um caso notável para a dinâmica de ocupação territorial da Amazônia, a partir da promoção da cadeia da borracha, os seringueiros, em particular o grupo localizado no Acre e na região da RESEX Chico Mendes, foi pioneiro ao consolidar a inserção social na questão ambiental, principalmente nos tópicos de proteção da natureza e distribuição de riquezas – algo “que nunca estivera antes presente em nenhum outro país do mundo” (Allegretti, 2008, p.56).

Deste modo, se tornou possível a resignificação de populações pobres do campo como agentes socioambientais da conservação, com papéis e saberes “ecologizantes” essenciais. Veremos como isso foi inovador a nível mundial e nacional, em um momento onde países estabeleciam acordos internacionais mediante discussões polarizadas, entre países desenvolvimento e em países desenvolvimento, e foi um importante balizador do conceito de Desenvolvimento Sustentável.

O caminho adotado para analisarmos os processos de *empowerment* dos seringueiros e extrativistas no Acre foi identificar os processos de transformações sociais e políticas desses atores sociais, diferenciando-os por suas características e contextos em cada período. Isso nos permite indicar marcos históricos e discuti-los à luz dos conceitos trabalhos. Também consideramos importante discutir as transformações que os próprios conceitos estão sujeitos.

Sendo assim, trabalhamos aqui com três conceitos de forma integrada: a participação, a governança e o *empowerment*. Como veremos, o *empowerment* não é um mero empoderamento e capacitação técnica, devendo considerar o fortalecimento organizacional e realizar o resgate da luta política (Saito, 2001). Tratando-se de participação, ele é uma *ideia-prática* essencial para identificar e buscar alternativas à alienação da participação social, ou seja, desmistificando-a (Saito, 2006).

Os dois primeiros principais conceitos, a participação e a governança, são complexos e ainda possuem definições disputadas. E se tratando de sua análise, são muitas as propostas de avaliação e mensuração técnica, as quais podem considerar apenas variáveis internas como também exógenas ao espaço de deliberação (Silva, 2011). Para a participação, a pesquisa pode mostrar uma preocupação com a investigação dos efeitos de uma governança descentralizada e da participação institucionalizada de forma bastante utilitária. Isso significa reduzir a análise da participação à sua capacidade de influir e impactar diretamente em uma política pública e seus objetivos específicos (Almeida, Cunha, 2011).

Já esta dissertação, faz parte de outro grupo de pesquisa da participação, e buscamos identificar variáveis externas à sua percepção puramente utilitária. Consideramos os seus efeitos na análise de dados mas o foco está em propiciar uma descrição detalhada dos cenários relacionados aos efeitos, aprofundando a sua qualificação. A isso creditamos nossa principal contribuição no campo em estudo – quer seja, a análise da participação social de povos e comunidades tradicionais extrativistas.

O marco teórico apresenta os conceitos ressaltando a preocupação metodológica do tema: é necessário entender tanto o processo quanto os efeitos da participação. Ainda mais se tratando de políticas ambientais, essa tarefa deve ser realizada segundo os interesses emancipatórios de classe dos coletivos socioambientais, quase sempre marginalizados.

Destacamos que não foi viável realizar a pesquisa em campo, aplicando os princípios que serão indicados, dado o contexto sociopolítico da pandemia de COVID-19 e das violações aos direitos dos seringueiros e extrativistas – como a flexibilização e redução das multas por crimes ambientais³; o desmantelamento de órgãos responsáveis pelo monitoramento do desmatamento⁴; o desmantelamento do ICMBio e a proposta de revisão de 334 áreas protegidas⁵; o desmonte de IPs de forma generalizada⁶; entre outros.

³ Decreto n.º 9.760 de 2019, que estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9760.htm. Acesso em: 14 de abr. de 2024.

⁴ Durante a gestão Bolsonaro, recebeu do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), um órgão estritamente técnico, a responsabilidade de divulgar dados de queimadas e desmatamento. Isso diminuiu a transparência e sinalizou em prol de práticas criminosas contra a floresta, como as queimadas e o garimpo. Além disso, exonerou-se o seu então Diretor, Ricardo Galvão, colocando um militar no lugar. A sua exoneração foi publicada no Diário Oficial da União (DOU), no dia 07 de agosto de 2019. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portarias-de-6-de-agosto-de-2019-209288438>. Acesso em: 14 de abril de 2024.

⁵ Segundo entrevista do ex-ministro do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), Ricardo Salles. Disponível em: <https://oeco.org.br/noticias/ricardo-salles-quer-rever-todas-as-unidades-de-conservacao-federais-do-pais-e-mudar-snuc/>. Acesso em: 14 de abr. de 2024.

⁶ O Decreto n.º 9.759 acabava com os colegiados ligados à administração pública federal que foram criados por lei, via decreto ou por atos infralegais. Isso abarcou conselhos, comitês, comissões, fóruns, e demais instâncias que permitem a articulação entre os representantes sociais, inclusive de Povos e Comunidades

Diante dessa situação, tornou-se imperativo reestruturar o olhar e as ferramentas metodológicas. A caracterização descritiva da trajetória seringueira é posta como forma de evidenciar na discussão da participação social formas particulares de governança e da própria análise da participação (Lavalle, 2011). Assim, o estudo também se associa à busca pela reinterpretção do próprio papel de um pesquisador, que precisa adaptar-se a novas realidades e desafios.

Se referindo ao fundamento teórico e metodológico, este trabalho se justifica por dois motivos principais, que são: primeiramente, busca-se caracterizar o ambiente institucional e as conquistas extrativistas relacionadas à RESEX Chico Mendes. Em segundo lugar, há um enfoque no empowerment na participação extrativista tanto no contexto dessa governança e de sua luta social, renunciando ao que é nomeado de “causalidade remota” no estudo das causas e efeitos da participação social, quanto na aplicação científica de metodologias participativas.

O primeiro capítulo apresenta e discute a base teórica, ou seja, realizamos apresentamos a Revisão Bibliográfica, e onde iniciamos a discussão da participação extrativista buscando traçar a trajetória das ideias de Governança Ambiental e de Participação Extrativista, analisadas segundo o caso da RESEX Chico Mendes. Na parte final deste capítulo realizamos a integração com o conceito de *empowerment*.

Neste capítulo, identificamos a ampliação e categorização da análise da Participação Extrativista em duas formas distintas: a institucionalizada e a não institucionalizada. Essa proposta contempla o desejo da análise em captar e diferenciar as diferentes organizações informais da participação dos sujeitos de forma ampla, e isso é feito considerando que os atores possuem diferentes funções e características, específicas para cada forma de participação (Campos, 2011; Wampler, 2011a). Desta forma, possibilitamos que os momentos institucionais e os não-institucionais nos indiquem os sinais de *empowerment* na trajetória seringueira almejados. São descritas a expansão do modelo participativo em instituições, particularmente no caso de políticas públicas ambientais; seus possíveis efeitos e implicações da prática avaliativa por meio de variáveis ligadas ao conceito de *empowerment* extrativista; e analisada a estrutura formal da RESEX Chico Mendes, que conforma a participação das comunidades locais segundo a sua institucionalidade, implicando uma análise por meio da investigação de seu desenho institucional, instrumentos normativos e posicionamentos dentro de uma governança própria – como a formalização da coletividade em associações e cooperativas, do Conselho Deliberativo de RESEX, da institucionalização de suas regras por meio do Plano de

Manejo, e de normas relacionadas à RESEX Chico Mendes –. Este capítulo fundamenta conceitual e contextualmente a governança, de forma que a discussão é realizada no capítulo 3, quando da análise dos resultados.

No segundo capítulo, descrevemos a trajetória seringueira desde a concepção da extração do *látex* por populações não indígenas, e que viriam a dar origem à categoria social e profissional de seringueiros, à consolidação do extrativista como importante ator na participação social de RESEX. Essa categoria foi responsável pelas principais transformações nas dinâmicas espaciais e socioeconômicas da Amazônia, a partir do século 19, conformando suas identidades e ações coletivas (Allegretti, 2008). Ao final deste capítulo discutimos e contextualizamos o cenário socioambiental no Acre e na RESEX Chico Mendes em anos mais recentes.

Sabe-se que estabelecer relações causais nas ciências sociais constitui tarefa complexa. Quanto à participação, as naturezas são diversas e os contextos, amplos (Wampler, 2011a). Entende-se que os indivíduos podem construir e estruturar o processo da governança ambiental (Ostrom, 1990). Ao retratarmos um estudo de caso, podemos afirmar que a capacidade de generalização é baixa, mas isso verifica maior representatividade à identidade extrativista em questão (Creswell, 2010). É o que chamamos de trajetória seringueira, que é analisada a partir de um princípio pedagógico problematizador, ou seja, de aspectos que decorrem do diálogo entre os sujeitos, que reconhecem os seus desafios e propõe maneiras de superá-los a partir do reconhecimento de sua própria coletividade e identidades (Freire, 1982). onde a descrição da sua história e luta social no processo de implementação e execução da governança ambiental nos permite reapropriar e reinterpretar os indicadores de resultados da política pública.

Em seguida, são discutidos os achados e apresentada a Revisão Sistemática de Literatura (RSL), no terceiro capítulo. Ela foi elaborada para identificar e analisar publicações que respondessem aos critérios de *empowerment* em diferentes escalas. Analisamos e buscamos identificar neste capítulo dois pontos principais: (i) o modo que a participação de povos e comunidades tradicionais extrativistas do Acre são retratados, se de forma utilitária ou não, e quais os principais dados identificados; e (ii) se as metodologias aplicadas contribuem de alguma forma para o *empowerment* das comunidades residentes da RESEX Chico Mendes.

Nesse sentido, as contribuições deste trabalho estão vinculadas, em especial, às análises das discussões científicas relacionadas à natureza e trajetória da identidade política em questão; à permeabilidade da RESEX Chico Mendes à participação; à posição institucional e autoridade dos mecanismos de participação em relação aos resultados produzidos de sua política e, por fim, às características e repertórios de ação dos atores envolvidos direta e indiretamente.

Então, do entendimento acerca do que foi exposto e partindo da problemática de comunidades tradicionais extrativistas, configurada na participação do movimento dos seringueiros na gestão socioambiental e na conformação de uma rede de atores locais, é proposto a seguinte pergunta de pesquisa: *quais são os empowerments da participação extrativista segundo a trajetória seringueira na consolidação da Reserva Extrativista Chico Mendes?*

Os capítulos que seguem demonstram como a história dos seringueiros é marcante, conceitual e historicamente, pois ela está repleta de episódios de resistência e de sobrevivência. Cabe ainda aos pesquisadores e pesquisadoras no campo das ciências sociais, se esforçarem para reconhecer as complexidades e paradoxalismo dos seres humanos, desvencilhando-se da simplificação de pessoas e histórias, quando desenvolvem pesquisas participativas ou baseadas em dados secundários. Essa observação parte da crítica política segundo interesses de classe, seja na prática científica ou na prática governamental.

Por fim, os resultados apontam para o fortalecimento técnico, político e de conhecimento dessas comunidades, especialmente ao examinar os momentos históricos cruciais ligados à sua luta social. No entanto, ao analisar e classificar esses sinais, sugerimos que eles resgatem aspectos importantes para discutir a consistência da abordagem do Estado em relação à gestão ambiental e para identificar benefícios potenciais para a melhoria ambiental decorrente da participação social. A conclusão fornece insights para uma reflexão sobre a necessidade de consolidar a postura do governo federal em relação à gestão de recursos naturais, ao desenvolvimento técnico e epistemológico das comunidades tradicionais, bem como à sua integração com processos participativos.

OBJETIVO GERAL

Diante do exposto, esta pesquisa tem como objetivo geral analisar a trajetória seringueira de forma a identificar indícios de seu empowerment na participação extrativista e governança ambiental da RESEX Chico Mendes.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Os objetivos específicos desta pesquisa são:

- a. Caracterizar a trajetória extrativista de seringueiros da Reserva Extrativista Chico Mendes;
- b. Identificar e relacionar a participação e governança ambiental extrativista ao *empowerment*;
- c. Indicar a Revisão Sistemática de Literatura como metodologia complementar na avaliação da efetividade e *empowerment* da participação social;

A METODOLOGIA

Este estudo adota uma abordagem metodológica qualitativa exploratória descritiva do caso dos seringueiros do Acre. Utilizamos a perspectiva de uma teoria crítica da participação, que se está refletida na pergunta de pesquisa deste trabalho e no emprego do conceito de *empowerment* como uma categoria de análise do nosso objeto de pesquisa – a participação social e política de comunidades extrativistas (Creswell, 2010; Saito, 2001). Essa abordagem é adotada para analisar os aspectos culturais e políticos específicos da participação extrativista, buscando identificar sinais de empoderamento técnico-político em sua jornada histórica na consolidação da governança ambiental da Reserva Extrativista Chico Mendes e seus mecanismos de inserção local.

As categorias de UCs estão estabelecidas pelo SNUC, Lei nº 9.985/2000, onde se definem as normas de criação, implantação e gestão das unidades de conservação. As RESEX buscaram preencher lacunas referidas no Capítulo 1, da trajetória seringueira, conformando a agenda ambiental e social, com os objetivos de assegurar a continuidade dos recursos naturais e dos processos ecológicos, e conciliando a manutenção de sua biodiversidade com o desenvolvimento sustentável, e com a valorização da sociodiversidade (BRASIL, 2002). A tabela a seguir indica as diferentes categorias de áreas protegidas, divididas em dois grupos:

Tabela 1 – Categorias de Unidades de Conservação

Unidades de Proteção Integral	Unidades de Uso Sustentável
I - Estação Ecológica; II - Reserva Biológica; III - Parque Nacional; IV - Monumento Natural; V - Refúgio de Vida Silvestre.	I - Área de Proteção Ambiental; II - Área de Relevante Interesse Ecológico; III - Floresta Nacional; IV - Reserva Extrativista; V - Reserva de Fauna; VI – Reserva de Desenvolvimento Sustentável; VII - Reserva Particular do Patrimônio Natural.

Fonte: adaptado de SNUC, 2000

As UCs de Uso Sustentável visam conciliar a conservação da biodiversidade com o uso sustentável dos recursos, ao contrário do outro grupo, onde o uso humano dos recursos é restrito. As áreas protegidas que visam o manejo são gerenciadas para promover atividades humanas que não causem danos irreversíveis aos ecossistemas, como o extrativismo (Brasil, 2002). Portanto, a categoria maior que contempla as Reservas Extrativistas representam conquistas significativas para as populações tradicionais (Prost, Santos, 2016).

Partimos do reconhecimento de dinâmicas diferenciadas entre os seringueiros do Acre e o meio ambiente na participação social na gestão pública de recursos naturais. Ainda que fortalecido o seu cooperativismo, ainda não atingiram o grau de sustentabilidade desejado, uma vez que não têm sido consideradas as condições de produtividade do manejo florestal e extrativismo (Becker, 2010).

Tais dinâmicas e relações incluem uma noção de antropologia presente em argumentos teóricos, ideológicos e de políticas públicas socioambientais. Isso envolve analisar essa tríade de forma a distinguir os seus contextos específicos. Segundo uma teoria crítica, a análise deve contextualizar os marcos históricos e ambientais explorando os conceitos atrelados, considerando e distinguindo outros níveis de análise (Little, 2006).

Argumentamos pela inclusão de outros níveis na análise realizada da RSL, o que é vantajoso para a metodologia pois verifica-se que a análise das práticas participativas de um grupo estará melhor representada ao considerarmos fatores abrangentes que permitam analisar conjuntamente os diferentes processos institucionais, nos quais os atores interferem nas decisões, implementação e monitoramento de políticas públicas (Vaz, 2011).

Apesar dos desafios associados à imputação de causalidades e efetividade da participação, como observa Wampler (2011a), inferir a participação extrativista sob um *raciocínio sistêmico* possibilita identificar padrões que aprimoram ou prejudicam o desempenho de uma estrutura de governança ambiental participativa (Folledo, 2000).

Ao assim fazer, possibilitamos uma discussão robusta sobre a participação de um grupo e, principalmente, se a sua forma institucionalizada foi “capturada” por outros interesses, que alienam a participação e substituem lógica de governança participativa pela de democracia representativa simplificada (Wampler, 2011b). Neste trabalho, isso se traduz na apresentação de uma rede mais complexa de relações sociais, diferenciando-as se são institucionalizadas ou não. A avaliação da participação como um mecanismo que é consequência e oportunidade para o empowerment extrativista apreende uma metodologia multidimensional relacionada às instituições, seus processos, resultados e fatores exógenos.

Os fatores exógenos estão relacionados à dinâmica associativista dos seringueiros extrativistas e ao projeto político do Acre. Os demais estão relacionados ao desenho institucional da RESEX Chico Mendes e indicadores de participação (Faria, Ribeiro, 2011). Utilizamos essa diferenciação intencionalmente para indagar sobre o empowerment extrativista, mas adotamos o foco institucional na RESEX Chico Mendes, pois isso nos permite entender a luta em torno do Estado, que é o ordenador dos marcos jurídicos e garantias de suas demandas sociais (Toni, 2004). E então, com base no conceito mencionado, que envolve o

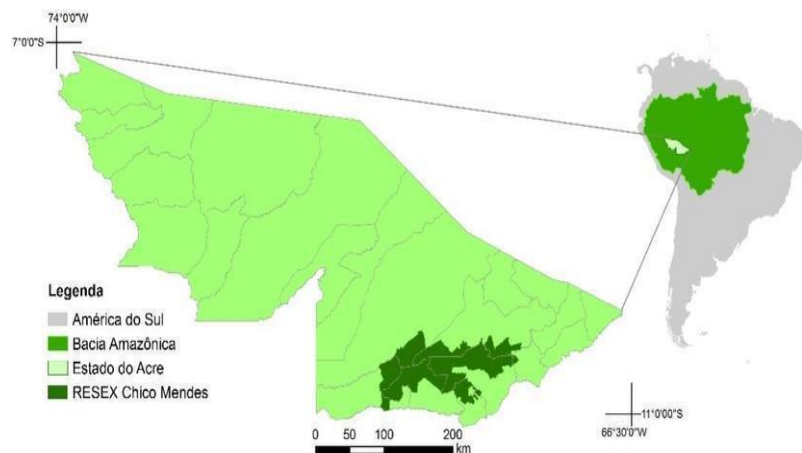
empoderamento e a capacitação dos indivíduos politicamente, podemos refletir sobre a emancipação discursiva, pedagógica e técnica dentro dessa classe.

Essas são as razões para o contorno metodológico escolhido. Neste capítulo, iremos na sequência indicar as características gerais da pesquisa e suas técnicas de coleta e de análise, justificando as suas escolhas dado os limites da pesquisa. Em sua última parte, realizamos uma discussão sobre a prática avaliativa da participação a partir da sua integração com o conceito de empowerment e de desenvolvimento.

ÁREA DE ESTUDO E CARACTERIZAÇÃO DA GESTÃO

A Reserva Extrativista Chico Mendes, ou RECM, foi criada pelo Decreto nº 99.144, de 12 de março de 1990, sendo uma UC Federal de Uso Sustentável. Foi a segunda área protegida dessa natureza a ser criada, ocupando uma área de aproximadamente 970.570 hectares, na região sudeste do Acre. Se insere nos respectivos municípios: Xapuri, Assis Brasil, Brasiléia, Capixaba, Epitaciolândia, Rio Branco e Sena Madureira. Toda área da Reserva é recortada por rios e igarapés da bacia hidrográfica Purus, uma sub-bacia hidrográfica amazônica. Em grande parte são afluentes do Rio Acre, e na parte mais oriental, no município de Sena Madureira é banhada pela bacia do Rio Iaco (Brasil, 2006). Seu clima é quente e muito úmido, o bioma dominante é floresta tropical aberta, seus subgrupos são: floresta tropical aberta com bambu, floresta tropical aberta com palmeiras e floresta tropical aberta com cipó (Acre, 2010, p.22). Ela se encontra na parte oriental da Amazônia, na Amazônia Legal Brasileira (ALB), e na maior bacia hidrográfica do mundo – conforme representado na Figura 1.

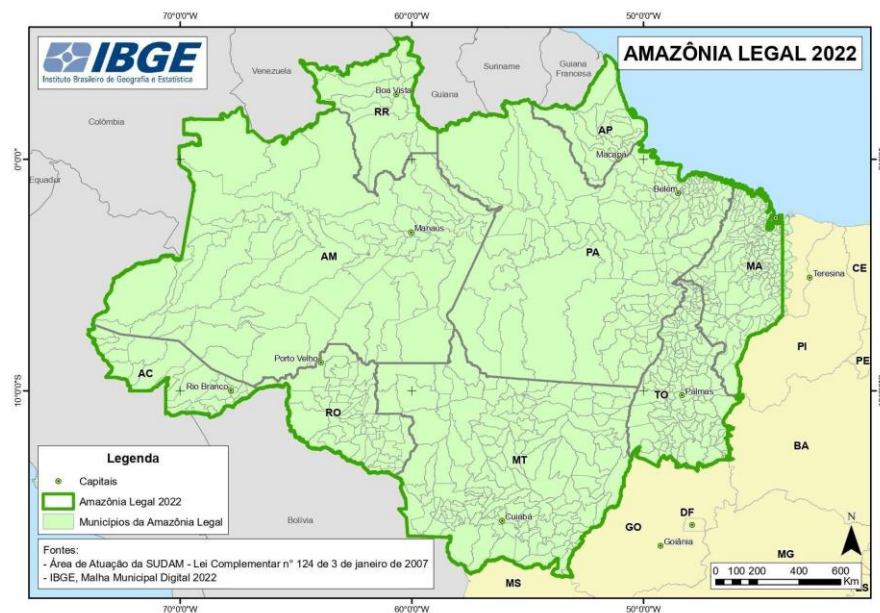
Figura 1 – Localização continental da RESEX Chico Mendes



Fonte: Maciel, Silva, 2008

A delimitação territorial da Amazônia Legal Brasileira resulta de motivações políticas, relacionadas ao desenvolvimento, sendo uma divisão instrumental. A área territorial da Amazônia Legal é de 5.217.423 km², abrangendo 61% do território nacional, e a totalidade do estado do Acre. Sendo portanto uma construção geopolítica, estabelecida pela Lei 1.806/1953 e reformulada pela Lei 5.173/1966, com o objetivo de ressignificar o desenvolvimento promovido até a década de 1950, buscando um desenvolvimento ordenado e com instituições públicas redirecionadas (Junior, Contini, Navarro, 2011).

Figura 2 – Recorte territorial da Amazônia Legal



Fonte: IBGE, 2022

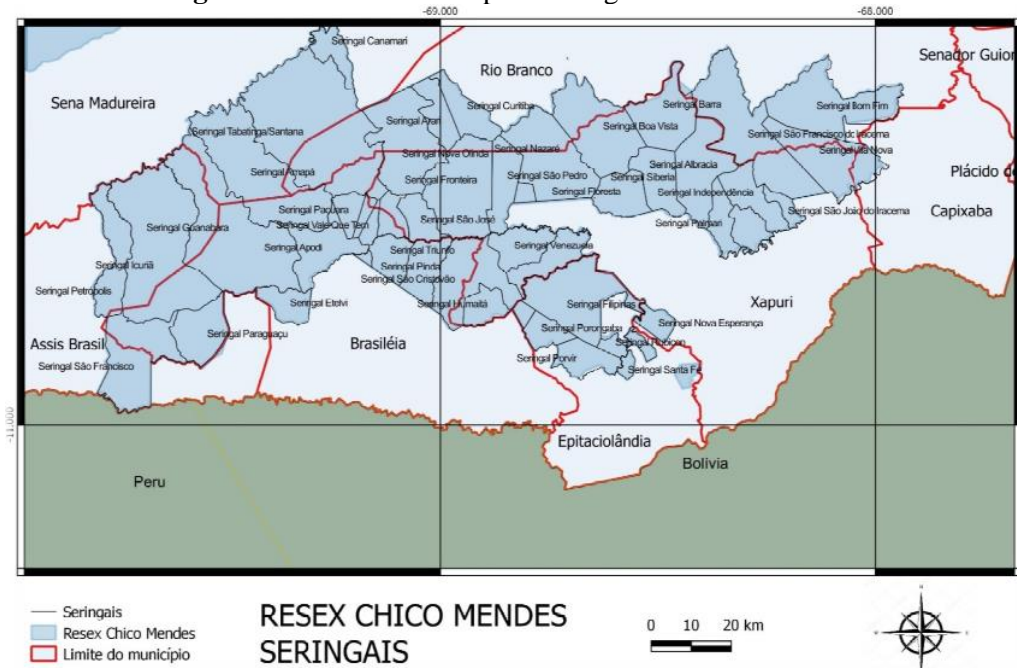
Essa é a região com menor densidade demográfica do país, A ALB contempla também uma porção do bioma Cerrado – região que abriga parte significativa da totalidade da atividade agropecuária dentro de seus limites –, em parte dos estados de Mato Grosso, Tocantins e Maranhão. Desde 1970, há um forte processo de migração rural e urbanização. O que pode contribuir para o enfraquecimento de sua diversidade populacional e cultural: inicialmente ocupada por populações indígenas, recebeu o seu primeiro influxo migratório oriundo do Nordeste no século 19, como consequência da expansão de cultivos de seringueiras – o denominado Primeiro Ciclo da Borracha. Os movimentos migratórios mais recentes não incluem o estado do Acre, estando voltados para regiões de agropecuária mais intensa, como Rondônia e Mato Grosso. Outras regiões possuem menor fluxo de ocupação do espaço devido à baixa articulação com mercados mais amplos (Júnior, Contini, Navarro, 2011).

A RECM está dividida em seringueiras e núcleos familiares de base, sendo a maior RESEX acreana e uma das maiores do país. Os seus seringueiras, 53 no total, estão subdivididos em

colocações, que são as unidades familiares, e distribuídos ao longo dos municípios que abrangem o território (ICMBio, 2008) (Figura 2). O território médio das colocações é de 300 hectares. Segundo a Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Acre, 2010), a sua população é de aproximadamente 8.220 pessoas, com uma média de 4,11 membros em cada família, que por sua vez, estão concentradas na região central e sul desta RESEX, próximas aos municípios de Xapuri, Brasiléia e Assis Brasil. Há 1.694 colocações, e os residentes estão representados por cinco associações, destacadas a seguir:

- Amoprex – Associação dos Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes de Xapuri;
- Amopreb – Associação dos Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes de Brasiléia;
- Amoprecap – Associação dos Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes de Capixaba;
- Amopreab – Associação dos Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes de Assis Brasil;
- Amopresema – Associação dos Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes de Sena Madureira.

Figura 3 – Divisão municipal e seringais da RESEX Chico Mendes



Fonte: Choma, 2018

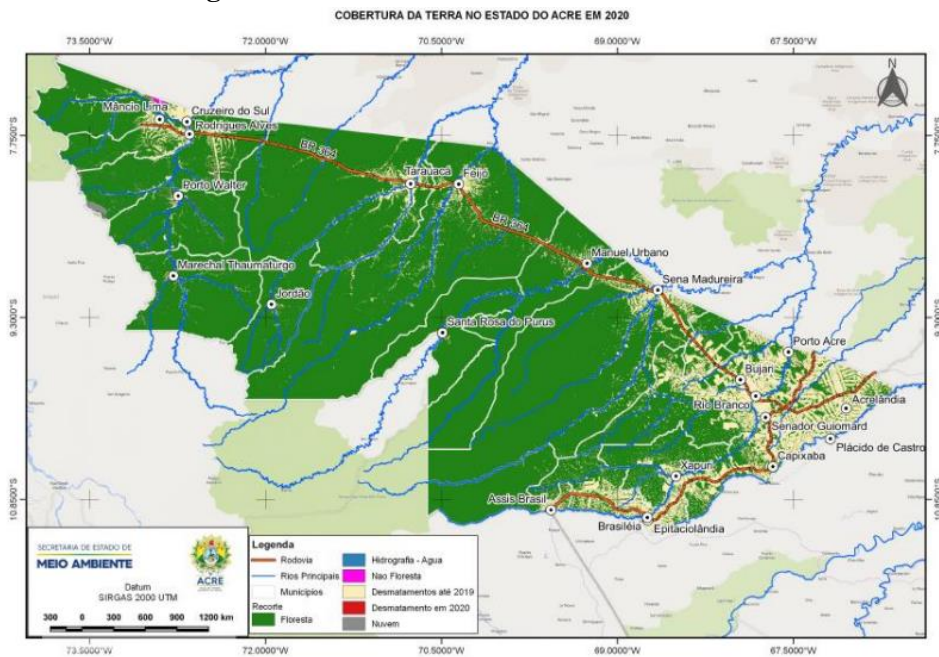
A principal via de acesso à essa RESEX se dá por meio da BR-317, que permite acessar vários ramais no interior da Reserva. Os ramais são os caminhos utilizados por seringueiros

para acessar as áreas onde realizam a extração de látex das seringueiras, sendo essenciais para permitir o seu deslocamento (IBAMA, 2006). A rodovia citada liga a capital, Rio Branco, à divisa com a Bolívia e o Peru.

Além disso, as cheias dos rios permitem ingressar no território da RESEX por barcos, sendo uma alternativa fluvial, bastante comum aos territórios tradicionais amazônicos. Observa-se que os focos de desmatamento se localizam ao longo da rodovia e centros urbanos, e não mais ao longo da rede fluvial, como ocorria no passado (Becker, 2005).

O desmatamento acumulado no estado do Acre foi de 2.415.303,1 hectares, até o ano de 2020, sendo impulsionado nos últimos anos da gestão do governo federal, entre 2021 e 2022, momento em que ocupava o terceiro lugar de UCs federais mais desmatadas. Isso colocou a RESEX Chico Mendes em evidência, de forma negativa, e tornando-a a área protegida líder em desmatamento – tanto interno quanto em seu entorno –, dentre a sua categoria (Amorim *et al*, 2022).

Figura 4 – Cobertura da terra no estado do Acre em 2020



Fonte: Acre, 2021⁷

A indicação da área de estudo corrobora para a afirmação do êxodo rural, uma vez que a população apresentada no momento da elaboração do Plano de Manejo, a partir de dados levantados pelo Conselho Nacional de Seringueiros (CNS), em 1992, denominado até então

⁷ Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA) do Acre: Relatório Dinâmica do desmatamento no estado do Acre - PRODES - ano florestal 2019 - 2020. Disponível em: https://sema.ac.gov.br/wp-content/uploads/2021/08/Relatorio-Desmatamento-PRODES-2019_2020_202100811.pdf. Acesso em: 29 abr. 2024.

dessa forma, indicava uma população de cerca de 12 mil habitantes. Em 1998, dados do IBAMA e do Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais (CNPT)⁸ apuraram um total de 5.976 moradores. O último censo não foi identificado pela pesquisa, tendo sido realizado em 2009, mas há indicações em Fittipaldy e Castelo (2021, p. 39) que a previsão do PM se confirmou, ao identificar “aproximadamente 2.000 famílias na RESEX, apontando para uma reversão do quadro de emigração” (IBAMA, 2006, p. 31).

Neste ponto, identificamos um gargalo metodológico, particular à realidade de comunidades tradicionais e da agricultura familiar: a elaboração e acesso a dados técnicos, espaciais e socioeconômicos de populações residentes de UCs. Como colocado⁹ pelo Presidente do CNS, Júlio Barbosa, a falta de banco de dados acerca de moradores da RECM causa sérios problemas para as associações, para a governança e para a interiorização de políticas públicas na Reserva.

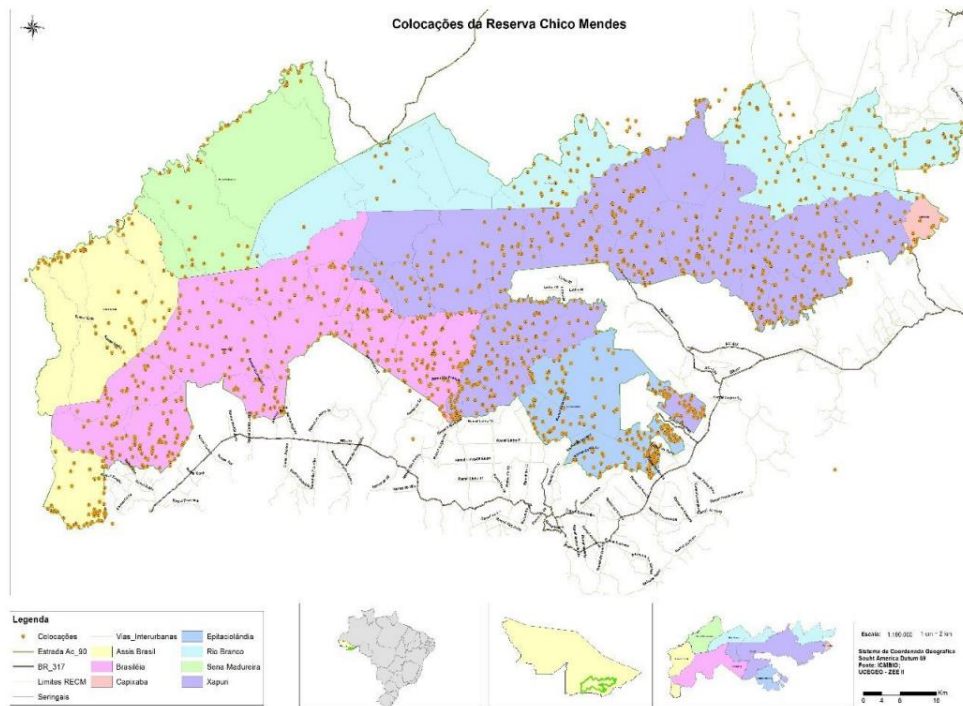
Os censo do IBGE dispõem de ampla gama de informações para identificação do produtor rural e do campesinato brasileiro, contudo, alguns públicos específicos possuem desafios quanto a isso na legislação, tais como quilombolas, indígenas e extrativistas (Grossi, 2019). O Decreto n°. 9.064/2017 instituiu o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF)¹⁰, confirmando os preceitos da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais (PRONAF) e simplificando o acesso às políticas públicas da agricultura familiar, principalmente, por flexibilizar quanto à comprovação do domínio legal do imóvel, sendo um desafio no contexto amazônico.

⁸ Ressalta-se a transformação do CNPT no CNPCT. O primeiro foi criado em 1992, inserindo-se na estrutura do IBAMA, com o objetivo de realizar pesquisas que contribuam para a conservação da biodiversidade e a melhoria da qualidade de vida dos PCTs. Em 2009, ele passa a fazer parte da estrutura do ICMBio, sendo reestruturado e renomeado Conselho Nacional de Pesquisa e Conservação da Sociobiodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT) (https://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Portaria/2009/p_icmbio_78_2009_criarcentrosnacionaispesquisaconservacao.pdf). Com a promulgação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), que deveria ser presidida por uma comissão nacional, surge o Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT). Ele se trata de um conselho deliberativo para orientação e definição de políticas públicas associadas, sendo sigla para Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT). O CNPCT como foi definido mais recentemente pelo Decreto n° 8.750 de 2016. Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Portaria/2009/p_icmbio_78_2009_criarcentrosnacionaispesquisaconservacao.pdf. Acesso em: 14 de abril de 2024.

⁹ Trecho de entrevista com Júlio Barbosa, Presidente do CNS. Disponível em: <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/noticias/ultimas-noticias/conselho-deliberativo-aprova-por-unanimidade-definicao-do-perfil-de-beneficiarios-da-resex-chico-mendes>. Acesso em: 14 de abril de 2024.

¹⁰ O CAF é um documento necessário de acesso às diversas políticas públicas direcionadas ao desenvolvimento e fortalecimento da agricultura familiar. Isso inclui o acesso de PCTs à programas e incentivos, residentes de RESEX ou não, impossibilitando o escoamento de sua produção à importantes programas como o PRONAF, a Política Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o Plano Safra, o acesso à Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PNATER), entre outras. Ele substituiu a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), que está vigente até janeiro de 2025.

Figura 5 – Localização das colocações da RESEX Chico Mendes



Fonte: Choma, 2018

Para residir na RECM, é necessário que o solicitante resida em uma colocação sem morador ou em colocação na qual o antigo morador tenha permitido a sua ocupação. Após isso, deve-se registrar no núcleo de base local e aguardar a confirmação por meio de fiscalização local. Os núcleos locais devem votar em assembleia e aprovar o novo ocupante. Assim, o procedimento é reportado para a associação e para o ICMBio, onde é realizado o cadastro do novo morador. A permanência nas colocações também é possibilitada pelos laços geracionais.

Ainda assim, um ponto evidenciado pelos dados dos censos realizados nesta Reserva apontam para o envelhecimento da população local. De 1992 para 2009, a predominância de crianças e jovens passou de 59,5% para 38,62%, enquanto o relacionado a adultos e idosos passou de 40,5% para 61,38% (Fittipaldy, Castelo, 2021). Isso pode indicar, além da migração para as cidades, uma baixa taxa de natalidade nessas populações.

No mesmo período mencionado, a renda familiar advinda do extrativismo, da agricultura e da pecuária passaram de 62%, 29% e 9% para 35%, 15% e 35%, respectivamente (Acre, 2010). Quanto à agricultura, ela se dá por meio do agroextrativismo, ou seja, pequenos roçados familiares e a exploração e comercialização de Produtos Florestais Não-Madeireiros, como principalmente a castanha-do-brasil (*Bertholia excelsa*), o látex da seringueira (*Hevea brasiliensis*), óleos e sementens. Os dados indicam a queda da atividade extrativista e a expansão da pecuária, ainda que de pequeno porte, no interior da RESEX.

A criação de animais é uma atividade de renda complementar dos produtores rurais devido a facilidade de escoamento e a alta dos preços e, apesar de ser realizada como de pequeno porte, representa uma evolução de 280,21%, no período entre 1996 e 2019, e a maior fonte de renda na RECM.

A exploração de madeira é outro ponto sensível na RESEX, demonstrando o complexo sistema de interesses quanto ao uso sustentável dos recursos deste território. Houve promoção por parte de financiadores privados, atores governamentais e por grupos de extrativistas residentes – o que vai contra o estabelecido pelo Plano de Utilização (PU), no momento de consolidação da RESEX. Esse ponto teve a sua primeira abertura cinco anos após a criação desta UC, quando o SNUC previu no seu art. 18 que:

“a exploração comercial madeireira só será admitida em bases sustentáveis e em situações especiais e complementares às demais atividades desenvolvidas na Reserva Extrativista, conforme disposto em regulamento e no Plano de Manejo da Unidade”

Tabela 2 – Transformação da Geração da Renda Bruta por linha de exploração na RECM

Linha de Exploração	Renda Bruta (%)				Evolução (%) A/D	Evolução (%) B/D	Evolução (%) C/D
	1996/1997 (A)	2005/2006 (B)	2014/2015 (C)	2018/2019 (D)			
Agricultura	34,07%	24,71%	30,00%	11,08%	-67,46%	-55,14%	-63,05%
Macaxeira	10,31%	10,56%	6,36%	3,16%	-69,33%	-70,06%	-50,27%
Arroz	7,35%	7,32%	4,09%	0,08%	-98,85%	-98,85%	-97,94%
Feijão	6,76%	1,78%	4,70%	1,54%	-77,25%	-13,40%	-67,28%
Cafê	0,02%	0,78%	2,14%	0,00%	-100,00%	-100,00%	-100,00%
Melancia	6,56%	0,96%	2,02%	0,66%	-89,93%	-31,24%	-67,33%
Milho	1,86%	1,03%	1,27%	1,01%	-45,88%	-1,68%	-20,60%
Banana	0,12%	1,13%	0,59%	0,01%	-94,12%	-99,35%	-98,76%
Outras	1,09%	1,16%	8,82%	4,62%	326,14%	297,43%	-47,57%
Criações	37,31%	30,17%	29,00%	56,90%	52,50%	88,62%	96,21%
Criação de Boi	11,12%	17,47%	15,85%	42,27%	280,21%	142,02%	166,71%
Criação de Aves	11,96%	5,20%	6,18%	4,57%	-61,76%	-12,05%	-25,97%
Criação de Porcos	11,02%	6,03%	4,73%	6,82%	-38,14%	13,08%	44,15%
Criação de Ovelhas	1,83%	0,81%	1,68%	1,78%	-2,88%	119,80%	5,96%
Outras	1,38%	0,66%	0,49%	1,46%	5,80%	120,49%	196,95%
Extrativismo	28,62%	45,12%	41,00%	32,01%	11,85%	-29,05%	-21,92%
Castanha	15,22%	27,12%	27,00%	7,49%	-50,77%	-72,38%	-72,26%
Borracha	13,40%	9,51%	11,72%	24,27%	81,06%	155,28%	107,07%
Castanha Certificada	-	4,32%	1,18%	-	-	-100,00%	-100,00%
Madeira	-	4,17%	0,11%	-	-	-100,00%	-100,00%
Outras	0,002%	-	0,53%	0,25%	13907,25%	-	-52,18%

Fonte: Maciel, Almeida, Menezes, 2021, p. 36

A dificuldade de logística de escoamento da produção pode ser percebida pela distância dos seringais de alguns municípios da cidade. Os seringais de Assis Brasil, Xapuri, Rio Branco, Brasília e de Sena Madureira apresentam distância média da cidade de, respectivamente: 47

km, 55 km, 81 km, 83 km e 380 km. Essas distâncias significam um deslocamento em unidade de medida de dias.

É necessário também realizar a caracterização da gestão da RECM, uma vez que este será um dos objetos de análise neste trabalho. As RESEX eram gerenciadas pelo IBAMA até o ano de 2007, quando foi estabelecido a incumbência maior ao ICMBio, após a sua criação com o objetivo de executar ações da política de unidades de conservação da natureza. O IBAMA passou a atuar especificamente na fiscalização, autorização do uso de recursos naturais e licenciamento ambiental¹¹ (IBAMA, 2009).

Até então a administração executada pelo IBAMA se dava através do CNPT sua gestão é realizada por um Conselho Deliberativo, presidido pelo ICMBio (SNUC, 2000). Esse Conselho é formado por instituições governamentais da administração pública, pela sociedade civil, e por representantes das associações de moradores. As associações de moradores são detentoras do direito de uso da terra, por meio do Contrato de Concessão Real de Uso (CCRU). Os núcleos de base são considerados instâncias abaixo das associações de moradores e acima das famílias, situados nos seringais, esse é um espaço administrativo e deliberativo onde podem surgir reivindicações as quais deverão ser demandadas às instâncias diretas superiores (IBAMA, 2006).

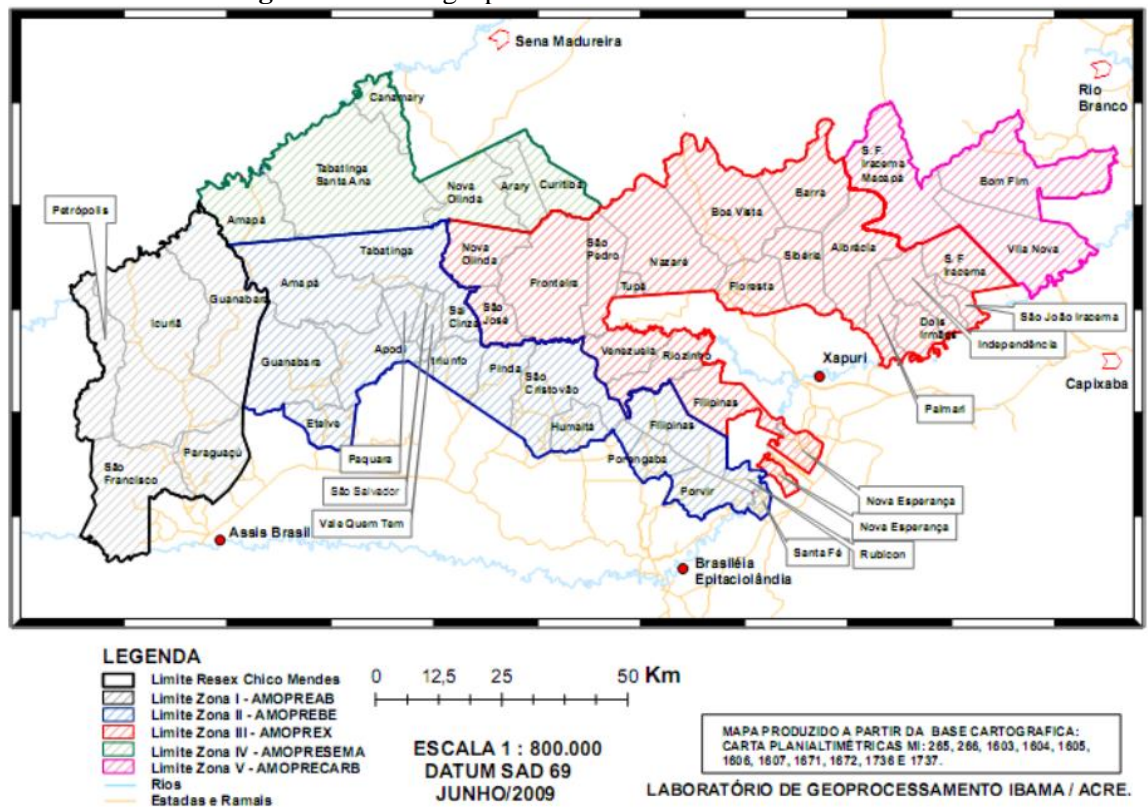
O Conselho Deliberativo é relativo ao instrumento de governança participativa. Esses conselhos podem decidir sobre assuntos relacionados à gestão, se manifestar e agir por meio de resoluções, desde que sua composição garanta a maioria de representantes extrativistas residentes. Esse espaço deliberativo é a mais significativa mudança na legislação original das RESEX, uma vez que transferiu a gestão centrada apenas nas organizações extrativistas e no ICMBio para uma rede de atores plural, ou seja, ampliando a governança da RESEX em um ideal de cogestão (Almeida, Rezende, 2013; Prado, Seixas, 2018). A implementação destes espaços passa a ser condição primordial para a implementação de UCs com população tradicional residente, como é o caso de RESEX, enfraquecendo o princípio de autogestão e papel central dos PCTs de RESEX, uma vez que se coloca um órgão responsável presidente no topo da hierarquia de decisões (Allegretti, 2008).

Para que as associações tenham os seus marcos regulatórios e acesso aos instrumentos de gestão e espaços deliberativos, elas necessitam de um Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ). Elas são reguladas de forma a atuarem como instrumentos de gestão social na estrutura

¹¹ Portaria IBAMA n° 11, de 10 de junho de 2009. Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Portaria/2009/p_ibama_11_2009_regimentointernofiscalizacao_revoga_p_ibama_53_1998.pdf. Acesso em 29 abr. 2004.

da RESEX. Mesmo assim, antes mesmo de suas fundações legais foram discutidos os elementos para a criação do Plano de Utilização da Reserva (PU), cujos conjuntos condutas básicas e de regras orientaram o uso inicial dos recursos, os direitos e os deveres de residentes – em um processo participativo junto a técnicos do IBAMA durante as primeiras assembléias de moradores, ocasião em que foram fundadas as primeiras associações de moradores nos municípios de Assis Brasil, Brasiléia e Xapuri –. A RECM passou por uma reconfiguração geopolítica da sua área, sendo dividida em cinco zonas de atuação, cada uma delas sob responsabilidade das suas associações de moradores. Essas zonas foram estabelecidas com o objetivo de integrar as associações aos núcleos de base, facilitando as condições de gestão e esclarecendo os territórios de responsabilidade de cada coletivo local (Souza, 2010).

Figura 6 - Zonas geopolíticas da RESEX Chico Mendes



Fonte: ICMBio, 2008

Os instrumentos de gestão iniciais no momento de criação das RESEX se limitavam ao CCRU e ao PU. Veremos ao longo da discussão da governança extrativista como foi consolidada a noção de cogestão de Reservas, inclusive por meio dos procedimentos de criação dessa mesma governança, estabelecidas no documento “Roteiro para Criação e Legalização das Reservas Extrativistas”, publicado pelo IBAMA. Esse documento deixa claro a marcante atuação de órgãos ambientais na aprovação de seus instrumentos de cogestão, ainda que já houvesse a criação de 9 RESEX no momento (Prado, Seixas, 2018).

Os CCRUs são os documentos emitidos que concedem o direito de uso a uma associação comunitária. Há uma série de cláusulas que estabelecem os deveres, com a sua fiscalização e autuação prevista. Em caso de não cumprimento, ocorre a rescisão da concessão, prevista inicialmente por um período de 20 anos e atualizada em sua última emissão para um período de 50 anos¹². Os PUs eram documentos práticos e de caráter preliminar ao planejamento técnico, orientado pela ideia de desenvolvimento sustentável e cientificidade de administradores públicos dos órgãos relacionados. Eles registram os costumes já implementados no manejo extrativista, estabelecidos pelos moradores (IBAMA, 2006). Após o estabelecimento do SNUC, novos arranjos formais foram apresentados em substituição e complementação aos primeiros instrumentos iniciais, são eles: o Perfil da Família Beneficiária (PFB), os Planos de Manejo, os Acordos de Gestão, além do Conselho Deliberativo.

Em conjunto com o CCRU, o Perfil da Família Beneficiária é um instrumento de reconhecimento territorial dos beneficiários, sendo instituído na IN n° 35 de 2013 pelo ICMBio. Essa Instrução prevê a criação de um Grupo de Acompanhamento para a definição e discussões realizadas de forma participativa com as comunidades e núcleos de base, que irão elaborar a manifestação técnica para aprovação do Conselho Deliberativo. Esse instrumento surge de forma a aprimorar os cadastros e levantamentos das famílias residentes, de responsabilidade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), com objetivos focados na definição de beneficiários em programas de reforma agrária, de forma generalizada. Como discutimos, esse levantamento possui deficiências, quando relacionados aos censos em RESEX. O novo PFB da RESEX Chico Mendes foi aprovado em 2023, durante reunião do Conselho Deliberativo, sendo iniciado um novo processo de atualização cadastral dos moradores e dos seus critérios de acesso a políticas públicas (Prado, Seixas, 2018).

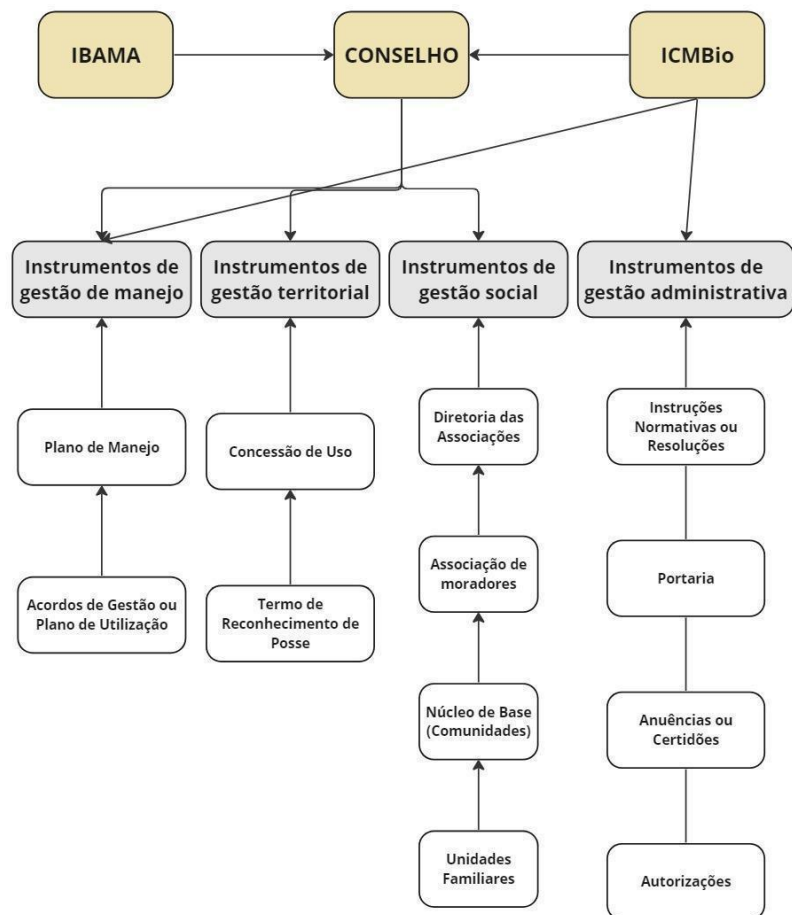
Sobre os instrumentos de regulação do manejo e uso do território, o Plano de Utilização foi substituído pelos Acordos de Gestão, possuindo os mesmos objetivos. Os Acordos de Gestão estabelecem novas diretrizes, atuando sob as lacunas iniciais dos PUs – tal como a ausência de menção do SNUC a este documento, o que retira a sua importância para os atores envolvidos na governança de Reservas Extrativistas e coloca toda a prioridade de manejo sobre os PMs –. Além disso, o seu estabelecimento por meio da IN n° 29 de 2021 do ICMBio, busca recuperar um instrumento de baixa implementação. A RECM não implementou um Acordo de Gestão, mas observa-se que em 2006, durante a elaboração do seu PM, o seu PU original foi adaptado,

¹² A exemplo dos CCRUs emitidos em 2012 para a Amopreab e Amoprex, publicada no DOU em https://documentacao.socioambiental.org/ato_normativo/UC/1187_20121112_110410.pdf. Acesso em: 14 de abril de 2024.

havendo a inclusão de novos critérios e regulamentos a partir de deliberações do Conselho. Essa nova versão foi impressa em cartilhas e distribuída para os moradores extrativistas durante a atualização do cadastro, em 2009, para serem apreciação de sugestões e críticas da população local (Souza, 2010).

Outros instrumentos se referem à gestão administrativa, os quais se referem a documentos emitidos por entidades reguladoras para estabelecer normas, ou seja, são atos administrativos. A adaptação do organograma da RECM, atualizadas do indicado pelo ICMBio (2008), contribui para uma melhor compreensão da estrutura de gestão dessa Unidade (Figura 7).

Figura 7 – Estrutura de Gestão da RECM



Fonte: adaptado de ICMBio, 2008

A COLETA DE DADOS

O quadro a seguir indica a relação entre os objetivos da dissertação e as metodologias utilizadas. Em relação à RSL, buscamos identificar outros níveis, além da RESEX Chico Mendes, para compreendê-los em sua inter-relação com a participação institucionalizada e a

participação social dos seringueiros extrativistas, no contexto da luta socioambiental pela gestão de seus territórios e recursos. Não sugerimos com isso que esta pesquisa seja de fato multidimensional, e sim que ao apresentarmos outras dimensões possibilita entender como suas narrativas fora das instituições conformam a capacidade destas em aprimorarem a sua participação a partir de reivindicações de bases externas, desde que internamente legitimadas. Identificados os diferentes níveis e sua importância para o *empowerment* dos sujeitos pesquisados, e discutimos os atores com a indicação de seus diferentes papéis, segundo a trajetória seringueira.

Tabela 3 – Quadro de objetivos e metodologias da pesquisa

Objetivo Geral	Objetivos Específicos	Método de pesquisa	Fonte de evidências
Identificar Empowerment da participação extrativista na RESEX Chico Mendes	Caracterizar Trajetória seringueira	Pesquisa Bibliográfica	Caracterização descritiva
	Relacionar <i>empowerment</i> , governança e participação extrativista	Pesquisa Documental	Desenho Institucional
	Indicar RSL como metodologia de avaliação da participação social	RSL	Análise de metodologias e resultados

Fonte: Elaboração própria

O nível principal de análise em uma pesquisa multidimensional serve como base para a descrição das relações que esses atores mantêm com o objeto de estudo (Little, 2006). Foi optado retratar principalmente o nível da RESEX Chico Mendes, enquanto os outros serão indicados como forma complementar à trajetória da participação extrativista neste espaço. Portanto, apenas o principal será considerado para a discussão, enquanto o restante cumpre o papel de indicar temas de empowerment em diferentes níveis da escala geográfica.

Uma vez apresentadas as características geopolíticas dessa RESEX, tem-se em mente que a sua gestão pública se relaciona com as comunidades locais residentes da RESEX a partir de uma tríade de instituições, seus instrumentos e atribuições. Ao longo do aprofundamento da investigação, detalhamos o caso sob a perspectiva teórica e documental. Esses passos metodológicos trazem consigo a confiabilidade e validade para aprimorar a capacidade de avaliação dos resultados (Carlomagno, Rocha, 2016).

No Capítulo 1, a RESEX é analisada a partir dos conceitos, normas e estrutura, estas originadas dos indivíduos locais e sua rede de parceria – governamental e social –. Elas atuam

orientando o manejo dos recursos e os outros mecanismos regulatórios, inclusive, da forma como é feita a gestão participativa deste espaço. O caso em questão foi escolhido por ser uma área de proteção fortemente identificada com a trajetória do extrativismo, conforme demonstraremos no Capítulo 2, que trata da trajetória extrativista.

Apesar de evidenciarmos o recorte conceitual e geográfico na Participação Extrativista no Conselho Deliberativo da RESEX Chico Mendes, a prática avaliativa da participação necessita de outros elementos para que seja entendida mais profundamente. Necessitamos entender o tipo de bem em disputa, as motivações sociais e estatais, e sua importância em um determinado tipo de política pública (Almeida, Cunha, 2011).

Os capítulos que seguem a apresentação da trajetória extrativista irão demonstrar essa afirmação. E se o processo comunicativo não pode ser confinado a um espaço, a sua relação causal entre a participação e o empowerment também está dificultado. Isso porque essa relação pertence integralmente tanto à esfera privada da vida cotidiana quanto à esfera pública dos espaços de governança ambiental e instituições participativas. O debate científico e crítico acerca do tema deve estar baseado em certas racionalidades, a partir do compromisso social e ambiental encontrado na essência coletiva da participação de comunidades tradicionais. Caso contrário, isso incorre na manutenção de formas alienadas de gestão pública e de apresentação de conceitos, compromissadas com uma lógica perversa de resultados e de produção material (Benítez Trinidad, Barca, Milanez, 2022; Habermas, 2003).

Por isso indicamos o discurso social de extrativistas, identificados em documentos oficiais e a partir da RSL. Ele afeta o sentimento de pertencimento dos atores em espaços públicos, seu interesse e capacidade na disputa por decisões e resultados de políticas públicas, sendo central na análise (Almeida *et al*, 2011; Avritzer, 2011, p.14).

Para alcançar os objetivos propostos neste trabalho, foram adotadas como ferramentas de coleta de dados secundários: Revisão Sistemática de Literatura e Análise Documental. Além disso, foram utilizadas notícias e matérias de jornal de forma complementar. Para a Revisão Sistemática, foi conduzida uma busca nas bases de dados Web of Science (WoS), Scopus, Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) e Redalyc. Para complementar as informações levantadas e considerando a importância de outros meios de divulgação científica, publicações relevantes da literatura cinza foram buscadas nos sites da Universidade Federal do Acre (UFAC), Instituto Socioambiental (ISA), Memorial Chico Mendes (MCM), Comitê Chico Mendes (CMC), Instituto de Estudos Amazônicos (IEA), Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), Instituto Nacional de Pesquisas Aplicadas (INPA) e Google Scholar.

Para a identificação de trabalhos ligados à área da participação extrativista e ao seu empoderamento foram utilizados *streams* em português, inglês e espanhol. Eles foram pensados de forma a retratar a amplitude buscada nesta dissertação, e portanto não houve recorte temporal dos trabalhos analisados. Eles foram combinados por meio dos operadores “OR” e “AND”.

Tabela 4 – Operadores utilizados na Revisão Sistemática de Literatura

Idioma	Operadores
Português	“governança” OR “participação” OR “política pública” OR “cultura” OR “empoderamento” OR “empowerment” AND “Reserva Extrativista Chico Mendes”
Inglês	“governance” OR “participation” OR “public policy” OR “culture” OR “empowerment” AND “Extractive Reserve Chico Mendes”
Espanhol	“gobernanza” OR “participación” OR “política pública” OR “cultura” OR “empoderamiento” AND “Reserva Extractiva Chico Mendes”

Fonte: Elaboração própria

Por isso indicamos o discurso social de extrativistas, identificados em documentos oficiais e a partir da RSL. Ele afeta o sentimento de pertencimento dos atores em espaços públicos, seu interesse e capacidade na disputa por decisões e resultados de políticas públicas, sendo central na análise (Almeida *et al*, 2011; Avritzer, 2011, p.14).

As publicações consideradas na revisão integral foram artigos publicados em revistas científicas e livros. Outras publicações como dissertações de mestrado e teses de doutorado também foram consideradas, mas apenas indicadas de forma complementar pela RSL. Foram excluídas publicações: 1) que não tratavam de participação social, comunidades tradicionais extrativistas ou de dinâmicas sociais em governança extrativista na Amazônia brasileira; 2) sem a presença de relação direta ou de comparação quanto à UCs de Uso Sustentável ou PCTs; 3) artigos duplicados e 4) artigos indisponíveis. Foram aceitos e identificados 4 níveis, desde que orientados pelos critérios listados, são eles i) a RESEX Chico Mendes, ii) o Acre e iii) a região MAP, e iv) a Amazônia Legal Brasileira.

Das publicações selecionadas foram extraídas informações básicas como o título, o nome dos autores, e ano de publicação. Para tanto, foi utilizado o *software* gratuito Parsifal e planilhas no Excel. O primeiro é uma ferramenta online para revisão de literatura, nos quais o protocolo de busca, descritores e questões, direcionadas a partir do que se busca extrair do texto (em formato *bibtex*), são pré-definidas pelo pesquisador. As dissertações de mestrado e teses

de doutorado apenas foram indicadas na RSL, por se tratarem de estudos mais aprofundados, sendo utilizadas na discussão de outros capítulos.

As diretrizes orientadoras adotadas nas questões estando baseadas pela nossa discussão teórica, buscam extrair dados e evidências sobre: 1) questões participativas de extrativistas em instituições, identificando quais efeitos foram aferidos pelo tema da publicação; e 2) desenhos metodológicos que contribuem para o *empowerment* seringueiro, ou seja, o fortalecimento organizacional e técnico-político dos extrativistas residentes da RESEX CM.

Tabela 5 – Questões levantadas na RSL

Questões da Revisão Sistemática de Literatura
Como o estudo trata de governança ambiental extrativista?
O estudo trata de RESEX ?
O estudo trata da RESEX Chico Mendes?
O estudo discute elementos socioecológicos de extrativistas ?
O estudo aferiu algum efeito da participação extrativista?

Fonte: Elaboração própria

Ao articular os dados extraídos com a discussão sobre o *empowerment* extrativista, é possível identificar dados da literatura e suplementar a descrição da participação desses sujeitos. Ademais, isso também evidencia outros dois pontos: como a prática científica tem lidado com esses indivíduos nesse recorte, e se tem contribuído para os seus interesses políticos autênticos.

É importante que a pesquisa evidencie outras racionalidades e os seus problemas sociais através do fenômeno participativo (Habermas, 2011). A RSL se embasa portanto na aplicação dos conceitos de governança, participação e empoderamento ao caso estudado. Optou-se por utilizar ambos os termos “empoderamento” e “empowerment” e suas traduções às respectivas línguas, por ser considerado um conceito sem tradução literal (Saito, 2001).

Outro objetivo da RSL é complementar a descrição e análise da trajetória dos seringueiros. Apresentaremos sua sistematização na discussão final deste trabalho, sendo portanto uma ferramenta aplicada de forma complementar, e não apenas como indicação do “estado da arte” de um tema, ou seja, atrelado à análise conceitual e empírica do caso (Creswell, 2010; Galvão, Ricarte, 2019).

O passo-a-passo da RSL foram: i) identificação dos estudos e pré-análise inicial, para primeiras impressões; ii) análise do conteúdo, aprofundando-se os dados segundo os conceitos

trabalhados; iii) tratamento e interpretação, onde é feita a classificação dos estudos em “elegíveis” ou “inelegíveis” para uso segundo a temática de pesquisa; e iv) discussão dos dados.

A pesquisa documental consistiu na coleta e análise de documentos oficiais, relatórios institucionais, de programas ou projetos locais, atas de reuniões, legislação pertinente e outros materiais relacionados. Essa etapa possibilitou a compreensão da institucionalidade da RESEX e das dinâmicas envolvidas. Os documentos podem ser obtidos virtualmente em versões disponibilizadas na internet. O universo dessa categoria de dados é composto por decretos, relatórios, planos de ação, atas de reuniões, cartas, entre outros. A interpretação dos conteúdos e dados qualitativos originados da pesquisa documental permitem evidenciar contradições e valores que permeiam as identidades e os discursos (Bardin, 1979).

Isso foi complementado pela identificação de notícias na *internet*. Tais notícias foram colhidas em *sites* de organizações que envolvem a participação direta ou indireta de extrativistas, e que podem ser consideradas como ações comunicativas do movimento social extrativista, o que será descrito posteriormente. Tais enquadramentos permitiram analisar indicadores de governança ambiental e empowerment, os quais serão posteriormente discutidos. Em suma, essas alternativas respondem à pergunta de pesquisa pela análise normativa, contextual e da literatura atual, quando existe a impossibilidade de dados co-construídos ou adquiridos de metodologias participativas aplicadas presencialmente. Elas permitem ainda a identificação de uma rede de atores que engloba a participação social de atores, tanto institucionalmente quanto fora de IPs. Os limites da pesquisa se dão mediante a falta de consenso sobre variáveis e dimensões avaliativas no estudo de instituições participativas e pela possibilidade de exclusão de fontes de dados secundárias relevantes ao tema.

A coleta de dados por fontes secundárias, que utilizarão técnicas qualitativas e quantitativas, vai ao encontro do aprofundamento nos cenários, desafios e ações de governança na RESEX Chico Mendes. A combinação dessas metodologias possibilita discutirmos a trajetória e os sinais de *empowerment* na governança e participação extrativista. Além disso, torna-se possível identificarmos atores-chave, podendo entender melhor a dinâmica social e política, e as instituições relevantes que desempenham um papel fundamental no processo de *empowerment*.

Desta forma, foi elaborado um mapa de atores da participação extrativista na RESEX Chico Mendes como encadeamento do processo de identificação. Este mapa fornece uma representação visual clara dos diversos atores envolvidos, incluindo seringueiros extrativistas,

organizações não governamentais locais, instituições governamentais e outros stakeholders relevantes. Isso permite entender melhor as dinâmicas de poder e a rede de colaboração existente, possibilitando-nos identificar lacunas na representação e promoção de uma abordagem mais integrada e participativa de iniciativas de *empowerment*.

CAPÍTULO 1 – REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

O objetivo deste capítulo é explorar o conceito de *empowerment* e sua interseção com a governança ambiental e a participação extrativista. Inicialmente, apresentaremos uma análise geral dos conceitos, discutindo como a sua integração pode influenciar positivamente a gestão da RESEX Chico Mendes. Ao unir esses conceitos, buscamos fornecer uma perspectiva valiosa para o Desenvolvimento Sustentável.

No panorama contemporâneo, argumentamos que o *empowerment* emerge como um conceito-chave na promoção e construção de instrumentos participativos. Analisando a sua aplicabilidade e relevância no contexto retratado de seringueiros e extrativistas, destacamos ações possíveis para conferir-lhes autonomia, habilidades e recursos necessários para a tomada de decisões que impactam suas vidas e territórios. Além disso, identificamos também o inverso: mecanismos e eventos os quais limitam os sujeitos, implicando nas suas esferas sociais e institucionais.

Em seguida, direcionamos nosso olhar para a governança ambiental, um campo de estudo e de prática que deve considerar as necessidades presentes e futuras das comunidades locais, tanto quanto de outros segmentos envolvidos. Descrevemos a difícil definição do conceito e buscamos limitá-lo ao caso extrativista. Assim, utilizamos uma narrativa descritiva da ideia de ação coletiva em torno de recursos *commons*, para então examinar como o *empowerment* pode ser um conceito instrumental na promoção de arranjos institucionais e de fortalecimentos organizacionais das comunidades na gestão ambiental. Por sua vez, espera-se que o debate contribua para resultados mais qualificados de políticas públicas voltadas ao extrativismo.

Na última parte do Capítulo 1, retratamos a institucionalização da governança descentralizada por meio da constituição de Instituições Participativas. Essa discussão nos remete à importância de se questionar os modelos participativos e a forma como eles são promovidos, de forma a destacar a oportunidade que é dada através destes modelos a partir da inclusão de dilemas e saberes autênticos, que devem ser fortalecidos para que a governança ambiental consiga conciliar a conservação ambiental, o desenvolvimento sustentável e a justiça socioambiental. Isso é feito a partir da integração com o *empowerment* extrativista, almejando inspirar a implementação de abordagens participativas mais comprometidas com a luta política de extrativistas.

O EMPOWERMENT E SUA INTEGRAÇÃO

A participação social envolve a comunicação entre sujeitos em uma rede complexa de relações, diferentes tradições culturais e valores. Os processos de diálogos e de trocas, aqui permeados pelas instituições relacionadas à participação extrativista, devem ser questionados de forma a incitar a prática científica e suas formas de representação. É preciso então compreender as capacidades e empoderamentos relacionados aos sujeitos, o que surge principalmente como forma de buscar alternativas à representação não utilitarista da participação (Campos, 2011; Habermas, 2003). Quanto a isso, ressaltamos a sua consequência metodológica, que envolve adicionar o questionamento epistemológico (troca de razão) na avaliação de experiências participativas. Para isso, usaremos o conceito de *empowerment*, cuja definição vai além de um empoderamento técnico ou de capacitação. Assim, assume-se o *empowerment* aqui, tal como descrito por Saito (2001) numa tradução livre de Friedmann (1992) como correspondendo ao "fortalecimento político-organizacional de uma coletividade, que se auto-referencia nos interesses comuns e pratica uma ação solidária e colaborativa para transformar a realidade local e desenvolvê-la social e economicamente".

Entender essas outras formas de práticas avaliativas abre caminhos necessários para a interpretação e aplicação do discurso participativo (Campos, 2011). As estratégias retiradas da bibliografia apontaram alguns caminhos. Há de se discutir a relação entre a idéia de hierarquias epistemológicas. Desloca-se a questão da eficiência da participação, sendo uma perspectiva utilitarista do conceito, determinada pelo sucesso e impactos esperados (Almeida, Cunha, 2011) para uma análise da participação a partir do *empowerment*, ou seja, através da crítica política faz exatamente isso (Saito, 2001).

No caso da participação extrativista realizada em Conselhos Deliberativos de RESEX, a sua inclusão está atrelada à representação exercida pelas organizações ou entidades nesse espaço. A capacidade em incorporar grupos menos mobilizados nesses encontros merece destaque, pois são espaços de representação exclusiva (Pires, Vaz, 2011; Barreto, 2011).

Aferir o sucesso ou insucesso de um fenômeno como a participação pode gerar mazelas atreladas à deliberação da prática, contribuindo para o deslocamento de seus sentidos para uma versão mais "mitificada" (Saito, 2006). Nesse campo, esse é um dos grandes e atuais problemas da política contemporânea de gestão de territórios extrativistas (Allegretti, 2018). No que toca à gestão pública, é preciso fortalecer e protagonizar os movimentos sociais ativos perante os entraves estruturais da democracia liberal (Dagnino, 2004). Considerar os mitos ou entraves na análise significa se distanciar da política-programática, onde os espaços respondem

absolutamente a todos os desafios por meio de seus eficientes instrumentos. Há portanto de se buscar melhores condições, sendo uma tarefa, inclusive, de conteúdo simbólico (Campos, 2011).

Acreditamos ser importante considerar a relação dos conceitos com a “linguagem social circular”, isto é, com a sintetização do diálogo nas diferentes esferas sociais – pública ou privada –. De todo modo, é no viés comunitário que se encontram sua legitimidade política na moral e ética (Habermas, 2003). A discussão da alteridade técnico-epistemológica é importante para a avaliação, ainda mais por se tratar de um retrato sobre interesses de classe ligados à sustentabilidade, e um padrão insistente de desenvolvimento e tecnicidade ligados ao insustentável. Sendo assim, destacamos que *empowerment* é um conceito que aprofunda a noção de empoderamento e leva em conta o questionamento do poder epistemológico existente entre diferentes partes da sociedade (Page, Czuba, 1999). Como se sabe, essas alteridades em relações políticas e sociais são mutáveis, dinâmicas em si mesmas e ao longo do tempo (Silva, 2011).

E, se a autoridade dessas relações para a orientação da participação depende de cenários atuais, como acreditamos ser verdade, a trajetória histórica é importante na mesma medida. Isso significa que é útil buscar a genealogia da experiência, e investigá-la para analisar os seus resultados mais recentes (Campos, 2011). Lavalle (2011) afirma que existem obstáculos comuns à essa avaliação e genealogia, oriundos de uma grande cadeia de efeitos e fracos indicadores existentes. Essa com certeza é uma fraqueza que se encontra na essência deste trabalho. Dito isso, após a limitação dos efeitos a serem avaliados, a análise pode adquirir robustez ao investigar efeitos imediatos e imputáveis, junto a caracterização descritiva de processos, ou seja, a sua *genealogia*. A afirmação do autor ressalta que esse tratamento da causalidade do efeito é responsável por diminuir a utilidade de uma ação para o segundo plano, trazendo benefícios para análise, dada à sua complicada comprovação isolada. As correlações de forças na genealogia de uma experiência específica é tão importante quanto os seus resultados atuais, e devem ser entendidos de forma complementar.

O mesmo vale para nós, e por isso identificamos o *empowerment* como categoria importante, dado que os princípios da governança ambiental de RESEX esteve baseada na autonomia das populações locais, conforme veremos nas próximas seções. Com isso, não discutimos a necessidade técnica, estatística e acadêmica de avaliações que mensuram o sucesso de uma ação, mas consideramos que há desvantagens em considerar apenas a dimensão mensurável da experiência participativa pelos seus resultados (Almeida, Cunha, 2011).

Inclusive, há parte da literatura participativa mais recente que busca resgatar princípios de justiça social e legitimidade na análise, considerando a produção de novas práticas sociais em espaços políticos como mais importantes que o resultado agregativo das estruturas e normas, afirmando que é essencial que se empodere as organizações comunitárias para realizar a disputa destes mesmos espaços (Wampler, 2011b).

No centro do conceito de *empowerment* está a ideia de poder. Ele exige, conceitualmente e instrumentalmente, que as relações de poder podem se transmutar. Além disso, ele entende que o poder está relacionado com a nossa capacidade de influenciar uma questão, segundo preceitos *weberianos* (Page, Zuma, 1999). Então, há de fato a noção de capacitação técnica neste conceito, mas é feita a ressalva de que ela deve trazer autonomia e estar segundo interesses coletivos próprios de uma identidade e de classe social específica.

Não há uma receita e definição própria de *empowerment*, e limitá-lo normativamente contradiz o próprio conceito. Em uma pesquisa, isso pode ser um grande desafio por dois motivos. O primeiro é que o conceito desafia as suposições sobre como as coisas devem ser. O segundo é a sua identificação e análise, dado que é um processo multidimensional – psicológico, social, econômico, cultural, entre outros – que varia em cada contexto e situação específica.

Ainda assim, buscaremos indicar alguns aspectos importantes, baseados principalmente em Saito (2001). Este trabalho realizou o esforço de resgatar esse conceito segundo o seu caráter transformador e coletivo. Ele demonstrou as interconexões do conceito com a metodologia participativa e a pedagogia freireana, e as suas principais indicações para que o processo seja realmente de *empowerment*, devem existir no processo: o protagonismo dos sujeitos-coletivos; a promoção da própria racionalidade e questionamento das práticas sociais a que se submetem; o fortalecimento político-organizacional; o destaque da luta em torno das instituições e do papel do Estado na promoção da justiça e bem-estar social; a elevação cultural da comunidade; e, por fim, a capacitação dos sujeitos orientada pela autonomia e transformação de sua realidade. Saito observa que estes aspectos são importantes para que o *empowerment* não seja reduzido a um mero assistencialismo e capacitação segundo uma lógica perversa de capitalização dos recursos.

O termo é adotado pois não há uma tradução literal para o português (Saito, 2001). O conceito é pertinente na avaliação da participação, e também, enfatiza alguns aspectos da inter-relação entre Ciência e conhecimento extrativista, contribuindo com a consolidação da emancipação e autonomia de seus saberes a partir de valores participacionistas. Essa afirmação sugere apropriações e ações contra hegemônicas.

Um exemplo interessante é o caso da pesquisa-ação, princípio de pesquisa onde não há um método definido *a priori*, ao invés disso, parte-se do princípio do envolvimento dos sujeitos na pesquisa e da crítica ao positivismo, imposto à análise de *ex post* de performances, como se houvessem funcionamentos mecanicamente inseridos em contextos maiores. E é claro, não é sensato apresentar um caso sem uma abordagem histórica ou de engajamento social (Carr, Kemmis, 2003).

Kurt Lewin é o principal representante dessa concepção, traduzida do inglês *action research*. Seu trabalho sendo referência, seus procedimentos sequenciais e regulares respaldam muitos outros trabalhos. Apesar de ser uma prática sem um desenho específico, o planejamento, ação, observação e reflexão são formalizadas na busca da racionalidade das práticas sociais investigadas (Bargal, Burnes, 2017). Esses procedimentos ocorrem por sequência e consequência do intuito de promover a racionalidade e justiça destas práticas, etapa por etapa, promovendo a compreensão de si mesmas e das situações em que se encontram – o que ficou conhecido como espiral da investigação-ação (Tripp, 2005).

Discutir essa metodologia, ou princípio de pesquisa, nos demonstra que o *empowerment* pode ocorrer em qualquer momento de um processo. Além disso, possibilita explicar a partir da *action research* que, no caso de um trabalho científico que almeja possuir um caráter emancipatório, é necessário incumbir-se de tomadas de decisão coletiva autênticas junto aos pesquisados. E o mesmo deve valer para espaços deliberativos e de governança, no geral.

Deve-se entender que nem sempre esse caráter leva a resultados mais eficientes e adequados, sendo importante o ensino e uso de técnicas orientadas para a inserção política-dialética dos sujeitos marginalizados epistemologicamente (Saito, 2001). É justamente neste ponto que se encontra a ideia da presente análise em identificar conceitual e metodologicamente o *empowerment* na governança da RESEX Chico Mendes, bem como em metodologias participativas da RSL.

E se as RESEX podem apresentar esses princípios e ações de forma consistente, isso é, segundo o *empowerment*, também podemos inferir que o fortalecimento de suas organizações sociais de base é um aspecto importante e de influência na qualidade do resultado de sua gestão. É portanto uma ação entrelaçada com a consolidação da participação social na governança das quais fazem parte (Wampler, 2011b).

Se o *empowerment* é o fortalecimento político-organizacional de um coletivo extrativista, que se denomina nos interesses comuns e ações colaborativas em torno da biodiversidade e da conservação ambiental, transformar a sua realidade local e desenvolvê-la social e economicamente deve, a princípio, se orientar por estes fundamentos coletivos. A

princípio pois, conforme já mencionamos, isso não é possível de ser afirmado pela pesquisa, mesmo sendo orientador de nossa análise.

Ora, isso porquê o caso seringueiro é um bom exemplo de *empowerment* no campo de populações rurais e de modelos alternativos de desenvolvimento. A sua luta histórica e seus fortalecimentos coletivos resultaram em novas práticas ecológicas e políticas (Brown, Rosendo, 2000). E mesmo assim, apenas a análise de cada cenário, baseado em informações satisfatórias e suficientes poderão nos indicar que a identidade seringueira contempla as condições de emancipação e autonomia política quando atendendo aos seus princípios socioecológicos. Se tratando de arenas deliberativas e de participação, tal conceito também requer um processo de educação técnica e científica para os setores populares participantes, seja sobre os processos burocráticos atrelados ou sobre ferramentas importantes para a gestão do território, como tecnologias de comunicação ou georreferenciamento, por exemplo (Hayes, Rajão, 2011). Isso não significa necessariamente a capacitação de seringueiros para uso dessas ferramentas, o que pode ser benéfico ou não. O que ressaltamos aqui é a necessidade de um processo educacional, no sentido *freireano* de questionar as relações entre reduções que perpetuam a situação do oprimido na estrutura social – no caso de Sistemas de Informação Georreferenciada (SIG), há a priorização de indicadores ambientais quantificáveis em detrimento de questões sociais mais amplas, que podem estar representadas por outras metodologias e saberes (Rajão, 2013).

Esse conceito é importante porque nos permite entender o campo de ação social no plano pragmático, ou em sua finalidade de disputa de bens materiais e imateriais de movimentos sociais, tendo em vista seus próprios objetivos e racionalmente definidos (McAdam, Tarrow, 2019). Entretanto, isso ainda constitui uma abstração, pois o que existe na realidade são organizações heterogêneas com interesses não tão definidos assim (Tatagiba, 2002). Para o extrativismo, *empowerment* seringueiro demonstra como se emancipar muitas vezes requer que as ações coletivas de grupos e de movimentos sociais sejam contrárias à ação regular do Estado. Ainda, demonstra como o *empowerment* suscita práticas existenciais baseadas em seus próprios conhecimentos (Saito, 2001; Silva, 2011).

Falamos sobre grupos e movimentos sociais de forma distinta pois existem as organizações formais específicas – como as associações de moradores de uma RESEX – ou o movimento social em si – como o movimento social extrativista, o movimento social indígena, o movimento social quilombola, e assim por diante –. De forma sintética e sem o objetivo de esgotar o assunto, Della Porta e Diani (2006) entendem que movimentos sociais podem ou não incluir organizações formais, enquanto que estas não constituem um movimento social *per se*.

Mesmo assim, como no caso das associações de moradores de RESEX, as organizações formalizadas podem estar envolvidas em processos de movimentos sociais, denotando princípios organizacionais e defesa de interesses que podem ser diferentes de outros momentos pontuais.

Neste ponto adiantamos que é possível afirmar que o CNS é a principal organização formal de representação do movimento social de extrativistas. Este ponto está aprofundado na discussão da trajetória dos seringueiros. Mesmo assim, cabe indicar para fins de exemplificação que a sua configuração denota um importante marco de fortalecimento político e organizacional, dado que pela primeira vez na história amazônica, um movimento camponês passou a ter uma representação institucional própria (Allegretti, 2002). Outro marco que pode ser adiantado sob a mesma justificativa e característica, foi identificado em desenhos anteriores desta pesquisa. Ele é a criação do grupo e região política Madre de Dios, Acre e Pando (MAP), em resposta política e coletiva aos impactos ambientais localizados nessa região (Gudynas, 2011). Esses exemplos são importantes para a defesa e desenvolvimento das potencialidades socioculturais do extrativismo.

A GOVERNANÇA AMBIENTAL E EXTRATIVISTA

Na Amazônia, o Estado desencadeou transformações estruturais e consequências imprevistas para o meio ambiente e as comunidades locais, e surgiram dinâmicas próprias (Becker, 2005). Enquanto as políticas públicas não as acompanharam, cresceram as lacunas na regulação e gestão dos recursos naturais, especialmente nas áreas sob pressão da expansão agropecuária. Grupos como os seringueiros buscaram agir para a construção de regras que permitissem a continuidade aos recursos naturais dos quais dependem, preenchendo-os próprios as lacunas ou incitando o preenchimento por parte da esfera pública (Toni, 2004).

A concepção do extrativismo e dos extrativistas, como campo e sujeitos políticos, respectivamente, emergem do reconhecimento jurídico e social de sua história ligada ao território e seus direitos sobre o mesmo (Allegretti, 2008; Almeida, 2004). É o que tratamos em sua trajetória como autodenominação e reconhecimento (Almeida, Rezende, 2013). Para tanto, foi necessário propor e criar marcos institucionais que lhe fossem favoráveis.

Devido ao modelo do ofício seringueiro, eles detinham o controle do uso de grandes áreas de floresta, ainda mais em razão do histórico de abandono dos seringais que se sucedeu em sua trajetória. Apesar de sua condição de produtores pobres, coletivamente eles exerciam uma influência bastante significativa sobre o destino da Floresta no estado do Acre. Não é

surpreendente, portanto, a maneira como adotaram o discurso ambientalista como uma estratégia para impulsionar sua agenda e parcerias (Toni, 2004).

Há entre os seringueiros extrativistas, o uso de fontes alternativas de renda provenientes do manejo e beneficiamento da sociobiodiversidade. Por si só, a produção extrativista depende da conservação de sua área e da manutenção das espécies e dos recursos naturais. Portanto, eles dependem da manutenção da biodiversidade – aqui nos referindo ao termo estabelecido em convenções internacionais sobre o tema, enquanto que a sociobiodiversidade será discutida posteriormente (Pilnik *et al*, 2022). Como consideramos as RESEX um importante marco institucional conquistado por eles, espera-se que a opção por se circunscrever em seus instrumentos e regras tenha sido feita pelos próprios extrativistas.

O ímpeto de independência que caracterizou os primeiros anos da defesa dos direitos das populações tradicionais seringueiras em seus territórios tem enfrentado entraves evidentes, seja pela exploração madeireira (Fantini, Crisóstomo, 2009), pela pecuária (Fittipaldy, 2017; Fittipaldy, Castelo, 2021; Toni, 2004), ausência de promoção de processos de inovação no extrativismo (Cavalcante Filho *et al*, 2021), e a readequação dos arcabouços institucionais de RESEX em torno da cogestão, ou gestão compartilhada (Allegretti, 2008; Prado, Seixas, 2018; Souza, 2011).

Os elementos de autogoverno e cidadania surgidos do empoderamento desses coletivos foram deslocados semanticamente para o campo da governança participativa de UCs. Do ponto de vista institucional, não deixa de contemplar uma importante inovação em políticas públicas ambientais. Do ponto de vista de um objetivo político, representa a readequação e conjunção de valores éticos e processuais sobre essas mesmas instituições.

Essa observação é feita sabendo que, sob a pretensão de se fazer uma gestão democrática e participativa, a administração dos territórios e seus recursos tem sido institucionalizada, redefinindo os sentidos de autonomia local e de *empowerment*. Aparentemente, o que os substitui é uma participação “estreita” e “transversalizada”, em uma rede de governança com “novos” papéis e hierarquias (Almeida, Allegretti, 2018; Toni, 2004). Nos situamos perante um ajuste neste debate, cuja contemporaneidade desse tema trouxe tais “novos” e “velhos” atores para a pergunta acerca da melhor forma de organização para alcance de um bem comum. As aspas se referem à reinserção da relação de poder, a qual os seringueiros almejavam se desvencilhar – ao menos na década de 70 e 80.

A **governança ambiental** surge de uma reflexão mais ampla sobre os desafios ambientais e como enfrentá-los mediante a renovação política das instituições. Embora ela abarque outras dimensões tanto em termos práticos quanto teóricos, concentramos a nossa

atenção nos aspectos pertinentes para a trajetória do movimento social extrativista, buscando identificar uma delimitação temática, contextual e cronológica da governança ambiental relativa a este movimento. Com isso, apresentamos os pontos teóricos centrais que serão fundamentais para a compreensão da participação extrativista e seu *empowerment*.

A **governança ambiental extrativista** surge da trajetória seringueira, diretamente responsável por pressionar a readequação de políticas públicas brasileiras para contemplar modos de vida e de produção tradicionais, originando assim novas configurações institucionais. Os de governança estão associados à busca por transformações, sejam elas administrativas, econômicas, políticas, sociais, ambientais ou mesmo relacionadas a um “novo desenvolvimento”. No campo da administração pública, a governança surge da preocupação e envolvimento com políticas públicas específicas. Na literatura acadêmica, ela esteve associada e impulsionada pelo colapso do regime comunista e pela preocupação em estabelecer princípios e processos legítimos por meio da democracia. Ambos os campos estavam relacionados com a crise do Estado do bem-estar social, ou seja, calcadas na incapacidade da ação estatal em intervir como forma de domesticar o sistema econômico com o objetivo de aprimorar os direitos sociais e distributivos em uma sociedade (Fabríz, Teixeira, 2017).

Demonstraremos como, em sua essência, o termo governança extrativista remonta ao problema da coordenação entre os resultados econômicos e as relações sociais, que se inserem e interagem no âmbito das instituições. Leff (2021) afirma que a legitimação política da atuação da governança na esfera socioambiental se dá, principalmente, mediante a correlação entre o comportamento de organizações comunitárias locais e os seus *princípios-ações* socioculturais que orientam os seus papéis. Segundo o autor, isso contribui para as “condições ecológicas e simbólicas da vida”, uma vez que a inclusão de novas identidades, possibilitada pelo diálogo ampliado de uma governança, é capaz de estruturar novos valores e práticas. Por sua vez, isso ofereceria novas alternativas aos dilemas sociais e ao desenvolvimento.

Em outras palavras, o principal aspecto que justifica a governança ambiental é o fato de que a participação social de sujeitos com atributos específicos possibilita a formação da consciência política. E se retratarmos as RESEX segundo a história seringueira, estaremos ao mesmo tempo desvelando as práticas envolvidas, tanto de técnicos institucionais quanto de extrativistas. Disso, tratamos da consciência política envolvida na participação extrativista e, de um lado, dos *povos da floresta* que buscam a inclusão e influência em espaços de governança, para que decisões de políticas públicas promovam os seus interesses; enquanto do outro, as ideias e contextos que tiveram como premissa a sustentabilização das práticas.

Nos atentemos para a diferença entre governança e governo: a governança perpassa a ideia de uma nova forma de ação, métodos e, possivelmente, novos atores. Ela reafirma a necessidade de transformações e adaptações para um novo desenvolvimento. Já o governo se refere às autoridades, os seus órgãos e técnicos administrativos responsáveis pela entidade política. Então, necessariamente, a governança se incube em outras formas e agendas, buscando ampliar os atores e o fenômeno de gestão (Rosenau, 2000).

Vejamos contudo que o conceito de governança não nasce com o adjetivo “sustentável”, mas este é responsável por traduzir a necessidade de mudanças institucionais e políticas assimiladas pelo desenvolvimento. Isso é, deve-se reavaliar o progresso de modo a considerar e mitigar os impactos sobre os recursos naturais originados da exploração humana, sendo necessárias estas novas dinâmicas. Uma nova governança surge para considerar os limites naturais e sociais, no caso da extrativista ela se caracteriza pelo engajamento político e participação social, incluindo transformações nas relações de poder (Layrargues, 2013; Leff, 2021).

Há uma gama de sentidos de governança neste cenário de rápida mudança mundial da Guerra Fria, destacando a transformação em prol dos interesses e condições materiais. Ao mesmo tempo, tal ampliação dos discursos representados e problemáticas deslocaram as autoridades, erodindo a soberania dos Estados enquanto aumenta a importância do campo econômico em um globalizado. Assim, a cooperação com atores privados é colocada como uma solução, substituindo a ordem que sustentara a dinâmica e problemas anteriores do seu contexto (Rosenau, 2000)¹³.

Essas observações implicam que a governança transcende do governo, contendo além de instituições governamentais – ou até apesar delas –, mecanismos informais, outras condutas e responsabilidades e, por fim, outros atores e coletivos. Ambos os termos visam alcançar objetivos, metas e uma estrutura de organização:

“A governança é um sistema de ordenação que depende de sentidos intersubjetivos, mas também de constituições e estatutos formalmente instituídos. Para dizê-lo mais claramente, a governança é um sistema de ordenação que só funciona se for aceito pela maioria (ou pelo menos pelos atores mais poderosos do seu universo), enquanto os governos podem funcionar mesmo em face de ampla oposição à sua política” (Rosenau, 2000, p. 16).

No caso social e ambiental particular à classe seringueira, o que destacamos nesse ponto é que a governança pode ser organizada segundo a retórica neoliberal, justificando-se pela crise

¹³ O autor indica como problemas globais contemporâneos a *Aids*, crises financeiras mundiais, terrorismo, tráfico de drogas, entre outros.

do Estado e pelo discurso em torno dessa legitimação social, principalmente, a partir dos marginalizados e pequenos, escondendo “a ainda necessária luta em torno do domínio do Estado, e a sua subordinação aos interesses da coletividade ou do setor privado” (Saito, 2001, p. 128).

A participação em espaços de governança “oficiais”, ou seja, aqueles institucionalizados por meio de políticas públicas, trata acima de tudo de uma representação que “luta” para influenciar este espaço. O foco da participação nesta nova dinâmica estará em um mensageiro, ou dois se considerarmos o seu suplente. Essas lideranças são as responsáveis por negociar as demandas e realizar o fluxo de informações entre os grupos (Wampler, 2011a). Ao se tratar de RESEX, é o representante de uma associação de moradores extrativistas que será este mensageiro.

Foi a preocupação com as consequências socioambientais da exploração de recursos naturais que suscitou a criação destes espaços. Essa exploração foi potencializada pela expansão das fronteiras sociais e tecnológicas do desenvolvimento. Esse reconhecimento era mais marcante nos primeiros momentos da conformação de um novo tipo de desenvolvimento – o DS –, sendo redirecionado portanto para uma estruturação pública dos países (Hyden, 2001). A discussão sobre essas ideias demonstra que essa preocupação tem sido tratada de forma paternalista¹⁴, sugerindo que se aceitamos a ênfase nas relações socioambientais – entre seres humanos e natureza – como orientadoras da conservação, influenciando-a para bons resultados, é preciso atentar-se para os reais sentidos dos arranjos de participação¹⁵.

Acontece que a crítica a esse modelo de desenvolvimento, de maneira mais consolidada, somente se iniciou nos últimos 50 anos, quando começam a aparecer transformações a nível governamental e mundial. Desde então, convenções internacionais buscam traduzir as práticas de sustentabilidade em regras universais de governança – e adequadas segundo o Desenvolvimento Sustentável (Bursztyrn, Drummond, 2009). Conseqüentemente, surgiram marcos importantes para comunidades tradicionais, como a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), em 1992. Essa convenção significou uma nova etapa na regularização dos

¹⁴ Foucault (2004) indica que os mecanismos punitivistas estatais surgem para garantir o comportamento e o utilitarismo material do cidadão, sendo inerentes à própria razão de existir de um Estado. Principalmente, o Estado age de forma “pastoral” sobre a vida dos cidadãos, enquanto que mecanismos administrativos complementam a ideia de punição.

¹⁵ Por exemplo, Cooke e Kothari (2001) afirmam que a participação pode ser um instrumento tirânico de esvaziamento e responsabilização do sujeito, legitimando interesses externos ou de elites, em vez de permitir a inclusão e a sustentabilidade. A governança é tirânica à medida em que aliena o mecanismo de participação e não empodera esse mecanismo, justificando o seu uso ainda que não se qualifique os processos e resultados.

direitos de comunidades tradicionais aos seus recursos naturais. Ela reconhece o valor do conhecimento dessas comunidades associado às suas práticas e inovações, produzidas por séculos, sendo estes saberes etnológicos importantes para o aprimoramento das sociedades humanas e para a manutenção do meio ambiente (Allegretti, 2008).

Então, a governança ambiental busca engajar estes conhecimentos em prol da readequação dos processos de gestão de recursos naturais. Ela se concentra nessa capacidade e no arranjo que irá viabilizá-la, valorizando a incorporação de atores não estatais nas decisões relacionadas. Ela deve ser entendida como um termo questionador das relações de poder, reconhecendo a importância da diversidade de atores na tomada de decisão (Hyden, 2001). E assim como o *empowerment*, a governança extrativista deve considerar exatamente isso: o questionamento das relações de poder, e o potencial de transformação que existe na instrumentalização da autonomia e fortalecimento de comunidades tradicionais.

Do ponto de vista da governança, esse fundamento muitas vezes se encontra invocado sob uma interpretação de cidadania e da democracia. Contudo, existiu um longo caminho de violência que ocorreu na Amazônia, onde tais pontos de partida emergiram da mesma estrutura estatal que as subjagam. Essas “bandeiras” podem ser apropriadas por um sistema que as internaliza. Isso é uma preocupação evidente em políticas públicas ambientais, estas, particularmente participativas (Alimonda, 2015; Dagnino, 2004).

Tratando-se de princípios que respondam ao objetivo de institucionalizar esses arranjos participativos. Inicialmente, vamos discutir as bases teóricas do conceito. Para compreender como as ações seringueiras desencadearam adequações no que chamamos aqui de governança ambiental extrativista, ou apenas governança extrativista, necessitamos apresentar as bases conceituais do termo. Dessa forma, fundamentamos o potencial que o *empowerment* de movimentos sociais no campo político tem para criar novas instituições e aprimorar a governança, provocando mudanças para melhorar o bem-estar social de populações outrora invisíveis. Trataremos portanto deste ponto a partir do caso seringueiro e extrativista do Acre.

A participação extrativista em redes de governança também visa a elevação cultural e instrumentalização técnica, além de contribuir com objetivos comuns em políticas públicas, como na geração de benefícios socioambientais. É preciso ter cuidado ao retratá-la, considerando que não é uma panaceia de heróis (Santos, 2014). Em outras palavras, destacamos de antemão que sempre existirão contradições na representação de um seringueiro ou extrativista, pois, quanto à romantização, é preciso cuidado para não estereotipar as ações como esforços constantes em dominar a natureza arredia do desenvolvimento e da natureza.

Um exemplo disso é a questão da pobreza. Wacquant (2012, p. 515) sugere que o Estado promove essa categoria e suas funções problemáticas, como o “socorro à pobreza”, o que, de certa forma, surge para “construir novos mercados e moldar cidadãos”. No caso extrativista, cuida-se para não normatizá-los como heróis da “tragédia da superexploração”, bem como não sendo sujeitos em situação de “escapatória da pobreza” (Habermas, 2002; Santos, 2014). Não nos aprofundaremos neste ponto, cabendo a esta parte a discussão teórica de governança.

Introduzimos que as raízes da governança podem se encontrar na crítica ao Estado como provedor do bem-estar, ou bem comum. Fonseca e Bursztyn (2009) discutem essa questão e retratam a fundamentação prática do conceito na década de 1980, quando há um movimento neoliberal de redução do papel do Estado, dado o seu fracasso perante a dilemas essenciais da política pública, como segurança, saúde e economia. Assim, entidades como bancos e agências privadas se tornam mais influentes na gestão de políticas públicas, com transferência regulatória para o mercado, participando em arranjos maiores. Ainda assim, atributos como participação social e equidade deram legitimidade aos novos arranjos.

O seu fundamento portanto implica na necessidade de buscar responsabilidades além do governo, onde deve haver um novo direcionamento de ações de interesse coletivo. Esses mesmos autores observam os prejuízos em se partir de critérios genéricos de governança, muitas vezes definidos por estes atores privados como um rígido manual.

Já as raízes da governança ambiental, estão aqui situadas perante ao ceticismo às teorias tradicionais da ação política e econômica, como o forte materialismo utilitário do *homo economicus* de Adam Smith. Segundo Monroe (1991), inicialmente o trabalho de Smith não estava atrelado à governança enquanto arena política, mas enquanto foi sendo internalizado a outros debates, como a discussão sobre as escolhas sociais. Dessa forma, ampliada na discussão de governança, autores que tratavam da escolha social se baseando na ideia de interesses próprios, aqui denominados de egoístas, a medida o debate se dinamizou se aproximando da cooperação e de identidades coletivas.

Como a governança é um termo bastante disputado, existindo diferentes formatos de governança, vamos esclarecer alguns aspectos antes de demonstrar a lógica da ação coletiva relacionada. Em Bridge e Perreault (2009), se reconhece que existe o problema da escala dos conflitos e relações, principalmente, quando foca-se em governança a partir de comunidades locais – sem desconsiderar os importantes princípios de descentralização e inclusão de populações locais –. Isso porque estes aspectos estão acompanhados da influência de forças econômicas e de mercado, tanto de atores da esfera privada quanto da esfera pública, o que

limita o potencial do Estado como um agente na gestão ambiental. Além disso, é um grande desafio escalar as decisões com base no nível local.

Esses autores destacam dois pontos importantes. Primeiro é que a escala é um instrumento de análise que possibilita analisar um fenômeno de forma espacial, e portanto esse limite irá influenciar na conclusão do assunto. O segundo ponto é que diferentes enfoques destacam o processo político e a busca por revitalizá-lo, como uma prática social de *empowerment*. Além disso, existem diferentes tipos de enfoque de governança, que foram categorizados em seis categorias, e estão contemplados pelos mesmo pontos importantes citados.

A tabela abaixo identifica as seis categorias citadas, que foram sistematizadas pela literatura pelos autores Bridge e Perreault (2009). Há destaque neste trabalho para a *ação coletiva para gestão de recursos*, por contemplar na discussão distintos modos de organização baseados em coletivos sociais – seja a auto-organização, participação, descentralização, entre outros –, e um tipo específico de recurso, os *commons*.

Este enfoque antropológico é interessante pois trata do porquê da inclusão política de comunidades locais em políticas socioambientais, como é o caso da gestão de recursos naturais realizada em Reservas Extrativistas, destacando os potenciais coletivos. Além disso, discutir a gestão dos *commons* tal como formulado por Ostrom (2010), é primordial para entendermos e analisarmos o caso do seringueiro extrativista e da governança a que ele se submete.

Sobre a crítica ao utilitarismo da racionalidade humana, e de sua panaceia de desenvolvimento, ambos estiveram entendidos e influenciados segundo a ideia de *homo economicus*. Essa ideia presume que os indivíduos buscam maximizar seu bem-estar através de um cálculo entre custo e benefício. Se os sujeitos se orientam pelo materialismo e lucro, a sua racionalidade é inerentemente egoísta. Portanto, essa corrente creditava o alcance ao bem comum de uma sociedade à busca individual, podendo a ação coletiva pode ser conformada por ajustes técnico-econômicos de mercado. O ceticismo acerca dessa visão se baseia na simplificação do indivíduo como um mero agente financeiro.

Tabela 6 – Seis categorias de enfoques da governança ambiental e representantes na literatura

	Adequação de escala	Coordenação da cadeia de commodity	Ação coletiva para gestão de recursos	Participação Política	(Re)-regulação estatal	Regras e produção de ordem socioambiental

Posição analítica	Swyngedouw (2000), McCarthy (2005), Perreault (2005)	Mutersbaugh et al. (2005), Taylor (2005)	Ostrom (1990)	Keil and Desfor (2003), Backstrand (2004), Swyngedouw (2007)	Bridge (2000), Bakker (2003a), Whitehead et al. (2007)	Darier (1996), Watts (2003), Dalby (2004)
Posição descritiva	Uitto (1997), Borgese (1999)	Global Witness (1998), Bass et al. (2001)	Young (1994), Buck (1998)	Wapner (1995), Palmer (2006)	Mol and Sonnenfeld (2000), Fischhendler (2006)	Luke (1999)
Antecedentes teóricos	Economia Geopolítica: desenvolvimento desigual	Teoria da Dependência	Antropologia, Relações Internacionais	Ciência Política, Teoria Social Crítica	Sociologia econômica, Teoria da regulação econômica das instituições	Estudos pós-coloniais, governamentalidade

Fonte: traduzido de Bridge e Perreault, 2009, p. 478; adaptação do autor

Sobre a crítica ao utilitarismo da racionalidade humana, e de sua panaceia de desenvolvimento, ambos estiveram entendidos e influenciados segundo a ideia de *homo economicus*. Essa ideia presume que os indivíduos buscam maximizar seu bem-estar através de um cálculo entre custo e benefício. Se os sujeitos se orientam pelo materialismo e lucro, a sua racionalidade é inerentemente egoísta. Portanto, essa corrente creditava o alcance ao bem comum de uma sociedade à busca individual, podendo a ação coletiva pode ser conformada por ajustes técnico-econômicos de mercado. O ceticismo acerca dessa visão se baseia na simplificação do indivíduo como um mero agente financeiro.

Uma visualização lúdica foi importante para a análise do alcance de um bem comum em sociedades, que é a discussão da teoria embasada em jogos sociais, como o Dilema do Prisioneiro (Axelrod, 1984). No Dilema do Prisioneiro, dois criminosos são presos e colocados em celas separadas, sem possibilidade de comunicação. Eles são confrontados com duas escolhas: a cooperação, mantendo o silêncio, ou a punição, delatando o outro à polícia. Se ambos cooperarem, recebem uma sentença leve, se apenas um cooperar, o traidor sai livre enquanto o outro recebe uma sentença pesada. Se os dois traírem, ambos recebem uma sentença moderada.

Esse dilema ilustra justamente a tensão entre o interesse individual e o interesse coletivo, sendo utilizado como uma analogia para as interações econômicas. O *homo economicus* é frequentemente associado à estratégia de delação, maximizando seus próprios ganhos sem considerar as consequências externas. Entretanto, os indivíduos conformam uma

sociedade civil e se relacionam contínua e repetidamente entre si, existindo casos de cooperação constante em vez de ações puramente egoístas.

Tabela 7 – Cenário de pontuações no Dilema do Prisioneiro

Escolha de A	Escolha de B	Pontuação de A	Pontuação de B
Cooperar	Cooperar	3	3
Cooperar	Trair	-1	5
Trair	Cooperar	5	-1
Trair	Trair	1	1

Fonte: elaboração própria com base em Axelrod (1984)

Obviamente, os sujeitos repetem os seus encontros e são confrontados com escolhas semelhantes, de forma iterada. Com isso em mente, é inegável que a cooperação não-forçada¹⁶ ocorre em algum momento, contrapondo o descrito por Thomas Hobbes em sua obra “O Leviatã” (Hobbes, 2006). No entanto, alegar sobre o funcionamento da cooperação é uma tarefa difícil, pois envolve uma série de dinâmicas e influências variadas.

Com base neste panorama, Axelrod (1984) investigou a emergência e dinâmica da cooperação em grupos ainda que uma autoridade central esteja ausente. Partindo das restrições de sujeitos assim como no dilema retratado, sua metodologia envolveu um concurso de *softwares*, permitindo a simulação de milhares de interações, determinando a estratégia mais eficaz para os indivíduos em sociedade. Esse estudo foi capaz de evidenciar a capacidade de aprender a cooperar, e ainda, ele demonstrou como a cooperação pode surgir mesmo em cenários de egoístas incondicionais, o que depende da consolidação da cooperação pelas interações repetidas de sujeitos recíprocos e a sua proporção em relação à amplitude de um grupo egoísta. Seguindo o exemplo do autor, podemos refletir sobre a política do “*live and let live*”¹⁷ da guerra de trincheiras, possibilitando o “ótimo social” desses grupos em um cenário brutal de violência e competitividade.

Em paralelo com a teoria das espécies de Darwin (1859), a análise da cooperação realizada por este autor revela uma perspectiva alternativa sobre a *evolução* na *teoria das espécies*. Considerando a visão econômica, as ideias ecológicas *darwinistas* apontavam para a sobrevivência do mais forte e uma situação de equilíbrio gerado pela competição natural dos

¹⁶A obra de Hobbes traduz a defesa da centralização do poder em uma autoridade governamental forte, baseando-se na necessidade de garantir a ordem e a sociabilidade entre as pessoas.

¹⁷Esse termo retrata a escolha de soldados que sobreviveram aos períodos da guerra de trincheiras, chegando a acordos representados pela não-ação.

seres vivos, sendo essa a dinâmica evolucionista. Segundo a visão cooperativa, ela dá a possibilidade de ir além da concepção da competitividade entre organismos por recursos escassos, indicando uma outra interpretação da evolução biológica: a cooperação e adaptabilidade coexistem na natureza, dando aos grupos de seres vivos com características complementares uma vantagem sobre indivíduos egoístas, o que em certos casos foi definitivo ao longo do tempo para certas espécies.

A primeira situação da tabela 7 retrata o “ótimo social”, entendido como o melhor resultado conjunto. Já a última situação, representada pela última linha retrata o Equilíbrio de Nash (1950), isto é, onde os dois jogadores possuem estratégia unilateral e somente geraria resultados maximizados caso um dos sujeitos não possuísse a racionalidade *economicus*, e portanto, onde não há motivação para cooperar. Justamente a primeira situação retrata o campo dos estudos da ação coletiva.

Então, o principal objetivo dessa linha de pesquisa da governança foi compreender os mecanismos que possibilitam a cooperação e quando os resultados são satisfatórios. Isso envolveu a análise de estruturas relacionais e de incentivos. Também é uma ramificação dessa corrente os avanços no entendimento da *escolha racional* dos indivíduos e das *instituições* que os dinamizam, dois importantes termos-conceitos (Axelrod, 1984; Capelari, 2017).

É importante ressaltar que não estão sendo considerados diálogos entre os jogadores no Dilema, eles não estão negociando sua situação por meio de propostas e pontos de vistas comunicados, que isso fique claro. Contudo, mesmo essa mínima interação entre eles resulta em troca de expectativas e informações, desde que respeitando os pressupostos do jogo.

É o que demonstra a capacidade verificada de racionalizar as dinâmicas de ganhos e perdas em aprendizados. Isso sugere que os objetivos individuais podem ser subordinados aos objetivos coletivos. Ao concluir que a estratégia mais eficaz é a reciprocidade, Axelrod (1984) demonstra como a ação individual pode promover comportamentos coletivos. Evidentemente que essa análise é feita a partir de pressupostos claros e imutáveis, estabelecidos pelas regras. Para além da pontuação, são premissas do jogo: 1) os jogadores conhecem as regras e percebem os seus ganhos e perdas racionalmente, 2) os jogadores têm conhecimento do comportamento passado um do outro, e 3) os jogadores possuem expectativa de interagirem entre si no futuro.

Nesse cenário, as interações têm um papel fundamental na formação e manutenção de grupos. Isso se deve justamente ao potencial de construir uma *reputação* de confiabilidade e cooperação. Considerando também a análise de indivíduos e grupos em ambientes de mercado, organizados em instituições sociais com interesses econômicos, Olson (1965, p.73) argumenta que “ os incentivos sociais devem ser analisados de maneira muito semelhante aos incentivos

monetários”, pois podem ser eficazes e contribuir para a realização de interesses coletivos. A sua análise busca explicar o comportamento individual em relação ao tamanho do grupo, sendo que a união de “jogadores” surge da busca de benefícios coletivos, definidos por seus interesses em comum.

Logo, os grupos são formados por interesses individuais em comum. Dentro do grupo, o reconhecimento do benefício da cooperação não impede a ocorrência de discordâncias *intra se*, o que suscita a ocorrência de subgrupos. Esses subgrupos surgem inicialmente quando o cálculo entre o esforço da colaboração do sujeito em relação aos benefícios coletivos usufruídos pelos membros é percebido como oneroso. Outras ocorrências além da formação de grupos menores dentro de um grupo colaborativo, são saídas definitivas ou até ao comportamento *free rider*¹⁸ (Olson, 1965).

De forma concisa, a teoria da ação coletiva de Olson (1965) destaca duas distinções principais entre grupos, diferenciados entre grandes e pequenos. Em grupos maiores, apesar do maior potencial de ação, o engajamento e a organização tendem a ser um desafio, o que pode limitar a ação coletiva, exigindo intervenções por meio de incentivos seletivos – positivos no sentido de recompensar a cooperação e negativos quando buscam a coerção da não-cooperação –. Por outro lado, em grupos menores a mobilização é mais fácil, os benefícios são mais facilmente distribuídos e percebidos, e o comportamento individual tende a ser mais facilmente solucionado.

Os incentivos seletivos envolvem o reforço de uma boa ação (*cooperação*) e a expectativa de correção de uma má ação (*egoísmo*), gerando assim ações segundo as expectativas. São portanto esses estímulos que geram a possibilidade de efeitos sobre um bem comum, tal qual à reputação. Assim, há incentivos sociais que podem representar a solidariedade, identidade e questões em comum, e a reputação dos indivíduos, diferenciando-se dos incentivos mencionados, que geralmente envolvem recompensas ou coerções materiais

Há questões cruciais que precisam ser colocadas para destacar o campo deste trabalho e os dois enfoques da governança ambiental – ação coletiva e participação. A busca do bem comum pode ser viabilizada através do fortalecimento da ação coletiva. No entanto, quem assume a responsabilidade de aplicar os reforços e incentivos, e de que maneira eles devem ser aplicados?

¹⁸ O termo “*Free rider*” remete ao comportamento de um indivíduo racional que se beneficia dos recursos ou serviços proporcionados pela ação coletiva, sem contribuir para o esforço coletivo necessário para produzir esses benefícios, em português pode ser entendido como “carona” (Olson, 1969).

A análise desses grupos ainda pressupõe que a orientação da ação coletiva é guiada pela racionalidade individual de maximização e lucro do membro. Disso, os indivíduos se agrupam e reconhecem os benefícios da ação coletiva, sendo necessárias regras para coordená-los. Surge uma outra questão ao considerar a influência direta sobre os recursos, levando em conta o questionamento anterior e sua relação com a finitude e impactos ecológicos sofridos enfrentados em contexto ambiental. Em um dos trabalhos mais citados na história científica, Hardin (1968) levantou essas questões em seu artigo “The Tragedy of the Commons”. Para expressar as contradições entre o *egoísmo* e a *cooperação*, ele utiliza o exemplo de um pasto comum. Ele ilustra um espaço onde vários criadores de ovelhas têm acesso livre para pastar seus rebanhos. Como não há restrições sobre o tamanho do rebanho de cada pastor, há uma tendência natural para que cada um maximize os seus próprios interesses, aumentando seu rebanho para obter mais lucro. No entanto, essa ação leva à sobrecarga do pasto, resultando na tragédia que é a destruição do recurso compartilhado e da sociabilidade entre os pastores, conforme estes aumentam os seus bens materiais (ovelhas).

Por serem coletivos os custos da sobrecarga de um recurso comum, fica subentendido no artigo que há necessidade de se associar a escolha racional à bases ecológicas. São necessárias ações que contestem a tendência de maximização de bens individuais. E embora haja uma ultrapassada preocupação ecomalthusiana¹⁹ no caso de Hardin, onde há menção ao controle da taxa de natalidade como um primeiro passo, existe a contribuição quanto à importância de se entender o tipo de recurso e da definição de um regime de propriedade sobre o mesmo. Este último decorre do fato de que, caso ausentes de propriedade inicial, os recursos ficariam desprovidos de contestações que limitem a liberdade dos indivíduos e, deste modo, a solução seria a privatização ou estatização dos recursos, o que determinaria regras de acesso e uso, segundo o artigo. Em ambas as formas há a monetarização e outras formas de regulação do acesso, visando a sobrevivência coletiva como maior objetivo perante a tendência destrutiva do *humano racional* (Hardin, 1968).

A função principal de todas as organizações é a provisão de benefícios (*bens* ou *recursos*) aos seus membros, à semelhança do que o Estado busca oferecer aos cidadãos. Normalmente, os regimes de propriedade são garantidos por este ou por suas instituições governamentais (Cunha, 2004; Olson, 1964). Neste ponto, Hardin (1968) reconhece quanto ao

¹⁹ Esse termo busca designar uma preocupação quanto à escassez de alimento gerada pelo aumento exponencial da população, comprometendo a capacidade das sociedades em garantir a subsistência humana. Apesar de ser considerada ultrapassada devido ao desenvolvimento de novas tecnologias, de novas compreensões na gestão de recursos naturais e éticos, ainda permanecem desafios envolvendo questões de desigualdade e pressões ambientais crescentes.

dilema da ação coletiva que não há soluções de ordem técnica e contradiz o que supunha Adam Smith. Diferentemente de questões de mercado que podem receber ajustes técnicos e econômicos, o cenário de colapso ambiental e social implica a necessidade de **instituições** que regulem os recursos e a competição produtiva – no exemplo mencionado, o autor concentra-se na delimitação da propriedade do recurso e na regulação do crescimento populacional, baseando-se polemicamente em Malthus –. Além das instituições envolvidas, isso implica outros pontos importantes para a discussão da participação política de extrativistas: (1) a viabilidade da gestão de recursos de propriedade comum e (2) o reconhecimento de arranjos sociais conformados por padrões culturais.

“a ruína é o destino o qual todos os homens se precipitam, cada um buscando seu próprio interesse em uma sociedade que acredita na liberdade dos bens comuns. A liberdade nesse sistema traz a ruína para todos” (Hardin, 1968 p. 1244, tradução própria).

Hardin confunde situações de acesso livre com propriedade comum, levando-o a crer na tragédia dos comuns. Essas categorias de propriedade servem para compreender a gestão e o manejo de recursos naturais. Trata-se de recursos comuns, ou *commons*, que são os recursos que nos interessam neste trabalho por ser o caso de uma floresta agroextrativista. Esses recursos possuem atributos físicos que determinam sua natureza de difícil exclusão de acesso e alta rivalidade de uso, a sua subtrabilidade está exemplificada no caso do *common* campo de pastagem.

Considerando que os atributos naturais de cada recursos determinam a forma como ele é acessado, gerido e alienado, eles também influenciam as funções das organizações e instituições que regulam seu uso por meio de incentivos aplicados. Não apenas pelas características naturais, os recursos podem ser classificados quanto à propriedade, os direitos e algum sobre o bem, podendo diferenciá-la em categorias como: bens de acesso livre, propriedade estatal, propriedade privada e propriedade comum.

Os bens de acesso livre se referem à ausência de direitos de propriedade, não definidos e portanto sendo permitida a exploração por qualquer indivíduo sem regulamentação. As propriedades estatais são controladas pelo Estado, como as Unidades de Conservação. A propriedade privada é estabelecida por indivíduos ou grupos que regulam a exploração do recurso. Por fim, a propriedade comum envolve o manejo de um recurso comum por um grupo de indivíduos com interesses e responsabilidades comuns, sem que ocorra a exclusão de acesso de algum membro.

Capelari (2017) observa que muitos confundem recurso comum com direito de propriedade comum. Enquanto o primeiro se refere às características naturais de exclusão e subtração do recurso, o último se preocupa com o direito de uso e manejo. O autor destaca que, segundo ambas as características, as RESEX podem ser classificadas como recurso de propriedade comum com direito de propriedade estatal. As unidades de conservação de uso sustentável, como as Reservas Extrativistas, têm residentes produtores dentro de suas delimitações, mas os recursos estão sob jurisdição do Estado brasileiro, o que faz com que seu direito de propriedade seja estatal. O ICMBio configura este agente, sendo o responsável por propor, implantar, gerir, proteger, fiscalizar o território. Portanto, mesmo que esses territórios possuam uma estrutura inclusiva e participativa em conjunto com outros atores, o órgão é o maior agente gestor.

Esses fatores evidenciam o equívoco de Hardin ao sugerir a privatização dos recursos comuns, alterando o regime de propriedade e, conseqüentemente, sua exploração e regulamentação. Outros autores demonstraram como geralmente os recursos comuns estão organizados sob a ótica coletiva de grupos locais. Ostrom (1991) se dedicou ao estudo empírico dos mecanismos que possibilitam evitar a tragédia dos comuns mediante a evolução de uma governança dos recursos naturais. Ela tem como objeto principal as comunidades locais e sua propensão a administrar seus recursos, mesmo que não exista regulamentação formal por meio da intervenção do Estado ou do mercado. Mesmo sem depender de normas impostas, é possível verificar casos em que regras locais e práticas sociais promoveram a cooperação e a gestão sustentável, demonstrando o potencial em “aprender normas sociais, similarmente à nossa propensão a aprender normas gramaticais”²⁰.

Há relações de reciprocidade na gestão comunitária, que estão mediadas por valores culturais, onde a disposição coletiva em aprender e reforçar suas regras básicas tendem a ser mais eficientes que regras externas impostas por terceiros. Portanto, as bases locais possibilitam criar e modificar as instituições. A “evolução da ação coletiva” demonstra a necessidade em compreendermos como o contexto das regras formais, sociais e biofísicas de cada situação determinam o sucesso ou a falha na gestão de recursos naturais. Apoiado nisso, é possível afirmar que as instituições podem ser criadas e modificadas, sendo uma forma mais legítima e eficiente, a partir das ações locais (Ostrom, 1990, 2000).

Somos compelidos a aprender a cooperar e a gerir os recursos naturais de forma sustentável devido aos limites da natureza. O trabalho da autora destaca que é possível superar

²⁰ Ostrom (2000, p.143).

o dilema dos *commons* localmente, através da auto-organização da gestão sustentável e do controle de oportunistas *free-riders*. Sua grande contribuição reside em propor um modelo alternativo de ação coletiva, que vai além das teorias econômicas de firma e da teoria de Estado. Dessa forma, os arranjos institucionais podem ser legitimados e aprimorados por meio de regras sociais informais, como também são eles que podem garantir a ação coletiva desse nível.

Neste ponto, ao revisitar a teoria dos jogos, torna-se possível afirmar em um primeiro momento que as instituições são definidas como restrições ou regulamentações que moldam a política, economia e interação social, com o propósito de proporcionar ordem e reduzir a incerteza diante das escolhas. Entretanto, essa definição pode ser simplista, pois as instituições são permeadas pela cultura, estrutura social e os seus papéis. Na história da colonização, por exemplo, é possível afirmar que as instituições fracassaram, caso não se observe a imposição de modelos institucionais dos países desenvolvidos sobre as comunidades locais, muitas vezes, em oposição aos seus costumes e valores (North, 1991).

Por esse motivo, essa visão carece de complexidade, pois vimos que a cultura influencia as normas e a estrutura social determina como as imposições se relacionam com os diferentes níveis de poder dos indivíduos e grupos na sociedade. Ainda por cima, tanto os agentes quanto as instituições possuem papéis esperados. Ao entender que as instituições moldam as ações dos indivíduos e vice-versa, fica claro que a governança ambiental pode ser ainda mais desafiadora, dada a diversidade de capacidades e poderes dos atores envolvidos na sociedade. Isso remete às diferentes implicações das normas e da inclusão dos grupos locais, que levantam outras questões. Contudo, são exatamente essas disparidades existentes em uma sociedade que muitas vezes são as principais forças motrizes na transformação de instituições (Portes, 2006).

O apresentado até aqui nos permite chegar a uma definição abrangente das instituições, especialmente no contexto ambiental. Podemos entender instituições como o arcabouço formal e simbólico que das organizações. As “regras do jogo” formais englobam leis, decretos, espaços e práticas institucionalizadas. As informais, ou simbólicas, são as conformadas pelos valores, costumes, modos e práticas sociais tradicionais, elementos que também são incentivadores e normativos ao comportamento humano. Elas são dependentes da estrutura em que se encontram, mas também influenciam essa estrutura e de forma desigual. No caso socioambiental, elas visam cumprir um papel necessário de equilíbrio ecológico, ao mesmo tempo em que indicam e administram os papéis dos agentes envolvidos. Após o momento da conformação e mobilização dos indivíduos em grupos extrativistas, elas são a principal ênfase de suas lutas sociais como forma de garantir os seus recursos, práticas e territórios aos quais possuem direitos (Ostrom, 1990; Portes, 2006; Toni, 2004).

No caso da governança ambiental extrativista, essa definição deve estar de acordo com os papéis esperados das instituições relacionadas: atrelar o desenvolvimento econômico com a preservação da floresta. Em linhas gerais, a discussão sobre a governança ambiental são extensões da teoria do bem-estar social, da discussão sobre os recursos e do papel das instituições. Ela foi adaptada com o passar do tempo e da conscientização da crise ecológica para lidar com a complexidade das decisões numa sociedade real e globalizada.

No caso brasileiro, os primeiros estudos sobre gestão de recursos comuns começaram a surgir na década de 1990 na área socioambiental, especialmente devido à descrição de sistemas de autogovernança em áreas florestais comunitárias, sob a realidade de Terras Indígenas e Unidades de Conservação de Uso Sustentável, como de RESEX. Se são tantas as particularidades que envolvem a governança de uma área extrativista, como é possível observar nos conceitos e particularidades apresentadas, não obstante as suas resoluções podem envolver diferentes abordagens.

Frequentemente, os *commons* estão sendo manejados de forma comunitária envolvendo grupos de comunidades tradicionais, revelando-se como uma alternativa viável. De fato, a “proximidade” física entre os membros de um mesmo território facilita e reforça a ação coletiva. Isso é, há mais interação e monitoramento, o que facilita o surgimento e a internalização das regras. Não somente, essa abordagem, também verificada no trabalho empírico de Ostrom (2010) com populações locais, promove um entendimento politizado sobre a gestão dos recursos, vinculando-se às relações locais e transcendendo seu valor puramente material e econômico, o que indica até uma nova interpretação sobre a racionalidade individual e o bem-estar social. Consequentemente, ela deve contribuir com a incorporação dos conhecimentos e práticas tradicionais das comunidades residentes do território, e com a coesão da identidade desses grupos – inclusive pela manutenção de seus sistemas agroextrativistas. Um posicionamento sugerido a partir da literatura de Ostrom, pode ser verificado em outros estudos sobre gestão de commons no Brasil, como Cesar et al (2020), que destaca os principais problemas de coordenação entre agentes da governança e de compartilhamento de experiências.

Todo o apresentado até então nos possibilita sugerir uma definição quanto ao que são governança ambiental extrativista e suas instituições extrativistas. A primeira se refere ao conjunto de processos, mecanismos, arranjos, instituições e atores envolvidos na gestão sustentável dos recursos comuns de uma Reserva Extrativista. Por instituições extrativistas entendemos as instituições geradas ou induzidas pelo movimento social extrativista. Um sistema institucional adequado e bem estabelecido pode contribuir significativamente para uma governança mais eficiente.

É importante ressaltar que quanto às instituições extrativistas, sugerimos que elas envolvem a participação de extrativistas nos diferentes processos institucionais, os quais recebem influência direta ou indireta dos indivíduos, interferindo nas decisões, implementação e monitoramento de políticas públicas. Ainda, elas possuem duas possibilidades distintas de promover tal participação: por meio de desenhos de “baixo para cima” (*bottom up*) ou por meio da sua imposição de “cima para baixo” (*top down*) (Borba, 2011; Fonseca, 2011).

Após apresentar tais princípios e os conceitos, especialmente no contexto do extrativismo, podemos agora indicar os elementos-chave identificados por Ostrom a partir da análise empírica de casos bem-sucedidos. Esses elementos devem orientar os atores envolvidos na governança dos recursos comuns, levando em consideração as características específicas de suas realidades locais. São diretrizes aplicáveis e destinadas a ajudar a superar o dilema da ação coletiva (Ostrom, 1990). Exploraremos estes princípios na parte final deste capítulo.

1. Demarcação clara das fronteiras dos recursos de bem comum e dos seus utilizadores;
2. As regras definidas devem ser adequadas às condições locais;
3. Os utilizadores devem participar na definição das próprias regras, promovendo acordos coletivos;
4. Os fluxos de benefícios da gestão comum devem ser proporcionais aos custos de utilização;
5. Reconhecimento das regras da comunidade pelas autoridades externas;
6. Monitoramento e respeito das regras por parte dos utilizadores, com penalizações para os transgressores;
7. Garantia de fácil acesso a meios de resolução de conflitos bem como a custos reduzidos;
8. Ligação da gestão de recursos de menor escala com os de maior escala, partindo do particular para o geral.

Há de se considerar a possibilidade que os meios de vida e conhecimentos de segmentos sociais marginalizados são postos a serviço de tendências políticas e históricas (Dagnino, 2004). Quando estes são alvo de políticas públicas ou da pesquisa científica, os seus conjuntos de valores e práticas são constantemente resignificados, desfigurando os sujeitos como condutores de um objetivo final (Santos, 2011). Portanto, os princípios apresentados acima funcionam como um guia para a análise da governança extrativista.

Os entraves ou promotores de conhecimentos e práticas extrativistas realmente empoderadas – aqui sempre aplicadas no sentido de *empowerment* – ultrapassam aspectos socioeconômicos e técnico-científicos. As suas visões de mundo e moralidade, com pouca credibilidade, são desafios epistemológicos a serem superados e limitam os potenciais da sua

participação (Layrargues, 2013). Consequentemente, são necessárias ações que fortaleçam os extrativistas epistemologicamente e politicamente.

É desconsiderado que esses sujeitos possuem contradições internas e, especialmente, que são o elo mais fraco na estrutura de participação. Ocorre que a ausência de conhecimento técnico-científico traz limitações para a sua participação efetiva nos debates *racionalizados* que ocorrem de forma a definir ou subsidiar decisões (Saito *et al*, 2005). Ironicamente, a sua racionalidade alternativa é o que os justificam como “ferramentas” inovadoras e necessárias em um marco institucional, justamente por interagirem de forma diferenciada em uma esquematização de regras. Regras estas que costumam ser técnicas, institucionalizadas e orientadas pela ideia de progresso, primordialmente baseada no controle da natureza por métodos tecnológicos (Dagnino, 2004; Gohn, 2001; Ostrom, 1991).

A PARTICIPAÇÃO INSTITUCIONALIZADA

A determinação da categoria participação também é uma tarefa difícil por suas diferentes qualidades, sejam elas práticas ou teóricas, e pelas suas delimitações elusivas, que estão postas segundo caracterizações ou correntes empregadas em análises institucionais, de movimentos sociais, entre outros (Gohn, 2006). Tal conceito percorre uma grande variedade de lutas materiais e simbólicas, onde pode-se afirmar que em sua conotação de enfrentamento, sob um olhar histórico, elas alcançaram feitos memoráveis. Mesmo assim, é essencial resgatarmos preceitos e lutas anteriores, e portanto, pretendemos observar possíveis alienações que convertam as ações extrativistas na RESEX Chico Mendes e no Conselho Deliberativo.

As Reservas Extrativistas e seus conselhos gestores pertencem ao grupo destas conquistas de ações coletivas organizadas, e são partes de um novo modo de governança e de desenvolvimento. Ambos representam a possibilidade da institucionalização da participação e da gestão compartilhada, o que não deve se desorientar como um mero espaço público governamental. As ações sociais em conselhos gestores não transferem a responsabilidade pública-estatal da gestão institucional para a sociedade civil, e estas demandam o desenvolvimento de certas condições (Gohn, 2006).

Para que ocorra de fato a *co-gestão* sem o esvaziamento dos segmentos populares ou do gestor estatal, pretende-se oferecer ao debate sobre Instituições Participativas, as IPs, a reflexão acerca da condição específica de capacitação social. Assim, é importante discutirmos os cenários políticos e sociais os quais envolvem a participação extrativista em espaços criados políticas públicas, como um conceito alvo de transformações práticas e ideológicas.

A co-gestão é o modelo de gestão estabelecido para RESEX, pelo SNUC (2000), como forma de prever a participação dos residentes dessas UCs na governança extrativista. Ela foi estruturada quando estabeleceu-se que um Conselho Deliberativo seria o instrumento responsável por gerir a Reserva, integrando moradores extrativistas com os outros segmentos da governança (Souza, 2010).

A partir de 1985, a redemocratização brasileira experimentou um crescimento da participação política no país (Avritzer, 2011; Dagnino, 2002; Vaz, 2011; Santos, Avritzer, 2003). A grosso modo, esse período foi entendido por sua capacidade de consolidação e aprofundamento das regras democráticas, pela sua inclusão e aprendizado político; elementos entendidos como consequências de suas dinâmicas na sociedade e nos agentes públicos, os quais estariam sob a intervenção e influência desta nova forma de sistema (Gohn, 2001; Vaz, 2011).

Esse período foi marcado pela organização, proposição de princípios e reivindicação na gestão pública por parte da sociedade civil. A ditadura militar durou de 1964 a 1985, e podemos afirmar, por senso comum, que a Constituição do Brasil de 1988 é o principal marco da redemocratização. Ao estabelecer uma nova legislação baseada na crença de que seriam estabelecidos novos canais de diálogos democráticos, as políticas públicas estariam se qualificando por incluir novas relações sociais em seus processos. O pensamento à época era de que as práticas horizontais de negociação geradas iriam empoderar grupos marginalizados, gerando maior eficiência pública e justiça social (Faria, Ribeiro, 2011).

Esse pensamento é similar ao que fundamenta a ideia de governança ambiental, e também da governança extrativista. Em particular, a Amazônia esteve orientada nacionalmente por um projeto nacional de integração e desenvolvimento econômico por meio da penosa exploração ambiental e humana. A história seringueira e extrativista é a síntese e antítese desse decurso. Hoje, eles são uma fração de uma rede de movimentos sociais amazônicos de atores em diferentes escalas, compostos de forma heterogênea e complexa (Gohn, Milhomens, 2018). O que é relevante adentrar neste ponto é que no período da redemocratização já haviam movimentos sociais organizados que buscavam incidir sobre as novas formas de governança e de justiça socioambiental.

Do ponto de vista de “impulsos” democráticos na forma da participação social, as ações coletivas de atores relacionados à temática socioambiental agiram ao pressionar interiormente a conformação de políticas ambientais descentralizadas. Quanto ao exterior, a comunidade internacional tratava a ideia de participação de forma quase consensual – por motivos distintos,

posições neoliberais e de esquerda confluíram a partir da preocupação com relações de poder na esfera pública (Fonseca, 2011). E assim esses impulsos se concretizaram e geraram novas preocupações, como observado por Gohn (2001), ocorrendo a partir da renovação do olhar e das próprias instituições tradicionais; sob uma perspectiva de controle das ações estatais por parte de cidadãos, e em novas relações que gerariam aprendizado-político.

A Constituição de 1988 reivindicou os princípios de democratização a partir da descentralização política, agregando o ímpeto (nacional e internacional) e gerando mecanismos participativos. Quanto a isso, há dois movimentos que precisam ser aprofundados e que tratam da transformação política da participação, primeiro, em sua essência institucional e ideológica, em segundo.

O primeiro movimento se trata do produto da criação constitucional da participação, nesse contexto de transição política brasileira, culminando. Como se espera, ela acarretou a subsequente regulamentação de normas que estabeleçam tais princípios. Novos mecanismos de gestão se multiplicaram na figura de fóruns e conferências, Orçamentos Participativos, Planos Diretores Participativos e, é claro, Conselhos Gestores de Políticas Públicas. Isso é, iniciou no Brasil a viabilização da participação social na gestão de políticas públicas após a Constituinte, e adotaram principalmente conselhos (Borba, 2011; Lavallo, 2011).

A descentralização participativa resultou no fortalecimento de outras unidades político-administrativas subnacionais. Por sua vez, as lideranças seriam focos de informação sobre bens e serviços públicos, o que ampliaria o acesso aos mesmos mediante uma gestão eficiente e com confiança entre sociedade civil e Estado. Como a implementação de conselhos depende de leis ordinárias estaduais e municipais, fator importante também para a transferência de recursos técnicos e financeiros, houve o movimento intenso de reformas normativas e legislativas nos anos 1990 e 2000 (Cortes, 2011; Gohn, 2006). Esse intervalo de tempo possui numerosos exemplos da realocação de movimentos sociais para o Estado²¹, onde conselhos e outras IPs

²¹A reforma do Estado contempla novas formas de mobilização social, necessárias para a participação institucionalizada. São os casos de Organizações Sociais (OSs) e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), que viriam a ser gestoras de políticas públicas e parte da lógica que esvazia o papel de prestador de serviço do Estado (Gohn, 2006).

estão conectadas legalmente a outras instâncias que administram a área de políticas públicas em comum (Almeida, Tatagiba, 2012; Dagnino, 2004)²².

O que está descrito neste primeiro movimento é o intenso processo de inovação institucional, que construiu e difundiu as nomeadas IPs, heterogêneas *per se* em forma, em temas regulatórios e em níveis de (Lavalle, 2011). Há instrumentos e espaços públicos diversos que incorporaram a sociedade civil em deliberações públicas, e ressaltamos, cada um com trajetórias singulares no sistema político brasileiro (Borba, 2011). O que fora exposto até então nos dá pistas sobre o que são essas novas instituições. Afinal, adotaremos a afirmação de Leonardo Avritzer (2008, p.45), que as entende por “formas diferenciadas de incorporação de cidadãos e associações da sociedade civil na deliberação sobre política”.

As Instituições Participativas, ou IPs, são espaços inteligíveis, regulares e delimitados da dinâmica participativa. Criadas por lei, emendas constitucionais ou normas administrativas, elas permitem a participação social direta ou indireta, por meio da representação (Cortes, 2011 p.138). Deste modo, o aspecto operacional da participação – ou melhor, as próprias instituições participativas – é onde concentram a dimensão “cartográfica” na maior parte dos estudos (Lavalle, 2011). Apesar de inovadores e muito estudados no sistema político após a ditadura militar, o conselho gestor não é uma invenção brasileira à época. Suas origens podem se encontrar em conselhos municipais de educação no século XIX, enquanto a sua difusão ocorreu a partir dos primeiros conselhos de saúde, nos anos noventa, expandindo-se para outras áreas (Cortes, 2011).

Os estudos especializados se fortalecem nesse período, a partir de 1990, devido às variadas experiências de IPs. A descrição da trajetória participativa na forma de conselhos demonstra forte correlação entre três variáveis, comuns aos cenários de seu tempo e dos primeiros “testes” com essas formas de IPs. As variáveis são a consolidação democrática, o aprendizado político e a participação direta; quando foram averiguadas e demonstradas com forte teor de denúncia por parte desta literatura de primeira geração (Avritzer, 2011; Gohn, 2001). Apesar dos dilemas que constituíram as denúncias citadas, centradas no descompasso entre ideário participacionista e suas primeiras empirias, as IPs são fundamentais no “quebra-cabeça” da política brasileira; e a crítica à sua existência ou não é um dilema atualizado por estudos mais recentes (Silva, 2011).

²²Almeida, Tatagiba (2012) e Dagnino (2004) observam que tal realocação denota a marginalização institucional de sujeitos devido ao esvaziamento das responsabilidades do Estado, e estas, ocorrem diluídas em uma grande rede institucional ou na concepção minimalista de política em um projeto neoliberal.

A segunda geração de estudos estará indicada a partir do segundo movimento ocasionado pela expansão participativa no Brasil. Faremos a narrativa de tal modo pois é imprescindível demonstrarmos a ramificação ideológica ocasionada da ampliação e institucionalização participativa, uma vez que há relação com o ideário participacionista.

É relevante o motivo pelo qual os estudos da geração anterior se concentravam na denúncia da artificialidade desses espaços, em oposição à descrição das iniquidades sociais e seus resultados na democracia e prática participativa. Vejamos o porquê, particular ao caso brasileiro. O ideário participativo não foi vertebrado como uma operação democrática (Avritzer, 2011). Segundo Adrián Lavallo (2011), ele estava conectado com a teologia da libertação e ideias freireanas de emancipação popular, onde “participar” tratava-se de agenciar as camadas populares, atores de sua história, porta-vozes dos seus próprios interesses.

O ideário a que fazemos referência não foi entendido como um processo político de construção de “bem social”, que incluiria diferentes atores e interesses em negociações delineadas (Lavallo, 2011). Em outras palavras, antes da Constituição de 1988, *participar* denota a liberalização política de segmentos populares marginalizados, contribuindo com projetos políticos específicos²³; contudo, após esse marco institucional da redemocratização, há o deslocamento desse sentido para mecanismos de disputa política ao redor do desenho democrático da sociedade e das instituições, agora articulado em termos de cidadania (Dagnino, 2004; Lavallo, 2011).

Se a participação social cidadã envolve as lutas pelas responsabilidades e bens materiais dentro de um governo, ela pressupõe a inclusão dos cidadãos aos espaços, linguagens e informações que dizem respeito às novas formas de governança (Gohn, 2019). O que há em evidência é um antagonismo e justaposição, os escassos recursos não permitem aos membros de conselhos o acesso a infraestruturas e assessorias técnicas e administrativas (Almeida, Tatagiba, 2012). O peso dado para este tipo de IP parece esbarrar na sua baixa capacidade de influência no jogo político, e a razão é o alargamento da democracia que aposta em uma ação conjunta, mascarando diferenças e antagonismos de diferentes projetos políticos (Dagnino, 2004). No caso extrativista verificamos o projeto governamental de expansão e desenvolvimento insustentável (indicado pela história social no bioma amazônico e por ações

²³Em acordo com Dagnino (2004, p.98), projetos políticos designam “os conjuntos de crenças, interesses, concepções de mundo, representações do que deve ser a vida em sociedade, que orientam a ação política dos diferentes sujeitos”.

recentes de esvaziamento institucional), e o projeto social de garantia de direitos, da sociobiodiversidade e da qualidade ambiental.

É essa a justificação contida na crítica brasileira. A participação social não advém da compreensão de modelos de democracia. Ao absorver conteúdos liberais-democráticos a partir da liberalização política, mais adequados ao discurso da nova Constituição, ela retira de seu cenário amplo o compromisso popular e se universaliza na ideia de “cidadania universalizante” (Lavalle, 2011, p.35).

Assim, verificamos o argumento que edificou a democracia brasileira, cujos princípios de bem-estar e justiça social estiveram propagados por meio da reelaboração participativa, cujas responsabilidades governamentais estiveram minimizadas, esvaziadas de sentido. É claro, o impulso desvinculante com o compromisso de classe social é o segundo movimento destacado, ocorrido também na década de 1990. Isso condicionou a descentralização política de forma democrática, não tendo em vista certas posições sociais, mas ao se produzir novas instituições e novos atores sociais.

Após quase duas décadas de casos empíricos, a literatura científica abandonou a denúncia da necessidade da origem radical e ideal da participação, avançando na sua qualificação – verifica-se nessa geração, noções causais benéficas ou maléficas em termos do processo participativo e seus resultados (Vaz, 2011).

As novas análises sistemáticas encontradas nessa geração de estudiosos, possibilitam compreender o fenômeno participativo e o institucional, em conjunto, algo que carecia aos seus precedentes (Avritzer, 2011). Então, surgem autores e autoras focadas no caráter deliberativo deste fenômeno intrincado e interdisciplinar, e eles buscaram medir o sucesso das IPs pelo fortalecimento das capacidades deliberativas de conselheiros, e pela capacidade das IPs em influenciar uma política pública (Almeida, Cunha, 2011; Silva, 2011; Vaz, 2011).

O resultado do esforço descritivo de IPs tem sido o enriquecimento do entendimento das experiências, dos espaços e de seus variados efeitos (Alencar *et al*, 2011). A nova dinâmica de gestão se consolidou como ação descentralizante, importante para a formulação e fiscalização da gestão no serviço público. Contudo, permanece ainda um descompasso entre a riqueza das experiências participativas no Brasil e o escasso entendimento sobre seus efeitos. Esse fato demonstra a difícil missão em analisar IPs e seus atores, mesmo que suas análises tenham seguido o mesmo fôlego de sua difusão – elas inovaram em metodologias qualitativas e quantitativas, analisando-a de maneira multidimensional, comparativa, considerando

diferentes contextos e desenhos institucionais (Almeida *et al*, 2011; Coelho, 2011; Pires, Vaz, 2011, Wampler, 2011b).

As IPs podem ser usadas para revigorar a influência de certas classes e grupos sociais, ou para se oporem a estes e limitá-los pela alienação de meros espaços formais (Avritzer, 2011). Brian Wampler (2011a, 2011b) nos lembra que a influência da participação social institucionalizada muitas vezes é indireta e que, principalmente, é pouco conhecida quando as posições políticas do governo e das IPS divergem entre si. Esse autor aponta dois pontos importantes: primeiro, as potenciais influências de conselheiros é maior durante o processo de troca de informações com funcionários do governo – quando os planos do governo podem ser modificados em benefício de atores locais; por fim, os governantes e funcionários públicos de alto escalão privilegiam estes espaços quando querem ampliar as vozes cidadãos e a descentralização política, fortalecendo IPs como um canal para tanto.

Assim, a relevância do papel destas instituições em determinadas etapas do ciclo de política pública variam muito. Em períodos políticos favoráveis, espera-se que projetos políticos convergentes aumentem o volume de recursos detidos (humanos, materiais, financeiros, de conhecimento, entre outros), fortalecendo a capacidade de resultados por IPs (Silva, 2011). Considerar tais elementos possibilita uma avaliação realista de sua atuação.

É pouco provável que um caso empírico aponte para uma participação institucionalizada com incidência em todas as etapas da gestão – seriam elas a identificação de problemas e demandas, o planejamento, a decisão sobre os seus recursos, a formulação de propostas políticas e a sua fiscalização. O mesmo é válido para o caso de IPs totalmente irrelevantes (Silva, 2011).

A proposta voltada à estratégia participativa da primeira geração, de uma valorização radical da inclusão de movimentos sociais na gestão pública permanece relevante.

O olhar sobre a gestão ambiental indica uma razão clara. Tratando-se de extrativismo, existe a justificativa ecológica que reside na conservação socioambiental como um princípio de governança, e recai sobre sua participação em conselhos gestores de RESEX certo fardo de estimular a apropriação de seus territórios de maneira sustentável, aprimorando seu bem-estar e condição, defendendo seus modos de vida e cultura.

O caso extrativista não deve ser percebido a partir de uma visão determinista e ingênua. O que pode ocorrer são efeitos associados, positivos ou não, em relação à sua utilidade no sistema administrativo de territórios demarcados. As RESEX, com os seus conselhos gestores, carecem de estudos sistemáticos acerca de efeitos diversos, dentro de uma lógica de ganhos e

perdas entre os elementos do fenômeno da participação. Essa carência é comum nos estudos de IPs e, vale lembrar, que sua origem radical segue vinculada ao alcance e expectativas de conselhos sobre um determinado recurso (Lavallo, 2011).

O que vimos nas páginas anteriores é a transformação do compromisso com a emancipação diante das hegemonias no contexto de ampliação da gestão pública participativa. No caso de RESEX e da participação extrativista, observa-se o dualismo conceitual e prático que recai sobre seus indivíduos representantes. A sua origem se encontra na opção preferencial por uma posição de classe, contribuindo decisivamente para a inovação institucional e justiça socioambiental; ao mesmo tempo, sua trajetória empírica se cruza com a perspectiva prática da teoria democrática, o que não prevê emancipação política.

As IPs podem se afastar significativamente de suas atribuições legais e, objetivando o seu aprofundamento, deve-se observar lacunas em cada etapa de envolvimento com a política pública e buscar sua emancipação discursiva, pedagógica e técnica (Dagnino, 2004; Campos, 2011; Tatagiba, 2011). Afinal, o que seria a origem radical encontrada no *valor* da participação e quais seriam os seus benefícios para a gestão?

A inclusão e autodeterminação se encontram nos valores emancipatórios da participação, e possuem conotação radical pelo enfrentamento social às relações opressivas e pelo aprofundamento de suas experiências coletivas. A perspectiva utilitária, da segunda geração de autores especializados neste tema, entende que existem oportunidades de desenvolver potencialidades coletivas que influenciam decisões (Alencar *et al*, 2011). Nesse sentido, essa última entende que a emancipação está relacionada com os seus resultados alcançados, a partir de certos procedimentos de ação coletiva instrumentalizada em uma esfera pública construída pela ideia de pluralidade (Avritzer, 2011).

A análise sobre resultados, embora muitas vezes preencha lacunas analíticas de instituições, torna a dinâmica analisada utilitarista e desvaloriza seu *valor*, tornando-o secundário. É preciso buscar representações não avaliativas, complementando-as e extrapolando essas correlações. Uma IP será mais eficiente quando os benefícios hipotéticos da participação estiverem presentes mais presentes.

Apresentando brevemente o conjunto de produtos e benefícios atrelados, é possível agrupá-los em três ordens. Os de ordem de socialização e de psicologia, os quais os benefícios são incrementar o pertencimento e engajamento dos atores, legitimando a instituição e seus resultados. Os de ordem distributiva, e que cumprem a função de combater desigualdades no acesso aos bens e serviços públicos, em oposição a projetos políticos governamentais

tradicionalmente observados. Os de ordem de capital social, se relacionando com o fortalecimento da cooperação e surgimento de respostas coletivas (Borba, 2011; Lavalle, 2011).

Portanto, podemos averiguar a capacidade da sociedade civil em afetar as configurações de IPs e, em seguida, em influenciar as ações do Estado. Os atores sociais possuem conformações particulares relacionados aos seus contextos, eles estão limitados pela sua importância em um momento partidário regional e nacional, de sua importância na composição e atuação do conselho (Wampler, 2011a). Ou seja, eles dependem do apoio dado na definição de problemas e suas respectivas soluções; e, assim, poderiam afetar resultados políticos específicos.

A relação entre conselheiros e funcionários do governo está sempre no limiar da instabilidade. Ela é instável devido ao provável tensionamento originado da necessária defesa de seus interesses e de suas funções em um conselho, e que estão, muitas vezes, refletidas como pressões sociais contra posições oficiais do governo (Wampler, 2011b). Também, muitas vezes existe o tensionamento entre posições no interior de um grupo social, o qual deve ser catalisado pela liderança conselheira (Tatagiba, 2011).

CAPÍTULO 2 – A TRAJETÓRIA E OS MAIS DE CEM ANOS DE SOLIDÃO

O extrativismo da borracha desempenhou um papel fundamental na Amazônia, impulsionando mudanças significativas na dinâmica geográfica, tanto em termos urbanos quanto na ocupação da Floresta Amazônica. O estado Acre é o exemplo mais claro disso pois ele surgiu como resultado de deslocamentos em massa de trabalhadores da borracha, quando os interesses econômicos nacionais se alinharam com as suas necessidades, especialmente a fuga de adversidades ecológicas e climáticas que afetam suas vidas no meio rural. No primeiro momento, essa afirmação pode sugerir um evento facilitado entre partes negociadas. No entanto, não foi esse o caso. Este processo foi marcado pela violência, e impactou a vida de incontáveis pessoas, tanto de forma direta quanto indireta.

A Amazônia se mostrou um grande alvo produtivo seguindo a retórica desenvolvimentista apresentada no histórico da borracha. O período de embate entre o movimento social dos seringueiros e o modelo de desenvolvimento agrário promovido pelo Estado inaugurou o protagonismo de povos extrativistas em projetos de desenvolvimento sustentável na legislação brasileira²⁴ através da criação das Reservas Extrativistas (RESEX) e, posteriormente, na criação e consolidação do SNUC (Franco *et al*, 2015).

Esse é o caminho proposto para a compreensão da importância da participação social extrativista, inserida no mosaico de áreas protegidas do Acre. Esse mosaico é composto pelos diferentes grupos de áreas protegidas, que buscam integrar as ações e políticas públicas, enquanto que no caso acreano, ele está conformado por Unidades de Conservação da natureza (UCs) – federais, estaduais e municipais – e Terras Indígenas (TI), totalizando 47,5% de seu território. Esse número pode ser ampliado para cerca de 70%, quando considerados os assentamentos e suas reservas legais (MAPBIOMAS, 2022). Com o passar do tempo, a transformação social de seringueiros acompanhou o dinamismo político, e novas concepções ambientais e de desenvolvimento foram cruciais para a ressignificação de suas identidades e papéis. É evidente que suas ações têm impacto duradouro e integrado a outros aspectos, indo além das esferas sociais, influenciando a configuração da paisagem do estado, de políticas públicas participativas e modelos ambientais.

O tempo e as novas concepções mencionadas referem-se à discussão sobre a participação social de extrativistas, tanto nos conselhos gestores como na produção de

²⁴ O Decreto nº 98.897/1990 cria as Reservas Extrativistas e as caracteriza, no artigo 1º, que elas são “espaços territoriais destinados à exploração auto-sustentável e conservação dos recursos naturais renováveis, por população extrativista” (Brasil, 1990)

conhecimento liderada por grupos sociais marginalizados. Sejam elas puramente políticas ou epistemológicas, não é possível ignorar as categorias de análise envolvidas nos conflitos entre a alienação e a resistência da atividade seringueira. Este capítulo busca, portanto, apresentar um panorama histórico, focando nas narrativas desde a consolidação da produção da borracha como atividade econômica nacional até os dias atuais, com a consolidação de espaços participativos destinados à conservação da natureza em áreas públicas. Como primeiro objetivo deste trabalho, nos colocamos diante de três momentos principais e suas consequências.

Dentre esses momentos, os dois primeiros estão demarcados pelos ciclos da borracha. Eles são assim nomeados porque partiram de um ponto com baixa atividade e, em seguida, receberam grandes impulsos que deram a este recurso natural um papel no desenvolvimento de mercado e tecnologia, até que sofreram um baque e decaíram novamente. O terceiro momento também se relaciona com impulsos em relação a recursos naturais e ao desenvolvimento, mas com ênfase em uma alternativa sustentável de exploração da Floresta e em outra abordagem de desenvolvimento. Em suma, o período completo abrange uma compreensão particular da necessidade de fornecer *commodities* ao mercado internacional até novos sentidos da produção gomífera, que desde então é mais marcada pelo extrativismo e a conservação da natureza (Da Ponte, Junior, 2022; Drummond *et al*, 2010).

A partir do último momento principal, observamos a intensificação de conflitos pelo direito à terra na Amazônia ocidental, o que esteve relacionado com a questão agrária do estado acreano e da “fronteira agrícola” (Pompeia, 2020; Tavares, 2012), e com a justificativa da criação de Reservas Extrativistas (Allegretti *et al*, 2018; Almeida, 2022; Caladino, 2016). A trajetória em discussão nos ajuda a indicar e qualificar o processo de formação do Acre Almeida, 2019; Porto Gonçalves, 2009; Silva, Silva; 2007), bem como as categorias de comunidades tradicionais e extrativismo (Allegretti, 2008; Calegare, Higuchi, Bruno, 2014; De Castro, De oliveira, 2016).

Ao apresentar os três momentos e suas categorias definidoras, tornamos os objetivos mais claros e as compreendemos pelas diferentes abordagens de desenvolvimento, considerando o lugar desses grupos sociais em seus projetos políticos (Carneiro, 2012; Grandin, 2010; Ivo, 2016; Rossi, 2000).

Antes de aprofundar no que foi apresentado até aqui, mesmo que não tenha sido considerado como um momento principal de análise, considero importante abordar o que precede o primeiro momento. A razão pela qual destaco isso é que a Amazônia é alvo de exploração não apenas pela borracha e seus atributos materiais.

Os trabalhos relacionados ao bioma frequentemente carregam a admiração pela sua abundância natural, remontando inclusive aos espantos dos europeus que colonizaram esse território no passado (Menezes, Siena, Rodríguez, 2011). O desejo que motivou as diversas intervenções na região pan-amazônica possui interesses e origens diversas. Os mitos do Eldorado e das guerreiras Amazonas foram forjados durante as expedições espanholas e portuguesas. Porém, não são apenas fantasias sem prática e refletem a realidade da cultura da conquista, o que se vê em temas como o da integração nacional, da riqueza do garimpo ou da “última fronteira” a ser conquistada pela “civilização” (Fajardo, 2015).

A antropologia da Amazônia possui uma longa discussão sobre as suas experiências migratórias, o que evidencia o esvaziamento de seus povos e sua História, em uma terra pensada pelo seu “vazio” (Bemerguy, Oliveira 2021). Um outro questionamento que possui a mesma evidência é: por que a crença em uma cidade de ouro ou de povos guerreiros e selvagens não se situam em populações ribeirinhas dos continentes do Norte? A ironia dessa pergunta reside no fato de que essas mitologias estão integradas na colonização, e podemos afirmar facilmente que seguem sendo impostas sobre as características ambientais e sociais dos países colonizados, dados os diferentes períodos analisados da trajetória seringueira.

No livro “As veias abertas da América Latina”, o autor Eduardo Galeano retrata a exploração social e econômica desse território, inaugurado pelo “descobrimento” do continente (Galeano, 2020). A reflexão crítica literária é uma ferramenta que permite desvelar alienações atuais na gestão de territórios e do extrativismo no Acre. Assim como Galeano discute a “febre do ouro e a febre da prata” em sua obra, ao final deste capítulo, estará abordada a “febre da borracha e a febre do latifúndio”. A espoliação na história da produtividade rural da Amazônia retratada nos parágrafos seguintes descreve a simbólica colonização do selvagem, enquanto que materializa os trabalhadores como o objeto a ser explorado (Silva, Silva, 2007).

Ao indicar o longo tempo em que a iconografia amazônica se referia somente a uma “tábula rasa”, um espaço desprovido de população e livre para as transformações da civilização, busca-se trazer o cenário anterior que contribuiu para o primeiro momento seringueiro. A época dos jesuítas constitui o primeiro exemplo da prática nesse espaço, e conformou os primeiros esforços para colonizar os povos originários da Amazônia. Foram os indígenas os detentores do conhecimento sobre a *Hevea brasiliensis*, a árvore produtiva do látex (Furtado, 2007; Oliveira, 1988).

Se os retratos amazônicos puderam ser reavaliados em obras posteriores, como a de Galeano já citado, os escritos de Euclides da Cunha eram importantes para preencher a história

demográfica e ambiental da região Norte do Brasil. Os seus trabalhos preocuparam a Floresta com seus habitantes já à época. Em sua obra “À Margem da História”, de 1909, da Cunha já retratava em forma de denúncia as primeiras bases sociais e a violenta exploração do trabalhador extrativista (Hecht, 2008).

A Amazônia já vinha experienciando a sua transformação mais profunda, cerca de trinta anos antes da publicação dessa obra, exatamente a partir da organização da exploração da borracha (Gomes *et al*, 2018; Hecht, 2008). As disputas na região Norte expõem a persistente exclusão de atores locais na estrutura de atividades produtivas. No entanto, essa é a base das ideias e eventos relacionados ao caso seringueiro, que é o resultado de relações anteriores, suas contradições e mutabilidade (Grespan, 2008).

Nesse sentido, a disputa por papéis na estrutura de atividades produtivas é um processo de disputa pelo território e a própria ideia de progresso da Amazônia. A concepção tradicional de progresso é uma ideia linear e acelerada, de forma permanente e necessária, que surge antes mesmo do iluminismo da Revolução Francesa no século 18 (Koselleck, Richter, 2006). Isso é característico da civilização ocidental moderna, sendo a razão fundamental para a existência do Estado e da Ciência, buscando a modernidade através de restrições e reeducação do ser humano²⁵ (Foucault, 2008; Rossi, 2000).

De fato, a disputa pelo progresso no contexto extrativista está entrelaçado ao reconhecimento das identidades, direitos e papéis. Sendo assim, é essencial também garantir a inserção de seus conhecimentos em espaços públicos de decisão e na formulação de políticas (Almeida, 2004). A autonomia e autodeterminação entendidas nisso se encontram no próximo capítulo, inseridas na discussão de participação social e empoderamento, mas já introduzidas aqui a partir dos três momentos principais da história seringueira.

A Floresta Amazônica existe há pelo menos 50 milhões de anos. A arqueologia e relatos indicam grandes assentamentos, com milhares de pessoas, que habitavam as margens e afluentes dos imensos rios da região (Leff, 2021). Veremos como essas relações antigas e baseadas na natureza influenciaram o desenvolvimento sustentável no Brasil, e o reconhecimento da participação social extrativista nos processos de conservação ambiental. Concordando com Allegretti (2002), o que é descrito a seguir são os processos de ocupação desse bioma a partir da economia da borracha e da trajetória seringueira, sendo um dos

²⁵A origem da ideia de Ciência e progresso está na tênue separação política entre Igreja e Estado, cuja modernidade é posta pela natureza humana, e coincide com devenir coletivo na oposição à “barbárie”, sob uma perspectiva evolutiva (Rossi, 2000).

exemplos mais marcantes da magnitude que movimentos sociais podem ter no campo político e agrário.

PRIMEIRO CICLO DA BORRACHA

O primeiro marco de ocupação colonizadora na Amazônia ocorreu no ano de 1616, com a construção do Forte do Presépio, sendo a primeira ação e símbolo da defesa da soberania nacional na região. A exploração organizada e integração da região só ocorreria um século depois, com a criação da Companhia do Grão-Pará e do Maranhão. Essa divisão territorial representou o primeiro modelo organizado de exploração do extrativismo e riquezas naturais. A partir disso, as drogas do sertão e produtos como castanha, borracha, entre outras especiarias ditaram a ocupação do espaço amazônico pelos “surto” de valorização desses produtos. Todos esses recursos estavam delimitados pela penetração jesuítica na Floresta Amazônica e pela escravização de indígenas (Oliveira, 1988).

O primeiro aspecto que deve ser levado em conta na discussão do momento inicial da trajetória seringueira-extrativista é o fato de que a extração da borracha é uma prática realizada há milhares de anos por indígenas na bacia amazônica. Já haviam registros da extração do látex da *Hevea brasiliensis* para comercialização portuguesa na região desde a década de 1820 (Furtado, 2007; Gomes, 2018).

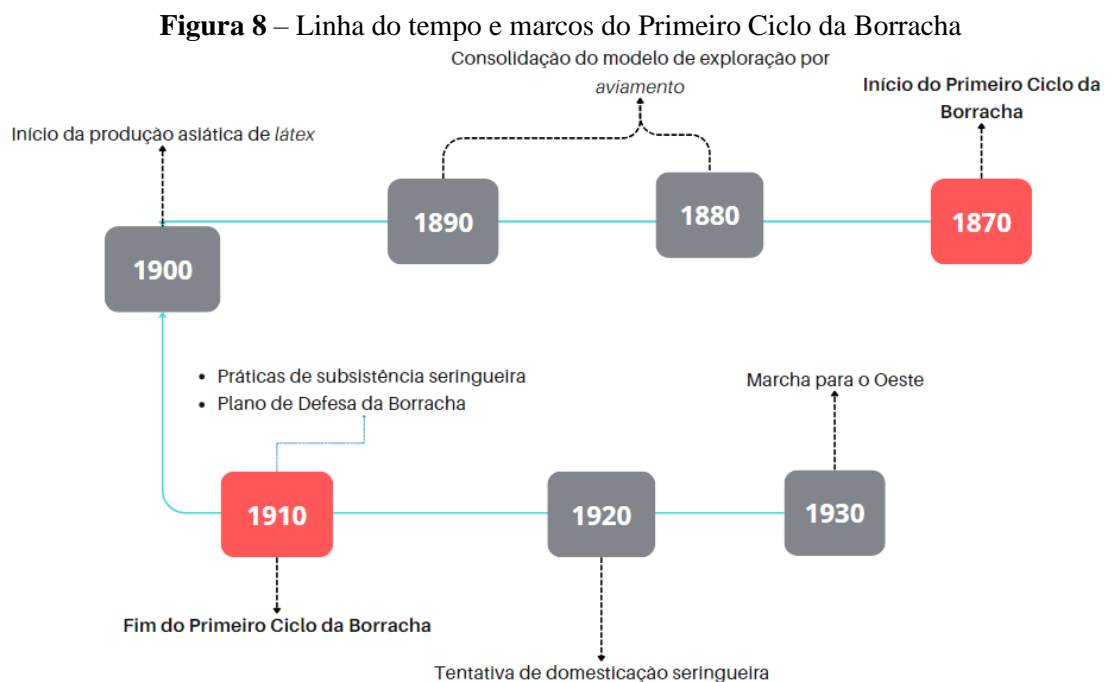
Contudo, a “Febre da Borracha” é caracterizada pelo primeiro “surto migratório” na Amazônia. Essa fase na região ocorreu no final do século 19, devido à crescente demanda por matérias primas por países em processo de industrialização durante a Revolução Industrial. A vulcanização da borracha, descoberta em 1839 por Charles Goodyear, tornou esse produto um dos mais importantes na fabricação de maquinários e materiais industrializados (Silva, Silva, 2007). Essa descoberta impulsionou a exploração intensiva da seringueira e atraiu migrantes em busca de oportunidades e riquezas na região.

A transição das sociedades e Estados para a industrialização desempenhou um papel fundamental nesse fluxo demográfico em diferentes escalas. No cenário nacional, o grande contingente de mão de obra, principalmente nordestina, disponível devido aos recrutamentos anteriores de trabalhadores imigrantes para a economia cafeeira, aliado à inserção da Amazônia na economia internacional, contribuiu para atender a esse chamado produtivo. O governo federal incentivou esse influxo de nordestinos, em razão de conflitos e flagelos ambientais na região (Pontes, 2014). Uma grande parcela do contingente nordestino foi impulsionado pelos

desafios climáticos da seca nesta região, bem como pelos conflitos sociais decorrentes da concentração fundiária que existia desde os primeiros dias da colonização.

No cenário internacional da época, houve a dinâmica de crescimento econômico e desenvolvimento tecnológico que justificou a exploração intensiva da borracha. Essa dinâmica de crescimento impôs um conjunto de processos produtivos sob os recursos naturais, se desdobrando na Amazônia brasileira com a entrada de capitais e empresas estrangeiras. Cabe ressaltar o advento de infraestrutura, com as primeiras edificações e estruturas para a exploração e comércio amazônico (Furtado, 2007; Sevcenko, 1983²⁶).

Sem se preocupar com a longevidade dos recursos naturais de países colonizados, o comércio internacional se intensifica e se volta para a Amazônia, tornando a borracha extraída da seringueira um recurso de importância nunca antes vista para a modernização. A região que mais se destacou nesse período é o atual território do Acre. Entre 1870 e 1912 ocorreu o “Primeiro Ciclo da Borracha”, o que inaugurou as primeiras identidades seringueiras – isso pois agora agricultores exercem essa profissão, antes não definida e ligada à cultura indígena –, assim como do sistema de exploração do seringueiro (Allegretti, 2008) (Figura 8).



Fonte: elaboração do autor

²⁶ Sevcenko (1983) analisa a Belle Époque brasileira, período em que a política nacional se transforma pela independência nacional e surgem novas elites, ligadas ao sistema cafeeiro e ao idealismo civilizatório. Nesse período, houve a intensificação da marginalização da cultura rural e popular, a exaltação da identidade brasileira urbana e de grandes projetos de exploração do meio ambiente.

O território do Xingu e Jarí, áreas próximas a Belém, já dava seus primeiros sinais de esgotamento, enquanto que a região de fronteira pertencente à Bolívia era celebrada pela concentração de árvores seringueiras e sua maior produtividade (Da Ponte, Junior, 2022). A chegada dos primeiros brasileiros seringueiros de ofício nessa região constitui o evento fundador da história oficial acreana. Em 1899, a região produzia cerca de 60% da borracha de toda a Amazônia. No âmbito da importância indígena para o extrativismo, destaca-se um violento processo de integração e miscigenação dessas populações ao Estado (Almeida, 2004; Benítez Trinidad, Barca, Milanez, 2022).

A “invenção” do Acre é um forte exemplo dos signos da historiografia amazônica, os quais atribuem aos primeiros nordestinos seringueiros a sua construção territorial, como se ali não houvesse relações complexas entre indígenas. Ora, essa região contava com aproximadamente 60 mil índios, representando vários grupos étnicos. A integração é violenta não apenas pelas doenças transmitidas e usurpação territorial, a grande mortalidade indígena ocorreu por meio de processos de assassinatos, aprisionamento e assimilação conhecida como *correrias* (Benítez Trinidad, Barca, Milanez, 2022).

Em termos de comparação, antes da incorporação indígena na produção gomífera a sua mão-de-obra tinha sido pouco explorada. Os nordestinos migram em massa ao Acre a partir de 1877, advindos principalmente do Ceará, e nos momentos iniciais, eram exploradores e explorados. Exploradores pois realizavam as correrias seguindo as tendências da escravidão e extermínio de pessoas indígenas locais, muitos foram assassinados por serem definidos como inaptos à violenta exploração que seringalistas impuseram aos contingentes de migrantes, e por isso, também explorados. Os sobreviventes foram incorporados à economia extrativista da borracha, cujo sistema de exploração escravista e paternalista obrigou a aproximação entre seringueiros nordestinos e povos indígenas (Allegretti, 2008; Pontes, 2014).

A aproximação entre os dois diferentes grupos foi o que permitiu o aprendizado de tecnologias indígenas e o atual modo de vida extrativista de seringueiros. Próprios do extrativismo, os princípios coletivos de ocupação do território, assim como os aspectos culturais, práticos e de cosmovisão, todos advém do elemento indígena que conformou a identidade seringueira. Somando a isso, a autonomia cultural mediante o modelo de trabalho e o sistema de *colocações* serão importantes, quase cem anos depois, para a construção de um movimento social e político organizado de extrativistas (Almeida, 2004).

Furtado (2007) descreveu os aspectos coloniais de exploração da natureza presentes nos ciclos econômicos e produtivos brasileiros, entrelaçando as situações históricas dos produtores

e populações rurais ao desenvolvimento industrial e urbano. Quanto à “transumância amazônica”, Furtado recorda que os recursos presentes na economia amazônica somente obteve importância nacional a partir da estruturação do ofício seringueiro.

A exploração dos recursos e dos indivíduos se dava para atender aos países que disputavam o importante recurso. Para isso, o seringueiro nordestino era entrelaçado ao capital mercantil-industrial por meio da estruturação do *seringal empresa* e do *sistema de aviamento*. A exploração necessitava de pólos econômicos e comerciais, mais ainda nessa região de áreas distantes e de difícil acesso (Da Ponte, 2017).

Por *seringal empresa* entendemos o sistema de exploração com três atores principais e hierarquizados. É possível compreendê-lo por seu caráter empresarial da produção, ou seja, por sua estrutura socioeconômica e comercial que entrelaçava o comércio internacional ao nó mais fraco da trama, o seringueiro. O diagnóstico de sua potência dentro desta estrutura é de fácil realização, uma vez que ele se relacionava com os outros atores – seringalistas e firmas estrangeiras – mediante a criação sucessiva de dependência. Em resumo, ele é o modelo que estruturou os elos de exploração do *commodity* e sua mão de obra (Porto Gonçalves, 2009).

Esse sistema se baseia no seringal. O seringal é a unidade econômica e social de produção da borracha na Amazônia, ele é representado pelo conjunto de *Heveas brasiliensis* e os elos de ligação entre os seringalistas e os seringueiros. Os seringalistas são os patrões-comerciantes, o seringueiro é o empregado-freguês. Basicamente, o seringal é formado por Barracão, as Colocações de Seringa, as estradas de seringa, tapiris e defumadores (Pontes, 2014).

A economia desse modelo é semelhante à de outros sistemas em que os extratores detêm autonomia para explorar recursos naturais e se vinculam a postos de comércio com os quais se mantêm em dívida persistente (Almeida, 2004). O Barracão é a residência do seringalista, também é o armazém onde todas as ferramentas e utilidades para o corte da seringa se encontram. O seringueiro era obrigado a comercializar sua produção apenas com o Barracão, mas é pela cobrança de uso desses instrumentos que a dívida obrigava a permanência no seringal. E isso, inclusive, antes mesmo de sua primeira extração (Pontes, 2014).

O endividamento com o patrão forçava-os a disciplinar seu tempo e espaço, por dois motivos. O primeiro estava orientado pelo discurso da produtividade, baseado na esperança de se libertar de suas dívidas. O segundo motivo era que qualquer produção em suas colocações os deixariam menos dependentes das mercadorias vendidas pelo seringalista. Após receber seus instrumentos de trabalho e mantimentos, os seringueiros eram encaminhados para as

Colocações de Seringa. Em um seringal existem várias colocações, onde moram uma ou mais famílias. Cada colocação possui uma média de seis caminhos, entendidas como Estradas de Seringa. A média para cada estrada é de duzentas seringueiras, quantidade bastante variável dependendo da localidade (Almeida, 2019; Da Ponte, Junior, 2022).

Além disso, o seringueiro não podia produzir para a sua subsistência. Esse era mais um mecanismo de aumento da dependência do trabalhador e do aumento da produtividade da borracha, é claro, sob uma perspectiva basicamente escravista. O ápice da retirada da autonomia do seringueiro tem como exemplo a impossibilidade de constituir família, uma vez que esse tipo de laço social esteve proibido no período áureo da borracha do Primeiro Ciclo, tanto que prostitutas faziam parte do abastecimento oferecido pelos seringalistas (Da Ponte, Junior, 2022).

Mauro de Almeida (2012) observa que as colocações são na realidade a unidade de manejo, de organização social e de cultura mais importantes do seringal. Nelas são tomadas as decisões relevantes sobre volume e variedade da produção, o nível de povoamento, exploração e conservação ambiental. Para o seringueiro, a colocação é “um microcosmo social e natural, concebido como idealmente autônomo em produtos agrícolas – farinha, tabaco, milho, café, açúcar” (2012, p.131), é onde a cooperação determinava a sobrevivência dentro de um sistema de exploração produtiva e de modo de vida florestal. As casas aviadoras, ou firmas internacionais como denominamos antes, eram o elo entre o seringalista com o empresariado internacional. Elas se responsabilizaram pelo abastecimento dos instrumentos de trabalho e provimentos.

O declínio da atividade gomífera acontece de forma abrupta, imperativa e miserável a toda rede de atores do *seringal empresa*, exceto aos governos e empresas de capital internacional. A miséria deixada na economia aos habitantes da Amazônia foi causada pelo roubo da biodiversidade brasileira, considerado um dos maiores casos de *biopirataria* da história, que começou a dar frutos já em 1910. Visando descontinuar o monopólio brasileiro do *látex*, a nova concorrência com a produção asiática, principalmente da Malásia, não alcançaria grandes frutos. Os menores preços, localização estratégica no comércio internacional, e controle ainda maior da produção pelos importadores europeus – que não necessitavam da intermediação das casas aviadoras e controlavam todas as fases da produção e comercialização – davam uma larga desvantagem à economia brasileira. A ruptura do bloco histórico de exploração do seringal marca o surgimento da cultura seringueira ao ser determinante para a

permanência dessas populações no interior da floresta, obrigando a adoção da subsistência similar à indígena (Allegritti, 2008; Almeida, 2004; Da Ponte, Junior, 2022).

Inicialmente, não havia pretensão de habitar a região, mas o enriquecimento rápido para o retorno e usufruto de suas conquistas em terras natais (Pontes, 2014). No entanto, com o afrouxamento da vigilância e das punições impostas pelos seringalistas, muitos desses migrantes passaram a se identificar também como agricultores, mais do que seringueiros. A crise mencionada resultou não apenas na ruptura socioeconômica dos mesmos, mas também na diversificação produtiva e estratégias de sobrevivência por essa classe produtiva recém-formada (Porto Gonçalves, 2009).

Silva (2008, p. 142) afirma que com a crise da cadeia produtiva gomífera houve a retomada da produção de pequenos roçados e criação de animais para subsistência familiar nos seringais acreanos, por volta de 1910. O fim do Primeiro Ciclo da Borracha provocou a melhora da segurança alimentar dos seringueiros da Amazônia, de forma paradoxal. O fenômeno ressalta a resiliência do modo de vida seringueiro, consolidado com base no extrativismo da Floresta.

Durante esse período, a Amazônia não teve o privilégio de receber recursos oriundos da economia da borracha. Os recursos econômicos que não se concentraram nas casas de aviamento e nos capitais internacionais, foram utilizados para o desenvolvimento do Centro-Sul brasileiro. Nesse período, é interessante observar a criação do Plano de Defesa da Borracha (1912), que buscava remunerar a implantação de seringais, estruturas de beneficiamento do látex ou de comércio. Essa foi a primeira política criada para tal cadeia produtiva. Dois anos depois esse Plano foi finalizado sem cumprir seus objetivos, um dos motivos foi a ausência de uma estrutura governamental capaz de gerenciar e executá-los (Da Ponte, Junior, 2022). Isso demonstra que era impossível executar projetos de desenvolvimento integrado nesse bioma até então, pois não haviam instituições locais para agenciar recursos financeiros ou administrativos.

A produção de borracha no Pará possui um caso interessante de esforço mesmo após o seu declínio. O magnata da indústria automobilística, Henry Ford, da empresa Ford Motor Company e símbolo do progresso industrial do desenvolvimento, investiu na borracha amazônica por um breve período. Em 1928, o governo do Pará, em sua exuberância amazônica da época, cedeu um milhão de hectares para plantio de novas seringueiras. O discurso econômico mais uma vez se apoiou no projeto de desenvolvimento, bastante ligado à realização de um imaginário do “sonho americano” no Brasil. Novamente, observa-se a “colonização da barbárie” na fracassada domesticação de seringueiros. Contudo, a construção de uma cidade

paraense chamada Fordlândia, pretendendo impor outro modo de vida e de ofício segundo este modelo “civilizado”, não foi o único motivo do fim desse experimento (Furtado *et al*, 2015; Grandin, 2009).

Um incêndio de amplas dimensões prenunciava o insucesso da “exploração brutal da região”. Pragas varreram plantações inteiras de monoculturas. Se a demanda de borracha da indústria dos Estados Unidos se subsidiou nas noções de progresso e desenvolvimento, é lógico o entendimento de que a exploração em solo brasileiro seguiria a domesticação de trabalhadores e do recurso. Quanto aos trabalhadores, este capítulo já descreveu a percepção externa de sua condição primitiva, vítima de sua situação florestal. O recrutamento de seringueiros no interior da floresta para a o urbano domesticado faria com que a sua renda, condições sanitárias e qualidade de vida aumentasse, resolvendo sua condição análoga à escravidão. A rígida rotina, dieta, educação e instrução religiosa não respeitaram a cultura seringueira (Grandin, 2009).

Foi a domesticação do recurso o elemento mais importante do fracasso desse modelo e que decretou a falência da tentativa norte-americana de aumentar a sua oferta de látex em solo amazônico. O plantio da seringueira, de forma concentrada diferente do extrativista, que a identifica na floresta em seringais nativos, possibilita a propagação de uma praga sul-americana. Denominada de “mal das folhas” (*Microcyclus ulei*), essa praga devastou os seringais plantados em diversos países amazônicos e frustrou os planos de Ford – houve um caso similar ao citado no Panamá em 1935, com seringais plantados pela Good-Year – (Grandin, 2009).

Em seu habitat nativo, as árvores *Hevea* nascem afastadas evitando a ocorrência de pragas, em um cenário onde existe grande biodiversidade e recursos naturais – no caso estudado, dado cenários de *booms* ou falta de importância da borracha extraem-se castanhas, açaí, entre outros exemplos que aparecem como alternativa econômica na subsistência dessas pessoas –. O cultivo de grande número de seringueiras em um espaço reduzido foi abandonado nesse novo tipo de seringal pois elas foram devastadas pelo “mal das folhas”. Anos após essa experiência, um projeto brasileiro que atuou durante a ditadura militar, nos anos 1970 e meados de 1980, buscava implementar o mesmo modelo produtivo em outras zonas – Programa de Incentivo à Produção de Borracha Vegetal (PROBOR). Hoje, os seringais mais produtivos fora da Amazônia se encontram em “zonas de escape”, que são as regiões onde a seringueira se desenvolveu por evasão da praga e pelo uso de clones mais resistentes (Furtado *et al*, 2015; Gasparotto *et al*, 1990).

No fim das contas, o caso da borracha e de Henry Ford revela que a produção de borracha se apoiava em um sistema rígido de exploração da classe seringueira, e não em grandes plantações. A hegemonia desse desenvolvimento quando praticada na Amazônia já havia se mostrado infrutífera, assim como todas as experiências europeias com gado e culturas importadas, como o café. Esse tipo de agricultura não deu resultados devido aos solos de baixa qualidade, o que exigiu dos primeiros povos habitantes da Amazônia contornar o problema com técnicas rotativas de corte e queima em suas roças.

As bases da identidade seringueira estão em sua relação com o lugar, por meio dos saberes tradicionais de convivência e uso da natureza. Portanto, a identidade seringueira surge sob a formação de uma conduta territorial, específica em sua condição de trabalho e geográfica. A autonomia permitida a eles para tal encontra sua razão na invisibilidade, resultado do fim do Primeiro Ciclo. Uma vez fracassadas as possibilidades econômicas que não estão alicerçadas no extrativismo de recursos dispersos, os territórios desses grupos puderam ser ocupados e controlados localmente. É nessa possibilidade de não relação com o Estado que sua autonomia foi suficiente para sua existência e perpetuação de sua família, conhecimentos, e memórias coletivas (Little, 2003; Silva, Silva, 2007).

Com a crise aguda no mercado da borracha, entre 1920 e 1930, as famílias seringueiras se desenvolveram internamente na região amazônica. Os seus conhecimentos técnicos e práticas socioambientais na floresta deram início a verdadeiras dinastias rurais. Cada nicho da floresta ao alcance era conhecido e utilizado na economia regional, considerando os ciclos de várzeas inundadas e de terra firme (Almeida, 2004). Ainda assim, o que podemos entender neste momento é o fortalecimento da coesão deste grupo e de sua relação com o seu ambiente, sem interagir com atores externos ou de arranjos de governança com indivíduos de fora do território.

Os anos seguintes não ofereceram alternativas ao padrão desenvolvimentista. Em um país com indústrias fracas e emergentes, mas em um crescente processo de expansão, o aporte de infraestrutura necessária mais uma vez explorou o potencial dos rios amazônicos, de forma hidrelétrica. A “nova onda modernizadora” se inicia com o governo Vargas, na década de 1930. Esse é o princípio de impulsos desenvolvimentistas, particularmente propagados por um governo central no Brasil, voltado para a região Norte, caracterizada pelos seus impactos ecológicos nos territórios e suas populações. Esse padrão de progresso esvaziou as populações rurais pela exploração de recursos naturais, desfavorecidos frente ao fortalecimento institucional de certos setores produtivos, como o elétrico, e pelas novas técnicas de progresso

econômico usadas na agricultura modernizada – a exemplos da eletricidade, irrigação e agropecuária (Ioris, 2009).

Apenas alguns anos após o fim do Primeiro Ciclo da Borracha, a decadência do café obrigou o deslocamento do centro dinâmico disposto pelas exportações de matéria prima para o mercado interno. Tal solução significou a reestruturação da produtividade do campo e do urbano, nesse instante permeados por interesses fabris e infraestruturais (Arvin-Rad *et al*, 1997; Furtado, 2007). O fato de se dirigirem para as populações rurais é importante, uma vez que ali verificamos a válvula de escape da “quebra” nacional e, principalmente, observamos a sua orientação para as regiões do interior do país: com uma grande abundância de recursos naturais e populações invisíveis ao modelo econômico predominante, como era o caso extrativista.

A modernidade é o maior objetivo desse direcionamento, indicado pelo discurso do Estado. Secreto (2007) expressa bem o destino amazônico neste cenário, onde extrativistas estão retratados sob uma “roupagem nova para uma velha ideia”, e são apenas complementos para as ideias de progresso. Reforçando a afirmação de que populações rurais não possuem papéis relevantes na ocupação desses “espaços vazios”, segundo essa perspectiva.

A partir de 1937, o governo varguista dá um importante passo ao promover a ocupação e integração da Amazônia. As regiões longínquas da Amazônia, não tão desabitadas assim, foram alvo de novas ocupações, sob um projeto de integração mais permanente da região. É claro, na visão à época isso também contribuiria com a segurança social e territorial brasileira, pois acalmava conflitos agrários internos em nome das suas ações de “caráter civilizatório” e de expansão da fronteira demográfica no Brasil. Ao mesmo tempo, retiravam da nova política brasileira e internacional as responsabilidades dos infortúnios locais, repetindo o esvaziamento do território e seus habitantes (Andrade, 2010).

A história social e geográfica da Amazônia, apesar de trazer o retrato das situações de seus habitantes, também apostava no progresso pela conquista. Na literatura, Euclides da Cunha também apostou no futuro brasileiro expresso pela ditadura do Estado Novo. A política agrícola se reestruturou através da “Marcha para o Oeste”, que se preocupava não apenas com a marcha civilizatória, como também com a expansão da fronteira produtiva ao Norte visando o abastecimento das grandes cidades. Ao garantir o poder de oligarquias nacionais ao defender seus interesses em um modelo autárquico de regulação do comércio e plantações, manteve-se o vínculo entre antigas e novas elites agrárias ao processo de modernização (Andrade, 2010; Bercovici, 2020)

A concentração fundiária e o processo de exclusão de desenvolvimento no campo brasileiro estão presentes desde os tempos coloniais. A problemática relação entre grandes proprietários e a agricultura é dinâmica, e o progresso e o atraso se antagonizam. Ela se acomoda ou se intensifica, e é redefinida a partir de novas estratégias (Barone *et al*, 2016). A situação fundiária que marca a RESEX Chico Mendes é resultado dessa mesma etnogênese. As dinâmicas relacionadas aos grupos sociais e ao Estado se chocaram ao longo do tempo por meio de seus processos próprios, fundamentalmente, incentivados por bruscos fluxos de capital e a apropriação de recursos naturais.

SEGUNDO CICLO DA BORRACHA

Passado o primeiro auge da borracha e uma incrível transumância para a região, observamos a clara falta de representação política dos interesses macroeconômicos nacionais, e o abandono de seringueiros nos planos de ação governamentais. A reinserção da tarefa civilizatória e da agricultura hegemônica no Estado Novo recolocou a relevância do extrativismo na Amazônia em cena.

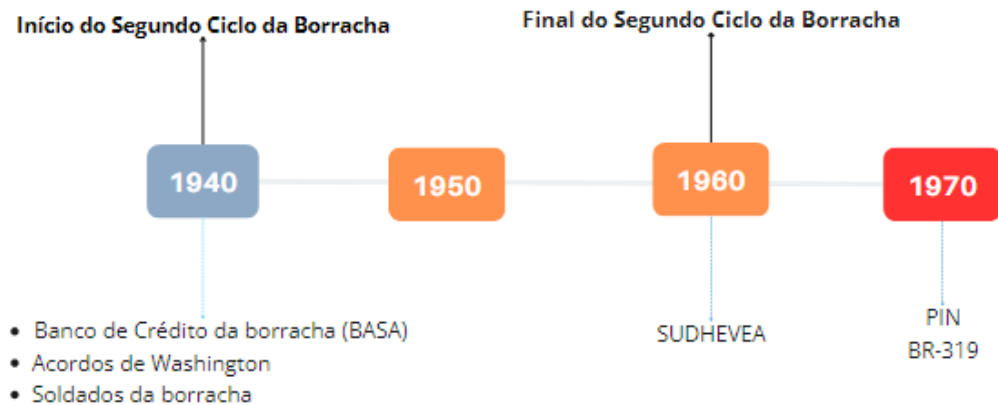
Na década de 1940 se inicia um novo momento para a produção da borracha, este com maior presença do Governo Federal (Da Silva, Scudeller 2022) . O Segundo Ciclo da Borracha é um período que dura até a década de 1960, quando em seguida é realizada uma nova tentativa de integração desenvolvimentista com uso da agropecuária na região (Figura 9).

No Brasil, a conjuntura criada pela Segunda Guerra Mundial culminou na assinatura dos Acordos de Washington, que buscavam solucionar a demanda da produção de matérias-primas estratégicas para a Guerra, como a borracha utilizada em armas ou aviões, por exemplo. A política varguista de deslocamento e ocupação amazônica foi gerada pela chamada “batalha da borracha”. O alinhamento nacional com a política norte-americana deu início ao segundo “surto” de extração e exportação de borracha²⁷. Os projetos de colonização iniciais da região foram sobrepostos pela exploração da borracha, equiparando-a ao serviço militar por lei²⁸, o que deu origem ao termo “soldado da borracha”, denominando os novos seringueiros recrutados (Bercovici, 2020; Guillen, 1997).

Figura 9 – Linha do tempo e marcos do Segundo Ciclo da Borracha

²⁷ Os migrantes nordestinos possuíam contratos de trabalho. O intuito era garantir direitos trabalhistas, em lugar de explorá-los. Contudo, a distância entre a lei escrita e a prática real foi suficiente para evitar o que seria uma surpreendente panaceia de direitos trabalhistas no campo (Guillen, 1997).

²⁸ Decreto Lei n° 5.225/1943.



Fonte: elaboração do autor

A Amazônia retoma seu lugar na economia mundial devido aos conflitos na região asiática, durante a Segunda Guerra Mundial (1939 a 1945). O Japão impede o acesso do Ocidente à produção de borracha da Ásia, de forma estratégica, o que preparou novamente as condições, ao menos aparentes até então, para a inserção econômica da Floresta Amazônica no cenário internacional. A grande demanda por insumos e maquinários impulsionou uma grande corrente migratória advinda do nordeste, mais uma vez.

Durante esse período, inicialmente havia outros planos para a população do campo. Caso contrário, o desenvolvimento econômico não seguiria um modelo de mercado interno, concentrado em atividades urbanas, e significou o rompimento com a ordem agrária tradicional. Com esse objetivo em mente, foi necessária a intervenção do Estado na geração de infraestrutura, de mobilidade e de novos núcleos demográficos. Pela primeira vez um governo no Brasil se dirigia ao interior do Norte do país de forma permanente, sobretudo por meio da fixação de famílias sertanejas nos territórios mais distantes (Secreto, 2007).

O Segundo Ciclo da Borracha é o segundo momento de migração e consolidação seringueira na região amazônica. Ele é exemplo de como as novas circunstâncias e relações socioespaciais acreas transformaram constantemente as condições naturais de produção. Devido à Segunda Guerra Mundial, ocorrida entre 1939 e 1945, o contexto internacional de acesso ao látex recoloca a Amazônia como protagonista produtiva. O Acordo de Washington proveu ajuda técnica e financeira dos Estados Unidos ao Brasil e em troca o governo nacional promoveu a “Batalha da Borracha” como um esforço estratégico de guerra, através da mobilização econômica para esta atividade e uma narrativa consolidada pela propaganda pública (Guillen, 1997; Furtado, 2007; Silva, Silva, 2007).

De fato, os deslocamentos dos “soldados da borracha” se intensificaram a partir de 1942. A reativação da economia da borracha ocorreu por meio de importantes atividades, com novos

capitais. O cultivo da *Hevea brasiliensis* havia sido feito com o uso de capital privado. Com o término da Guerra nesse período e com a promoção do liberalismo econômico incentivado pela Constituição de 1946, o governo brasileiro buscou interromper as importações de borracha que eram feitas pelo país²⁹. Em vez disso, começou a planejar e implementar plantios de seringueiras no país. A Lei nº 86 de 1947 instituiu a Comissão Executiva de Defesa da Borracha, regulamentando os estoques de borracha, controlando a importação, fixando preços de compra e venda da borracha sintética, regulamentando a instalação de novas fábricas, fiscaliza o emprego, entre outras. O Banco de Crédito da Borracha (BASA), criado em 1942 com o importante papel de fomentar a produção e controlar o comércio, contava com cerca de 40% de capital norte-americano, além disso, ele No contexto do Acordo de Washington, ele é transformado no Banco de Crédito da Amazônia em 1947³⁰ (Allegretti, 2002; Souza, 2010).

A criação tanto do Banco quanto da Comissão demonstra a relevância da borracha para a história regional, pois evidencia que a primeira organização financeira e produtiva da região ainda priorizava o financiamento da heveicultura como um elemento essencial para o desenvolvimento da Amazônia. Em conjunto, essas entidades assumiram o monopólio da compra e a responsabilidade pela estabilidade da economia da borracha, agora de maneira institucionalizada, substituindo o papel que anteriormente era personificado na figura do aviador (Souza, 2010).

A política de monopólio se manteve até os primeiros anos da ditadura, que mais tarde iria promover o Plano de Integração Nacional (PIN) e a BR-319, buscando diversificar o desenvolvimento da região, em 1970 e em 1976, respectivamente. Apostando em estradas como principal eixo de estruturação do território, grandes infraestruturas e monoculturas foram impostas por conta das determinações econômicas sobre a sociedade, desapropriando extrativistas e do cenário econômico e do território local. O PIN serviu como instrumento para fundamentar a entrada de recursos internacionais no Brasil, junto a subprojetos ligados a ele, principalmente na Amazônia. E nesse cenário, o escoamento e interligação das regiões foi essencial, e assim a BR-319 é uma rota de commodities do agronegócio promissora (Fearnside, Graça, 2009; Da ponte, Júnior, 2022)

A Lei nº 5.227 de 1967 estabeleceu novos parâmetros de produção interna, sob responsabilidade da Superintendência da Borracha (SUDHEVEA). Essa superintendência administrava o Programa de Incentivo à Produção de Borracha Vegetal, o PROBOR, até que

²⁹ O Brasil importou de países asiáticos na década de 1950 para atender empresas estrangeiras produtoras de pneus, que eram as maiores consumidoras de borracha.

³⁰ Por sua vez, transformado no atual Banco da Amazônia S.A. (BASA).

suas atribuições fossem transferidas ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), em 1989³¹ (Da Ponte, Junior, 2022; Souza, 2010).

Esses programas e planos demonstram a disposição dos governos militares em construir estradas na Amazônia, com o intuito de facilitar a expansão da agricultura comercial, das indústrias e do assentamento de colonos advindos de outras regiões. Esses programas foram incentivados pelo setor público, mas também contava com o envolvimento do setor privado na estruturação de infraestrutura (Pokorny *et al*, 2021). O importante aspecto do fim do monopólio de importação e exportação da Borracha pelo Estado, que visava atender às demandas de empresas transnacionais influentes sobre o governo militar, é como ele desarticulou o bloco histórico regional amazônico (Porto Gonçalves, 2009). O bloco ao qual é feita a referência é o da estrutura de espoliação do antigo modelo de produção e comercialização da borracha. Conseqüentemente, os seringalistas e as casas aviadoras, que agora estão desestruturadas, foram substituídos pelos grandes investidores internacionais. Essa é a crise do *seringal empresa* e dos antigos elos de exploração da borracha *commodity* e seus produtores.

É possível observar um período interessante, discutido até aqui e que abrange desde o início da ocupação nordestina do atual território acreano em 1877 até a década de 1970. Durante esse tempo, as dinâmicas não se modificaram sem grandes impactos sociais aos extrativistas até o surgimento de conflitos entre defensores da conservação da floresta nativa e os defensores de modelos produtivos que buscam atender à grande demanda internacional voltados para satisfazer a demanda por recursos naturais, especialmente através de monoculturas e da pecuária.

Esses quase “cem anos de solidão” dos seringueiros é o tempo em que eles puderam construir sua identidade inicial nas colocações³². A disputa armada da região, encerrada pelo Tratado de Petrópolis (1903) e Tratado Brasil-Peru (1909), que anexou a região do Acre ao território brasileiro, encerrando a disputa territorial entre o Brasil e a Bolívia, enquanto o segundo reduziu a fronteira acreana às configurações das fronteiras atuais, de forma a fixar os limites entre Brasil e Peru (Porto Gonçalves, 2009). Segundo Allegretti (2002), o primeiro tratado foi considerado uma grande perda para a Bolívia, mesmo que acordassem a compensação brasileira por meio de indenizações milionárias e territoriais, com benefícios de

³¹ Lei nº 7.732, de 14 de fevereiro de 1989.

³² Segundo Porto Gonçalves (2004), em 1940 o IBGE passou a designar os seringueiros como ocupantes, ou seja, comandavam estabelecimentos produtivos sem a propriedade da terra ou subordinação a ninguém. Os “Coronéis de Barranco” (seringalistas) entraram em franca desarticulação devido às crises da borracha e as escalas comerciais que os ligavam ao poder nacional.

liberdades comerciais de acesso perpétuo às rotas fluviais e terrestres do Brasil, e à importação e exportação em pólos de importância mundial como Belém. O segundo acordo mencionado foi apenas residual, para consumir de vez a região que também era contestada pelo Peru.

Vale lembrar que a narrativa dos seringueiros apresentada até o momento está relacionada ao sujeito como um camponês, ou caboclo como era denominado naquela época de forma pejorativa. Isso significa que a trajetória inicial do seringueiro é comparável ao tradicional sentido de movimento social camponês: o conflito se dá com os detentores de terra em busca de acesso (Allegretti, 2002).

As características que formam a classe seringueira até o final da “solidão seringueira” estão unidas pelo ofício, realizado no interior da floresta e apreendido de culturas indígenas. Essas características de classe se transformam a partir da sua organização coletiva, na região do Acre, principalmente, de grupos do atual território da RESEX Chico Mendes. Ainda assim, o momento que está sendo descrito é de suma importância, pois ele fundamentou os seus sistemas socioprodutivos e identidade, que viria a se tornar conhecido como extrativismo.

Ao se aprofundar em tais aspectos socioprodutivos e de identidade, o ofício seringueiro parte de aspectos de exploração que se basearam no sistema de dependência aviação, criado para atender a uma demanda indireta de uma capitalização e industrialização internacional, no primeiro momento, e uma demanda nacional, no segundo. É claro, os extrativistas não perderam sua importância completa uma vez que a economia nacional não apostou todas suas fichas na cadeia da borracha. No próximo momento de sua trajetória, foram conquistadas a ampliação de sua importância social e política, marcado pela expansão da agropecuária não só do estado do Acre, como de toda fronteira agrícola na Amazônia (Prado, Ribeiro, 2011). Portanto, para entendermos as transformações na dinâmica coletiva seringueira são apresentados as expressões movimento social seringueiro, extrativistas, e povos e comunidades tradicionais com o intuito de identificar as ações seringueiras, os diferentes contextos e as consequências identificadas de sua trajetória no próximo marco.

O EXTRATIVISMO COMO MARCO SOCIOAMBIENTAL

O período anterior ao surgimento do movimento social seringueiro é o espaço de tempo em que foram construídas essas primeiras bases sociais e culturais, ou seja, a “identidade seringueira inicial”. Apesar das crises que afetaram a produção da borracha, firmaram suas identidades e território com um certo nível de continuidade até 1970. Essas identidades ganharam visibilidade no campo ambiental e político, emergindo dos embates entre os

seringueiros e os atores envolvidos no modelo de arrendamento e monocultivo implementado durante o período ditatorial nas décadas de 1970 e 1980 (Abers, Tatagiba, 2018).

Os conflitos socioambientais se intensificaram no Acre a partir do Plano de Integração Nacional. Ele inaugurou o signo da modernização da região Norte a partir do esforço do Estado, segundo o seu projeto de desenvolvimento, gerando violência social e devastação ambiental. Ele permitiu que novos atores se interessem na região, inaugurando estradas, e grandes projetos de infraestrutura e produção, o que gerou conflitos com populações locais – sobre esse Plano, o ditador Garrastazu Médici afirmou que “o Nordeste é um lugar de homens sem terra e a Amazônia um lugar de terra sem homens” (Porto Gonçalves, 2004).

O projeto de desenvolvimento do governo militar para a Amazônia se baseou no PIN. Considerada uma região remota, rica e inacessível, o Estado deveria se responsabilizar por executar ações de desenvolvimento. Esse programa foi financiado por empréstimos junto aos bancos multilaterais e capital privado internacional. Entretanto, por estar centrado na organização de grandes empresas voltadas para a exploração de recursos, esse processo novamente marginalizou os atores locais. Isso desencadeou o crescimento significativo de manifestações sociais, já consolidadas no final da década de 1970, com diferentes objetivos: pela autonomia de sindicatos, contra grandes projetos agrícolas, hidrelétricas, estradas, pela reforma agrária, entre outros (Allegretti, 2002; Porto Gonçalves, 2009).

A Amazônia nesse período apresentou um crescimento significativo de manifestações camponesas, de movimentos sociais e de organizações que emergiram perante a intervenção do Estado no processo de ocupação de novas terras e da elevada concentração fundiária, resultados de um modelo de desenvolvimento propagado desde a colonização, ditadura e dias atuais. A transformação de seringueiros camponeses constitui um dos aspectos centrais desse período, e em termos conceituais, a sua transição para uma categoria social distinta decorre principalmente das transformações na posse da terra dessa região. Atuando como impulsionadores da expansão da agricultura extensiva na área, os "paulistas" – designação dada a esses novos proprietários encarregados de promover a visão desenvolvimentista do governo militar na região –, advindos predominantemente da região sul, se tornaram os novos detentores de parcelas da terra para uso agropecuário. Os antigos proprietários dos seringais não ofereceram resistência a essa mudança. Essas classes regionais fragilizadas não dispunham de muitas alternativas, encontrando-se compelidas a liquidar as suas dívidas acumuladas devido ao declínio da exploração extrativista, portanto, optaram por vender suas propriedades aos “paulistas” como forma de quitar suas dívidas junto ao Banco da Amazônia. A partir deste período, a concentração fundiária

apresentava um elemento central. Esse aspecto residia no fato de que os impactos do progresso estavam agora voltados para a floresta, e não mais sobre ela, representando uma mudança significativa na dinâmica socioambiental de povos e comunidades tradicionais (Porto Gonçalves, 2004).

A concentração de terras para a agropecuária, em uma prática produtiva em grandes lotes de terra, significa o risco de expulsão de famílias locais. Essa atividade demanda um número pequeno de trabalhadores, com exceção ao estágio inicial de formação da fazenda, e reestrutura territorialmente os modos de vida dos habitantes. Em suma, a agricultura extensiva no Norte do país impõem limitações sociais à exploração do meio ambiente.

Agentes da implementação da agricultura extensiva na região, os “paulistas”, termo que designava esses novos proprietários orientados pelo projeto desenvolvimentista do governo militar, advindos principalmente da região Sul, se tornaram os novos proprietários. Os donos antigos dos seringais não se opuseram. Essas classes regionais fragilizadas não tinham muitas alternativas, e procuraram se desfazer de suas dívidas angariadas pela queda do extrativismo junto ao Banco da Amazônia. A insurgência seringueira contra o projeto de desenvolvimento federal tinha um elemento principal. Este é que agora a dominação promovida pelo progresso era agora contra a floresta, não mais sobre a floresta (Porto Gonçalves, 2004). A crise que desarticulou os seringalistas, resultando no abandono de seringais em diferentes intensidades, conduziu a uma situação em que parcelas de seringueiros se tornaram os verdadeiros posseiros das terras (Almeida, 2019).

É importante observar que o abandono do rigor que marcou os momentos anteriores da economia da borracha ocorreu sem a organização da classe explorada, seja ela em torno de sua profissão ou de seu território. A origem do movimento social seringueiro ocorreu pela sua organização para o confronto com o Estado brasileiro, a partir de 1970. A identidade comum a esses grupos é revigorada junto a noções de territorialidade, e a figura de Chico Mendes como liderança desse movimento emergente (Abers, Tatatgiba, 2018).

A respeito dessa identidade fortalecida que, ao contrário de anteriormente, está centrada em sua profissão e território, é observada uma interconexão entre os seringueiros do Acre e o surgimento de movimentos organizados, como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Esses atores se articularam de uma nova forma, onde seus confrontos visavam resistir contra a derrubada da floresta para implantação da agropecuária. Quanto aos seringueiros, que agora são uma classe à parte por não atuarem mais contra um empregador específico, mas contra grandes e médios fazendeiros impulsionados pelo Estado. Essa articulação se dava nos encontros

organizados pelos sindicatos, onde decisões eram tomadas sobre como, onde e quando agir para conservar a Floresta em pé. Por meio de confrontos denominados *empates*³³, se esforçam para impedir a derrubada de árvores. Os seringueiros se colocavam entre a floresta e os grileiros, de forma pacífica, a fim de preservar seus a floresta e suas casas. As mulheres desempenharam um papel fundamental nos empates, incluindo a atual Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva.

Estes foram os conflitos, que se intensificaram e resultaram em diversas violências impostas aos seringueiros, inclusive assassinatos, como de Chico Mendes e Wilson Pinheiro³⁴, em 1988 e 1989, respectivamente. Inicialmente, os empates nada tinham a ver com razões ambientais, mas tinham cunho conservacionista por motivos sociais e econômicos. Durante as décadas de 1970 e 1980, equivalente a esse período discutido, os seringueiros se organizaram em sindicatos e associações, estruturando suas vivências em torno de uma identidade e reivindicações inerentes à sua condição (Allegretti, 2008).

A dimensão ambiental ainda viria a ser inserida de forma objetiva em suas mobilizações sociais. Mesmo assim, a luta contra os desmatamentos é um diferencial dos seringueiros aos demais movimentos sociais da Amazônia, pois buscou confrontar as limitações de acesso à propriedade e aos recursos florestais. O Estado brasileiro, representado por fazendeiros ou até mesmo grandes empresas, buscaram ocupar de forma lícita ou ilícita, sem respeitar os direitos adquiridos e o modo de vida dos habitantes. A Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), estabelecida em 1966 para coordenar planos regionais e facilitar a distribuição de incentivos fiscais, começou a subsidiar a formação de assentamentos agrícolas ao longo da Transamazônica, através do Plano Integrado de Colonização (PIC). Essa alocação de terras se tornou viável devido à autoridade e direitos de propriedade do governo federal nas áreas próximas às rodovias federais no Norte, que permitiram a expropriação de propriedades estaduais e privadas. O propósito desse plano era acelerar a colonização da Amazônia e expandir a fronteira agrícola nacional para a produção de commodities. Conseqüentemente, a colonização desse ecossistema resultou em um desmatamento linear ao longo das estradas e posteriormente foi concentrado pelo Programa Polamazônia (1974), direcionando recursos e infraestrutura para novos centros urbanos (Madaleno, 2011).

³³ Segundo Allegretti (2008), são “ações organizadas para impedir ou “empatar” o corte de árvores nas áreas em conflito”, foi um modelo de ação coletiva inicial do movimento onde seringueiros se colocavam frente aos peões que derrubavam as florestas.

³⁴ Assassinado em 1980, foi a primeira liderança seringueira a realizar *empates* e a recusar expulsão mediante indenização como solução do conflito, recebendo lotes de terra e mudando o caráter do conflito (Allegretti, 2008; Almeida, 2004)

Assim sendo, o movimento social dos seringueiros, em confronto com toda essa estrutura de desapropriação socioambiental, passa por uma transformação. Partindo da base do sistema de exploração da economia da borracha, onde possui pouca influência no processo, a um grupo coletivo que se auto identifica por meio de sua história, trabalho, modo de vida e território. Isso é um aspecto de sua trajetória que merece destaque. Ele demonstra o empoderamento desse grupo e, ao final deste capítulo, ficará evidente como também se aplica a outros elementos nesta pesquisa, englobando não apenas a participação social e áreas de conservação de uso sustentável, mas também as comunidades tradicionais e o próprio conceito de empoderamento em si.

Outros marcos são importantes e permeiam o argumento anterior. No início dos anos 80, o movimento social de seringueiros realizou o Projeto Seringueiro. Em parceria com agentes externos à Amazônia, atuaram com o propósito de fortalecer a base social do movimento, e quebrou a tradição de ausência de políticas sociais nas regiões de seringais. O fortalecimento ao qual me refiro se baseava no método freireano de educação e alfabetização (Aquino *et al*, 2022; Allegretti, 2008). Durante essa mesma década, em 1985, os seringueiros organizaram o “Primeiro Encontro Nacional dos Seringueiros” na Universidade de Brasília, juntando representantes de outras cadeias produtivas de base extrativista e parceiros, entre os quais figuras acadêmicas proeminentes que também são importantes referências bibliográficas neste trabalho, incluindo Mary Allegretti e Mauro de Almeida. Ambos antropólogos, sendo que Allegretti atuou em campo como doutoranda à época do Centro de Desenvolvimento Sustentável da UnB, o CDS.

Vale ressaltar a desafiadora logística enfrentada por representantes amazônicos desse evento, dado o caso na Amazônia, onde coexistem tanto a necessidade de aprimoramento da infraestrutura, frequentemente justificada para o maior acesso e escoamento da produção de centros de exploração intensiva, quanto o isolamento de comunidades no interior da floresta e ao longo das margens dos rios. Durante esse encontro, foi deliberada a criação do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), acompanhada de uma proposta que resolvia questões fundiárias e ambientais. Agora formalmente estabelecido e representado pelo CNS, os seringueiros se articulavam com outros trabalhadores amazônicos e seus coletivos socioambientais, a exemplo da Aliança dos Povos da Floresta e a União Nacional das Nações Indígenas (UNI), além de instituições de pesquisa, como o Instituto de Estudos Amazônicos (IEA), e cooperativas, como o Centro de Trabalhadores Amazônicos (CTA).

A Aliança dos Povos da Floresta era determinante para a perspectiva dos extrativistas em relação à política, reconhecendo as interseções com o movimento indígena brasileiro, que até então constituía sua principal representação. Além de que se reconhecia que o princípio coletivo de autonomia territorial e social da ideia de extrativismo advém dos povos indígenas e das *colocações*, (Benítez Trinidad, Barca, Milanez, 2022). Esse ponto assinala o reconhecimento do movimento indígena tanto como parte integrante do extrativismo quanto como um colaborador que atua em conjunto.

Antes de descrever essa proposta, nos atentemos a como ela aglutinou os interesses coletivos desses grupos, cada um em suas lutas localizadas. Os vínculos solidários entre esses grupos sociais surgiram a partir de sua politização e empoderamento, que se reconhecem em categorias também politizadas como “povos da floresta”, “castanheiros”, “quebradeiras de coco babaçu”, “extrativistas”, entre outros (Calegare, Higuchi, Bruno, 2014).

Ela congrega esses grupos tanto por suas características sociais quanto ambientais sob a categoria “extrativista”. Essa identidade ampliada e compartilhada por diversas populações amazônicas reconhece a dependência de recursos naturais a partir da conservação, saberes tradicionais e tecnologias de baixo impacto, deixando de estarem exclusivamente vinculados à atividade de coleta de borracha (Calegare, Higuchi, Bruno, 2014). Ao assim fazer, os extrativistas também definiram limites em relação a outros grupos sociais, pelo reconhecimento de seus saberes e práticas produtivas, modo de vida e território.

Reunidos sob essa nova identificação, os extrativistas disputavam com os agentes usurpadores de suas terras, não mais apenas pelos empates, mas pela formulação de suas demandas e pressões. As Reservas Extrativistas (RESEX) são a proposta inovadora oriunda do primeiro encontro entre extrativistas. Ela se baseou no modelo de Terras Indígenas, e busca garantir direitos territoriais e de uso, sem disputar a propriedade da terra. Ela reconhece as identidades extrativistas e a necessidade pública e social de proteção e conservação de seus territórios e modos de vida.

Considerando que as terras pertencem à União, mas são utilizadas por comunidades com histórico de uso sustentável da natureza, a concepção das Reservas Extrativistas implica na necessidade de enxergar essas comunidades como agentes eficazes para a preservação ambiental, em contraposição a vê-las como atrasadas dentro de um paradigma de desenvolvimento. Conforme evidenciado, essa proposição obteve sucesso devido à articulação dos seringueiros com outras redes de atores, a sua ressignificação em uma nova categoria, e por suas próprias reivindicações. Além disso, oferecia a estes conflitos e ao desenvolvimento

amazônico uma alternativa política – mediante instituições de resolução de conflitos relacionados à floresta –, social – ao garantir subsistência pelo uso da floresta –, cultural – ao reconhecer práticas tradicionais de uso de recursos – e ambiental – ao aplicá-lo como ferramenta de combate ao desmatamento – (Allegretti, 2008; Almeida, 2004).

As RESEX preveem o usufruto de comunidades tradicionais de forma sustentável. Os recursos florestais e este usufruto são coletivos, justificando-se pela eficiência ambiental destes atores, agora fundamentais para a manutenção destes mesmos recursos e da agricultura. Esse é outro importante elemento que destaco, pautado pelo empoderamento. Historicamente, as populações rurais e de baixa renda foram frequentemente estigmatizadas como atrasadas e dependentes, sendo inclusive responsabilizadas por necessitar do próprio desenvolvimento que muitas vezes as prejudica. Entretanto, essa perspectiva mudou ao se indicar nesta proposta que comunidades tradicionais devem desempenhar papéis na conservação, desenvolvimento, segurança alimentar, e políticas públicas, tanto nas suas formulações quanto na gestão.

Existem exemplos de outras políticas que estão de acordo com os princípios de Reservas Extrativistas, tais como a Política Nacional da Biodiversidade (PNB) e a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA). A PNB foi estabelecida pelo Decreto nº 4.339/02, e reconhece o valor intrínseco da biodiversidade, a imensa riqueza natural ainda não conhecida nos biomas brasileiros e o potencial de seu uso sustentável. A manutenção da biodiversidade manifesta nessa política deve contribuir para o desenvolvimento socioeconômico e justiça social de maneira integrada e participativa, partindo-se da pluralidade de valores em relação à natureza expressa na diversidade cultural nacional.

A Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/99) estabelece a valorização da busca pela equidade e participação social na conservação da biodiversidade. O equilíbrio ambiental aqui é previsto pelo acréscimo da defesa da qualidade do meio ambiente ao exercício da cidadania. A luta pela conservação da biodiversidade é intermediada pelo fortalecimento de uma consciência ambiental crítica fornecida e produzida na participação, onde a sociedade cumpre a função de cuidar da formação de valores e habilidades necessárias (MMA, 2006). Ambas as Políticas colocam o conhecimento e interesses de comunidades locais como motivadoras da defesa pela natureza, o que significa dizer que as populações e os saberes tradicionais devem constituir o paradigma interdependente da conservação, em seus aspectos naturais, socioeconômicos e culturais de maneira ativa (Saito, Almeida, 2006).

Em resumo, o papel desempenhado pelo CNS como representante dos povos extrativistas conferiu visibilidade e reconhecimento político às populações tradicionais. De

todo modo, ainda deve ser debatido os termos e seu reconhecimentos jurídicos, se tratando de grupos que se distinguem culturalmente e de forma “conservacionista”. É importante compreender quais recursos estão ligados à produção extrativista, a fim de garantir a inclusão social em programas e iniciativas, sejam de origem pública ou privada. Como o caso seringueiro demonstra, as terminologias sociais abrem espaço para a sua operacionalização conceitual e jurídica, ou seja, define a acessibilidade desses recursos por parte de grupos sociais, que podem enfrentar desafios no reconhecimento de suas tradicionalidades.

Veja como exemplo o Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais no Brasil (PPG-7). O PPG-7 é um programa que indica o foco mundial na preservação ambiental na Amazônia, a maior das florestas tropicais, como ação política de cooperação internacional e nacional, sendo uma exceção do padrão de intervenção do governo federal na região durante a década de 1990 ao financiar projetos locais de base comunitária. Outro caso é o Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia (PPCDAm)³⁵, que fez parte da estratégia nacional de conservação e foi elaborada pelo Ministério do Meio Ambiente como uma forma de reorganização da governança ambiental e de reorientação do desenvolvimento econômico da região, integrando as iniciativas de combate ao desmatamento. Iniciado em 2003, durante o primeiro mandato da seringueira acreana Marina Silva à frente do ministério, o PPCDAm alcançou êxito ao reduzir o desmatamento no bioma Amazônia em 83%, entre 2004 e 2012, concentrando suas ações em três eixos: fiscalização, punitivismo e ordenamento fundiário, este último executado por meio da criação de unidades de conservação (Capobianco, 2017).

Os casos indicados reforçam os argumentos da reorganização da governança pública para a conservação ambiental, entre os seus temas e objetivos diversos, mas empreendida de modo a induzir uma mudança de comportamento e resultados. Assim como o SNUC, o PPG-7 e PPCDAm adota o termo “populações tradicionais”, enquanto que a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais prefere utilizar “povos e comunidades tradicionais” na esfera institucional (PNPCT, 2007). A pesquisa se posiciona, portanto, segundo a justificativa apresentada por Castro e Oliveira (2016) para o uso do termo

³⁵ O PPCDAm possui resultados significativos ao aprimorar os três eixos indicados. Ele fortaleceu a ocupação regular do campo ao combater títulos de posse da terra de origem ilegal, aumentar o número de multas e sanções aplicada, e por ampliar em 70% a extensão territorial de UCs e TIs na região, entre 2004 e 2008. Esses territórios foram demarcados em grande quantidade e em pontos estratégicos da frente de expansão da fronteira agropecuária predatória, mas a carência de apoio federal na fiscalização dessas áreas e seus entornos enfraqueceram a sua efetiva proteção. Mesmo assim, o programa efetiva a governança na região por ser responsável pela integração e criação de instrumentos de monitoramento ambiental como o PRODES e DETER - Detecção de Desmatamento em Tempo Real (Capobianco, 2017)

“povos e comunidades tradicionais”. Antes de indicar essa opção, é oportuno observar um último marco que apresenta a trajetória seringueira neste terceiro momento.

A mudança de nome do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) para Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS), mantendo a mesma sigla, retratou o dinamismo conceitual do termo e o referido marco pois reafirma a diversidade de classes representadas pelo CNS, sob o signo dos povos e comunidades tradicionais, e relacionadas ao extrativismo. A justificativa dos autores por “povos e comunidades” indica que esse conceito é preferível porque “populações tradicionais” apresenta dificuldades antropológicas, e que o termo proposto credita uma amplitude maior necessária para dimensionar a grande diversidade de culturas socioambientais no Brasil. Além disso, é preferível optar ao definido pela PNPCT devido à sua legitimidade no assunto, uma vez coordenada pela Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT)³⁶, que por sua vez é composta por quarenta e oito membros titulares, dos quais vinte e nove membros são advindos da sociedade civil e pertencentes a diferentes povos e comunidades tradicionais.

A RESEX Chico Mendes surge da atividade seringueira transformada em um movimento social, de uma resposta elaborada em oposição ao modelo latifundiário que possui alto custo ambiental. Ela está de acordo com um “novo ecologismo” inerente à participação social extrativista. Essa reformulação busca se opor a concepções anteriores e propõe um novo paradigma, caracterizado pela perspectiva participacionista na gestão dos recursos naturais, o qual havia um interesse material dos recursos como fonte de condição de subsistência, agora renovado por uma ética surgida da demanda por justiça socioambiental contemporânea” (Alier ,2007; Alier *apud* Franco *et al*, 2015).

O Plano de Manejo da Reserva Extrativista Chico Mendes é o documento que define as regras e obrigações no uso de seus recursos. Esse documento se orienta pelos mesmos princípios na PNB e na PNEA, buscando guiar a gestão socioambiental no território. Esse documento baseou-se também em uma variedade de dados levantados pelo CNS, sendo uma das organizações encarregada da administração da Reserva Extrativista em conjunto com outras entidades que compõem o Conselho Deliberativo da RESEX Chico Mendes. Além disso, de planejar as atividades extrativistas, o Plano de Manejo é um documento que deve valorizar o conhecimento tradicional, estabelecer o monitoramento das regras, e definir os coletivos locais

³⁶Estabelecida pelo Decreto nº 8.750/2016, a CNPCT é responsável por propor conceitos e entendimentos relevantes, de forma a garantir a participação de organizações representativas desses coletivos (CNPCT, 2016). A sua legitimidade também é devido à sua composição, que conta com a participação majoritária de povos tradicionais da sociedade civil e representa 60% do total de oito membros desse conselho deliberativo.

pertencentes à área que participam na gestão, como associações de moradores, sindicatos, cooperativas e outras instituições.

Esse documento será retomado no terceiro capítulo deste trabalho. Trata-se de sua capacidade instrumental e política que visa assegurar a biodiversidade e seu uso sustentável em um conjunto de áreas que compõem um mosaico de conservação. Ele também destaca a narrativa e o papel desempenhado pelo CNS na formulação e gestão dessa RESEX. Idealmente, seria benéfico que grupos voltados para questões socioambientais se engajassem nesses espaços, com o propósito de contrapor a influência política exercida por interesses econômicos que almejam à exploração intensiva da floresta.

O ACRE É EXTRATIVISTA ATUALMENTE?

O Acre tem ocupado uma posição diferenciada politicamente quanto aos modelos produtivos integrados ao desenvolvimento, como discutido na trajetória do extrativismo. Não apenas pelo estabelecimento de RESEX, como também da observada consolidação de demais políticas públicas e organizações relacionadas com os grupos seringueiros extrativistas surgidos na região.

O movimento extrativista aliado a outros movimentos sociais e ambientalistas no Acre conquistou um espaço importante na política extrativista e vice-versa, ao final dos anos 1990 até 2018. O eleito governador em 1998 e reeleito em 2002, Jorge Viana, é um indício disso. Engenheiro florestal que esteve ao lado de Chico Mendes e das demandas extrativistas na consolidação das RESEX e do MFCF por extrativistas, promoveu políticas com base em economias extrativistas de forma inovadora (Gomes, Alencar, Vadjunec, Pacheco, 2018). Em 2006, o vice-governador dos mandatos anteriores, Arnóbio Marques, foi eleito. Em 2010, o irmão de Jorge Viana, Tião Viana, foi eleito governador. Ao longo desses mandatos, os governadores instituíram o lema da Florestania, ou cidadania florestal, que demonstrava as bases do respeito ao meio ambiente e às tradições culturais de extrativistas (Gomes, Vadjunec, Perz, 2012). Há outros exemplos a nível estadual ou municipal, como Binho Marques e Raimundo Barros, este último familiar de Chico Mendes, ex-vereador por 4 mandatos na Câmara de Xapuri e ex-dirigente do STTR do Acre (Silva, 2011).

Em 1999, o ex-governador do Acre, Jorge Viana, lançou o Programa de Desenvolvimento Sustentável da Cadeia Produtiva da Borracha Natural, com o objetivo de fortalecer a extração, beneficiamento e comercialização da borracha natural bruta. Em 1999, é

instituída a Lei Chico Mendes (Lei Estadual nº 1.277/99)³⁷, que abrangeu 18 dos 22 municípios do estado, atendendo 1.460 famílias produtoras de borracha. A produção alcançou cerca de R\$800.500,00 em 2010, mas não trouxe a esperada consolidação da economia da borracha na região. Não obstante, essa lei marcou o esforço estadual e federal de fomentar financeira e institucionalmente os negócios do setor extrativista, sendo um entre vários subsídios extrativistas promovidos no período (Gomes, Vadjunec, Perz, 2012).

Durante a implementação da Lei Chico Mendes (1999), houve um maior interesse das famílias em participar, visto que os subsídios se apresentaram como uma solução para a extração da borracha, resultando em aumento de renda para as famílias. Em paralelo a essa iniciativa estadual, o governo federal introduziu a subvenção econômica para os produtores nacionais de borracha natural por meio da Lei nº 9.479, de agosto de 1997. Essa medida visava estimular a comercialização da produção nacional, aumentando o preço da borracha com um auxílio que cobria a diferença entre os preços do mercado interno e o valor do produto importado.

Apesar desse aumento no preço pago pela borracha, a tendência positiva não perdurou por muito tempo. Mesmo que tenha havido outro aumento de valores e subsídios, o preço da borracha nacional permaneceu pouco atrativo e não compensador para os seringueiros. As famílias produtoras não se beneficiaram com o incremento na renda, tendo que recorrer a outras atividades em sua colocação. Nesse contexto, a produção de látex no Acre não representa uma atividade relevante para a economia local nem garante a renda necessária para as famílias seringueiras, mas continua representando uma atividade extrativista desenvolvida em muitas colocações.

Assim sendo, embora a atividade extrativista da borracha tenha desempenhado um papel crucial no processo de ocupação do estado do Acre, e tenha colocado o território no cenário internacional como fornecedor de borracha, atualmente essa atividade enfrenta uma perda de relevância para produtos que oferecem lucratividade significativa no mercado global. Esses são identificados como *commodities* amazônicas, tratando-se de outras cadeias produtivas – no caso da agricultura – ou de outras atividades. Isso inclui a mineração, produtos florestais madeireiros, a pecuária, e a comercialização de créditos de carbono (Castro, 2017). Portanto, aquelas que não possuem relação entre tradição social-produtiva segundo uma perspectiva conservacionista.

³⁷ Disponível em: https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/camaras-setoriais-tematicas/documentos/camaras-setoriais/borracha-natural/2023/52a-ro-02-03-2023/lei1277_acre_1999.pdf. Acesso em: 24 abr. 2024.

Nesse período o governo acreano criou a Secretaria Executiva de Florestas e Extrativismo (SEFE), estabeleceu uma fábrica de beneficiamento da borracha em parceria com a Natex, investiu-se em infraestrutura para beneficiamento da castanha-do-brasil, apoiando a Cooperacre.

A inauguração da Fábrica de Preservativos Masculinos de Xapuri (Preservativos Natex) em 2008 foi uma alternativa para beneficiar o látex extraído por famílias seringueiras. No entanto, essa iniciativa não conseguiu transformar significativamente a economia da borracha no estado, e a produção permanece uma fonte secundária de renda para os seringueiros acreanos. A competitividade com a borracha asiática e sintética também afetou a rentabilidade desses produtos. Dado o baixo volume da produção e comércio de borracha no Brasil, as indústrias brasileiras realizam a importação de borracha do sudeste asiático. Apesar de incentivos governamentais, a economia da borracha nacional não está consolidada, resultando em ações sociais voltadas para os envolvidos históricos nessa atividade. A partir de 2005, houve um declínio na adesão dos produtores à política de subsídios, resultando em uma redução tanto no número de famílias participantes quanto no volume de produção subsidiada (Schmink et al, 2014).

A Cooperacre é uma cooperativa que surgiu com apoio do governo estadual e federal, com o intuito de apoiar a coleta e comercialização de produtos extrativistas de diversas cooperativas menores da região. Ao mesmo tempo, o governo da floresta apoiou manejo madeireiro no estado, exceto em RESEX, o que mudou na RESEX Chico Mendes em 2006 com a atualização do seu PM, reconhecendo que o manejo madeireiro pode contribuir com o desenvolvimento socioeconômico de extrativistas (Wallace, Gomes, Cooper, 2018).

Ao implementar uma governança voltada tecnicamente para um modelo de desenvolvimento que conforma o extrativismo, houve significativa atração de investimentos públicos, sendo o Acre um estado que figura entre os estados da federação que mais recebem financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), por exemplo (Brose, 2013). Essa discussão corrobora com a preocupação de empowerment extrativista, e levanta o tema se o Acre ainda é extrativista atualmente. Se considerarmos que a resposta não deve ser uma posição bem definida de “sim ou não”, importa se perguntar neste trabalho e sugerir às pesquisas futuras que se busque entender em que medida o extrativismo pode atuar na governança estabelecida e unificar a conservação ambiental ao desenvolvimento econômico de populações rurais.

Fato é que apesar dos subsídios estaduais e federais, a produção da borracha não se tornou uma atividade economicamente viável para as famílias seringueiras. A criação de uma Indústria de Beneficiamento de GEB (borracha beneficiada) foi proposta em 2013 pelo então governador Tião Viana, mas enfrentou desafios de implementação e ainda não está operacional. Outras formas de beneficiamento artesanal, como CVP (crêpe) e FDL (fumado, desfumado e lavado), persistem, resultando em produtos com baixo valor agregado. Vale ressaltar que várias justificativas podem ser esboçadas para entender os momentos de ascensão e declínio da produção da borracha, que marca a identidade seringueira e do mercado regional. Os autores Da Ponte e Júnior (2022) afirmam que houve significativa redução da participação de famílias e do preço da borracha. Paralelamente, outras atividades mais rentáveis e mais consolidadas no mercado e em políticas públicas foram estimuladas, como o manejo madeireiro e a criação de gado.

A criação de gado cresceu entre os grupos residentes da RESEX Chico Mendes (Toni, 2007). Isso demonstra que além de existir oscilações na economia extrativista, ainda existem mecanismos de consolidação do mercado regional de gado e da agropecuária (Prado, Ribeiro, 2011; Silva *et al*, 2021). Esses processos demonstram a redução da influência do extrativismo e da governança extrativista na rede de políticas públicas estaduais e, principalmente, importantes dinâmicas de transformação da própria identidade seringueira (Gomes, Vadjunec, Perz, 2012).

Os incentivos à atividade agropecuária na região se deram também pela modernização no campo, acarretando em profundas modificações socioeconômicas no espaço rural do Acre. Essa modernização é caracterizada pelo uso de maquinários, latifúndios e aumento da produtividade (Belarmino, Castelo, 2022). Através de dispositivos mobilizados em diferentes níveis da política ambiental e da agricultura, o agronegócio modernizado busca racionalizar as diferenças entre os produtores, bem como seus conflitos com o objetivo de agregá-los dentro de uma representatividade rural dominante, recursos financeiros e expertise técnica.

Esses atores têm sido dominantes, e usam da cooptação da ideia de desenvolvimento atrelada a isso, influenciando a opinião pública e orientando o Estado. Um exemplo mais recente disso é a articulação política desses atores, que, apesar de seus diferentes segmentos, podem se unir em torno do agronegócio e são representados pela Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) e pela Organização das Cooperativas do Brasil (OCB) – ainda que ela represente outros setores e escalas diferentes do associativismo, a representatividade do *agro* nesta organização é dominante. Essa união frequentemente tem dado sinais de contestação dos

direitos territoriais de povos e comunidades tradicionais, a exemplo do período de revisão do Código Florestal (Pompeia, 2020).

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) afirma que a transformação da atividade agropecuária é crucial para o desenvolvimento econômico do Brasil, o que demonstra como o sentido modernizador é certamente exitoso para o resultado das exportações brasileiras e para certas classes produtoras rurais. O Brasil é o quarto maior exportador mundial de produtos agropecuários e, no entanto, a região Norte³⁸, incluindo o Acre, pouco contribui para esse montante nacional. No caso do Acre, há um processo de urbanização e crescimento populacional, a exemplo de Rio Branco, que corresponde a 80% do PIB da indústria e serviços. Dentre as outras áreas territoriais do estado, predominam as atividades agropecuárias e as áreas de assentamento de comunidades tradicionais, agricultura familiar e de conservação da natureza (Belarmino, Castelo, 2022).

Alguns municípios acreanos como Acrelândia e Tarauacá ilustram as tendências da interiorização da agropecuária, se aproveitando da infraestrutura logística de escoamento da produção e da proximidade com outros municípios maiores, como Sena Madureira (Acre, 2021).

De acordo com o Censo Agropecuário do IBGE (2017), entre 2010 e 2017, houve o aumento de aproximadamente 25% e 50% da área destinada à colheita de lavouras temporárias no Brasil e na região Norte, respectivamente. No ano seguinte, em 2018, foi observado um desmatamento acumulado de 14,7% da área total do estado do Acre. Dessa porcentagem, 64% estão concentrados no Vale do Acre, principalmente nas áreas próximas a cidades, rios e rodovias (Berlarmino, Castelo, 2022).

O sucesso das estratégias do agronegócio é um exemplo notável desse poder mencionado. Durante o governo de Dilma Rousseff, as demarcações de Terras Indígenas foram praticamente interrompidas. Nas administrações de Michel Temer e, especialmente, Jair Bolsonaro, grupos dominantes dessa coalizão passaram a orientar suas ações no sentido de legitimar a utilização de Terras Indígenas demarcadas para a produção de commodities agropecuárias (Menezes, Barbosa Jr, 2021).

Cabe ressaltar que as manobras políticas de influência na esfera estatal foram complexas. A análise da expansão da pecuária na RESEX Chico Mendes ilustra o caso: por um lado, o estado claramente não foi capaz de estabelecer um subsídio suficiente para atividades

³⁸ Em 1995, ela impactava 4,2% na forma total da produção do setor agropecuário. O Sudeste e o Sul juntos concentravam juntos 70% do total.

extrativistas, enquanto a criação de gado gera renda mais rapidamente e de forma estável. Apesar de ser uma “batalha moral” relacionada ao extrativismo – dado que ele se consolida perante os confrontos com a pecuária –, isso envolve uma batalha institucional. Os governos da Florestania, que estiveram conformados pelo Partido dos Trabalhadores e aliados, promoveram a criação pecuária na região. Particularmente, realizado em vista de setores dominantes que promovem suas ações sob a égide de uma nova moral política, está ligada ao desenvolvimento econômico, e redução da pobreza e da fome (Kroger, 2020).

A pobreza é uma categoria que parece estar ligada à uma reinterpretação própria da perspectiva política que coloca campo contra cidade. O desenvolvimento e progresso exercitam a hegemonia sobre a natureza, impactando-a ao mesmo tempo que gera bens materiais. Ela, portanto, só pode ser aliviada pelo seu desenvolvimento econômico (Ioris, 2016). Apesar do tema ser importante, não cabe a este trabalho a discussão desta categoria. Nos importa aqui que os conceitos não podem ser postos a serviço de orientações insustentáveis, que causam o desastre ambiental e a injustiça social. Caberia aos próprios sujeitos esclarecer sobre as suas posições neste tópico.

Adicionalmente outras entidades são capazes de promover modelos antagônicos, que podem ou não se posicionar contra o extrativismo. Entretanto, nunca antes se posicionaram a partir da rede de atores parceiros de extrativistas, como pode ser verificado na coesão da FPA e a sua colaboração com a CNA, contribuindo para aprofundar a aliança de economia política entre os núcleos do agronegócio e o governo federal. No âmbito parlamentar, as relações dos atores privados com os Poderes Legislativo e Executivo sempre foram importantes para a definição e defesa da categoria “agronegócio” (Pompeia, 2020).

A categoria agronegócio advém do *agribusiness* norte americano, junto dos desdobramentos da industrialização da agricultura. Vale destacar que a importância do agronegócio na categoria ampliada de “agricultura” é mobilizada por estatísticas baseadas na perspectiva agregada dessa categoria, argumentando a sua importância pelo viés da economia nacional. No entanto, alguns autores têm indicado que essa noção é apresentada de forma simplificada e pautada em modelo focado na produção de maneira quantitativa. Enquanto o conceito de agronegócio é abrangente em sua natureza, sua dimensão política é considerada restrita (Castro, 2013; Da Silva, 2010; Pompeia, 2020).

São recorrentes e fortes as pressões para a expansão de novas áreas para uso agropecuário, frente à apropriação e empoderamento da agricultura familiar e extrativismo nas narrativas, territórios, estatísticas e processos de desenvolvimento. E as novas identidades e

políticas públicas atreladas à trajetória seringueira passaram a representar os sujeitos pertencentes a esses grupos sociais amazônicos, principalmente, pelo o que eles não faziam: a criação extensiva de gado (Toni, 2004). Análises dos dados disponibilizados pelo Projeto PRODES³⁹ – Monitoramento da Amazônia Brasileira por Satélite –, revelam que a dinâmica da expansão da agropecuária intensiva na Amazônia é facilitada e influenciada pela o acesso permitido por rodovias e ferrovias, e que esteve concentrada na porção sul e sudeste, em 2008, enquanto que a porção norte e oeste apresentou maiores índices de desmatamento, já em 2018 (Oviero, Lima, Augusto, 2019).

O arco do desmatamento⁴⁰, entendido a partir da modernização da agricultura “de latifúndio”, é oriundo da ação estatal direta, que priorizou o desenvolvimento de infraestrutura de transporte e incentivos fiscais para agentes privados do setor da agricultura, indústria e mineração. Desde a colonização espacial da região norte promovida por meio do PIN, passando por outros mega-programas baseados em pólos de exportação até os mais recentes como a Ferrogrão (data), são recorrentes as pressões e ameaças às identidades apresentadas e políticas públicas atreladas a trajetória seringueira e de povos e comunidades tradicionais. Os sujeitos pertencentes a estes grupos estavam representados por aquilo que eles não faziam: cortar a mata para criação de gado. Por esse motivo, a criação da RESEX Chico Mendes sacramentou o compromisso de não promover a agropecuária na região, se opondo aos projetos de desenvolvimento que representam politicamente as pequenas elites desse setor (Capobianco, 2017; Maciel *et al*, 2018; Toni, 2004).

Esperava-se que essa criação institucional assentasse as famílias dos seringueiros, o que se mostrou uma aposta correta. Ainda que exista rotatividade habitacional na região, alguns dados indicam que ela está relacionada à busca por melhores condições produtivas. Paralelamente, embora tenha aumentado o número de famílias documentadas residentes da RESEX, ainda há insegurança judiciária na posse da terra, devido a uma dificuldade de governança das instituições responsáveis no tocante à garantia da propriedade – IBAMA e

³⁹ O PRODES realiza medições anuais, sendo um sistema detalhado de monitoramento por captura de imagens. É executado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), que iniciou o monitoramento oficial do bioma em 1988, e disponibiliza dados de retirada de floresta de “corte raso” à instituições públicas e privadas desde 2003. Esse programa é um importante instrumento para ações no combate ao desmatamento ilegal e de aprimoramento de governança, inclusive, por meio da avaliação da efetividade de unidades de conservação da natureza (Capobianco, 2017)

⁴⁰ Esse termo compreende a região onde encontram-se os maiores índices de desmatamento da Amazônia, estando submetida à transformações das dinâmicas geoespaciais devido aos processos de influência na expansão e retração de áreas para uso agropecuário (Oviedo, Lima, Augusto, 2019).

ICMBio—, o que está atrelada tanto à dificuldades institucionais quanto a uma situação de ilegalidade na compra e venda de terras (Maciel *et al*, 2018).

Adicionalmente, embora a agropecuária se identifique pela atividade em larga escala, com impactos claros no desmatamento, perda de biodiversidade e concentração de renda. Nas últimas décadas ela tem sido uma alternativa de complementação de renda ou até substituição da principal atividade produtiva de grupos historicamente focados na agricultura ou agroextrativismo. Há dificuldade política em investir em produtos que se baseiam na diversificação e promoção da biodiversidade, mas alguns casos esporádicos indicam que isso pode ser contestado, ainda que seja uma agenda dominada pelo *agribusiness*. Exemplos disso são o Plano Nacional de Fortalecimento das Comunidades Extrativistas e Ribeirinhas (PLANAFE)⁴¹, a Secretaria Executiva⁴² de Florestania e Extrativismo (Wallace, Gomes, Cooper, 2018).

Há trabalhos que indicam preocupação quanto à manutenção da identidade seringueira, no tocante à reprodução social de jovens (Silva, 2018; Silva, Silva, Yamada, 2019). Tais discussões foram realizadas para apresentar a polarização do “Acre extrativista” após consolidação das RESEX no estado. De um lado, houve fortes parcerias aos seringueiros acreanos verificados em marcos institucionais e comerciais, enquanto de outro há ainda o desincentivo ao extrativismo, de forma política, econômica e social. Principalmente, isso é feito pelo enfraquecimento da capacidade de governança ambiental da RESEX e, concomitantemente, por pressões externas ao território.

Ao olharmos para a juventude extrativista da RESEX Chico Mendes, como realizado em Silva (2018) e em Silva, Silva e Yamada (2019), fica claro como os grupos estão expostos a diferentes contextos, promovendo reelaborações nos processos dialógicos. Isso significa que as categorias sociais são nada mais do que uma abordagem sobre populações em um determinado tempo e espaço. De todo modo, o trabalho deste autor é relevante ao tema de governança extrativista pois demonstra que as identidades, como a seringueira e extrativista necessita de condições sociais para que elas permaneçam com categorias benéficas enquanto agentes de conservação em UCs. Para isso, é necessário apoio na geração de qualidade de vida – lazer, educação, valorização cultural – e de renda – de fontes sustentáveis, como de produtos da sociobiodiversidade, turismo, entre outros –.

⁴¹Decreto n° 9.334 de 2018, instituído pelo Sarney Filho. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/D9334.html. Acesso em 29/02/2024.

⁴²Florestania é um termo *slogan* da cultura extrativismo como ação e orientação política adotada na época dos governos do Partido dos Trabalhadores, no Acre.

Isso corrobora com a visão de futuro como posto em Freitas et al (2018), que aposta em uma tendência pessimista para o extrativismo. Ele infere que não é possível consolidar objetivos de conservação ao desenvolvimento econômico rural de residentes, na contramão do posto em Ostrom (2010). Finalizam o trabalho ao concluírem que o desenvolvimento e a conservação são insustentáveis na medida em que o Estado abandona o modelo, ou até mesmo reprime.

Nos parece ser mais complexo que isso. Verifica-se que o governo da floresta acreano promove dois projetos antagônicos de forma simultânea no estado. Não se pode negar que essa violência é também simbólica. Contudo, Araújo (2022), tratando-se do manejo madeireiro, verifica que “os seringueiros distinguiram com clareza e autonomia entre o que lhes seria mais favorável”. Outro ponto destacado é que o grupo extrativista não discutiu o tema sem discordâncias, mesmo assim, isso não deslegitima as suas conquistas :

“Os seringueiros oportunizaram o capital simbólico de seu envolvimento histórico com o Partido dos Trabalhadores (...), tratamos, pois, de povos que, para atualizarem seus sistemas simbólicos (nesse caso, dependendo de uma territorialidade camponesa), atualizam sua condição com a adoção de diferentes mecanismos, e com disputa em diferentes campos” (Araújo, 2022, p.9).

O mesmo vale para a pecuária na RESEX Chico Mendes. Vadjunec e Rocheleau (2009) sugerem que diferentes colocações, divididas entre criadoras de gado e não criadoras de gado. Este trabalho conclui que em um modelo de criação de pequeno porte, os impactos poderiam ser minimizados por uma boa governança – considerando o cenário em que a não maioria dos residentes realize tal atividade –. Indicam-se portanto problemas estruturais de educação, regulação e monitoramento de manejo madeireiro na região em oposição à proibição imposta de atividades, problemas estes relacionados com a governança extrativista.

Os graves incêndios e inundações que vem ocorrendo na região, principalmente desde 2005, tem razões biofísicas e com eventos climáticos gerais, como El Niño (Ferreira, Kalliola, Ruokolainen, 2020; Gomes et al, 2018). Contudo, a RESEX Chico Mendes tem sido ameaçada de forma institucional e social, inclusive por meio de incêndios criminosos, que tem ocorrido com grandes proporções entre 2019 e 2021 (Silva et al, 2021), demonstrando os antagonismos criminosos que a governança extrativista está sujeita a sofrer influência, principalmente, desde 2018 quando representantes de discursos antiecológicos assumiram cargos importantes no governo, o que pode não considerado em algumas nas análises. A exemplo disso, além de discursos de oficiais do governo, foi proposto a redução dos limites da RESEX Chico Mendes (PL 6024/2019), processo indeferido em 2023 dada a grave violação dos direitos extrativistas, mas indicando a sua força simbólica institucionalizada.

O debate apresentado demonstra a necessidade de se trabalhar a partir do *empowerment*, porque antes de categorias determinadas, o extrativismo e o seu papel socioecológico em uma governança deve ser tratada a partir do fortalecimento dos processos dialógicos e problematizadores. Para isso, deve-se resgatar seu passado e as identidades conformadas, para então agirem sobre os desafios futuros. Isso não significa retornar às características antigas, mas remodelá-las com objetivos de se desenvolver colaborativamente. Desta forma, os sujeitos estarão mais preparados para lidarem com seus dilemas, em processos transformativos. Não estamos afirmando aqui pela decisão social de extrativistas em questionarem pelo abandono de suas características, muito pelo contrário. O resgate político é essencial, e as suas posições devem emanar do interesse organizacional, e para isso, os indivíduos devem ser empoderados enquanto grupo, sendo assim fundamental que sejam protagonistas de suas decisões. Concluir sobre o sucesso ou insucesso, bem como se o estado acreano é ou não extrativista é uma tarefa complexa. Ela possui a mesma natureza da avaliação da efetividade da participação, ou seja, avalia o sucesso da experiência de forma determinística sem considerar fatores diversos. Primeiro, de fato são necessários mais esforços e mudanças institucionais no quadro brasileiro de políticas públicas e investimento.

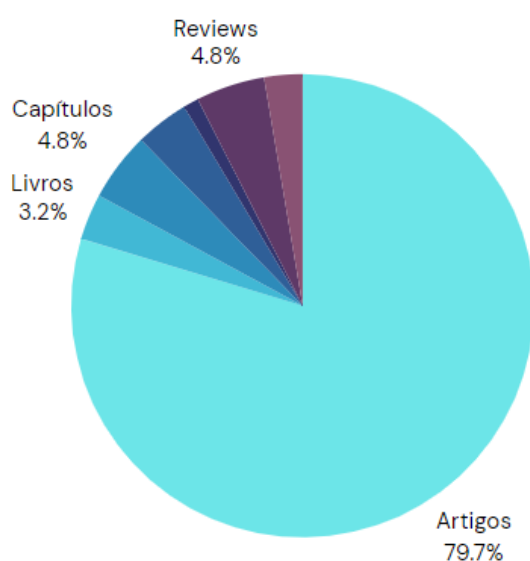
CAPÍTULO 3 – EMPOWERMENT PARA O EXTRATIVISMO

A GOVERNANÇA, PARTICIPAÇÃO E EMPODERAMENTO NO MOVIMENTO EXTRATIVISTA SEGUNDO A REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA

A discussão em torno da participação extrativista na governança ambiental tem ocupado um espaço central entre os trabalhos analisados. Nesse sentido, Avritzer (2011) fala que historicamente, com o processo de expansão da participação institucionalizada durante a redemocratização se iniciou um novo processo representativo, que tem no ideal da participação social a possibilidade de que as reivindicações de cidadãos traga para a arena política os temas de forma invariavelmente como reflexo de sua luta, e para redefinição das fronteiras entre as suas condições sociais, as estruturas, os efeitos das políticas públicas e suas instituições.

No resultado da busca, foram encontrados 248 estudos nas bases de dados pesquisadas. Desses estudos, 62 estudos foram excluídos, pois foram considerados duplicados em mais de uma base de dados. Considerou-se portanto a base de dados SCOPUS como a primeira ocorrência, o que explica a concentração de estudos nessa plataforma. A classificação quanto ao formato das publicações entre os 187 estudos restantes se deu da seguinte forma: i) 149 artigos; ii) 6 livros; iii) 9 capítulos de livros; iv) 7 dissertações; v) 2 editoriais; vi) 9 *reviews* e vii) 5 teses (Figura 10). Dentre todos, 100 trabalhos eram na língua inglesa, 51 na língua portuguesa e 5 em espanhol.

Figura 10 – Formatos de trabalhos identificados na RSL



Fonte: elaboração própria

Outros 73 estudos foram recusados na etapa seguinte de leitura dos resumos. Dentre estes, as principais razões foram: i) Fora do escopo territorial da Amazônia e/ou sem estabelecimento de comparação com o bioma e a RESEX Chico Mendes (20); ii) trabalhos pagos e sem acesso (14); iii) trabalhos relacionados com o tema mas não empíricos e sem apresentação de dados científicos relacionados (15) – como capítulos de apresentação de livro ou artigos de resposta a outros autores, discutindo apenas conceitos –; iv) trabalhos fora do escopo temático (7). Desta forma, restaram 83 estudos para análise integral.

A exemplo de trabalhos sem dados satisfatórios para discussão de empowerment extrativista, Salisbury, López e Alvarado (2011) discutem a fronteira de territórios Ashaninka e a mobilidade destes indígenas, pertencentes a esta etnia que originalmente ocupava o Acre e os países vizinhos; contudo, sem dados aproveitáveis para a presente discussão.

De imediato, adiantamos que da leitura integral identificou-se uma nova categoria a ser excluída: trabalhos na área da pesquisa biofísica e farmacológica (30). Foram excluídos nesta etapa de filtragem trabalhos reclassificados no campo de estudos biofísicos (3), novamente, sem relação com empowerment ou participação extrativista, onde foram pesquisadas questões hídricas (Santi et al, 2012), dispersão de espécies no bioma (Kainer, Wadt, Staudhammer, 2018), e uso de plantas medicinais em áreas urbanas do Acre (Brown et al, 1992). Isso foi feito devido ao potencial de se utilizar saberes tradicionais e metodologias participativos no âmbito deste tema.

Estes trabalhos foram considerados para análise integral, mas retirados em uma nova categoria de exclusão por não aplicarem metodologias ou discutirem a inclusão de extrativistas para a produção de melhores práticas neste campo. Logo, isso demonstrou uma lacuna no campo destes estudos, mesmo aqueles referidos ao etnoconhecimento, e, principalmente, indica a necessidade de se trabalhar neste campo de pesquisa por meio da orientação da Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB), que afirma em seu artigo 8º o princípio de valorização dos saberes tradicionais e o repartimento dos benefícios socioeconômicos com as populações locais envolvidas.

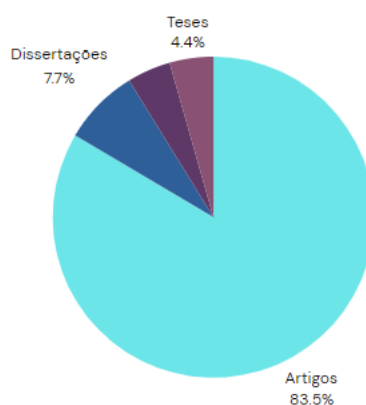
De acordo com os princípios de *empowerment* e participação, é interessante a verificação das arenas deliberativas e decisórias envolvidas com o estabelecimento de metas e indicadores das Estratégias e Planos de Ação Nacionais para a Biodiversidade (EPANB). O envolvimento de comunidades afetadas pode ser um importante catalisador do empoderamento da participação destes sujeitos em experiências futuras, referindo-se tanto aos PCTs quanto a

outros sujeitos envolvidos nestas arenas. Neste ponto, sugerimos como aspecto verificado da RSL o aprofundamento desse tópico a pesquisadores e pesquisadoras futuros.

Dos 30 trabalhos nesta área de estudo, reaproveitamos 3 trabalhos na dissertação pois eles deram *insights* por meio de instrumentos quantitativos, complementando a discussão dos capítulos anteriores, ainda que recusados na RSL. Eles discutem o fortalecimento do potencial incendiário no sudoeste amazônico pela sua conformação em zonas de bambu (Ferreira, Kalliola, Ruokolainen, 2020); a importância de concentrar a conservação de espécies em indivíduos maduros, ao menos no caso da castanheira (Bertwell *et al*, 2018); e por complementar a discussão da heterogeneidade das comunidades ao retratar a diferença produtiva e de ocorrência de PFM entre locais de um mesmo território extrativista (Silva *et al*, 2021).

Outros 5 trabalhos foram reaproveitados com o objetivo de inseri-los na discussão sobre a geração de conhecimentos para governanças ambientais (Spínola *et al*, 2020), sejam eles puramente técnicos (Vale *et al*, 2018; Abud *et al*, 2015⁴³) ou advindos de um posicionamento perante os princípios da ciência cidadã (Aguiar, 2018; Vadjunec *et al*, 2022; Bumpus *et al*, 2019). Estes trabalhos foram considerados apesar de corresponderem a critérios de exclusão devido às suas contribuições na discussão desses pontos, e aceitos pela RSL. Com base nisso, foram selecionados 84 estudos, considerando estes reaproveitados. Dentre estes, 69 são artigos, 7 dissertações de mestrado, 4 *reviews* e 4 teses de doutorado. (Figura 11) (Anexo II).

Figura 11 – Estudos considerados aceitos na RSL

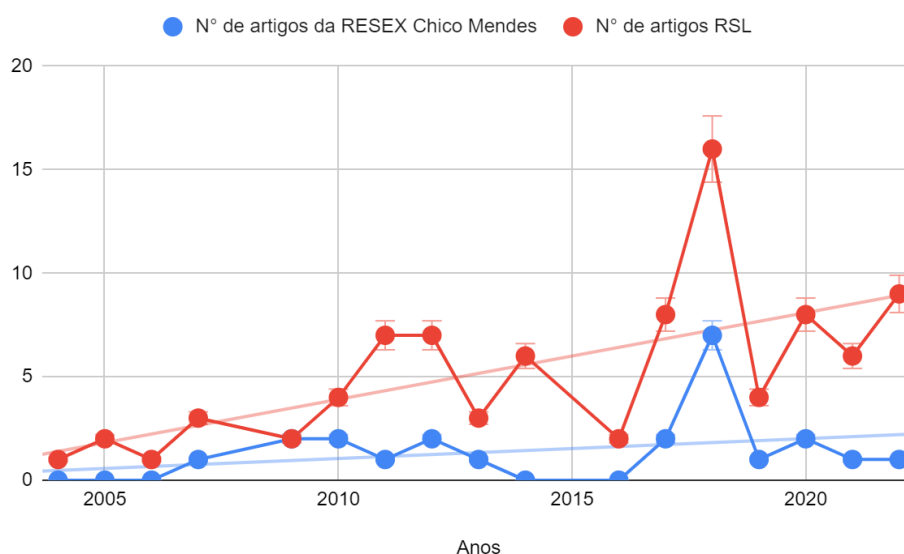


Fonte: elaboração própria

⁴³ Este trabalho indicou “ênfase na estruturação de uma ferramenta para uso por não especialistas para subsidiar a tomada de decisão”, contudo, não houve participação social na elaboração desta ferramenta e muito menos a sua tradução para uma linguagem não técnica. O que justifica a sua afirmação é que a ferramenta dá um enfoque ecossistêmico por meio de dados florestais e hídricos.

A RSL objetiva verificar tendências da pesquisa científica em diferentes níveis, por isso categorizamos os trabalhos na escala territorial, sendo ela diferenciada entre i) RESEX Chico Mendes; ii) RESEX do Acre; iii) Acre; iv) MAP; v) RESEX Geral; vi) Amazônia; e vii) Outros. A Figura 12 identifica a hierarquia da escala, sendo a RESEX Chico Mendes o nível principal. Respectivamente, identificamos 25, 4, 18, 11, 10, 20 e 3 estudos nestes níveis, dentre os estudos sistematizados pela RSL. A Figura 12 indica a tendência de pesquisa geral, identificada na RSL, acerca dos temas buscados.

Figura 12 – Cronologia de artigos aceitos na RSL e referentes ao nível da RECM



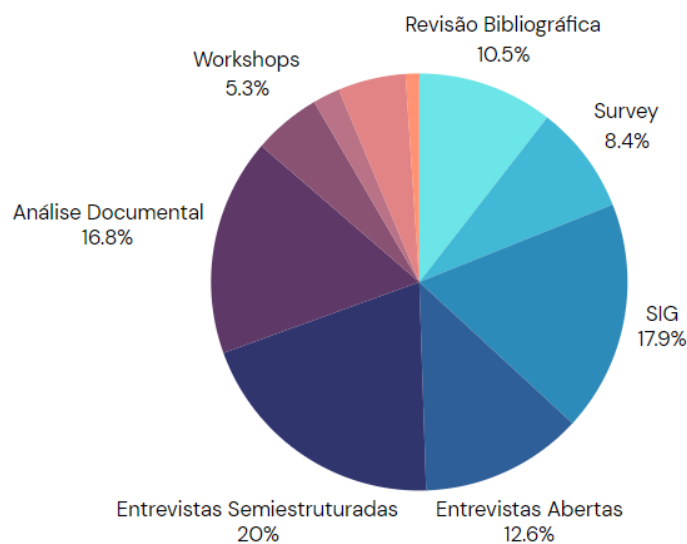
Fonte: elaboração própria

Consideramos as metodologias utilizadas nos trabalhos em nossa análise, sendo feito nesta parte um esforço para discussão destas metodologias. Foram 50 trabalhos com metodologias qualitativas, 13 metodologias quantitativas, e 15 métodos mistos (*quali e quanti*). Da análise das metodologias aplicadas, entendeu-se como metodologias participativas aquelas em que os sujeitos forneceram informações, compartilharam suas experiências ou contribuíram com ideias para o estudo. Na RSL, isso envolveu o total de 13 técnicas de pesquisa: *action research* (1), entrevistas abertas (12), entrevistas semiestruturadas (19), observação participante (5), grupos focais (2), *surveys* (8), *workshops* (5), e “Análise Socioeconômica de Sistemas Básicos da Produção Familiar Rural no Estado do Acre” (ASPF) (1) – uma metodologia participativa desenvolvida pela Universidade Federal do Acre (UFAC), ela considera aspectos técnicos e saberes tradicionais⁴⁴ –. As metodologias não participativas identificadas foram

⁴⁴Para saber mais, acessar a cartilha “Procedimentos e técnicas para levantamento de informações socioeconômicas sobre a produção familiar rural acreana”. Disponível em:

revisões bibliográficas (10), análise documental (16) e aquelas baseadas em *softwares* de Sistemas de Informação Georreferenciadas (SIG) (17) (Figura 13).

Figura 13 – Proporção das metodologias identificadas na literatura aceita na RSL

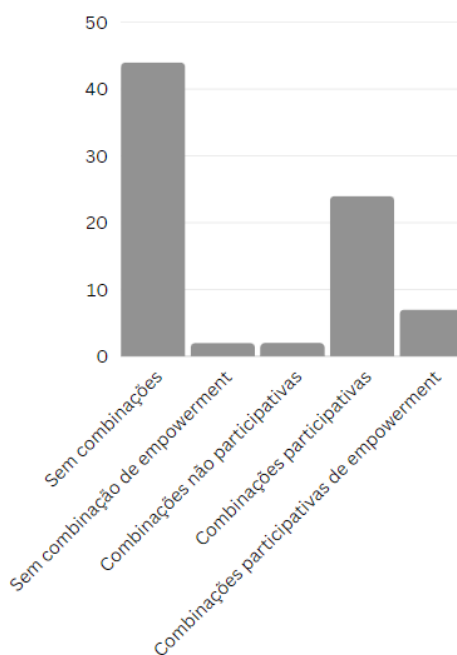


Fonte: elaboração própria

Em cada estudo foi realizada a reflexão sobre o uso metodológico das ferramentas, quanto ao conceito de participação e *empowerment*. Elas foram aplicadas de formas diversas, totalizando 24 combinações, as quais foram classificadas em: sem combinação; sem combinação com *empowerment*; combinações não participativas; combinações participativas; e combinações participativas de *empowerment* (Figura 14).

O passo seguinte foi o de classificação temática dos trabalhos. Observa-se que essa etapa denota certa subjetividade dadas as grandes sinergias entre os temas levantados. Os conceitos de governança, participação e políticas públicas frequentemente se sobrepõem e influenciam uns aos outros, de maneira complexas e multifacetadas. Então, sugerimos 4 grandes grupos: Governança e *Commons* (20); Saberes e Ciências (15); Políticas Públicas (30); e outros (13).

Figura 14 – Metodologias e combinações diferentes da análise da RSL



Fonte: Elaboração própria

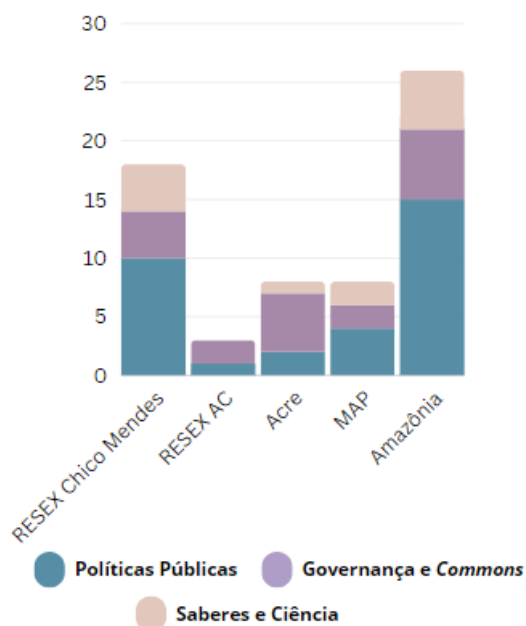
Os trabalhos que foram indicados por contribuir com o *empowerment* de forma metodológica da pesquisa estiveram representados nos estudos de Saberes e Ciência, sendo 8 deles (Persz *et al*, 2022; Persz, Mendonça, Pimentel, 2022; Vadjunec *et al*, 2022; Skutsch, 2005; Bernard, Barbosa, Carvalho, 2011; Ribeiro *et al*, 2020; Mello, Schmink, 2017; Silva, Silva, Yamada, 2019), e nos estudos de Políticas Públicas, sendo 2 deles (Cooper, Kainer, 2018; Felipe, 2010) (Figura 15).

Da análise por categorias, **o grupo de estudos da Governança e Commons** se distribuiu entre os níveis como: 4 na RESEX Chico Mendes, 2 em RESEX acreanas⁴⁵, 5 no Acre, 2 no MAP, e 6 na Amazônia, sendo que destes 3 tratavam de RESEX de outros estados⁴⁶ (Figura 15). Quanto ao tema, destacamos (1.1) o estudo da governança pela discussão das trajetórias das organizações sociais (Wallace, Gomes, Cooper, 2018; Silva, Pokorny, Campbell, 2022), (1.2) pela análise de *Common Pool Resources* (CPR) (Guariguata *et al*, 2017; Vadjunec, 2011; Capelari, 2020), e (1.3) pela discussão orientada pelos efeitos e indicadores de governança (Maciel *et al*, 2018; Almeida, Allegretti, Postigo, 2018), ou seja, pela sua eficiência.

Figura 15 – Categorias da RSL por níveis

⁴⁵ RESEX Cazumbá-Iracema (Ubiali, Alexiades, 2022) e RESEX Riozinho da Liberdade (Mooji, Mendonça, Arts, 2019).

⁴⁶ Tanto de forma geral (Almeida, Allegretti, Postigo, 2018), quanto de forma determinada, pesquisando a RESEX Mocapajuba (PA) (Vale *et al*, 2018), e as RESEX Rio Ouro Preto (RO) e RESEX Cautário (RO) (Capelari, Araújo, Newton, 2020).



Fonte: elaboração própria

Os estudos da trajetória (1.1) incitam a reflexão sobre a consolidação do potencial das comunidades locais, não apenas desenvolvendo-os, como aplicando e os fazendo reconhecidos perante a sociedade em geral. Como inferido da teoria de governança ambiental, é benéfico o aproveitamento e fortalecimento de sistemas regulatórios do uso de recursos naturais pressionados, contudo, merece destaque a observação de que são necessários organizações representativas para fortalecer a cooperação entre seringueiros, como é o caso do STTR de Xapuri. Principalmente, os parceiros externos devem promover esses sistemas para que haja salvação das normas locais (Silva, Pokorny, Campbell, 2022). Portanto, deve-se reconhecer a importância de setores da igreja, partidos políticos e ONGs ambientais neste processo. Ao mesmo tempo, é impetuoso que para que ocorra *empowerment* seringueiro neste ponto que essa reflexão esteja acompanhada dos paradigmas que orientam as parcerias externas, pois elas podem carregar o tecnicismo e objetivos desenvolvimentistas, como é a governança ambiental promovida pelo Partido dos Trabalhadores.

Essa é uma tarefa de grande dificuldade, como reconhecido em Wallace, Gomes e Cooper (2018). O seu trabalho demonstra a interconexão dos dilemas de conservação e desenvolvimento com as estratégias de produção extrativista. A exemplo do caso da pecuária ou madeireiro, onde os efeitos são complexos e dinamizados entre as escalas de análise, eles citam o seguinte caso: a criação bovina é uma atividade de maior impacto florestal do que o manejo extrativista; contudo, foi verificado que aspectos do modo de vida extrativista puderam ser beneficiados em seringais com essa atividade. Estes seringais preservaram melhor a

estrutura e diversidade nos caminhos de “trilhas de seringa” em comparação com outros seringais – o que complexifica o senso comum sobre os efeitos e demonstra que antagonismos na própria trajetória da identidade extrativista.

Dentre os três estudos de CPR (1.2), focaremos no único que se refere à RESEX Chico Mendes. A análise CPR realizada nesta RESEX indicou um alto nível das regras estabelecidas pelo PU e PM. Contudo, verificou-se que apenas isso não evitou o desmatamento e sim uma correlação com os valores internalizados e a fiscalização⁴⁷ – assim como em Capelari, Araújo e Newton, 2020 –. No aspecto do monitoramento, basicamente não havia fiscalização comunitária, e quando aplicadas por instituições gestoras responsáveis, os extrativistas residentes as consideravam injustas. Outro ponto CPR pesquisado foi a organização e participação dos atores envolvidos, alguns deles lideranças de organizações artificialmente criadas pelo CNPT, a nível municipal, para distribuição de recursos advindos de projetos financiadores do momento inicial das RESEX. Além de não ser uma extensão orgânica do movimento seringueiro, isso culminou no estabelecimento de lideranças sociais na cidade, afetando a representatividade e a percepção dos dilemas de identidade social extrativista nestes espaços comunitários. Basicamente, a análise concluiu pela influência dos processos institucionais na identidade seringueira e na gestão de recursos *commons*, revelando uma relação negativa entre eles.

Os estudos de eficiência da governança analisam os resultados de RESEX, de forma geral, e são trabalhados segundo (1.3.1) seus resultados territoriais, (1.3.2) efeitos sobre o desmatamento, (1.3.3) efeitos sobre a biodiversidade, e (1.3.4) efeitos socioprodutivos.

Entre 1990 e 2020 foram criadas 95 Reservas Extrativistas, cobrindo uma área de 15,6 milhões de ha (IEA, 2020). As criações estiveram concentradas em dois governos, no período de 2002 a 2009, mediante assinaturas dos presidentes Fernando Henrique Cardoso – 22 criadas, cerca de 3 milhões de ha – e Luiz Inácio Lula da Silva – 28 criadas, cerca de 7 milhões de ha –. Os seus resultados territoriais (1.3.1) refletem a importância desse modelo no processo de reforma agrária e reconhecimento de direitos territoriais tradicionais, com a garantia da propriedade da terra. Ainda, estes resultados visam mitigar usos impróprios de terras públicas – muitas vezes incentivadas por interesses privados que estão organizados de forma sistêmica, como na grilagem ou no garimpo ilegal (Almeida, Allegretti, Postigo, 2018).

⁴⁷ A regra mais quebrada era sobre práticas de caça (73,6%), seguindo de área desmatada anual (60%), conversão de propriedade em pastagem (59,2%) e necessidade de licença para desmatar (57,6%), respectivamente (Vadjunec, 2011).

Os efeitos da sua institucionalização territorial podem ser variados, como nos índices de desmatamento e de biodiversidade. Um efeito claro é sobre a rotatividade de moradia entre as famílias residentes da RESEX Chico Mendes, cuja tendência entre 1996 e 2015 foi de redução. Em 2015, mais da metade dos habitantes residiam em suas colocações a mais de 20 anos (Tabela 8).

Tabela 8 – Tempo de residência na RESEX Chico Mendes

Tempo	1996/1997	2005/2006	2014/2014
<5 anos	28%	12%	10%
5 – 10 anos	20%	16%	16%
10 – 15 anos	23%	24%	16%
15 – 20 anos	13%	13%	4%
>20 anos	15%	34%	54%

Fonte: Maciel *et al*, 2018

Os estudos dos efeitos sobre o desmatamento (1.3.2) indicam que houve uma diminuição do desmatamento em áreas demarcadas como Reservas Extrativistas. Contudo, a RESEX Chico Mendes se mostrou uma exceção no Acre ao se verificar as taxas de desmatamento entre 2009 e 2016. As taxas de desmatamento em RESEX entre 2008 e 2017 permaneceram abaixo de 0,1%, o que é um dado impressionante – enquanto a RESEX Chico Mendes apresentou taxas entre 0,7 e 0,9% durante o mesmo período. Os estudos dos efeitos sobre a biodiversidade (1.3.3) concluem que os extrativistas exercem pouca pressão sobre a fauna e flora, corroborando para a manutenção da biodiversidade e do seu papel como agentes da conservação (Almeida, Allegretti, Postigo, 2018). Entretanto, as dificuldades produtivas e de geração de renda tendem a diminuir a diversificação produtiva e aumentar a importância da pecuária para os agroextrativistas, indicando que a relação entre modo extrativista e a conservação da biodiversidade pode ser vulnerável, sem que existam incentivos e apoios econômicos para a manutenção do seu modelo produtivo (Maciel *et al*, 2018).

Do **grupo de estudos de Saberes e Ciência**, se distribuiu entre os níveis da seguinte forma: 4 na RESEX Chico Mendes, 1 no Acre, 2 no MAP, 5 na Amazônia – sendo um deles voltado para a discussão em RESEX, e 3 em “outros”. Quanto ao tema, destacamos a discussão sobre (2.1) a capacitação técnica de extrativistas para a participação na governança e na conservação da biodiversidade (Cunha, Loureiro, 2012; Ribeiro *et al*, 2020; Aguiar, 2018; Bernard, Barbosa, Carvalho, 2011; Bumpus, Pascoe, 2019); e sobre (2.2) o empoderamento de

subgrupos seringueiros e extrativistas (Silva, Silva, Yamada, 2019; Duchehe *et al*, 2014; Gomes, Vadjunec, Perzs, 2012).

O primeiro destaque trata da epistemologia e capacidade técnica de extrativistas (2.1). Desde as primeiras implementações, o Projeto RESEX teve um papel importante na consolidação da pedagogia: “foram 672 eventos de capacitação, em cim anos, em que eram tratados assuntos relacionados, desde organização comunitária à melhoria do extrativismo” (Cunha, Loureiro, 2012, p. 57). Foi um importante início para o ensino da disposição que os seringueiros deveriam ter quanto à noção de participação institucionalizada. Os espaços públicos para o fortalecimento dos seringueiros foram dinamizados para submetê-los a espaços de gestão participativa, vinculando as associações comunitárias e técnicos envolvidos às necessidades imediatas e locais, segundo as pautas deliberadas, em detrimento de uma visão coletiva.

A partir desse momento de educação pedagógica do Estado, os sentidos da participação seringueira nas RESEX foi sendo desviada segundo objetivos de conservação despolitizados. Um exemplo disso pode ser o uso de ferramentas SIG junto aos residentes de RESEX com o objetivo levantar dados de forma barata, utilizando-se do dever extrativista como cidadãos e residentes de suas áreas, frequentemente sucateadas pelas agências estatais, que não possuem recursos humanos suficientes. Os extrativistas são capacitados para interpretar e gerar dados georreferenciados, contribuindo para o debate em torno de aspectos florestais e socioeconômicos, necessários para o seu modelo de gestão (Bernard, Barbosa, Carvalho, 2011; Ribeiro *et al*, 2020; Bumpus, Pascoe, 2019). Esses projetos têm buscado se adaptar para considerar os gargalos de participação social nesse processo de capacitação para a gestão. Neste ponto, alguns exemplos são: garantir formalmente e antecipadamente o comprometimento de membros da comunidade, dado que possuem pouco tempo fora as suas atividades de subsistência; focar na capacitação de jovens ou identificar grupos motivados específicos; usar diferentes estratégias e ferramentas de comunicação, possivelmente, focando na influência social de mulheres; incorporar as atividades de capacitação à reuniões coletivas dos grupos, como assembléias e conferências (Ribeiro *et al*, 2020).

No caso, o empoderamento e capacitação de seringueiros para uso de tecnologias com o objetivo de gestão ambiental tem se focado nos processos de transparência e geração de dados. Por outro lado, isso é feito em detrimento da Consulta Livre, Prévia e Informada (CLPI), prevista na OIT 169 como direito internacional de povos e comunidades tradicionais. Isso significa, que além da necessidade de se capacitar extrativistas tendo em vista o processo e os

seus objetivos finais, é necessário entender quais são as oportunidades que a tecnologia usada pode trazer em relação aos direitos básicos e para a governança ambiental, entendendo as diferenças correlações de poder entre os sujeitos (Bumpus, Pascoe, 2019).

Se as tecnologias devem estar orientadas sobretudo por demandas sociais, em vez de apenas pelo interesse privado, estão em confronto a visão de *especialistas do establishment* e aqueles pautados por visões contra-hegemônicas, se posicionando como críticos da neutralidade da ciência. Essa corrente pode ser indicada como *ciência cidadã de contraespecialistas* (Aguiar, 2018). Isto é, partindo do interesse público da ciência, os indivíduos são postos como agentes participativos e de pesquisa, que devem se empenhar pelo bem-estar coletivo, de forma individual e independente, desafiados pelo debate social e político a esclarecer questões ocultas, com base científica. O *cientista contraespecialista* surge então como aquele que se contrapõe ao “tecnocrata intelectual”, não sendo um privilégio do intelectual ou do cientista treinado, mas sim, um dever cívico de legitimar o conhecimento prático, social e tradicional na esfera acadêmica (Aguiar, 2018).

Essa questão nos faz retornar à importância de metodologias que se comprometem com os grupos pesquisados desde o início, como são o *action research* e a ASPF. Não à toa, as duas podem indicar que a construção inicial da pesquisa seja feita junto às comunidades, no desenvolvimento de perguntas e indicadores de forma conjunta; e conduzindo o trabalho para que sejam fortalecidas as capacidades de projetos comunitários e habilidades já existentes (Vadjunec *et al*, 2022).

Quanto ao empoderamento de subgrupos de seringueiros (2.2), os trabalhos se referem aos jovens e às mulheres. Se tratando da juventude extrativista, a reprodução social da identidade das comunidades tradicionais envolvidas com a gestão ambiental é primordial. Na RESEX Chico Mendes foi realizado um estudo de percepções com jovens, apresentando dados preocupantes, como o desejo de migrar para a cidade ou a não identificação como seringueiros, “vê-se a dissolução da identidade extrativista” (Silva, Silva, Yamada, p. 258). Resume-se que as condições econômicas e materiais dificultam a ideia positiva da juventude extrativista, no geral, o que contribui para a sua desilusão em propor alternativas para o desenvolvimento de projetos de vida extrativistas na RESEX Chico Mendes.

Do **grupo de estudos da Políticas Públicas**, se distribuiu entre os níveis da seguinte forma: 10 na RESEX Chico Mendes, 1 sobre RESEX no Acre, 2 no Acre, 4 no MAP e 15 na Amazônia – sendo cinco deles voltados para a discussão em RESEX. Esse grupo apresentou a maior parte dos efeitos de RESEX, não a partir de participação social na governança mas como

área de conservação da natureza a partir da preocupação com desastres ambientais (Carmenta et al, 2016; Spínola, 2020; Silva et al, 2021), principalmente incêndios; com elementos da política ambiental, como trocas de governo e descontinuidades (Menezes, 2021; Pokorny et al, 2021), impactos da infraestrutura sobre os efeitos da conservação (Perz et al, 2013; Milien et al, 2021), pecuária (Kroger, 2020) indicadores de desmatamento e biodiversidade (Porter-Bolland et al, 2012; Mascarenhas, Brown, Silva, 2018); pela análise de serviços ambientais – Pagamentos por Serviços Ambientais e REDD+ (Duchelle et al, 2014; Pokorny, 2012), Mercado de Carbono (Walker et al, 2020) – e conformação de preços (Da Silva, 2017).

Apesar de identificarmos diversos procedimentos participativos em diferentes sequências, não foram identificadas metodologias de empowerment que pudessem contribuir com resultados mais eficientes e adequados. Como observado por Saito (2001), é importante que a pesquisa e a participação sejam orientadas pela inserção do questionamento epistemológico, dialético e político para que seja considerada uma etapa de empowerment.

No geral da RSL, foi possível verificar que quanto à governança extrativista pouco foi feito no sentido de empowerment da participação. Entretanto, foi possível diferenciar as organizações formais do movimento social ao qual fazem parte. Quanto a isso, podemos afirmar que existe grande diferença entre considerar ações de empowerment realizadas com lideranças e os impactos que essas ações realmente refletem no coletivo. São necessários procedimentos, muitos dos quais foram sugeridos na literatura identificada da RSL, para que se reúnam grupos maiores e se promovam trabalhos coletivos baseados na dialética-problematizadora para que o ações de pesquisa baseadas no empowerment sejam mais realistas e perceptíveis. Há, contudo, sinais de empowerment na sua trajetória.

NINGUÉM ALÉM DE NÓS MESMOS – ATORES E PAPÉIS NO *EMPOWERMENT*

A tabela 8 está baseada na análise da trajetória extrativista no Acre segundo os seus objetivos de estabelecerem mecanismos de governança e de participação social a partir de suas identidades coletivas. Partimos de uma complementação do logrado em Toni (2004), que indicou os seus principais avanços institucionais, utilizando além do identificado na trajetória, a experiência do principal autor desta dissertação e buscas em sites de busca na internet relacionadas aos principais atores engajados com a governança ambiental.

Isso resultou na identificação de organizações e marcos institucionais de seu *empowerment*. No caso das organizações, consideramos as que possuem atuação direta dos

sujeitos desta pesquisa como partes responsáveis ou principais gestores para que isso se reflita na sua ação de forma mais autônoma na promoção do *empowerment* seringueiro.

Tabela 9 – Principais avanços institucionais e organizações extrativistas/ou induzidas

Instituições Extrativistas de <i>empowerment</i>
Criação do Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT)
Criação de Reservas Extrativistas (RESEX)
Criação de Associações de moradores da RESEX Chico Mendes
Criação do Plano de Manejo da RESEX Chico Mendes (PM)
Organizações de protagonismo extrativista
Comitê Chico Mendes (CCM)
Memorial Chico Mendes (MCM)
Revista Xapuri
Instituto de Estudos Amazônicos (IEA)

Fonte: Baseado em Toni (2004), adaptado pelo autor

Destacamos os papéis das instituições, levando em consideração seus contextos de formação, seus princípios e objetivos declarados. Ao realizar essa tarefa, buscamos identificar sinais e ações de um *empowerment*, ou seja, aqueles que assumem um caráter transformador e promovem o fortalecimento político das comunidades de forma emancipatória. Ao longo da construção deste trabalho, foi possível identificar diferentes atores a partir do desencadeamento dos seus achados, elaboramos uma discussão sobre os papéis de atores que envolvem participação extrativista.

No caso do processo comunicativo da sociedade civil, o debate anterior já o adianta, é valioso capacitar os segmentos envolvidos em uma instituição ou organização. Então, relaciona-se o conhecimento instrumental e o processo de percepção. Em outras palavras, é essencial que todos compreendam o conhecimento científico e técnico, para utilizá-los segundo seus interesses políticos e sociais. O que não significa apenas a transmissão de uma habilidade técnica, mas a construção técnica por elementos relatáveis no entendimento e expressão de atores, experienciados nas IPs ou fora delas (Habermas, 2003; Wampler, 2011b).

Desse modo, é importante compreender dinâmicas de *empowerment* que estejam contribuindo para a consolidação da epistemologia extrativista, em organizações internas e externas à governança, conforme o indicado na tabela 11.

Tabela 11 – Papéis das organizações extrativistas de *empowerment*

Organização	MCM	CCM	Xapuri Socioambiental	IEA
Papéis	Assessoria Técnica ao movimento social; Reivindicador coletivo de recursos financeiros;	Assessoria Técnica ao movimento social; Reivindicador coletivo de políticas públicas; Juventude extrativista;	Apoio político; Papel comunicativo	Apoio político; Apoio técnico-científico; Reivindicador de políticas públicas;
Protagonismo seringueiro extrativista	Sim	Sim	Não	Não

Fonte: Elaborado pelo autor

O Comitê Chico Mendes (CCM) foi criado na mesma noite do assassinato de Chico Mendes por organizações e indivíduos próximos à luta do líder seringueiro, em 15 de dezembro de 1988. A sua razão de existir e objetivo inicial foi representar seus membros e o movimento dos seringueiros do Acre na demanda por justiça pelo crime ocorrido. Desde então, o CCM atua “promovendo a conservação da floresta, a proteção dos direitos dos povos da floresta e a promoção do desenvolvimento sustentável na região amazônica”, tendo como atores protagonistas as juventudes da RESEX Chico Mendes. A sua Presidente Executiva é Ângela Mendes, filha de Chico Mendes, enquanto Mary Allegretti participa do Conselho Deliberativo⁴⁸.

Quanto aos protagonistas, identificou-se a participação de 40 jovens em um projeto de monitoramento comunitário com objetivo de coletar informações para o fortalecimento da gestão e governança de recursos florestais. O Projeto Sinal Verde⁴⁹ alinha o uso da tecnologia à capacitação dos jovens locais por meio do monitoramento participativo das políticas públicas implementadas. Os participantes utilizam formulários eletrônicos para coletar dados socioeconômicos e ambientais de 50 seringais diferentes, e enfrentam limitações devido o acesso à energia no interior da floresta e a falta de integração com dados de instituições

⁴⁸ Disponibilizado em <https://www.comitechicomendes.org/sobre>. Acesso em 24 de fev. de 2024.

⁴⁹ “Enquanto isso, os órgãos governamentais dão importância ao monitoramento de estoques de carbono, indicadores de degradação florestal e indicadores de desmatamento”. Disponibilizado em <https://oeco.org.br/reportagens/29243-jovens-da-resex-chico-mendes-monitoram-a-floresta>. Acesso em 24 de fev de 2024.

governamentais atreladas à sua governança, os quais não estão disponíveis para consulta pública. Ainda assim, a comunidade utiliza o sistema informacional para monitorar dados como a presença de plantas medicinais, produtos florestais madeireiros e não-madeireiros, de governança e sobre o planejamento de uso da terra. (Sabogal, D. et al, 2015).

É interessante retomarmos a definição de instituições, cujas dinâmicas próprias e de atores locais se influenciam mutuamente. Essas conquistas institucionais moldam uma nova conjuntura das comunidades tradicionais envolvidas ao deslocá-la de suas características de processos culturais “naturais”. Como de costume, novas interações e dinâmicas surgem, assim como adaptações a ela, sendo que a transformação é consequência dessa nova conjuntura. Quanto à juventude, a que governança ambiental extrativista necessita garantir condições mínimas das necessidades percebidas por jovens (lazer, educação, transporte, valorização cultural, etc); da geração de renda através do extrativismo ou outras fontes de renda sustentáveis (turismo, agroindústrias, etc); e que atores locais e instituições considerem a ação coletiva a partir das expectativas de jovens residentes⁵⁰ (Silva, 2017).

Isso é fundamental pois a sucessão da identidade seringueira e o surgimento de novas lideranças desse movimento social particular tendem a não ser tão automáticos. Essa constatação é crítica e urgente, tendo em vista que os fundamentos socioambientais compatíveis com a governança dessa Reserva Extrativista pode sofrer mudanças drásticas, como o alto êxodo rural, o abandono das práticas agroextrativistas ou até o enfraquecimento das lideranças locais. Por esse motivo, o Comitê Chico Mendes é considerado um dos principais marcos, atuando de forma a assistir o movimento social seringueiro técnica e politicamente, se aproximando de suas lutas históricas e de seus interesses de classe⁵¹.

Como resultados desse projeto, o seu relatório final indicou a importância de se estudar indicadores de bem-estar social e desenvolvimento econômico, pois eles demonstram a eficiência das ações que buscam aprimorar os meios de vida extrativistas e os seus direitos básicos. Isso se verifica no caso da água, onde verificou-se que são necessárias ações de capacitação e educação relacionadas aos riscos e técnicas de tratamento para uso doméstico de recursos hídricos. Dentre os municípios sistematizados, o município de Sena Madureira obteve os piores resultados de saneamento. Esse município é o segundo em população urbana dentre os municípios da RESEX – aproximadamente de 55% de sua população total sendo urbana –,

⁵⁰ Para verificar reflexos do esforço da juventude na governança ambiental extrativista, ver <https://www.wwf.org.br/?81388/Jovens-se-mobilizam-contra-ataques-a-RESEX-Chico-Mendes-simbolo-da-luta-ambientalista>. Acesso em 25/02/2024.

⁵¹Disponibilizado em <https://www.comitechicomendes.org/portal487/why-deserts-matter-too-maymt-ecnr4?rq=jovens>. Acesso em 25 fev 2024.

e com cerca de apenas 4% da área do município estando inserida na RESEX Chico Mendes (IBGE, 2017). Esses dados demonstram a conciliação dos papéis sociais e ambientais pela necessidade de se conformar uma nova institucionalidade, ou seja, novas formas de governança.

Perceber a água a partir das relações sociais, e mais, atribuí-la tais características contribui para melhorar a estratégia de gestão – a serviço de exemplo, pode-se torná-la propriedade coletiva e deslocar seu idealismo de comoditização para uma agenda política extrativista⁵², como é feito com *commons* (Bakker, 2007).

O Memorial Chico Mendes é uma organização criada em 1996 pelo CNS. A sua natureza comunicativa pode ser verificada pelos seus objetivos: divulgar, em nível nacional e internacional, as ideias e lutas sociais de comunidades agroextrativistas brasileiras; assessorar tecnicamente o movimento social extrativista a partir de suas organizações, da execução de projetos locais e na influência sobre políticas públicas regionais e nacionais⁵³. Além disso, essa organização é responsável por apoiar a realização dos “Congressos Nacionais das Populações Extrativistas”, onde são sintetizadas as ideias que coordenarão a sua ação coletiva a partir de deliberações das lideranças em pautas pré-definidas⁵⁴. Esses aspectos demonstram a busca da organização em promover as práticas coletivas dos atores, promovendo a participação na definição de estratégias e na tomada de decisões que, por sua vez, possivelmente impactam as ações individuais de cada liderança em espaços públicos de governança ambiental.

O presidente do Memorial, Antônio Adevaldo Dias⁵⁵, atua pelos objetivos dessa organização. Além disso, ele assessora a Associação de Produtores Rurais de Carauari (Asproc)⁵⁶, organização extrativista reconhecida pelo manejo tradicional comunitário do pirarucu. A análise de seu posicionamento, onde articula termos como sociobiodiversidade, comercialização legal e renda justa, evidencia uma abordagem crítica e questionadora dos termos, reformulando-os segundo um posicionamento favorável à sua classe como uma forma de combater a apropriação técnica pelos atores de mercado.

⁵²Karen Bakker (2007) argumenta que analisar a água quanto suas características common e de bem público imperfeito, considerando estratégias e consequências da interferência privada na gestão, é primordial para oferecer soluções que ofereçam uma boa governança e gestão desse recurso.

⁵³O MCM foi registrado juridicamente em 1997. Para saber mais, ver https://www.memorialchicomendes.org/?page_id=30. Acesso em 25 fev 2024.

⁵⁴Sobre os congressos e projetos, ver <https://www.memorialchicomendes.org/?p=3649> e https://www.memorialchicomendes.org/?page_id=208. Acesso em 25 dev 2024.

⁵⁵Bibliografia disponível em <https://xapuri.info/antonio-adevaldo-dias-da-costa-presidente-do-memorial-chico-mendes/>. Acesso em 25/02/2024.

⁵⁶ Site da organização disponível em <https://asproc.org.br/>. Acesso em 25 fev. 2024.

Em relação a isso, a Asproc participa do Observatório das Economias da Sociobiodiversidade (Osociobio) juntamente com outras organizações e instituições consideradas dentre os avanços destacados, como o próprio MCM e o CNS, além de outras como a Rede de Povos e Comunidades Tradicionais (Rede PCT), e outras organizações do terceiro setor, como o Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), o Instituto Socioambiental (ISA). Neste espaço de incidência e organização política, os extrativistas podem dialogar com a sua rede de apoiadores e engajar suas demandas. É o caso da carta elaborada durante a realização da “Semana da Sociobiodiversidade”, que estabelece diversas reivindicações em sete eixos diferentes, o primeiro deles relativo a gestão e governança territorial⁵⁷. Nesse mesmo evento, foi planejado e formalizado a criação do Coletivo da Borracha Nativa da Amazônia, após reuniões deliberativas setoriais entre extrativistas, atores governamentais e outras organizações civis⁵⁸. Portanto, ainda que não esteja classificados como avanços organizacionais, o Osociobio é uma organização importante ao possibilitar a participação de representantes dos coletivos locais na orientação de acordos coletivos, influenciando as regras para que elas possam estar acordadas a partir da escala local do problema, e fortalecendo o reconhecimento das regras da comunidade pelas autoridades externas. Ao compararmos a definição de produtos da sociobiodiversidade podemos verificar a busca pelo empowerment de extrativistas:

“Produtos da sociobiodiversidade – bens e serviços gerados a partir de recursos da biodiversidade, destinados à formação de cadeias produtivas de interesse dos beneficiários da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que promovam a manutenção e valorização de suas práticas e saberes, e assegurem os direitos decorrentes, para gerar renda e melhorar sua qualidade de vida e de seu ambiente” (PNAPO, Art. 2º, Inciso I, 2012);

Vejamos o estabelecido na Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica⁵⁹ (PNAPO, 2012) e o indicado pelos próprios extrativistas engajados com o conceito em questão. A sua diferença reside no reconhecimento por parte dos extrativistas de uma “ampla gama de atividades, setores e produtos” que estão baseados no conhecimento tradicional sobre a biodiversidade.

“A sociobiodiversidade é a coexistência e inter-relação entre a biodiversidade e a pluralidade de sistemas socioculturais que considera os povos, os territórios, o conhecimento tradicional e os

⁵⁷Disponível em <https://www.memorialchicomendes.org/?p=3571>. Acesso em 25 fev.2024.

⁵⁸Disponível em <https://institutojurua.org.br/semana-da-sociobiodiversidade-um-encontro-historico-em-brasilia/>. Acesso em 25 fev. 2024.

⁵⁹Decreto nº 7.794 de 2012. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2012/decreto-7794-20-agosto-2012-774041-publicacaooriginal-137421-pe.html>. Acesso em 25 fev. 2024.

modos de vida como aspectos centrais para o desenvolvimento sustentável de regiões, estados, biomas e países”. (MCM, 2023)

Nesse ponto, podemos sugerir que há uma fragmentação na sistematização de informações produtivas e sua institucionalização segundo os indivíduos e seus territórios. Isso é verificável quando relembramos que a região é a de maior biodiversidade do mundo, bem como a maior concentração de saberes tradicionais aliados à ela, sugerido a partir da densidade de populações tradicionais da região. Para fins de exemplo, podemos contextualizar a Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio⁶⁰). Ela surgiu para permitir a subvenção econômica aos produtos de origem extrativista, buscando dar segurança financeira e fortalecendo essa categoria perante aos conhecidos e grandes subsídios dados aos produtos agropecuários – e suas técnicas atreladas ao uso de agrotóxicos, pesticidas e forte tecnicismo por meio da agronomia e da modificação artificial da genética da biodiversidade –⁶¹.

Além disso, verifica-se a importância de institucionalizar o acesso fundiário como ferramenta para a organização da ação coletiva local e da governança envolvida. Isso indica também a necessidade de garantir a participação de extrativistas na gestão de suas unidades e a garantia de sua participação livre e informada⁶². Convém olhar os dados do Desafio Conexsus⁶³, de 2021, que visou mapear e qualificar os negócios comunitários baseados na sociobiodiversidade. Das 1.041 organizações mapeadas, 767 indicaram pertencer a categoria extrativistas, 387 estão localizadas no bioma Amazônia. Além disso, a maioria não possui funcionários, o que evidencia a relação comunitária e de autogovernança das organizações. Quando ao termo, 353 organizações identificaram realizar o manejo da sociobiodiversidade. Do total mapeado, 63 indicaram pertencer a territórios de Reservas Extrativistas. Comparando portanto as associações indicadas pela categoria extrativista com os pertencentes a territórios demarcados para a categoria, é possível apontar a necessidade de regularização fundiária como obstáculo à consolidação de suas governanças ambientais.

⁶⁰ Estabelecida por Portaria Interministerial entre MDA, MMA e MDS, nº239, de 22 de julho de 2009. Disponível em <https://www.ibama.gov.br/sophia/cnia/legislacao/MMA/PT0239-210709.PDF>. Acesso em 25 fev 2024.

⁶¹ Apesar de sua importância fundamental para a atividade extrativista, ela institucionaliza apenas dezessete recursos naturais segundo o seu papel na conservação dos biomas brasileiros, são eles: açaí, andiroba, babaçu, baru, borracha extrativa, buriti, cacau extrativo, castanha-do-brasil, juçara, macaúba, mangaba, murumuru, pequi, piaçava, pinhão, pirarucu de manejo e umbu.

⁶² Considerando o estabelecido em OIT 169 sobre os protocolos de consulta livre, prévia e informada, em obras de infraestrutura que causam impactos negativos na biodiversidade manejada nas atividades extrativistas.

⁶³ Disponível em <https://www.conexsus.org/validacao/wp-content/uploads/2020/05/relatoriodesafioconexsus18-19.pdf>. Acesso em 25 fev 2024.

A Revista Xapuri é uma editora criada em 2013, em Xapuri, durante as atividades do “Encontro Chico Mendes: 25 anos da morte do Chico”, organizado pelo CNS. Ela contou com o apoio de atores reconhecidos pelo apoio político ao movimento seringueiro na esfera pública, como Jorge Viana, Tião Viana, Jacques Pena, e Carlos Minc. Em seu conselho editorial participam lideranças e parceiros como Ângela Mendes e Ailton Krenak. Parcialmente similar ao MCM, essa organização está voltada para a comunicação socioambiental de forma a fortalecer a agenda política das lutas sociais extrativistas⁶⁴, contextualizando a relação entre o indivíduo e a sociedade, e buscando a sua transformação.

Uma editora surgida da luta de comunidades tradicionais representa um papel importante na disseminação do conhecimento, histórias das lideranças e da cultura. Isso pode ser verificado no site da Xapuri Socioambiental, que retrata a história dos presidentes do CNS desde sua criação. Por meio de notícias e artigos de jornal, identificamos contextos importantes relacionados à governança ambiental extrativista e às lideranças, como é o caso da articulação para a criação de mais RESEX em todas as regiões da Amazônia, em 1990, do então presidente do CNS, Juarez Leitão⁶⁵. O atual presidente do CNS, Júlio Barbosa, nascido na RESEX Chico Mendes e segundo presidente acreano da instituição, também é retratado. Ele foi prefeito de Xapuri, eleito pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Antes disso, participou de todos os momentos da resistência seringueira à opressão durante a ditadura militar, por meio de comunidades eclesiais locais de base católica. A sua proximidade com o movimento pode ser retratada, além de todo seu longo histórico de luta social extrativista, pelo fato de que fundou o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri junto a Chico Mendes, seu padrinho de casamento⁶⁶.

O Instituto de Estudos Amazônicos (IEA) foi fundado em 1986 para apoiar o CNS no desenvolvimento e implementação de Reservas Extrativistas. Essa organização contempla pesquisadores parceiros do movimento social dos seringueiros, que almejavam o sucedido conceito jurídico-institucional inovador. Fazem parte da diretoria Mary Allegretti, presidente, Júlio Barbosa, Diretor de Articulação Comunitária, e Antônio Adevaldo Dias, Vice-Diretor de Articulação Comunitária. Além de sua função técnica e científica, que após esse momento inicial parece subsidiar projetos na RESEX Chico Mendes, essa organização tem representado os interesses locais, inclusive em ações civis públicas, como é o caso da ação de número

⁶⁴ Disponível em <https://xapuri.info/boas-vindas/>. Acesso em 25 fev 2024.

⁶⁵ Disponível em <https://xapuri.info/manoel-cunha-presidente-do-cns-2005-2009-2009-2012/>. Acesso em 25 fev 2024.

⁶⁶ Disponível em <https://xapuri.info/julio-barbosa-de-aquino-presidente-do-cns>. Acesso em 25 fev. 2024.

1012197-54.2023.4.01.3000, que pede indenização por dano ambiental ao ICMBio, de 2022 (IEA, 2022).

Das instituições extrativistas

O CNPCT E SUA GOVERNANÇA AMBIENTAL EXTRATIVISTA

O CNPCT é uma instituição criada em 2004⁶⁷, com caráter deliberativo e consultivo, e, inicialmente, para trabalhar com as populações tradicionais, descentralizando as instâncias decisórias relativas ao controle da pesca dentro do IBAMA. Em conjunto com associações de moradores da RESEX Chico Mendes, foi representante dessa classe na administração da Reserva. Sua atuação se deu principalmente no final do processo de consolidação da governança ambiental dessa unidade, elaborando tecnicamente o Plano de Manejo junto aos moradores da área e revisando a proposta para o Plano de Utilização da RESEX Chico Mendes. Era presidida pelo MDS e MMA. Como resultado direto de suas atividades, foi elaborada a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT)⁶⁸. O CNPCT ainda influenciou a criação de instâncias que buscam propor e monitorar ações voltadas ao alcance dos objetivos específicos dessa política pública, como documentos ambientais (planos) e étnicos elaborados com a participação equitativa dos representantes de órgãos governamentais e dos atores sociais envolvidos; e os fóruns regionais e locais, que são esferas deliberativas que devem ser compatíveis com os territórios e objetivos da política, cuja finalidade é elaborar e acompanhar a implementação dos planos.

Essa política possui princípios que objetivam a ampliação e emancipação da participação política dos referidos atores, tanto na PNPCT quanto em outras instâncias de controle social. Os incisos II, III, IV, VIII, XII e XIV se referem ao que identificamos aqui como práticas de empowerment, ao reconhecerem a necessidade de uma crítica emancipatória e posicionamento político pelo respeito e consolidação de suas lutas sociais. Podemos verificar os mencionados incisos dessa Política (2007) a seguir:

- I. O reconhecimento, a valorização e o respeito à diversidade socioambiental e cultural dos povos e comunidades tradicionais, levando-se em conta, dentre outros aspectos, os recortes etnia, raça, gênero, idade, religiosidade, ancestralidade, orientação sexual e atividades laborais, entre outros, bem como

67

⁶⁸Decreto n° 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Disponível em https://planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em 25 fev. 2024.

- a relação desses em cada comunidade ou povo, de modo a não desrespeitar, subsumir ou negligenciar as diferenças dos mesmos grupos, comunidades ou povos ou, ainda, instaurar ou reforçar qualquer relação de desigualdade;
- II. A visibilidade dos povos e comunidades tradicionais deve se expressar por meio do pleno e efetivo exercício da cidadania;
 - III. A segurança alimentar e nutricional como direito dos povos e comunidades tradicionais ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis;
 - IV. O acesso em linguagem acessível à informação e ao conhecimento dos documentos produzidos e utilizados no âmbito da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais;
 - V. O desenvolvimento sustentável como promoção da melhoria da qualidade de vida dos povos e comunidades tradicionais nas gerações atuais, garantindo as mesmas possibilidades para as gerações futuras e respeitando os seus modos de vida e as suas tradições;
 - VI. A pluralidade socioambiental, econômica e cultural das comunidades e dos povos tradicionais que interagem nos diferentes biomas e ecossistemas, sejam em áreas rurais ou urbanas;
 - VII. A promoção da descentralização e transversalidade das ações e da ampla participação da sociedade civil na elaboração, monitoramento e execução desta Política a ser implementada pelas instâncias governamentais;
 - VIII. O reconhecimento e a consolidação dos direitos dos povos e comunidades tradicionais;
 - IX. A articulação com as demais políticas públicas relacionadas aos direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais nas diferentes esferas de governo;
 - X. A promoção dos meios necessários para a efetiva participação dos Povos e Comunidades Tradicionais nas instâncias de controle social e nos processos decisórios relacionados aos seus direitos e interesses;
 - XI. A articulação e integração com o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional;

- XII. A contribuição para a formação de uma sensibilização coletiva por parte dos órgãos públicos sobre a importância dos direitos humanos, econômicos, sociais, culturais, ambientais e do controle social para a garantia dos direitos dos povos e comunidades tradicionais;
- XIII. A erradicação de todas as formas de discriminação, incluindo o combate à intolerância religiosa; e
- XIV. A preservação dos direitos culturais, o exercício de práticas comunitárias, a memória cultural e a identidade racial e étnica.

Principalmente, a criação do CNPCT, originalmente denominado Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, se refere ao *empowerment* pelo fortalecimento organizacional e acompanhou a tendência na organização do campesinato da Amazônia, ou seja, das RESEX. Voltando-se inicialmente para as prerrogativas da pesca artesanal de extrativistas, desde então várias experiências de Acordos de Pesca foram pactuados por comunidades tradicionais pesqueiras, com a finalidade de regulamentar e monitorar a prática, segundo as particularidades locais, assim como foram os PM (Almeida, Rezende, 2012). Esses acordos são exemplo da governança local, e sua integração ao marco institucional do manejo dos recursos naturais demonstra o potencial da criação de espaços de governança locais a fim de atuar com autonomia face às diretorias de unidades de conservação, com acesso imediato ao Presidente do órgão responsável, e atuando em comunicação com o CNS⁶⁹.

A sua extinção em 2012 demonstra a influência do contexto político à época do *impeachment* da então presidente Dilma Rousseff, e o projeto político neoliberal que ganhara força então, destinando a cogestão federal das Reservas Extrativistas às diretorias técnicas governamentais, a um só tempo, desapareceu gestores públicos engajados com políticas especiais para esses territórios e a participação extrativista neste espaço. O fato é que a governança ambiental da RESEX neste período careceu de legitimidade das autoridades locais e das instituições que coordenam o processo político (Almeida, Rezende, 2012).

Além disso, a institucionalização do CNPCT também se refere à autodenominação “populações tradicionais” e “comunidades tradicionais”, o que se iniciou em 1988 com a

⁶⁹ Atualmente o conselho possui representantes da sociedade civil designados por eleição, contemplando outras categorias de populações locais atreladas às suas culturas e modos de vida. Esse fato demonstra a ampliação do termo institucionalizado pelo CNPCT, e a busca pela representatividade de outros sujeitos, majoritariamente ligados a atividades de base agroextrativista e à governança ambiental, o que pode ser verificado nas 29 categorias listadas. As regras do processo eleitoral e as categorias contempladas podem ser verificadas em <https://www.in.gov.br/web/dou/-/edital-498575511>. Acesso em 25 fev 2024.

Constituição Federal, especialmente a partir dos direitos indígenas. Por ter se restringido sua ação aos indivíduos extrativistas, observamos o seu papel na politização desse termo a partir da trajetória seringueira. Os instrumentos de fortalecimento da identidade tradicional instituídos por ele geram possibilidades de *empowerment*. Ainda resta, contudo, a necessidade de embate neste espaço, pois esse processo de empoderamento tem sido descaracterizado de seus direitos institucionais (Thum, 2017).

Essa conquista do movimento social extrativista foi significativa por ampliar a governança ambiental a partir do precedente extrativista, que abarca além da identidade seringueira outras identidades que também demandam o estabelecimento de unidades de conservação de uso sustentável e os marcos institucionais que se seguirá ao decreto de criação desses territórios. Também demonstra a ampliação da participação social extrativista e seu engajamento nos processos políticos e de negociação com órgãos governamentais, resultado da ação direta na criação de mecanismos de governança ambiental. Podemos supor que essa ação depende da qualidade das lideranças dos movimentos e dos dirigentes e técnicos dos órgãos ambientais. Portanto, essa instituição permite a tomada de decisão coletiva de forma autêntica à ação social, o que lhe assegura um caráter emancipatório ao dar poder para uma maior capacitação da vivência participativa aliada a busca de um poder político e uma concomitante elevação cultural.

CAPÍTULO 4 – CONCLUSÃO

Foi demonstrado como a discussão acerca da trajetória seringueira é a base para a compreensão de aspectos essenciais para analisar a participação social de extrativistas, principalmente, em RESEX. Como observado por Tatagiba (2011), os conselhos deliberativos reúnem indivíduos e promovem a inclusão de importantes identidades na governança ambiental extrativista, aproximando o discurso técnico com camadas populares e trocando informações. Essa base é encontrada no princípio que justifica a criação desta categoria de UC.

Contudo, ao longo da trajetória da RESEX Chico Mendes verificou-se deslocamentos de sentidos de tais fundamentos, limitando o poder de influência de comunidades tradicionais extrativistas nos processos decisórios da governança ambiental, não somente desta RESEX, como de outros territórios dessa natureza. A discussão por meio da integração dos conceitos de *empowerment*, governança e participação revelou a necessidade de se questionar esse processo, bem como a percepção quanto a estes conceitos. Dessa forma, foi possível reorientar o olhar para aspectos não institucionais da governança, entendendo que o processo de *empowerment* de seringueiros extrativistas do Acre não se limita a este espaço e seu arranjo institucional.

Ao contrário, existem diferentes associações entre atores sociais e suas funções em espaços participativos, sendo elas institucionais e não institucionais. Este trabalho parte do pressuposto de que se há maior inserção política dos sujeitos e a realização de seus papéis de forma autônoma e coletiva, desencadeados mediante um conhecimento instrumental próprio, que é acima de tudo crítico, cada vez mais os sujeitos estarão qualificados no sentido de *empowerment*.

Isso pode ser verificado pela sua trajetória tanto quanto pela análise de espaços deliberativos e organizações externas (Wampler, 2011a). Quanto ao aspecto técnico do *empowerment*, verifica-se que tanto os conselhos quanto a pesquisa contribuem pouco com isso. Raras exceções se tratam de reflexões acerca de metodologias participativas de *action research*, as quais dão orientações para este trabalho, particularmente, voltando-se para o território da RESEX Chico Mendes. Contudo, a análise da RSL identificou um grau baixo de contribuição metodológica de pesquisa neste sentido.

Os dados colhidos na RSL demonstram que as RESEX garantem bons resultados ao empoderamento político das comunidades residentes. Essa afirmação se baseia na contribuição socioambiental averiguada de efeitos de RESEX na redução do desmatamento e no assentamento de populações extrativistas, algo que julgamos ser um aspecto suficiente para

justificar a sua criação uma vez que garante ao menos a segurança jurídica para a continuidade de seus modos de vida em sinergias com seus territórios.

Ainda assim, deve-se fortalecer as ações de *empowerment* previstas em documentos institucionais da RESEX Chico Mendes, principalmente, tratando-se de ações pedagógicas. Isso também foi identificado em projetos realizados neste território, muitos dos quais enfrentam dificuldades em lidar com dicotomias da identidade seringueira e extrativista. Outros trabalhos se destacaram por discutir a necessidade de *empowerment* por meio de processos interativos entre executores de projetos, pesquisadores, técnicos e comunidades locais. Nesse sentido, eles são uma importante fonte, principalmente, para futuros interessados em realizar atividades no território.

No geral, a RSL indica que a maioria dos trabalhos que tratam de governança e participação social na RESEX Chico Mendes trataram de aspectos gerais, sem muito destaque ao fortalecimento organizacional pela autonomia e problematização de sua realidade, e sem dar importância ao contínuo desenvolvimento de saberes tradicionais e normas coletivas atreladas ao território.

Há trabalhos que demonstram, entretanto, a falta de coerência do posicionamento do Estado perante a governança ambiental extrativista, sugerindo os aspectos benéficos e desafios para tanto. Dada as limitações do trabalho neste ponto, não podemos avançar nesta discussão para além disso. As lacunas relacionadas à análise do *empowerment* participação por dados secundários são claras, uma vez que se fala de participação sem de fato realizá-la.

Ademais, a capacitação técnica dos sujeitos, fortalecimento epistemológico e coletivo dos sujeitos desta pesquisa foi mais evidente nas relações com outros atores sociais, exteriores à governança que envolve a RESEX, pelo menos aqueles não envolvidos diretamente. Atribuí-los às oportunidades de diálogo e promover a sua influência junto a outras instituições que participam de espaços de decisão pode ser uma proposta para fortalecer o empoderamento de todos os sujeitos envolvidos. Particularmente, pode criar oportunidades ao *empowerment* na região da RESEX Chico Mendes.

Desta forma, à guisa de conclusão, retomamos a pergunta central desta pesquisa: quais são os *empowerments* da participação extrativista segundo a trajetória seringueira na consolidação da Reserva Extrativista Chico Mendes? Pode-se pontuar que o desenvolvimento da investigação encontrou que diferentes aspectos contribuem para o fortalecimento organizacional e epistemológico dos atores envolvidos. Em primeiro lugar, destaca-se a autodenominação do termo extrativismo e do papel das populações rurais tradicionais na

conservação, reformulando uma série de políticas públicas. Além disso, identificou-se ações promovidas com protagonismo seringueiro para o fortalecimento político do grupo, como a criação de organizações representativas, disputa de termos e conceitos, e projetos realizados na RESEX Chico Mendes. Por outro lado, o *empowerment* é um processo que não se finda com a conquista da categoria de Reservas Extrativista, visto que a governança envolvida passou por deslocamentos de sentidos da autonomia extrativista para a co-gestão. Isso denota um novo posicionamento do governo federal e dos próprios extrativistas frente à capacidade e relações de poder que estão sujeitos nesse arranjo. Além disso, a Revisão Sistemática de Literatura demonstrou ser uma metodologia complementar na análise da participação social, dado que foi capaz de subsidiar com uma série de informações quanto às metodologias utilizadas em pesquisas e em sugestões de *empowerment* destes grupos. Por fim, essa ferramenta revelou o necessário questionamento da integração de políticas públicas ambientais, pesquisa científica e *empowerment* de extrativistas perante a necessidade de se aprimorar mecanismos participativos.

ANEXO I

A conspiracy of silence: Subsistence hunting rights in the Brazilian Amazon	Antunes, A.P. <i>et al</i>	2019	Artigo	Inglês	Recusado
A critical political ecology of consensus: On "Teaching Both Sides" of climate change controversies	Colston, N.M. ; Vadjunec, J.M.	2015	Artigo	Inglês	Recusado
A organização e a produção agroindustrial extrativista na fronteira Brasil-Bolívia, na região sudoeste de Mato Grosso	Mendes, M. F., de Almeida Silva, M., da Silva Neves, S. M. A., Neves, R. J., & Junior, S. S.	2014	Artigo	Português	Recusado
A review of small farmer land use and deforestation in tropical forest frontiers: Implications for conservation and sustainable livelihoods	López-Carr, D.	2021	Artigo	Inglês	Recusado
A review: Integration of renewable energies in the sustainability of the electric distribution grid	Castro, A.O. ; Troncoso-Mendoza, S. ; Gallardo, R.P. ; Zamora-Musa, R.	2021	Review	Inglês	Recusado
Agribusiness and the neoliberal food system in Brazil: Frontiers and fissures of agro-neoliberalism	Ioris, A.A.R.	2017	Livro	Inglês	Recusado
Análise espacial das unidades de paisagem da reserva extrativista Marinha Mocapajuba, Zona Costeira do Nordeste Paraense	Vale, J.R.B.; Leite, T.V.S.; Silva, E.L.S.; et al.	2018	Artigo	Português	Recusado
Análise socioeconômica e esforço de pesca na captura do caranguejo-uçá – <i>Ucides cordatus</i> (Crustacea: Ucididae) – na Reserva Extrativista Maracanã – costa amazônica do Brasil	Freitas, Á. D. C., Furtado, I., Tavares, M. C. D. S., & Borcem, E. R.	2015	Artigo	Português	Recusado
Anuran species composition of Cancão municipal natural park, municipality of Serra do Navio, Amapá state, Brazil	Silva e Silva, Y.B. ; Costa-Campos, C.E.	2018	Artigo	Inglês	Recusado
Applicability of the 'recommendations for sustainable land use' method for Brazilian tropical soils	Gonçalves Matoso, S.C. ; Delaix Zaqueo, K. ; Lopes da Nóbrega, S.	2016	Artigo	Inglês	Recusado

Are Brazil nut populations threatened by fruit harvest?	Bertwell, T.D <i>et al</i>	2018	Artigo	Inglês	Recusado
Artificial persons against nature: Environmental governmentality, economic corporations, and ecological ethics	Northcott, M.S.	2012	Artigo	Inglês	Recusado
Assessing the Impacts of Population Growth and Roads on Forest Cover: A Temporal Approach to Reconstruct the Deforestation Process in District Kurram, Pakistan, since 1972	Hussain, K. ; Rahman, F. ; Ullah, I. ; Ahmad, Z. ; Schickhoff, U.	2022	Artigo	Inglês	Recusado
Bamboo, climate change and forest use: A critical combination for southwestern Amazonian forests?	Ferreira, E. ; Kalliola, R. ; Ruokolainen, K.	2020	Artigo	Inglês	Recusado
Beyond 'desirable' values: Expanding relational values research to reflect the diversity of human–nature relationships	Hoelle, J. ; Gould, R.K. ; Tauro, A.	2022	Artigo	Inglês	Recusado
Caracterização físico-química do resíduo agroindustrial dos frutos do bacurizeiro (<i>Platonia insignis</i> Mart.) com objetivo de produção de insumos para indústria de alimentos e química	Soares, A. G.	2010	Tese	Português	Recusado
Carbon Storage and Land-use in Extractive Reserves, Acre, Brazil	Brown, I.F. ; Nepstad, D.C. ; Pires, I.D.O. ; Luz, L.M. ; Alech;re, A.S.	1992	Artigo	Inglês	Recusado
Carta do editor	S., Nelson	2009	Capítulo de Livro	Português	Recusado
Chemical Characterization, Antioxidant Activity and Cytotoxicity of the Unconventional Food Plants: Sweet Potato (<i>Ipomoea batatas</i> (L.) Lam.) Leaf, Major Gomes (<i>Talinum paniculatum</i> (Jacq.) Gaertn.) and Caruru (<i>Amaranthus deflexus</i> L.)	Moura, I.O. <i>et al</i>	2021	Artigo	Inglês	Recusado
Chocolate in Mesoamerica: A cultural history of cacao	Studies, M.	2009	Livro	Inglês	Recusado

Community forest management from partnership in Brazilian Amazonia: The case of flona do Tapajós	Espada, A.L.V. ; Sobrinho, M.V. ; de Miranda Rocha, G. ; Vasconcellos, A.M.A.	2017	Artigo	Português	Recusado
Contextualizing the Politics of Knowledge: Physicians' Attitudes toward Medicinal Plants	Wayl;, C.	2003	Artigo	Inglês	Recusado
Control of contaminants in the in vitro establishment of Guadua latifolia	Avelino, J. R.; Raposo, A.; Silva, A. C. L.	2020	Artigo	Inglês	Recusado
Corporate Policies on Rights and Engagement of Communities: Alternatives and Advances	Bonina, N. ; Meiriño, M.J. ; Ribeiro, J.A.	2018	Capítulo de Livro	Inglês	Recusado
Crisis conservation and green extraction: biodiversity offsets as spaces of double exception	Billon, P.L.	2021	Artigo	Inglês	Recusado
Deforestation in South America's tri-national Paraná Atlantic Forest: Trends and associational factors	Mohebalian, P.M. ; Lopez, L.N. ; Tischner, A.B. ; Aguilar, F.X.	2022	Artigo	Inglês	Recusado
Diagnosing Wild Species Harvest: Resource Use and Conservation	Salo, M. ; Sirén, A. ; Kalliola, R.	2013	Livro	Inglês	Recusado
Diversifying Livelihood Systems, Strengthening Social Networks and Rewarding Environmental Stewardship Among Small-scale Producers in the Brazilian Amazon: Lessons from Proambiente	Bartels, W.-L. ; Schmink, M. ; Borges, E.A. ; Duarte, A.P. ; Dos Santos Arcos, H.D.S.	2010	Capítulo de Livro	Inglês	Recusado
Emergent socio-environmental development in Amazonia	Schmink, M.	2015	Capítulo de Livro	Inglês	Recusado
Environmental analysis and zoning for an urban park management purpose	Zanin, E.M. ; Dos Santos, J.E. ; Henke-Oliveira, C.	2005	Artigo	Inglês	Recusado
Estudo etnobotânico e etnofarmacológico de plantas medicinais utilizadas na região de Matinhos - PR	da Silva, L. E., de Quadros, D. A., & Neto, A. J. M.	2015	Artigo	Português	Recusado

Ethnobotanical survey of medicinal plants from home gardens of Bairro Novo Horizonte, Ituiutaba, MG	Liporacci, H.S.N. ; Simão, D.G.	2013	Artigo	Inglês; Português	Recusado
Ethnobotany and ethnopharmacology of medicinal plants used in communities of the soure marine extractive reserve, Pará State, Brazil	Magno-Silva, E.R. ; Rocha, T.T. ; Tavares-Martins, A.C.C.	2020	Artigo	Inglês	Recusado
Ethnobotany and traditional medicine of the inhabitants of the Pantanal Negro sub-region and the raizeiros of Miranda and Aquidauna, Mato Grosso do Sul, Brazil	Oliveira, A.K.M. ; Oliveira, N.A. ; Resende, U.M. ; Martins, P.F.R.B.	2011	Artigo	Espanhol	Recusado
Ethnobotany of medicinal plants in the monjolinho settlement, anastácio, Mato Grosso do Sul, Brazil	de Cunha, S.A. ; Bortolotto, I.M.	2011	Artigo	Inglês; Português	Recusado
Ethnopharmacological evaluation of medicinal plants used against malaria by quilombola communities from Oriximiná, Brazil	Oliveira, D.R. <i>et al</i>	2015	Artigo	Inglês	Recusado
Ethnopharmacological study of two Lippia species from Oriximiná, Brazil	Oliveira, D.R. <i>et al</i>	2006	Artigo	Inglês	Recusado
Ethnopharmacological versus random plant selection methods for the evaluation of the antimycobacterial activity	Oliveira, D.R. <i>et al</i>	2011	Artigo	Inglês	Recusado
Ethnozoology in Brazil: Current status and perspectives	Alves, R.R.N. ; Souto, W.M.S.	2011	Review	Inglês	Recusado
Extractive reserves in brazilian amazonia: Local resource management and the global political economy	Cardoso, C.A.S.	2018	Livro	Inglês	Recusado
Forests and current transitions	Kröger, M.	2021	Capítulo de Livro	Inglês	Recusado
Frontiers of existence: Redefining who can exist and how at resource frontiers	Kröger, M.	2021	Artigo	Inglês	Recusado
Fungitoxic action of the essential oil of tanaecium nocturnum (Barb. Rodr.) bur. and k. shum on aspergillus flavus isolated from the Brazil nut (Bertholletia excelsa) [Ação fungitóxica do óleo essencial de Tanaecium nocturnum (Barb. Rodr.) Bur. e K. Shum sobre o Aspergillus flavus isolado da castanha-do-Brasil (Bertholletia excelsa)]	Pimentel, F.A. ; das Graças Cardoso, M. ; Batista, L.R. ; de Lima Guimarães, L.G. ; Silva, D.M.	2010	Artigo	Português	Recusado

Geographies of the information society	Sheppard, E. ; Couclelis, H. ; Graham, S. ; Harrington, J.W. ; Onsrud, H.	199 9	Artigo	Inglês	Recusado
Governance Challenges in Community-Based Forest Management in the Philippines	Cagalanan, D.	201 5	Artigo	Inglês	Recusado
Herpetofauna of Porto Walter and surrounding areas, southwest Amazonia, Brazil	da Fonseca, W.L. ; da Silva, J.D. ; Abegg, A.D. ; da Rosa, C.M. ; Bernarde, P.S.	201 9	Artigo	Inglês	Recusado
História Social da Borracha, Seringueiros do Acre	Carvalho, Carlos	200 6	Capítulo de Livro	Português	Recusado
Identidade social, conhecimento local e manejo adaptativo de comunidades tradicionais em babaçuais no Maranhão	Porro, R	201 5	Artigo	Português	Recusado
Identity and Environment: Historical Trajectories of 'Traditional' Communities in the Protection of the Brazilian Amazon	Silva, E.G. ; Reardon, H.M. ; Soares, A.M.V.M. ; Azeiteiro, U.M.	202 1	Capítulo de Livro	Inglês	Recusado
Land covers analyses during slash and burn agriculture by using multispectral imagery obtained with Unattended Aerial Vehicles (UAVs) [Análisis de la cobertura vegetal durante la agricultura de tumba-quema utilizando imágenes multispectrales obtenidas con Vehículos Aéreos no Tripulados (VANTs)]	Ponvert-Delisle Batista, D.R. ; Estrada-Medina, H. ; Gijón- Yescas, G.N. ; Álvarez-Rivera, O.O.	202 1	Artigo	Inglês	Recusado
Landholders' perceptions on legal reserves and agricultural intensification: Diversity and implications for forest conservation in the eastern Brazilian Amazon	Pinillos, D. <i>et al</i>	202 1	Artigo	Inglês	Recusado
Latin America	Peterson, A.	201 6	Capítulo de Livro	Inglês	Recusado
Linking landscape ecology and land system architecture for land system science: an introduction to the special issue	Frazier, A.E. ; Vadjunec, J.M. ; Kedron, P. ; Fagin, T.	201 9	Artigo	Inglês	Recusado

Mangroves, fishers, and the struggle for adaptive comanagement: Applying the social-ecological systems framework to a marine extractive reserve (Resex) in Brazil	Partelow, S. ; Glaser, M. ; Solano Arce, S. ; Sá Leitão Barboza, R. ; Schlüter, A.	2018	Artigo	Inglês	Recusado
Mapping indigenous lands	Chapin, M. ; Lamb, Z. ; Threlkeld, B.	2005	Review	Inglês	Recusado
Maps of, by, and for the peoples of Latin America	Herlihy, P.H. ; Knapp, G.	2003	Artigo	Inglês	Recusado
Medicinal plants and its uses by the ranchers from the Rio das Pedras Reserve, Mangaratiba, RJ, Brazil [Plantas medicinais e seus usos pelos sitiantes da Reserva Rio das Pedras, Mangaratiba, RJ, Brasil]	Medeiros, M.F.T. ; da Fonseca, V.S. ; ;reata, R.H.P.	2004	Artigo	Português	Recusado
Medicinal plants in urban backyards in Rio Branco, Acre	Siviero, A. ; Delunardo, T.A. ; Haverroth, M. ; Oliveira, L.C. ; Mendonça, A.M.S.	2012	Artigo	Inglês; Português	Recusado
Modeling community-scale natural resource use in a transboundary southern african landscape: Integrating remote sensing and participatory mapping	Woodward, K.D. <i>et al</i>	2021	Artigo	Inglês	Recusado
New Perspectives on Mobility, Urbanisation and Resource Management in Riverine Amazônia	Eloy, L. ; Brondizio, E.S. ; Do Pateo, R.	2015	Artigo	Inglês	Recusado
Non-timber forest products and the cosmetic industry: An econometric assessment of contributions to income in the brazilian amazon	Antunes, A. ; Simmons, C.S. ; Veiga, J.P.	2021	Artigo	Inglês	Recusado
O uso de espécies vegetais para fins medicinais por duas comunidades da Serra Catarinense, Santa Catarina, Brasil	M., Eliane Aparecida ; ., Janaína ; ., Tainá ; ., Silvana	2011	Artigo	Português	Recusado
Ocupación humana y áreas protegidas de la Amazonía del Perú	Dourojeanni, M. J.	2014	Artigo	Espanhol	Recusado
Organização da Atenção Primária à Saúde em um município rural remoto do norte do Brasil	Abud, É.A.; Lani, J.L.; Araújo, E.A.; Amaral, E.F.; Bardales, N.G.; Filho, E.I.F.	2021	Artigo	Espanhol	Recusado

Os sentidos da fronteira a partir da discussão territorial em Claude Raffestin	Silva, M. L. S.; Jesus Morais, M.	2011	Artigo	Português	Recusado
Phytochemical and pharmacological profile of plants indicated by caboclos of Jaú National Park (AM) as potential analgesic. Part I	Rodrigues, E. ; Duarte-Almeida, J.M. ; Pires, J.M.	2010	Artigo	Português	Recusado
Plant species used in giardiasis treatment: Ethnopharmacology and in vitro evaluation of anti-Giardia activity	Neiva, V.A. <i>et al</i>	2014	Artigo	Inglês	Recusado
Plantas ornamentais em quintais urbanos de Rio Branco, Brasil	Siviero, A.; Delunardo, T.A.; Haverroth, M.; Oliveira, L.C.; Roman, A.L.C.; Mendonça, Â.M.S.	2014	Artigo	Português	Recusado
Plants and animals utilized as medicines in the Jaú National Park (JNP), Brazilian Amazon	Rodrigues, E.	2006	Artigo	Inglês	Recusado
Plants with possible anxiolytic and/or hypnotic effects indicated by three Brazilian cultures - Indians, Afro-Brazilians, and river-dwellers	Rodrigues, E. ; Tabach, R. ; Galduróz, J.C.F. ; Negri, G.	2008	Capítulo de Livro	Inglês	Recusado
Plants with possible hypolipidemic activity: A review of books published in Brazil between 1998 and 2008	Pizziolo, V.R. ; Brasileiro, B.G. ; Oliveira, T.T. ; Nagem, T.J.	2011	Review	Português	Recusado
Polarization of biotic and economic wealth: The world, the tropics, and Brazil	De Carvalho, F.M.M. ; Brown, I.F.	1996	Artigo	Inglês	Recusado
Precipitação pluviométrica e vazão da bacia hidrográfica do Riozinho do Rôla, Amazônia Ocidental	Macêdo, M.N.C.; Dias, H.C.T.; Coelho, F.M.G.; Araújo, E.A.; Souza, M.L.H.; Silva, E.	2013	Artigo	Português	Recusado
Protected areas and the neglected contribution of Indigenous Peoples and local communities: Struggles for environmental justice in the Caatinga dry forest	Dawson, N. ; Carvalho, W.D. ; Bezerra, J.S. ; Todeschini, F. ; Tabarelli, M. ; Mustin, K.	2021	Artigo	Inglês	Recusado

Quality of Brazil nuts stored in forced aeration silos	Costa, D.A.; Álvares, V.S.; Nogueira, R.M.; <i>et al.</i>	2016	Artigo	Inglês	Recusado
Rainforest cowboys: The rise of ranching and cattle culture in western amazonia	Hoelle, J.	2015	Livro	Inglês	Recusado
Relationship between land property security and brazilian amazon deforestation in the Mato Grosso state during the period 2013–2018	Okida, D.T.S. ; de Carvalho Júnior, O.A. ; de Carvalho, O.L.F. ; Gomes, R.A.T. ; Guimarães, R.F.	2021	Artigo	Inglês	Recusado
Research on ecosystem services in Brazil: A systematic review	Parron, L.M. ; <i>et al</i>	2019	Artigo	Inglês	Recusado
Shifting frontier dynamics in Latin America	Kröger, M. ; Nygren, A.	2020	Artigo	Inglês	Recusado
Social identity, local knowledge and adaptive management by traditional communities of the babassu region in Maranhão	Porro, R. ; Porro, N.S.M.	2015	Artigo	Inglês	Recusado
Social roots of resource use routes in rural Maranhão, Brazil	Porro, R. ; Porro, N.S.M.	2014	Artigo	Inglês	Recusado
Soil classes and properties explain the occurrence and fruit production of Brazil nut	da Silva, C.S.; da Silva, L.M. ; Wadt, L.H.O. ; Miqueloni, D.P. ; da Silva, K.E. ; Pereira, M.G.	2021	Artigo	Inglês	Recusado
Subsistence Hunting with Mixed-Breed Dogs Reduces Hunting Pressure on Sensitive Amazonian Game Species in Protected Areas	Constantino, P. A. L.	2019	Artigo	Inglês	Recusado
The adoption of earth-observation technologies for deforestation monitoring by Indigenous people: evidence from the Amazon	González, N.C. ; Kröger, M.	2022	Artigo	Inglês	Recusado
The complex forest: Communities, uncertainty, and adaptive collaborative management	Colfer, C.J.P.	2005	Livro	Inglês	Recusado
The ecology and society network	Gunderson, L. ; Folke, C.	2009	Editorial	Inglês	Recusado

The economic value of the Brazilian Amazon rainforest ecosystem services: A meta-analysis of the Brazilian literature	Brouwer, R. ; Pinto, R. ; Dugstad, A. ; Navrud, S.	2022	Review	Inglês	Recusado
The evolving role of <i>Bertholletia excelsa</i> in Amazonia: Contributing to local livelihoods and forest conservation	Kainer, K.A.; Wadt, L.H.O.; Staudhammer, C.L.	2018	Artigo	Inglês	Recusado
The forest frontier in the Global South: Climate change policies and the promise of development and equity	Brockhaus, M. ; Di Gregorio, M. ; Djoudi, H. ; Moeliono, M. ; Pham, T.T. ; Wong, G.Y.	2021	Artigo	Inglês	Recusado
The Importance of Forest Extractive Resources for Income Generation and Subsistence among Caboclos and Colonists in the Brazilian Amazon	Camilotti, V.L. ; Pinho, P. ; Brondízio, E.S. ; Escada, M.I.S.	2020	Artigo	Inglês	Recusado
The intersections of mining and neoliberal conservation	Vuola, M.	2022	Artigo	Inglês	Recusado
The politics of land use in the Korup National Park	Siewe, S. ; Vadjunec, J.M. ; Caniglia, B.	2017	Artigo	Inglês	Recusado
The potential of Amazon indigenous agroforestry practices and ontologies for rethinking global forest governance	González, N.C. ; Kröger, M.	2020	Artigo	Inglês	Recusado
The Use of Medicinal Plants in the Riverside Community of the Mazagão River in the Brazilian Amazon, Amapá, Brazil: Ethnobotanical and Ethnopharmacological Studies	Ferreira Rodrigues Sarquis, R. D. S., Rodrigues Sarquis, Í., <i>et al</i>	2019	Artigo	Inglês	Recusado
The use of popular information in the delineation of strategies of use, conservation and germplasm collection of medicinal species of <i>Uncaria</i> (Rubiaceae) in the development sustainable reserve Mamirauá (AM)	Rocha, S.F.R. <i>et al</i>	2004	Artigo	Português	Recusado
Transboundary political ecology in Amazonia: History, culture, and conflicts of the borderland Asháninka	Salisbury, D.S. ; López, J.B. ; Vela Alvarado, J.W.	2011	Artigo	Inglês	Recusado

Use of plants Caatinga biome in control of pathogens of interest food area -A review [Utilização de plantas do bioma caatinga no controle de patógenos de interesse na área de alimentos -uma revisão]	De Moura, F.M.L.; et al	2013	Artigo	Português	Recusado
Using photomaps to support participatory processes of community forestry in the Middle Hills of Nepal	Mather, R.A.	2000	Artigo	Inglês	Recusado
Uso medicinal popular de plantas y líquenes de la Isla Paulino, Provincia de Buenos Aires, Argentin	Clivivella, S. M.; Rosato, V. G.	2010	Artigo	Espanhol	Recusado
Valuing nature, paying for ecosystem services and realizing social justice: A response to Matulis (2014)	Corbera, E.	2015	Editorial	Inglês	Recusado
Variabilidade espacial de parâmetros e indicadores de qualidade da água na sub-bacia hidrográfica do igarapé São Francisco, Rio Branco, Acre, Brasil.	Marconati Santi, G., de Menezes Furtado, C., Sant'Ana de Menezes, R., & Cassiano Keppeler, E.	2012	Artigo	Português	Recusado
Viewing microcredit lending through participatory mapping: A case study	DeGrave, J. ; Schaffer, N.	2018	Artigo	Inglês	Recusado
Workplace attachment and the eco-restructuring of people-workplace relationships in China's extractive forestry	Zhu, L. ; Lo, K.	2022	Artigo	Inglês	Recusado

ANEXO II

A competência transgressora dos contraespecialistas na produção de conhecimento socialmente orientado e no confronto de saberes	Aguiar, S.	2018	Artigo	Português	Aceito com observação
A luta dos seringueiros do Acre pela preservação da floresta ou pela posse da terra? : uma abordagem jurídica dos fatos históricos que culminaram com a criação da reserva extrativista Chico Mendes	Fernandes, J. L. B.	2017	Dissertação	Português	Aceito
A shared perspective on managing Amazonian sustainable-use reserves in an era of megafires	Spínola, J. N.; Silva, M.J. S.; Silva, J.R. A.; Barlow, J. ; Ferreira, J.	2020	Artigo	Inglês	Aceito com observação
Aligning conservation and development goals with rural community priorities: capacity building for forest health monitoring in an extractive reserve in Brazil	Ribeiro, S.C.; Galia Selaya, N.; Perz, S.G.; Brown, F.; Schmidt, F.A.; Silva, R.C.; Lima, F.	2020	Artigo	Inglês	Aceito
Amazon entrepreneurs: Women's economic empowerment and the potential for more sustainable land use practices	Mello, D.; Schmink, M	2017	Artigo	Inglês	Aceito
Ambientalismo e concepções de Resex, extrativismo e conhecimento no ICMBio na Amazônia Legal	Menezes, D.S.; Siena, O.; Rodríguez, T.D.M	2011	Artigo	Português	Aceito
Análise social, econômica e histórica das reservas extrativistas da Amazônia: lutas e trajetórias	Delbone Haddad, R., <i>et al</i>	2019	Artigo	Português	Aceito
Beyond forest cover: Land use and biodiversity in rubber trail forests of the Chico Mendes extractive reserve	Vadjunec, J.M. ; Rocheleau, D.	2009	Artigo	Inglês	Aceito
Burning in southwestern Brazilian Amazonia, 2016–2019	Silva, S.S.D. <i>et al</i>	2021	Artigo	Inglês	Aceito
Caracterização morfométrica das sub - bacias no município de Xapuri: subsídios à gestão territorial na Amazônia Ocidental	Abud, É.A.; Lani, J.L.; Araújo, E.A.; Amaral, E.F.; Bardales, N.G.; Filho, E.I.F	2015	Artigo	Português	Aceito
Community managed forests and forest protected areas: An assessment of their conservation effectiveness across the tropics	Porter-Boll, L. <i>et al</i>	2012	Artigo	Inglês	Aceito
Community Managed Protected Areas Conserve Aboveground Carbon Stocks: Implications for REDD+	Alejo, C. ; Walker, W.S. ; Gorelik, S.R. ; Potvin, C.	2022	Artigo	Inglês	Aceito

Conflicts over Land as a Risk for Social-Ecological Resilience: A Transnational Comparative Analysis in the Southwestern Amazon	Froese, R. <i>et al</i>	2022	Artigo	Inglês	Aceito
Conflitos de interesses em torno da exploração madeireira na Reserva Extrativista Chico Mendes, Acre, Brasil	F., Alfredo Celso ; .., Charle	2009	Artigo	Português	Aceito
Conserving biocultural diversity through community-government interaction: A Practice-Based approach in a Brazilian extractive reserve	Mooij, M.L.J. ; Mendonça, S.D. ; Arts, K.	2019	Artigo	Inglês	Aceito
Costs and prices of Brazil nut in acre and rondônia states	Da Silva, J.M. ; De Souza, M.P. ; Filho, T.A.S. ; Da Silva, R.M.P.	2017	Artigo	Português	Aceito
Cows versus rubber: Changing livelihoods among Amazonian extractivists	Salisbury, D.S.; Schminck, M.	2007	Artigo	Inglês	Aceito
Definição participativa de indicadores para monitoramento da sustentabilidade em sistemas de manejo de castanhais: estudo de caso na Reserva Extrativista Chico Mendes, Acre	Fonseca, F. L.	2020	Dissertação	Português	Aceito
Deforestation and forest fires transforming the reality of the Chico Mendes Extractive Reserve [Desmatamento e incêndios florestais transformando a realidade da Reserva Extrativista Chico Mendes]	Mascarenhas, F.D.S. ; Brown, I.F. ; Silva, S.S.D.	2018	Artigo	Português	Aceito
Deforestation, cattle capitalism and neodevelopmentalism in the ChicoMendes Extractive Reserve, Brazil	Kroger, M.	2020	Artigo	Inglês	Aceito
Determinants of livelihood strategy variation in two extractive reserves in Amazonian flooded and unflooded forests	Newton, P. ; Endo, W. ; Peres, C.A.	2012	Artigo	Inglês	Aceito
Dinâmica das mudanças na paisagem na reserva extrativista Chico Mendes no estado do Acre, entre 1989 a 2010	Oliveira, K. A.	2013	Dissertação	Português	Aceito
Distribuição de renda na Amazônia: um estudo dos polos agroflorestais em Rio Branco – AC	Gomes Maciel, R. C., Cavalcante Filho, P. G., Bezerra Lima Júnior, F.; Ferreira Souza, E.	2018	Artigo	Português	Aceito
Does the establishment of sustainable use reserves affect fire management in the humid tropics	Carmenta, R. ; Blackburn, G.A. ; Davies, G. ; De Sassi, C. ; Lima, A. ; Parry, L. ; Tych, W. ; Barlow, J.	2016	Artigo	Inglês	Aceito

Ecosystem protection and poverty alleviation in the tropics: Perspective from a historical evolution of policy-making in the Brazilian Amazon	Pinho, P.F. ; Patenaude, G. ; Ometto, J.P. ; Meir, P. ; Toledo, P.M. ; Coelho, A. ; Young, C.E.F.	2014	Review	Inglês	Aceito
Environmental governance under Bolsonaro: dismantling institutions, curtailing participation, delegitimising opposition	Menezes, R.G. ; Barbosa Jr, R.	2021	Artigo	Inglês	Aceito
Estado educador: uma nova pedagogia da hegemonia nas reservas extrativistas	Cunha, C.C.; Loureiro, C.F.B.	2012	Artigo	Português	Aceito
Ethos Seringueiro: cenários dos Jovens da Reserva Extrativista Chico Mendes	Silva, A. G.	2018	Dissertação	Português	Aceito
Evaluating the opportunities and limitations to multiple use of Brazil nuts and timber in Western Amazonia	Duchelle, A.E. ; Guariguata, M.R. ; Less, G. ; Albornoz, M.A. ; Chavez, A. ; Melo, T.	2012	Artigo	Inglês	Aceito
Experiências de seringueiros de Xapuri no Estado do Acre e outras histórias	Castelo, C.E.F.	2014	Tese	Português	Aceito
Exploring the boundaries between individual and collective land use management in a CPR system: The PAE Chico mendes (Acre, Brazil)	Le Tourneau, F.M.; Beaufort, B.	2017	Artigo	Inglês	Aceito
Extracting a livelihood: Institutional and social dimensions of deforestation in the chico mendes extractive reserve, acre, Brazil	Vadjunec, J.M.	2011	Artigo	Inglês	Aceito
Extractive Reserves in the Brazilian Amazon thirty years after Chico Mendes: Social movement achievements, territorial expansion and continuing struggles	Gomes, C.V.A. ; Alencar, A. ; Vadjunec, J.M. ; Pacheco, L.M.	2018	Artigo	Inglês	Aceito
Extractive reserves without extractivism: A trend ongoing in the brazilian amazon?	Freitas, J. S. ; Filho, M.C.F. ; Homma, A.K.O. ; Mathis, A.	2018	Review	Português	Aceito
Factories, forests, fields and family: Gender and neoliberalism in extractive reserves	Hecht, S.B.	2007	Artigo	Inglês	Aceito
Flexibilização do capital na Reserva Extrativista Chico Mendes e seu entorno - O cronômetro entrou na floresta	Juan Felipe, N.	2010	Artigo	Português	Aceito
Florestas e Participação como vetores do desenvolvimento regional: reflexões sobre os casos Acre e Rio Grande do Sul - Brasil	Brose, M.E.	2013	Artigo	Português	Aceito

Forest frontiers out of control: The long-term effects of discourses, policies, and markets on conservation and development of the Brazilian Amazon	Pokorny, B. ; Pacheco, P. ; de Jong, W. ; Entenmann, S.K.	2021	Artigo	Inglês	Aceito
Forest governance in the Amazon: Favoring the emergence of local management systems	da Silva Medina, G. ; Pokorny, B. ; Campbell, B.	2022	Artigo	Inglês	Aceito
Forests, Fields, and Pastures: Unequal Access to Brazil Nuts and Livelihood Strategies in an Extractive Reserve, Brazilian Amazon	Ubiali, B. ; Alexiades, M.	2022	Artigo	Inglês	Aceito
Fostering Resilience and Adaptation to Drought in the Southern High Plains: Using Participatory Methods for More Robust Citizen Science	Vadjunec, J.M. ; Colston, N.M. ; Fagin, T.D. ; Boardman, A.L. ; Birchler, B.	2022	Artigo	Inglês	Aceito com observação
Governance and deforestation: Understanding the role of formal rule-acknowledgement by residents in brazilian extractive reserves	Capelari, M.G.M. ; Gomes, R.C. ; de Araújo, S.M.V.G. ; Newton, P.	2020	Artigo	Inglês	Aceito
Innovation in sub-national public management: An analysis of the development strategy of Acre	Brose, M.E.	2014	Artigo	Inglês; Português	Aceito
Is It Possible to Make Rubber Extraction Ecologically and Economically Viable in the Amazon? The Southern Acre and Chico Mendes Reserve Case Study	Jaramillo-Giraldo, C. ; Soares Filho, B. ; Carvalho Ribeiro, S.M. ; Gonçalves, R.C.	2017	Artigo	Inglês	Aceito
Jungle beef: Consumption, production and destruction, and the development process in the Brazilian Amazon	Hoelle, J.	2017	Artigo	Inglês	Aceito
Linking forest tenure reform, environmental compliance, and incentives: Lessons from redd+ initiatives in the brazilian amazon	Duchelle, A.E. <i>et al</i>	2014	Artigo	Inglês	Aceito
Making REDD+ transparent: Opportunities for mobile technology	Bumpus, A. ; Huynh, T.-B. ; Pascoe, S.	2019	Artigo	Inglês	Aceito com observação
Market-based conservation of the Amazonian forests: Revisiting win-win expectations	Pokorny, B. ; Johnson, J. ; Medina, G. ; Hoch, L.	2012	Artigo	Inglês	Aceito
O ativismo transnacional pela Amazônia: entre a ecologia política e o ambientalismo de resultados	Zhour, A.	2006	Artigo	Português	Aceito
Ocupación humana y áreas protegidas de la Amazonía del Perú	Arruda, R.S.V	2010	Artigo	Português	Aceito
Os saberes do camponês da floresta: modo de vida, conflitos e etnoconhecimento seringueiro na RESEX Chico Mendes (AC)	<u>Choma</u> , J. L.	2018	Dissertação	Português	Aceito

Para pensar o turismo rural: considerações a partir da realidade camponesa na Amazônia-Acreana.	Silva, S. S.	2005	Artigo	Português	Aceito
Participatory action research for conservation and development: Experiences from the Amazon	Perz, S.G. <i>et al</i>	2022	Artigo	Inglês	Aceito
Participatory GIS in a sustainable use reserve in Brazilian Amazonia: Implications for management and conservation	Bernard, E. ; Barbosa, L. ; Carvalho, R.	2011	Artigo	Inglês	Aceito
Patrimonialización y gestión del territorio en la triple frontera de Brasil, Argentina y Paraguay: continuidades y desafíos del parque Iguazú	Rio, G.A.P.; Name, L.	2017	Artigo	Espanhol	Aceito
Pecuarização na Amazônia e Consumo de Carne: o que está por trás?	Prado, G.B.; Ribeiro, H.	2011	Artigo	Português	Aceito
Políticas públicas de garantia de preços mínimos para produtos da sociobiodiversidade (PGPMBio): composição do custo de extração de castanha-da-Amazônia em Rondônia e Acre.	Silva, J. M., Souza, M. P., Souza, T. A., Riva, F. R., & Borbosa, C. D.	2022	Artigo	Inglês	Aceito
Povo Manchineri: mobilidade territorial e cultura	S., Aless;ra ; , Maria de Jesus	2011	Artigo	Português	Aceito
Razões da sustentabilidade do Governo da Floresta: uma releitura dos aspectos políticos e econômicos do desenvolvimento do Estado do Acre	<u>Silva, M.C.R</u>	2011	Tese	Português	Aceito
Recent transformations of land-use and land-cover dynamics across different deforestation frontiers in the Brazilian Amazon	Schielein, J. ; Börner, J.	2018	Artigo	Inglês	Aceito
Reducing carbon transaction costs in community-based forest management	Skutsch, M.M.	2005	Artigo	Inglês	Aceito
Reserva Extrativista Chico Mendes AC: os desafios de gestão	Batista Souza, G.E.A.	2010	Dissertação	Português	Aceito
Resource theft in tropical forest communities: Implications for Nontimber management, livelihoods, and conservation	Duchelle, A.E. ; Cronkleton, P. ; Kainer, K.A. ; Guanacoma, G. ; Gezan, S.	2011	Artigo	Inglês	Aceito
Revisiting the ‘cornerstone of Amazonian conservation’: a socioecological assessment of Brazil nut exploitation	Guariguata, M.R. ; Cronkleton, P. ; Duchelle, A.E. ; Zuidema, P.A.	2017	Review	Inglês	Aceito

Roads, deforestation and the mitigating effect of the Chico Mendes extractive reserve in the southwestern Amazon	Milien, E.J. ; Rocha, K.D.S. ; Brown, I.F. ; Perz, S.G.	2021	Artigo	Inglês	Aceito
Rubber and Carbon: Opportunity Costs, Incentives and Ecosystem Services in Acre, Brazil	Greenleaf, M.	2020	Artigo	Inglês	Aceito
Rubber tapper identities: Political-economic dynamics, livelihood shifts, and environmental implications in a changing Amazon	Gomes, C.V.A. ; Vadjunec, J.M. ; Perz, S.G.	2012	Artigo	Inglês	Aceito
Seeing the broader picture: Stakeholder contributions to understanding infrastructure impacts of the Interoceanic Highway in the southwestern Amazon	Perz, S.G. ; Mendoza, E.R.H. ; dos Santos Pimentel, A.	2022	Artigo	Inglês	Aceito
Seringueiros do Alto Acre 'no tempo das políticas públicas': comunitarismo e disputas eleitorais na atualização da condição camponesa numa região de fronteira agropecuária	Araújo, J.M.	2022	Artigo	Português	Aceito
Seringueiros do Alto Acre no século XXI: Estado desenvolvimentista e mudança sociocultural na Amazônia brasileira	Araújo, J.M.	2021	Tese	Português	Aceito
Sistemas socioecológicos em comunidades da Reserva Extrativista Chico Mendes e projeto de assentamento, na bacia hidrográfica do Riozinho do Rôla, Acre, Brasil: diagnóstico participativo sobre usos e impactos diferenciados sobre os recursos naturais	Souza, M.V.M.	2012	Dissertação	Português	Aceito
Smallholder Specialization Strategies along the Forest Transition Curve in Southwestern Amazonia	Duchelle, A.E. ; Almeyda Zambrano, A.M. ; Wunder, S. ; Börner, J. ; Kainer, K.A.	2014	Artigo	Inglês	Aceito
Social reproduction of traditional populations and livestock in the Chico Mendes Extractive Reserve: Reflections from the life projects of young extractivists	Silva, A.G. ; da Silva, F.C. ; Yamada, T.	2019	Artigo	Português	Aceito
Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais.	Almeida, A.W.B	2004	Artigo	Português	Aceito
Territórios amazônicos de reforma agrária e de conservação da natureza	Esterci, N.; Schweickardt, K.H.S.C.	2010	Artigo	Português	Aceito
The "Chico Mendes" Extractive Reserve and land governance in the Amazon: Some lessons from the last two decades	Maciel, R.C.G.; Cavalcanti, F.C.S.; Souza, E.F.; Oliveira, O.F.; Filho, P.G.C.	2018	Artigo	Inglês	Aceito

The Chico Mendes Extractive Reserve: trajectories of agro-extractivedevelopment in Amazonia	Wallace, Richard H. ; Gomes, Carlos Valerio A. ; Cooper, Natalie A.	2018	Artigo	Inglês	Aceito
The legacy of Chico mendes: Successes and obstacles in the Extractive Reserves	Almeida, M.W. ; Allegretti, M.H. ; Postigo, A.	2018	Artigo	Português	Aceito
The paradox of poverty in rich ecosystems: Impoverishment and development in the Amazon of Brazil and Bolivia	Ioris, A.A.R.	2016	Artigo	Inglês	Aceito
The role of forest conversion, degradation, and disturbance in the carbon dynamics of Amazon indigenous territories and protected areas	Walker, W.S <i>et al</i>	2020	Artigo	Inglês	Aceito
To log or not to log: Local perceptions of timber management and its implications for well-being within a sustainable-use protected area	Cooper, N.A. ; Kainer, K.A.	2018	Artigo	Inglês	Aceito
Trans-boundary infrastructure and land cover change: Highway paving and community-level deforestation in a tri-national frontier in the Amazon	Perz, S.G. <i>et al</i>	2013	Artigo	Inglês	Aceito
Unofficial road building in the Brazilian Amazon: Dilemmas and models for road governance	Perz, S.G. ; Overdeest, C. ; Caldas, M.M. ; Walker, R.T. ; Arima, E.Y.	2007	Review	Inglês	Aceito
Viabilidade de sistemas produtivos de borracha natural na Amazônia: o caso do extrativismo na Resex Chico Mendes	Giraldo, C. J.	2014	Tese	Português	Aceito

ANEXO III

Nível	Autor	Ano	Natureza	Método	Empowerment metodológico	Conjunto Temático
ACRE	Fernandes, J. L. B.	2017	Qualitativo	Análise Documental + Análise de conteúdo	NÃO	Commons+ Análise da governança
ACRE	Mello, D.; Schmink, M	2017	Qualitativo	Semiestruturada	SIM	Empowerment, Participação e Ciência
ACRE	Silva, S.S.D. <i>et al</i>	2021	Quantitativo	Dados Espaciais/Geoproc essamento	NÃO	UCs + PSA
ACRE	Abud, É.A.; Lani, J.L.; Araújo, E.A.; Amaral, E.F.; Bardales, N.G.; Filho, E.I.F	2015	Quantitativo	Dados Espaciais/Geoproc essamento	NÃO	Commons+ Análise da governança
ACRE	Salisbury, D.S.; Schmink, M.	2007	Misto	Dados Espaciais/Geoproc essamento	SIM	outros
ACRE	Maciel, R. C., Cavalcante Filho, P. G., Bezerra Lima Júnior, F.; Ferreira Souza, E.	2018	Qualitativo	Semiestruturada	NÃO	outros
ACRE	Castelo, C.E.F.	2014	Qualitativo	Abertas + Análise Documental	NÃO	Empowerment, Participação e Ciência
ACRE	Le Tourneau, F.M.; Beaufort, B.	2017	Qualitativo	Semiestruturada + Análise documental + análise de conteúdo+ estatística	SIM	outros
ACRE	Brose, M.E.	2013	Qualitativo	Revisão bibliográfica	NÃO	Commons+ Análise da governança
ACRE	Brose, M.E.	2014	Qualitativo	Análise Documental + Análise de conteúdo + Revisão bibliográfica	NÃO	Commons+ Análise da governança
ACRE	Hoelle, J.	2017	Qualitativo	Vários quali (esgotamento participativo)	SIM	outros
ACRE	Silva, S. S.	2005	Qualitativo	Revisão bibliográfica	NÃO	outros
ACRE	Prado, G.B.; Ribeiro, H.	2011	Qualitativo	Semiestruturada	SIM	Commons+ Análise da governança
ACRE	Silva, M.C.R	2011	Qualitativo	Semiestruturada	NÃO	UCs + Políticas ambientais
ACRE	Greenleaf, M.	2020	Qualitativo	Semiestruturada	SIM	UCs + PSA

ACRE	Araújo, J.M.	2021	Qualitativo	Revisão bibliográfica	NÃO	UCs + Políticas ambientais
AMAZÔNIA	Porter-Boll, L. ; Ellis, E.A. ; Guariguata, M.R. ; Ruiz-Mallén, I. ; Negrete-Yankelevich, S. ; Reyes-García, V.	2012	Misto	Análise Documental + Análise de conteúdo + Revisão bibliográfica	NÃO	UCs + Políticas ambientais
AMAZÔNIA	Carmenta, R. ; Blackburn, G.A. ; Davies, G. ; De Sassi, C. ; Lima, A. ; Parry, L. ; Tych, W. ; Barlow, J.	2016	Quantitativo	Dados Espaciais/Geoprocessamento	NÃO	UCs + Desastres Ambientais
AMAZÔNIA	Pinho, P.F. ; Patenaude, G. ; Ometto, J.P. ; Meir, P. ; Toledo, P.M. ; Coelho, A. ; Young, C.E.F.	2014	Qualitativo	Análise Documental + Análise de conteúdo + Revisão bibliográfica	NÃO	UCs + Políticas ambientais
AMAZÔNIA	Menezes, R.G. ; Barbosa Jr, R.	2021	Qualitativo	Análise Documental + Análise de conteúdo	NÃO	UCs + Políticas ambientais
AMAZÔNIA	Pokorny, B. ; Pacheco, P. ; de Jong, W. ; Entenmann, S.K.	2021	Qualitativo	Análise Documental + Análise de conteúdo + Revisão bibliográfica	NÃO	UCs + Políticas ambientais
AMAZÔNIA	Duchelle, A.E. <i>et al</i>	2014	Qualitativo	Análise Documental + Análise de conteúdo + Revisão bibliográfica	NÃO	UCs + PSA
AMAZÔNIA	Pokorny, B. ; Johnson, J. ; Medina, G. ; Hoch, L.	2012	Qualitativo	Revisão bibliográfica	NÃO	UCs + PSA
AMAZÔNIA	Zhour, A.	2006	Qualitativo	Revisão bibliográfica	NÃO	outros
AMAZÔNIA	Perz, S.G. <i>et al</i>	2022	Qualitativo	Action Research	SIM	Empowerment, Participação e Ciência
AMAZÔNIA	Bernard, E. ; Barbosa, L. ; Carvalho, R.	2011	Misto	Dados Espaciais/Geoprocessamento	SIM	Empowerment, Participação e Ciência
AMAZÔNIA	Silva, J. M., Souza, M. P., Souza, T. A., Riva, F. R., & Borbosa, C. D.	2022	Qualitativo	Semiestruturada	SIM	UCs + Políticas ambientais
AMAZÔNIA	Schielein, J. ; Börner, J.	2018	Quantitativo	Dados Espaciais/Geoprocessamento	NÃO	UCs + Políticas ambientais
AMAZÔNIA	Skutsch, M.M.	2005	Misto	Dados Espaciais/Geoprocessamento	SIM	Empowerment, Participação e Ciência

AMAZÔNIA	Guariguata, M.R. ; Cronkleton, P. ; Duchelle, A.E. ; Zuidema, P.A.	2017	Qualitativo	Análise Documental + Análise de conteúdo + Revisão bibliográfica	NÃO	Commons+ Análise da governança
AMAZÔNIA	Almeida, A.W.B	2004	Qualitativo	Análise Documental + Análise de conteúdo + Revisão bibliográfica	NÃO	UCs + Políticas ambientais
AMAZÔNIA	Esterci, N.; Schweickardt, K.H.S.C.	2010	Qualitativo	Revisão bibliográfica	NÃO	UCs + Políticas ambientais
AMAZÔNIA	Ioris, A.A.R.	2016	Qualitativo	Semiestruturada + Revisão de Literatura	SIM	Empowerment, Participação e Ciência
AMAZÔNIA	Walker, W.S <i>et al</i>	2020	Quantitativo	Dados Espaciais/Geoproc essamento	NÃO	UCs + Políticas ambientais
AMAZÔNIA	Perz, S.G. ; Overdevest, C. ; Caldas, M.M. ; Walker, R.T. ; Arima, E.Y.	2007	Qualitativo	Entrevista + Observação participante	NÃO	Commons+ Análise da governança
MAP	Froese, R. <i>et al</i>	2022	Qualitativo	Semiestruturada	SIM	Commons+ Análise da governança
MAP	Duchelle, A.E. ; Guariguata, M.R. ; Less, G. ; Albornoz, M.A. ; Chavez, A. ; Melo, T.	2012	Qualitativo	Semiestruturada	SIM	UCs + Políticas ambientais
MAP	da Silva Medina, G. ; Pokorny, B. ; Campbell, B.	2022	Qualitativo	Abertas	SIM	Commons+ Análise da governança
MAP	Arruda, R.S.V	2010	Qualitativo	Revisão bibliográfica	NÃO	outros
MAP	Rio, G.A.P.; Name, L.	2017	Qualitativo	Análise Documental + Análise de conteúdo + Revisão bibliográfica	NÃO	outros
MAP	S., Aless;ra ; ., Maria de Jesus	2011	Qualitativo	Semiestruturada	SIM	outros
MAP	Duchelle, A.E. ; Cronkleton, P. ; Kainer, K.A. ; Guanacoma, G. ; Gezan, S.	2011	Misto	Semiestruturada + Observação Participante	SIM	outros
MAP	Perz, S.G. ; Mendoza, E.R.H. ; dos Santos Pimentel, A.	2022	Misto	Workshop + Estatística	SIM	Commons+ Análise da governança
MAP	Duchelle, A.E. ; Almeyda Zambrano, A.M. ; Wunder, S. ; Börner, J. ; Kainer, K.A.	2014	Qualitativo	Survey	SIM	UCs + Políticas ambientais
MAP	Perz, S.G. <i>et al</i>	2013	Qualitativo	Dados Espaciais/Geoproc essamento	NÃO	UCs + Políticas ambientais
OUTROS	Aguiar, S.	2018	Qualitativo	Revisão bibliográfica	NÃO	Empowerment, Participação e Ciência

OUTROS	Vadjunec, J.M. ; Colston, N.M. ; Fagin, T.D. ; Boardman, A.L. ; Birchler, B.	2022	Qualitativo	Action Research	SIM	Empowerment, Participação e Ciência
OUTROS	Bumpus, A. ; Huynh, T.-B. ; Pascoe, S.	2019	Qualitativo	Revisão bibliográfica	NÃO	Empowerment, Participação e Ciência
RESEX CM	Ribeiro, S.C.; Galia Selaya, N.; Perz, S.G.; Brown, F.; Schmidt, F.A.; Silva, R.C.; Lima, F.	2020	Misto	Dados Espaciais/Geoproc essamento	SIM	Empowerment, Participação e Ciência
RESEX CM	Vadjunec, J.M. ; Rocheleau, D.	2009	Misto	Dados Espaciais/Geoproc essamento	SIM	Commons+ Análise da governança
RESEX CM	F., Alfredo Celso ; , Charle	2009	Qualitativo	Entrevista + Grupos Focais + Workshop	SIM	UCs + Políticas ambientais
RESEX CM	Da Silva, J.M. ; De Souza, M.P. ; Filho, T.A.S. ; Da Silva, R.M.P.	2017	Qualitativo	Semiestruturada	SIM	UCs + Políticas ambientais
RESEX CM	Fonseca, F. L.	2020	Qualitativo	Survey + Entrevista	NÃO	outros
RESEX CM	Mascarenhas, F.D.S. ; Brown, I.F. ; Silva, S.S.D.	2018	Quantitativo	Dados Espaciais/Geoproc essamento	NÃO	UCs + Políticas ambientais
RESEX CM	Kroger, M.	2020	Qualitativo	Semiestruturada	SIM	UCs + Políticas ambientais
RESEX CM	Oliveira, K. A.	2013	Quantitativo	Dados Espaciais/Geoproc essamento	NÃO	UCs + Políticas ambientais
RESEX CM	Silva, A. G.	2018	Qualitativo	Grupos Focais	SIM	Empowerment, Participação e Ciência
RESEX CM	Vadjunec, J.M.	2011	Misto	Semiestruturada + Estatística	SIM	<i>Commons+ Análise da governança</i>
RESEX CM	Gomes, C.V.A. ; Alencar, A. ; Vadjunec, J.M. ; Pacheco, L.M.	2018	Misto	Dados Espaciais/Geoproc essamento	NÃO	UCs + Políticas ambientais
RESEX CM	Hecht, S.B.	2007	Qualitativo	Revisão bibliográfica	NÃO	Empowerment, Participação e Ciência
RESEX CM	Juan Felipe, N.	2010	Misto	Semiestruturada + Estatística	SIM	UCs + Políticas ambientais
RESEX CM	Jaramillo-Giraldo, C. ; Soares Filho, B. ; Carvalho Ribeiro, S.M. ; Gonçalves, R.C.	2017	Misto	Dados Espaciais/Geoproc essamento	NÃO	outros
RESEX CM	Choma, J. L.	2018	Qualitativo	Semiestruturada + Revisão de Literatura		Empowerment, Participação e Ciência
RESEX CM	Batista Souza, G.E.A.	2010	Qualitativo	Semiestruturada + Análise documental	NÃO	Commons+ Análise da governança
RESEX CM	Milien, E.J. ; Rocha, K.D.S. ; Brown, I.F. ; Perz, S.G.	2021	Quantitativo	Dados Espaciais/Geoproc essamento	NÃO	UCs + Desastres Ambientais

RESEX CM	Gomes, C.V.A. ; Vadjunec, J.M. ; Perz, S.G.	2012	Misto	Semiestruturada	SIM	Empowerment, Participação e Ciência
RESEX CM	Araújo, J.M.	2022	Qualitativo	Entrevista + Observação participante	SIM	UCs + Políticas ambientais
RESEX CM	Souza, M.V.M.	2012	Qualitativo	Semiestruturada + Estatística + Apresentação de Resultados	NÃO	outros
RESEX CM	Silva, A.G. ; da Silva, F.C. ; Yamada, T.	2019	Qualitativo	Workshop	SIM	Empowerment, Participação e Ciência
RESEX CM	Maciel, R.C.G.; Cavalcanti, F.C.S.; Souza, E.F.; Oliveira, O.F.; Filho, P.G.C.	2018	Qualitativo	Vários quali (esgotamento participativo)	SIM	Commons+ Análise da governança
RESEX CM	Wallace, Richard H. ; Gomes, Carlos Valerio A. ; Cooper, Natalie A.	2018	Qualitativo	Análise Documental + Análise de conteúdo + Revisão bibliográfica	NÃO	Commons+ Análise da governança
RESEX CM	Cooper, N.A. ; Kainer, K.A.	2018	Misto	Survey + Entrevista	SIM	UCs + Políticas ambientais
RESEX DO ACRE	Alejo, C. ; Walker, W.S. ; Gorelik, S.R. ; Potvin, C.	2022	Quantitativo	Dados Espaciais/Geoproc essamento	NÃO	UCs + PSA
RESEX DO ACRE	Mooij, M.L.J. ; Mendonça, S.D. ; Arts, K.	2019	Qualitativo	Vários quali (esgotamento participativo)	SIM	Commons+ Análise da governança
RESEX DO ACRE	Ubiali, B. ; Alexiades, M.	2022	Misto	Vários quali (esgotamento participativo)	SIM	Commons+ Análise da governança
RESEX DO ACRE	Giraldo, C. J.	2014	Qualitativo	Revisão bibliográfica	NÃO	
RESEX GERAL	Spínola, J. N.; Silva, M.J. S.; Silva, J.R. A.; Barlow, J. ; Ferreira, J.	2020	Qualitativo	Revisão bibliográfica	NÃO	UCs + Desastres Ambientais
RESEX GERAL	Menezes, D.S.; Siena, O.; Rodríguez, T.D.M	2011	Qualitativo	Semiestruturada	SIM	UCs + Políticas ambientais
RESEX GERAL	Delbone Haddad, R., Delbone Haddad, M., Moura de Melo, C., Riscala Madi, R., & Sales Coelho, A. (2019). Analise social, econômica e histórica das reservas extrativistas da Amazônia: lutas e trajetórias. Espacio Abierto, 28(2), 85- 112.	2019	Qualitativo	Vários quali (esgotamento participativo)	SIM	UCs + Políticas ambientais
RESEX GERAL	Newton, P. ; Endo, W. ; Peres, C.A.	2012	Qualitativo	Survey + Entrevista	NÃO	outros

RESEX GERAL	Cunha, C.C.; Loureiro, C.F.B.	2012	Qualitativo	Análise Documental + Análise de conteúdo + Revisão bibliográfica	NÃO	Empowerment, Participação e Ciência
RESEX GERAL	Freitas, J. S. ; Filho, M.C.F. ; Homma, A.K.O. ; Mathis, A.	2018	Qualitativo	Survey + Entrevista	SIM	UCs + Políticas ambientais
RESEX GERAL	Capelari, M.G.M. ; Gomes, R.C. ; de Araújo, S.M.V.G. ; Newton, P.	2020	Qualitativo	Grupos Focais	SIM	Commons+ Análise da governança
RESEX GERAL	Almeida, M.W. ; Allegretti, M.H. ; Postigo, A.	2018	Misto	Análise Documental + Análise de conteúdo + Revisão bibliográfica	SIM	Commons+ Análise da governança

REFERÊNCIAS

ABERS, R.; KECK, M. E. Representando a diversidade: estado, sociedade e "relações fecundas" nos conselhos gestores. **Caderno CRH**, v. 21, n. 52, p. 99-112, Set, 2008. ISSN 1983-8239.

ABERS, R.; SILVA, M. E.; TATAGIBA, L. Movimentos sociais e políticas públicas: ideias e experiências na construção de modelos alternativos. In: PIRES, R.; LOTTA, G.; DE OLIVEIRA, V. E. **Burocracia e políticas públicas no Brasil: intersecções analíticas**. Brasília: Ipea: Enap, p. 105-140. 2018. ISBN: 978-85-7811-331-5

_____. Movimentos Sociais e Políticas Públicas: repensando atores e oportunidades políticas. Lua Nova: **Revista de Cultura e Política**. s/v, n. 105, p. 15-46. 2018. ISSN 1807-0175. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-015046/105>

ACRE. Secretaria de Estado de Meio Ambiente. Zoneamento Ecológico Econômico do Estado do Acre, Fase II (Escala 1:250.000): Documento Síntese. 2. ed. Rio Branco: SEMA, p. 356. 2010.

AGRAWAL, A.; LEMOS, M. C.; Environmental governance. *Annu. Rev. Environ. Resour.*, 31: 297-325. 2006.

ALIER, J. M. El ecologismo popular. **Ecosistemas**, 16.3. 2007.

ALIMONDA, H. Ecologia política latino-americana e pensamento crítico: as vanguardas enraizadas. **Desenvolvimento e meio ambiente**, 35. 2015.

ALLEGRETTI, M. **A construção social de políticas ambientais. Chico Mendes e o movimento dos seringueiros**. Tese de Doutorado, Desenvolvimento Sustentável – Gestão e Política Ambiental, UnB- CDS, Brasília, 2002.

ALLEGRETTI, M. A construção social de políticas públicas. Chico Mendes e o movimento dos seringueiros. **Desenvolvimento e meio ambiente**, n. 18, p. 39-59, jul./dez. 2008. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/dma.v18i0.13423>.

_____; ALMEIDA, M. W.; POSTIGO, A. O legado de Chico Mendes: êxitos e entraves das Reservas Extrativistas. **Desenvolvimento e meio ambiente**, vol. 48, Edição especial: 30 anos do Legado de Chico Mendes, p. 25-55, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/dma.v48i0.60499>.

_____; **Reservas Extrativistas: uma proposta de desenvolvimento da floresta amazônica**. Instituto de Estudos Amazônicos. 1987. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Mary-Allegretti/publication/269576012_Reservas_extrativistas_uma_proposta_de_desenvolvimento_para_a_floresta_amazonica/links/5a53a1c8aca2725638c859fc/Reservas-extrativistas-uma-proposta-de-desenvolvimento-para-a-floresta-amazonica.pdf. Acesso em: 05 abr 2024.

ALMEIDA, C.; TATAGIBA, L. Os conselhos gestores sob o crivo da política: balanços e perspectivas. **Serviço Social & Sociedade**, 68-92. 2012.

ALMEIDA, L. F. História social do trabalho no Brasil e trabalhadores extrativistas no Acre: alguns apontamentos. **UÁQUIRI-Revista do Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal do Acre**, 1.1.2019.

ALMEIDA, M. W. **Direitos à floresta e ambientalismo: seringueiros e suas lutas. Revista brasileira de ciências sociais**, 19, 33-52. 2004. ISSN: 0102-6909.

ALMEIDA, M. W.; REZENDE, R. Uma nota sobre comunidades tradicionais e unidades de conservação. **RURIS (Campinas, Online)**, 7.2. 2013.

ALMEIDA, D.; CUNHA, E. S. A análise da deliberação democrática: princípios, conceitos e variáveis relevantes. **Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação**. Brasília: IPEA, v. 1, p. 109-124, 2011.

AMORIM, L.; SANTOS, B.; FERREIRA, R.; BRANDÃO, I.; DIAS, M.; RIBEIRO, J.; SOUZA JUNIOR, C. Ameaça e pressão de desmatamento em áreas protegidas: SAD de Julho a Setembro de 2022. Belém: Imazon, 2022. Disponível em: <https://imazon.org.br/publicacoes/43951-2/>. Acesso em 23 abr. 2024.

ANDRADE, R. P. " Conquistar a terra, dominar a água, sujeitar a floresta": Getúlio Vargas e a revista " Cultura Política" redescobrem a Amazônia (1940-1941). **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, 5: 453-468. 2010.

AQUINO, E. A, *et al.* Ressonâncias do Projeto Seringueiro na vida de extrativistas do Alto e Baixo Acre: mudanças e permanências no cotidiano local. **CIS-Conjecturas Inter Studies**, 22.2: 813-827. 2022.

ARAÚJO, J. M. **Seringueiros do Alto Acre no século XXI: Estado desenvolvimentista e mudança sociocultural na Amazônia brasileira**. 2021.

ARNSTEIN, S. R. A ladder of citizen participation. **Journal of the American Institute of planners**, v. 35, n. 4, p. 216-224, Journal of the American Planning Association, Volume 35 (1969), Number 4, p. 216–224, 1969. doi:10.1080/01944366908977225.

AVRITZER, L. A qualidade da democracia e a questão da efetividade da participação: mapeando o debate. **Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação**. Brasília, Brasília: IPEA,, p. 13-25, 2011.

AXELROD, R. A evolução da cooperação. [tradução J. Santos]. - São Paulo:Leopardo Editora, p. 1-53. 1984.

BAKKER, K. The “Commons” Versus the “Commodity”: Alter-globalization, Anti-privatization and the Human Right to Water in the Global South. **Antipode**, 39(3), 430-455. 2007. doi.org/10.1111/j.1467-8330.2007.00534.x.

BARDIN, L. (1979). **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70 Ltda. 1979.

BARONE, L. A.; FERRANTE, V. L. S. B.; DUVAL, H. C. A reforma agrária que temos: revisitando uma polêmica acesa. **Política & Trabalho**, 45. 2016.

BECKER, B. Geopolítica da Amazônia. **Estudos avançados**, Dossiê Amazônia Brasileira I. Estud. av. 19 (53). 2005. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142005000100005>.

BECKER, B.. Novas territorialidades na Amazônia: desafio às políticas públicas. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, 5, 17-23. 2010.

BELARMINO, K. M. C.; CASTELO, C. E. F. UM DIAGNÓSTICO DO AGRONEGÓCIO NO ESTADO DO ACRE. **UÁQUIRI-Revista do Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal do Acre**, 4.1. 2022.

BEMERGUY, T. S.; OLIVEIRA, T. L. Antropologia urbana na Amazônia: des-centrando escalas, genealogias e experiências de cidade. **Wamon-Revista dos alunos do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFAM**, 6.1: 31-52. 2021.

BENÍTEZ TRINIDAD, C.; BARCA, S.; MILANEZ, F. El común y la violencia política en la Amazonía brasileña: la lucha de la Aliança dos Povos da Floresta. **Studia historica. Historia contemporânea**, 40: 89-112. 2022.

BERCOVICI, G. A questão agrária na Era Vargas (1930-1964). **História do Direito**, 1.1: 183-226. 2020.

BERLINCK, C. N.; CALDAS, A. L. R.; MONTEIRO, A. H. R.; SAITO, C. H. Contribuição da educação ambiental na explicitação e resolução de conflitos em torno dos recursos hídricos. **Ambiente & Educação**, v. 8, n. 1, p. 117-129, 2003.

BERLINCK, C.; SAITO, C. H. Action Research for Emancipation Informed by Habermas and Hierarchy of Systems: case study on Environmental Education and Management of Water Resources in Brazil. **Syst. Pract. Action. Res.** 23:143-156. 2010. DOI 10.1007/s11213-009-9150-z.

BORBA, J. Participação política como resultado das instituições participativas: oportunidades políticas e o perfil da participação. **Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação**. Brasília, DF: Ipea, 7: 65-76. 2011.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 mar. 2024.

BRASIL. Lei no 9.433, de 8 de janeiro de 1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos. 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19433.htm> Acesso em: 27 de Agosto de 2021.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza: Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000; Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002; Decreto nº 5.746, de 5 de abril de 2006. Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas: Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006. Brasília: MMA. p. 76. 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm. Acesso em: 10 mar. 2024.

BRIDGE, G; PERREAULT, T. Environmental governance. **A companion to environmental geography**, 475-497. 2009.

BROSE, M. E. Florestas e participação como vetores do desenvolvimento regional: reflexões sobre os casos Acre e Rio Grande do Sul–Brasil. *Redes. Revista do Desenvolvimento Regional*, 18.3: 226-239. 2013.

BROWN, K.; ROSENDO, S. Environmentalists, rubber tappers and empowerment: the politics and economics of extractive reserves. **Development and Change**, 31.1: 201-227. 2000.

BURNES, B.; BARGAL, D. Kurt Lewin: 70 years on. **Journal of Change Management**, 17.2: 91-100. 2017.

BURSZTYN, M.; DRUMMOND, J. A. Desenvolvimento sustentável: uma idéia com linhagem e legado. **Sociedade e Estado**, vol. 24, núm. 1, enero-abril, pp. 11-15 Universidade de Brasília Brasília, Brasil. 2009. ISSN: 0102-6992.

CALADINO, D. **Influência da participação social na conservação da biodiversidade em unidades de conservação brasileiras**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável). Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília. Brasília. 2016. <http://dx.doi.org/10.26512/2016.02.T.20482>.

CALEGARE, M. G. A.; HIGUCHI, M. I. G.; BRUNO, A. C. S.. Povos e comunidades tradicionais: das áreas protegidas à visibilidade política de grupos sociais portadores de identidade étnica e coletiva¹. **Ambiente & sociedade**, 2014, 17: 115-134.

CAMPOS, G. A. G. Participação e representações não avaliativas: a produção de significados nas experiências participativas. **Efetividade das Instituições Participativas no Brasil: Estratégias de Avaliação**, 2011, 53.

CAPELARI, M. G. M. **Instituições para a governança: o papel das regras formais e informais no controle do desmatamento em reservas extrativistas da Amazônia**. 2017.

CAPOBIANCO, J. P. R. **Governança socioambiental na Amazônia brasileira na década de 2000**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2017.

CARLOMAGNO, M. C.; ROCHA, L. C. Como criar e classificar categorias para fazer análise de conteúdo: uma questão metodológica. **Revista Eletrônica de Ciência Política**, v. c7, n. 1, 2016.

CARNEIRO, M. S. Práticas, discursos e arenas: notas sobre a socioantropologia do desenvolvimento. **Sociologia & Antropologia**, 2: 129-158. 2012.

CARR, W.; KEMMIS, S.. **Becoming critical: education knowledge and action research**. Routledge, 2003.

CASTRO, E. R. Amazônia na encruzilhada: saque colonial e lutas de resistência. **Territórios em transformação na Amazônia**, 19. 2017.

CAVALCANTE FILHO, P. G., *et al.* Dinâmica inovativa e investimento na reserva extrativista Chico Mendes. **Brazilian Journal of Development**, 5(8), 13358-13382. 2019.

CESAR, M; LUNA, I; PERKINS, E. De tragédia a solução: a atualidade teórica e empírica dos recursos comuns no Brasil. **Nova economia**, 30: 7-35. 2020.

CHILVERS, J. Deliberative and participatory approaches in environmental geography. **A companion to environmental geography**, p. 400-417. 2009.

COOKE, B.; KOTHARI, U. Participation: The new tyranny?. **Zed books**, (Ed.). 2001. DOI:10.1016/S0738-0593(02)00022-6.

CORTES, S. V. Instituições participativas e acesso a serviços públicos nos municípios brasileiros. **Efetividade das Instituições Participativas no Brasil: Estratégias de Avaliação**, 77. 2011

CRESWELL, J. W.. Projeto de pesquisa : métodos qualitativo, quantitativo e misto . Porto Alegre : Artmed -3. ed, p. 296 . 2010. ISBN 978-85-363-2300-8

CUNHA, E.; ALMEIDA, D. D.; FARIA, C. F.; RIBEIRO, U. C. Uma estratégia multidimensional de avaliação dos conselhos de políticas: dinâmica deliberativa, desenho institucional e fatores exógenos. **Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação**. Brasília: IPEA, p. 297-321, 2011.

DAGNINO, E. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. **Política & Sociedade**, 2004, 3.5: 139-164.

DA PONTE, K. F. A produção do espaço regional amazônico no contexto da internacionalização do capital: das *commodities* ao desenvolvimento sustentável. **PEGADA-A Revista da Geografia do Trabalho**, 18.2. 2017.

DA PONTE, K. F., JUNIOR, A. T. Formação territorial e Políticas Públicas: o extrativismo da borracha no Acre. **GRUPO PET GEOGRAFIA DA UFAC: 10 ANOS DE TRAJETÓRIA E CONTRIBUIÇÕES**, Organizadores José Alves, Karina Furini da Ponte, Maria de Jesus Morais. – Rio Branco: Edufac, 203 p. 47. 2022.

DA SILVA, J. R. C., SCUDELLER, V. V. Os ciclos econômicos da borracha e a Zona Franca de Manaus: expansão urbana e degradação das microbacias. **Research, Society and Development**, 11(6). 2022.

DARWIN, C. **A origem das espécies**. 3a ed. São Paulo. Editora Martin Claret. Tradução. 1859.

DE CAMPOS, G. Participação e representações não avaliativas: a produção de significados nas experiências participativas. **Efetividade das Instituições Participativas no Brasil: estratégias de avaliação**, Brasília: IPEA, p. 53, 2011.

DE CASTRO, R. R. A.; DE OLIVEIRA, M. C. C. Os termos “populações” e “comunidades” tradicionais e a apropriação dos conceitos no contexto amazônico. **Mundo Amazônico**, 7(1-2), 47-70. 2016. ISSN-L 2145-5074.

DELLA PORTA, D.; DIANI, M. Social movements: An introduction. Malden, MA: **Blackwell**, 2006.

DRUMMOND, J. A.; FRANCO, J. L. A.; OLIVEIRA, D. Uma análise sobre a história e a situação das unidades de conservação no Brasil. In: GANEM, Roseli Sena (Org.). **Conservação da Biodiversidade: Legislação e Políticas Públicas**. Brasília: Editora Câmara. 2010.

ESCOBAR, A. Anthropology and development. **International Social Science Journal**, v. 49, n. 154, p. 497-515, 1997. ISSJ IS4199.

ESCOBAR, A. El “postdesarrollo” como concepto y práctica social. **Políticas de economía, ambiente y sociedad en tiempos de globalización**, v. 1, p. 69-86, 2005.

EULER, A. M. C.; SILVA, J. E. C.; ALMEIDA, H. S. Reservas Extrativistas. **Espaços especialmente protegidos e o Direito Ambiental**. Brasília, DF: Embrapa, 756-770. 2021.

FABRIZ, D. C.; TEIXEIRA, M. T. A crise do estado do bem-estar social na perspectiva de Jürgen Habermas. **Revista de Direito e Liberdade**, 2017.

FAJARDO, G. A. G. O mito das amazonas. **Revista Hispanista**, 15.60. 2015.

FANTINI, A. C.; CRISÓSTOMO, C. F.. Conflitos de interesses em torno da exploração madeireira na Reserva Extrativista Chico Mendes, Acre, Brasil. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, 4: 231-246. 2009.

FARIA, C.; RIBEIRO, U. Desenho institucional: variáveis relevantes e seus efeitos sobre o processo participativo. **Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação**, Brasília: IPEA, v. 7, p. 124-135, 2011.

FEARNSIDE, P. M.; GRAÇA, P. M. L. A. BR-319: A rodovia Manaus-Porto Velho e o impacto potencial de conectar o arco de desmatamento à Amazônia central. **Novos cadernos NAEA**, 12(1). 2009.

FERREIRA, E.; KALLIOLA, R.; RUOKOLAINEN, K. Bamboo, climate change and forest use: A critical combination for southwestern Amazonian forests?. **Ambio**, 49.8: 1353-1363. 2020.

FITTIPALDY, M. C. P. M. Reserva Extrativista Chico Mendes: dos empates à pecuarização. **Edufac**, 105p, 2017.

FITTIPALDY, M. C. P. M.; CASTELO, C. E. F.. Há boi pastando, há desmatamento e outras coisas mais: a retrato da da RESEX Chico Mendes. **Conexões**, 2021, 9.2.

FOLLEDO, M. Raciocínio Sistêmico: uma boa forma de se pensar o meio ambiente. **Ambiente & Sociedade**, 105-144. 2000.

FONSECA, I. F. Relações de poder e especificidades do contexto em fóruns participativos. **Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação**. Brasília: Ipea, Brasília: IPEA, v. 7, p. 372, 2011.

FONSECA, I. F.; BURSZTYN, M. A banalização da sustentabilidade: reflexões sobre governança ambiental em escala local. **Sociedade e Estado**, 24: 17-46. 2009.

FOUCAULT, M. **Nascimento da Biopolítica**. Eduardo Brandão. 1ª ed. São Paulo: Martins Fontes. p. 4-31. 2008.

FRANCO, J. L. A.; SCHITTINI, G. M.; BRAZ, V. S. História da conservação da natureza e das áreas protegidas: panorama geral. **Historiæ**, Rio Grande, v. 6 n.2, p.233-270. 2015.

FREIRE, P. **Educação como Prática da Liberdade**. Editora Paz e Terra 2004. Rio de Janeiro, 1ª ed., p. 152. 1982. ISBN 987-1105-61-4.

FREITAS, J. S., *et al.* Extractive Reserves without extractivism: a trend ongoing in the brazilian amazon? **Revista de Gestao Social e Ambiental**, 12.1: 56-73. 2018.

FRIEDMANN, J. **Empowerment: The Politics of Alternative Development**. 1st Edn., John Wiley and Sons Incorporated, Cambridge, ISBN-10: 1557862990, pp: 196. 1992.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. Companhia das Letras, 2007.

FURTADO, E.; CUNHA, A.; ALVARES, C.; BENEVUTO, J.; PASSOS, J. Occurrence of South American leaf blight epidemic in escape zones of the Brazil. *Arq. Inst. Biol.*, São Paulo, v.82, 1-6. 2016. <https://doi.org/10.1590/1808-657000882013>.

GALEANO, E. H. *As veias abertas da América Latina*. Trad. Sérgio Franco. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2020.

GALVÃO, M. C. B.; RICARTE, I. L. M. Revisão sistemática da literatura: conceituação, produção e publicação. **Logeion: Filosofia da informação**, 6.1: 57-73. 2019.

GASPAROTTO, L.; FERREIRA, F. A.; LIMA, M. I. P. M.; PEREIRA, C. R.; SANTOS, A. F. **Enfermidades da seringueira no Brasil**. Manaus: EMBRAPA-CPAA, Circular Técnica, 3. 169p. 1990. ISSN 0103-6890

GOHN, M. D. G. **Conselhos gestores e participação sociopolítica**. 4. ed. São Paulo: Cortez. Ciências Sociais Unisinos42(1):5-11. 2011.

GOHN, M. D. G. Teorias sobre a participação social: desafios para a compreensão das desigualdades sociais. **Caderno CRH**, Salvador, v. 32, n. 85, p. 63-81. 2019. <https://doi.org/10.9771/ccrh.v32i85.27655>.

GOHN, M. D. G.; MILHOMENS, L. Movimentos sociais e Amazônia: da ditadura civil-militar aos grandes projetos da atualidade. **Cadernos CERU**, 29.2. 2018.

GOMES, C. V. A.; VADJUNEC, J. M.; PERZ, S. G. Rubber tapper identities: Political-economic dynamics, livelihood shifts, and environmental implications in a changing Amazon. **Geoforum**, 43.2: 260-271. 2012.

GOMES, C. V. A., ALENCAR, A.; VADJUNEC, J. M.; PACHECO, L. M.. Extractive Reserves in the Brazilian Amazon thirty years after Chico Mendes: social movement

achievements, territorial expansion and continuing struggles. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, 48. 2018.

GRANDIN, G. Fordland: The Rise and Fall of Henry Ford's Forgotten Jungle City. New York: Metropolitan Books, 2010.

GRESPAN, J. A desmedida do capital. **Cadernos de Ética e Filosofia Política**, 2.13: 7-16. 2008.

GROSSI, M. A identificação da agricultura familiar no Censo Agropecuário 2017. **Revista NECAT-Revista do Núcleo de Estudos de Economia Catarinense**, 2019, 8.16: 46-61.

GUDYNAS, E. El MAP entre la integración regional y las zonas de frontera en la nueva globalización. **Mapiense** nº1 vol. 1. Herencia. COBIJA p.11-19. UFAC. 2011.

GUILLEN, I. C. M. A batalha da borracha: propaganda política e migração nordestina para a Amazônia durante o Estado Novo. **Revista de Sociologia e Política**, 9.1: 95-102. 1997.

HABERMAS, J. Acción comunicativa y razón sin trascendencia. In: **Acción comunicativa y razón sin trascendencia**. p. 104 p.-104 p. 2003.

HABERMAS, J. **Inclusão do outro**. Edições Loyola, 2002.

_____. **The Philosophical Discourse of Modernity**, Cambridge: Polity. 1984.

HARDIN, G. The Tragedy of the Commons: the population problem has no technical solution; it requires a fundamental extension in morality. **Science**, Vol. 162: 1243-1248. 1968.

HAYES, N.; RAJÃO, R. Competing institutional logics and sustainable development: the case of geographic information systems in Brazil's Amazon region. **Information Technology for Development**, 17.1: 4-23. 2011.

HECHT, S. The last unfinished page of Genesis: Euclides da Cunha and the Amazon. **Novos Cadernos NAEA**, 11.1. 2009.

HYDEN, G. Operationalizing governance for sustainable development. **Perspectives on Global Development and Technology**, 17(2), 13-31. 2001. https://doi.org/10.1163/9789004476073_003.

HICKEY, S.; MOHAN, G. Participation: from tyranny to transformation. New York: Zed Books. isbn 1 84277 460 3. 2004.

HOBBS, T. **Leviatã**. Ed. Martin Claret, São Paulo, 2006.

IBAMA. **Diário Oficial da União**, Resolução n. 01, de 13 de dezembro de 2006. Plano de Manejo da Reserva Extrativista Chico Mendes, Xapuri, AC, 2006. https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/plano-de-manejo/plano_de_manejo_reserva_extrativista_chico_mendes.pdf. Acesso em: 10 mar. 2024.

IBGE. **Censo Agropecuário 2017**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ac/pesquisa/24/76693>. Acesso em 25 abr 2024.

IBGE. **Panorama**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ac/panorama>. Acesso em: 10 abr 2024

ICMBIO. Conselho Gestor. Resolução nº 10 de 31 de outubro de 2008. Institui a nova geopolítica e a nova estrutura de gestão da Reserva Extrativista Chico Mendes. Brasília, DF, 2008.

IORIS, A. Desenvolvimento nacional e gestão de recursos hídricos no Brasil. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 85: 23-41. 2009. <https://doi.org/10.4000/rccs.329>.

IORIS, A. The paradox of poverty in rich ecosystems: impoverishment and development in the Amazon of Brazil and Bolivia. **The Geographical Journal**, 182.2: 178-189. 2016.

IVO, A. B. L. A sociologia como política: a sociologia do desenvolvimento e a produção sociológica contemporânea. In: BAUMGARTEN, Maria (org.). **Sociedade, conhecimentos e colonialidade: olhares sobre América Latina**. Porto Alegre: Editora da UFRGS. p. 66-96. 2016. ISBN 978-85-386-0324-5.

JUNIOR, G. B; CONTINI, E; NAVARRO, Z. Caracterização da Amazônia Legal e macro-tendências do ambiente externo. 2011.

KOSELLECK, R.; RICHTER, M. W. Crisis. **Journal of the History of Ideas**, 67.2: 357-400. 2006.

KRÖGER, M. Deforestation, cattle capitalism and neodevelopmentalism in the Chico Mendes Extractive Reserve, Brazil. **The Journal of Peasant Studies**, 47.3: 464-482. 2020.

LATRUBESSE, *et al.* Damming the rivers of the Amazon basin. *Nature*. vol. 546. **Nature**, 546(7658), 363-369. 2017. <https://doi.org/10.1038/nature22333>.

LAVALLE, A. Participação: valor, utilidade, efeitos e causa. **Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação**. Brasília: Ipea, v. 7, p. 33-42, 2011.

LAYRARGUES, P. Subserviência ao capital: educação ambiental sob o signo do antiecológico. *Pesquisa em Educação Ambiental*, vol.13. p. 28-47, 363-369. 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.18675/2177-580X.vol13.n1.p28-47>.

LITTLE, P. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Anuário antropológico**, 28.1: 251-290. 2003.

LEFF, E. **Ecologia política: da desconstrução do capital à territorialização da vida**. Campinas, SP: Editora da UniCamp. 2021. ISBN 978-65-86253-62-7.

LEFF, E. Political Ecology: a Latin American Perspective. **Desenvolv. Meio Ambiente**, v. 35, p. 29-64. 2015. <http://dx.doi.org/10.5380/dma.v35i0.44381>.

LITTLE, P. E. Ecologia política como etnografia: um guia teórico e metodológico. **Horizontes antropológicos**, 12: 85-103. 2006.

MADALENO, I. M. Desenvolver a Amazônia? História da ocupação humana da Amazônia brasileira. **Revista Espaço e Geografia**, 14.2: 331: 360-331: 360. 2011.

MAPBIOMAS. Projeto MapBiomass – Coleção da Série Anual de Mapas de Cobertura e Uso da Terra do Brasil. Disponível em <https://plataforma.brasil.mapbiomas.org/cobertura>. Acesso em 29 abr. 2024.

MANNIGEL, E.
Integrating parks and people: How does participation work in protected area management?. **Society and natural resources**, v. 21, n. 6, p. 498 - 511. 2008. ISSN : 0894-1920.

MCADAM, D., TARROW, S. The political context of social movements. *The Wiley Blackwell companion to social movements*, 17-42. 2018.

MENEZES, D. S.; SIENA, O.; RODRÍGUEZ, T. D. M. Ambientalismo e concepções de RESEX, extrativismo e conhecimento no ICMBIO na Amazônia Legal. **REAd. Revista Eletrônica de Administração (Porto Alegre)**, 17: 451-479. 2011.

MENEZES, R. G.; BARBOSA JR, R. Environmental governance under Bolsonaro: dismantling institutions, curtailing participation, delegitimising opposition. **Zeitschrift für vergleichende politikwissenschaft**, 15.2: 229-247. 2021.

MIRANDA, K. A. F. N. **Verde para sempre: O protagonismo das comunidades na gestão e manejo da floresta na Amazônia** / Dissertação (Mestrado) – Instituto Federal do Pará – IFPA. Belém: 2019.

MONROE, K. R. The theory of rational action: What is it? How useful is it for political science?. **Political science: Looking to the future**, 1: 75-89. 1991.

NASH, J.F. Equilibrium Points in n-Person Games. **Proceedings of the National Academy of Sciences**, 36, 48-49. 1950.

NORTH, D. Institutions. **The Journal of Economic Perspectives**, Vol. 5, No. 1 (Winter,1991), pp. 97-112. 1991.

OLIVEIRA, A E. **Amazônia: modificações sociais e culturais decorrentes do processo de ocupação humana** (séc. XVII ao XX). 1988.

OLSON, M. A Lógica da Ação Coletiva. São Paulo, EDUSP. Capítulo 1 e 2 p. 17 - 77. 1999.

OSTROM, E. Collective action and the evolution of social norms. **Journal of economic perspectives**. 14.3: 137-158. 2000.

OSTROM, E. **Governing the Commons: the Evolution of Institutions for Collective Action**. Cambridge University Press. Cap.1 e 2. 1990. ISBN 0-521-40599-8

_____. Rational Choice Theory and Institutional Analysis: Toward Complementarity. **American Political Science Review**, Vol 85, no 1: 237-243. 1991. <https://doi.org/10.2307/1962889>

_____. Beyond markets and states: polycentric governance of complex economic systems. **American economic review**, 2010, 100.3: 641-672.

OOSTEN, C. De “cambios climáticos” a “sociedades locales diseñando soluciones regionales”: la formación de un espacio de gobernanza transfronteriza en la Amazonia Suroccidental. **Mapiense** nº1 vol. 1. Herencia. COBIJA p.31-38. UFAC. 2011.

OVIERO, A., LIMA, W. P., AUGUSTO, C. O arco do desmatamento e suas flechas. **Instituto Socioambiental**, São Paulo. 2019.

PAGE, N.; CZUBA, C. E. Empowerment: What is it. **Journal of extension**, 37.5: 1-5. 1999.

PEREIRA, M. C. N.; SAITO, C. H. É possível desvirtuar a participação social na gestão dos recursos hídricos?: análise espacial aplicada ao Comitê de Bacia Hidrográfica do rio Paraguaçu (BA). **Espaço e Geografia**, Brasília, v. 15, n.1, p.21-48. 2012. ISSN: 1516-9375

PILNIK, M. S., *et al.* Conservação da Sociobiodiversidade na RESEX Chico Mendes, Acre: desafios e perspectivas. **Ethnoscintia-Brazilian Journal of Ethnobiology and Ethnoecology**, 7.1: 109-143. 2022.

POKORNY, B, *et al.* Forest frontiers out of control: The long-term effects of discourses, policies, and markets on conservation and development of the Brazilian Amazon. **Ambio**, 50.12: 2199-2223. 2021.

POMPEIA, C. Concertação e poder: o agronegócio como fenômeno político no Brasil. **Revista Brasileira De Ciências Sociais**, 35(104), e3510410. 2020. <https://doi.org/10.1590/3510410/2020>

PONTES, C. J. F. O primeiro ciclo da borracha no acre: da formação dos seringais ao grande colapso. **South American Journal of Basic Education, Technical and Technological**, 1.1. 2014.

PORTES, A. Instituciones Y Desarrollo: Una Revisión Conceptual. **Cuadernos de Economía**. XXV, No 45: 13-52. 2006.

PORTO-GONÇALVES, C. W. A Ecologia Política na América Latina: reapropriação social da natureza e reinvenção dos territórios. **R. Inter. Interdisc.** INTERthesis, Florianópolis, v.9, n.1, p.16-50. 2012. <http://dx.doi.org/10.5007/1807-1384.2012v9n1p16>

PRADO, G B.; RIBEIRO, H. Pecuarização na Amazônia e Consumo de Carne: o que está por trás?. **Saúde e Sociedade**, Vol. 20, núm.3, pp.730-742. 2011. ISSN: 0104-1290.

PRADO, D. S.; SEIXAS, C. S. Da floresta ao litoral: instrumentos de cogestão e o legado institucional das Reservas Extrativistas. **Desenvolvimento e meio ambiente**. 2018.

PROST, C.; SANTOS, M. A. Gestão territorial em Unidades de Conservação de Uso Sustentável e incoerências no SNUC. **Novos cadernos NAEA**, 19.1. 2016.

RAJÃO, R. Representations and discourses: the role of local accounts and remote sensing in the formulation of Amazonia's environmental policy. **Environmental Science & Policy**, 2013, 30: 60-71.

RAMOS, A.; SIMÕES, C; ROPER, M.; FRIZO, P. Rumo a novos desafios: aprendizados no desenvolvimento de negócios comunitários. 1. ed. -- Belém, PA : Conexsus, 2021. ISBN 978-65-992272-2-6.

RAMOS, C. **Capital e Trabalho no Sindicalismo Rural Brasileiro: uma análise sobre a CNA e sobre a CONTAG (1964 – 1985)**. Tese (Doutorado em História). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ. 2011.

RIBEIRO, G. L. Ambientalismo e Desenvolvimento Sustentado. A nova ideologia/utopia do desenvolvimento. **Revista de Antropologia**. São Paulo, USP, n. 34, pp. 59-101. 1991.

RIBEIRO, G. L. A globalização popular e o sistema mundial não hegemônico. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 25, p. 21-38, 2010. ISSN 1980-9867

_____. Poder, redes e ideologia no campo do desenvolvimento. **Novos estudos CEBRAP**, n. 80 , pp. 109-125. 2008.

ROSENAU, J. Governança, ordem e transformação na política mundial. In. Rosenau, J. N., e Czempiel, E. O. **Governança sem governo: ordem e transformação na política mundial**: UnB Brasília. 2000.

ROSSI, P. **Naufrágios sem espectador: a ideia de progresso**. São Paulo: UNESP. Cap. 2: Sobre as origens da ideia de progresso. 2000. ISBN 85-7139-278-1

SABOGAL, D. *et al.* **Monitoramento florestal comunitario: experiências na Reserva Extrativista Chico Mendes, Acre-Brasil**. Global Canopy Programme. 2015.

SAITO, C. H. Por que investigação-ação, empowerment e as idéias de Paulo Freire se integram? **Investigação-ação: mudando o trabalho de formar professores**. Ponta Grossa: Gráfica Planeta, p. 126-135, 2001.

SAITO; C. H.; SANTOS, I. A mitificação da participação social na política nacional de recursos hídricos - gênese, motivação e inclusão social. **Geosul**, Florianópolis, v. 21, n. 42, p. 7-27. 2006.

SANTOS, B. S. Epistemologias del Sur. Edições Almedina. México: Siglo XXI., p. 23-72. 2009. ISBN 978-972-40-3738-7.

SANTOS, N. **Seringueiros da Amazônia: sobreviventes da fatura**. PhD Thesis. Universidade de São Paulo. 2014.

SECRETO, M. V. A Ocupação dos "Espaços Vazios" no Governo Vargas: do "discurso do Rio Amazonas" à saga dos Soldados da borracha. **Revista Estudos Históricos**, 2.40: 115-135. 2007.

SEVCENKO, N. O Cosmopolitismo pacifista da Bele Époque: uma utopia liberal. **Revista de História**, 1983, 114: 85-94.

SILVA, A. G. **Ethos Seringueiro—Cenários dos Jovens da Reserva Extrativista Chico Mendes**. AYA Editora, INPA, p. 105. 2017.

SILVA, M. **Razões da sustentabilidade do Governo da Floresta: uma releitura do processo de desenvolvimento do estado do Acre**. PhD Thesis. Tese (doutorado)—Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica. 2011.

SILVA, M. K. Dos casos aos tipos: notas para uma apreensão das variações qualitativas na avaliação das instituições participativas. **Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação**. Brasília, DF: Ipea, v. 7, p. 233-246, 2011.

SILVA, S. S., *et al.* Burning in southwestern Brazilian Amazonia, 2016–2019. **Journal of Environmental Management**, 286: 112189. 2021.

SCHMINK, M., *et al.* **Forest citizenship in Acre, Brazil**. 2014.

SOUZA, G. E. A. B. **Reserva Extrativista Chico Mendes AC: os desafios de gestão (com) partilhada**. 2010 – Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Viçosa, MG, p. 203. 2010

TATAGIBA, L. Os conselhos gestores e a democratização das políticas públicas no Brasil. In: DAGNINO, E. (Org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 47-103.

TAVARES, A. C. **A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e as questões agrária, ambiental e trabalhista: disputas sobre o direito a partir da Constituição Brasileira de 1988**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro-RJ. 2012.

THUM, C. Povos e Comunidades tradicionais: aspectos históricos, conceituais e estratégias de visibilidade. **REMEA-Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, p. 162-179. 2017.

TONI, F. Movimentos sociais, governança ambiental e desenvolvimento rural no Brasil. Relatório Apresentado ao Programa Colaborativo de Investigación Movimientos Sociales, Gobernanza Ambiental y Desarrollo Territorial Rural. **Rimisp-Centro Latinoamericano para el Desarrollo Rural**. Santiago, 2004.

TRIPP, D. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v.31, n. 3. 2005.

VADJUNEC, J. M.; ROCHELEAU, D.. Beyond forest cover: land use and biodiversity in rubber trail forests of the Chico Mendes Extractive Reserve. **Ecology and Society**, 14.2. 2009.

VAZ, A. Da participação à qualidade da deliberação em fóruns públicos: o itinerário da literatura sobre conselhos no Brasil. **Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação**. Brasília, DF: Ipea, p. 91-108, 2011.

WACQUANT, L. Três etapas para uma antropologia histórica do neoliberalismo realmente existente. **Caderno CRH**, 2012, 25: 505-518.

WALLACE, R. H., et al. The Chico Mendes Extractive Reserve: trajectories of agro-extractive development in Amazonia. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, 48: 30. 2018.

WAMPLER, B. Instituições participativas como “enxertos” na estrutura do Estado: a importância de contextos, atores e suas estratégias. **Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação**. Brasília: IPEA, p. 151-158, 2011b.

WAMPLER, B. Que tipos de resultados devemos esperar das instituições participativas. **Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação**. Brasília, DF: Ipea, p. 43-51, 2011a.